

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JOÃO VÍTOR SAND THEISEN

“NA PAZ E NA GUERRA, A CARIDADE”: A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA,
FILIAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1946-1956)

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JOÃO VÍTOR SAND THEISEN

**“NA PAZ E NA GUERRA, A CARIDADE”:
A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, FILIAL DO RIO GRANDE
DO SUL, NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1946-1956)**

**Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.**

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero
Coorientadora: Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann

Porto Alegre
2024

Ficha Catalográfica

T377n Theisen, João Vítor Sand

“Na paz e na guerra, a caridade” : A atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no pós-Segunda Guerra Mundial (1946-1956) / João Vítor Sand Theisen. – 2024.

206.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Ruggiero.

Coorientadora: Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann.

1. Cruz Vermelha Brasileira. 2. Pós-Segunda Guerra Mundial. 3. Processos migratórios. 4. Rio Grande do Sul. 5. Cartas. I. Ruggiero, Antonio de. II. Neumann, Rosane Marcia. III. . IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JOÃO VÍTOR SAND THEISEN

“NA PAZ E NA GUERRA, A CARIDADE”:
A ATUAÇÃO DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, FILIAL DO RIO GRANDE
DO SUL, NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1946-1956)

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul.

Área de concentração: História das Sociedades
Ibéricas e Americana

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(Orientador)

Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann
Universidade do Planalto Catarinense / Universidade Federal de Rio Grande
(Coorientadora)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer
Universidade Estadual do Centro-Oeste / Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Em memória de todos os homens e todas as mulheres vítimas da Segunda Guerra Mundial que enviaram suas cartas para a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita da dissertação foi uma “montanha-russa”, com períodos de grande produtividade e outros nem tanto, com grandes momentos de reflexão em diversas ocasiões. Assim como um processo histórico, a escrita deste trabalho teve a presença de diversos sujeitos que, direta ou indiretamente, do palco aos bastidores, contribuíram para a reflexão e a escrita do trabalho.

Agradeço de início, agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe, Salete Sand, por sempre me apoiar, incentivar e ser compreensiva. A todos os amigos e amigas de fora da História, que seria impossível citá-los nominalmente, mas que estiveram presentes nesta jornada.

As conversas, fofocas, desabafos sobre crises existenciais e trocas de leituras de capítulos e projetos com a Carlise Schneiders, a Kalinka Schmitz, a Vanessa Fritzen e o Augusto Blume, tornaram o processo muito mais leve e contribuíram na construção desta dissertação. Estas amizades surgiram durante a organização de eventos, e foram sendo construídas ao longo de várias sessões de terapia coletiva pelo Google Meet, e que hoje transcendem os limites do mundo acadêmico.

No início do mestrado, quando me mudei para Porto Alegre, distanciando os laços, muitas novas pessoas apareceram as quais me ajudaram muito neste processo. Agradeço imensamente a pessoa que considero uma grande amiga, minha “mãe de Porto Alegre”, e minha orientadora, Professora Dra. Marlise Regina Meyrer, por tudo que fez por mim, por me apresentar a capital, por me acolher e por me dizer “sai de casa, João!”. Graças a ela, conheci muitas pessoas, especialmente o Professor Dr. Glen Goodman e a comitiva de gringos que trouxe consigo.

No Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, conheci muitas pessoas, fossem alunos, professores ou funcionários, de diferentes idades, regiões e com diversos temas de pesquisa, as trocas de conhecimento com eles foram enriquecedoras. Em especial, agradeço ao Professor Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert, por me apresentar o alfabeto alemão *Sütterlin*, que abriu caminho para que a transcrição das cartas fosse

possível, mas também por me auxiliar na ida à Alemanha através do Centro de Estudos Europeus e Alemães da PUCRS.

Na viagem à Alemanha, um sonho que não pensei que fosse realizar tão cedo, tive contato com pessoas do mundo inteiro, agradeço a Bruna Fleck Tagliari por me receber e acomodar em Berlim, bem como me ajudar a reduzir o valor da multa que recebi. Ao Professor Dr. Stefan Rinke, do *Lateinamerika-Institut* da *Freie Universität Berlin*, por me fornecer a carta de aceite e pela conversa sobre a pesquisa. Aos funcionários do arquivo da *Deutsches Rotes Kreuz* e do *Bundesarchiv*. Também agradecer a minha companheira de turismo em Berlim e minha amiga transnacional, Fabiana Angelina.

Singularmente, quero agradecer a duas grandes amigas, a Alessandra Martins, por esta amizade que vem desde o ensino médio e que supera as distâncias físicas; a Rayanne Villarinho, uma amizade que a PUCRS me trouxe e que vai permanecer por muitos anos, pelos cafés superfaturados e troca de ideias e de acolhimento em momentos difíceis.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Antonio de Ruggiero, que esteve presente nesta jornada antes mesmo de efetivamente tornar-se meu orientador, pelas trocas de ideias muito proveitosas e pela contribuição neste trabalho. Por fim, sou imensamente grato a minha mestra, amiga e coorientadora, Professora Dra. Rosane Neumann, que esteve presente desde a graduação e me apresentou as fontes da Cruz Vermelha. Foi uma grande incentivadora e motivadora em momentos difíceis, tanto acadêmicos quanto pessoais, não tenho palavras para expressar tamanha gratidão que sinto. Muito obrigado por tudo!

Também agradeço ao Professor Dr. René Ernaini Gertz e a Professora Dra. Méri Frotscher Kramer por terem aceitado fazer parte da banca e pelos comentários e sugestões feitos.

Este processo não teria sido possível sem a concessão da bolsa pela CAPES.

Obrigado a todos!

Boa leitura!

Por que tornar as coisas simples, quando se pode torná-las complicadas?
(Levi, 1992, p. 160).

RESUMO

Após a Segunda Guerra Mundial, atuaram na Europa diversas organizações humanitárias com o objetivo de auxiliar as vítimas da guerra. Neste cenário, atuou o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, uma organização humanitária internacional, estabelecida em diversos países, com o empenho de prestar serviços de ajuda as vítimas de conflitos armados. O objetivo deste estudo é analisar, estudar e compreender a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no amparo às vítimas da Segunda Guerra Mundial que se encontram dentro do território alemão, por meio do envio de mantimentos, localização de pessoas e auxílio na e/i/migração para o Brasil, no período de 1945 a 1956, período que corresponde às demandas do pós-Segunda Guerra Mundial. Para isso, dialoga-se com a Micro-história e a História Transnacional, analisando a atividade desta filial da Cruz Vermelha inserida no contexto global de ajuda para a Europa após a Segunda Guerra Mundial. As fontes deste estudo são as cartas vindas da Europa e endereçadas a filial no período, além de documentos como ofícios e correspondências internas da organização. A filial do Rio Grande do Sul atuou principalmente em três frentes: o envio de pacotes de mantimentos; a ajuda em casos que envolviam emigração; e a busca do paradeiro de pessoas desaparecidas. A pesquisa indica que a Filial do Rio Grande do Sul serviu como uma mediadora entre mundos – Europa e América do Sul, Alemanha e Brasil – e entre sujeitos. Para encaminhar pacotes de mantimentos à Europa, articulou-se e trabalhou em conjunto com outras organizações, órgãos públicos e instituições internacionais. Dentro da própria estrutura do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, procurou auxiliar na busca do paradeiro de pessoas desaparecidas para reconectar os laços entre as famílias.

Palavras-chave: Cruz Vermelha Brasileira; Pós-Segunda Guerra Mundial; Processos migratórios; Rio Grande do Sul; Cartas.

ABSTRACT

After the Second World War, various humanitarian organizations operated in Europe with the aim of assisting war victims. In this scenario, the International Committee of the Red Cross, an international humanitarian organization established in several countries, was active in providing aid services to victims of armed conflicts. The aim of this study is to analyze, study, and understand the work of the Brazilian Red Cross, Rio Grande do Sul Branch, in helping the victims of the Second World War who were inside German territory by sending supplies, locating people, and assisting with emigration to Brazil from 1945 to 1956, a period that corresponds to the demands of the post-World War II era. To achieve this, we engage in a dialogue with Microhistory and Transnational History, analyzing the activities of this branch of the Red Cross within the global context of aid to Europe after the Second World War. The sources for this study are letters from Europe addressed to the branch during the period, as well as documents such as letters and internal correspondence from the organization. The Rio Grande do Sul branch worked mainly on three fronts: sending packages of supplies, helping in cases involving emigration, and searching for the whereabouts of missing persons. The research indicates that the Rio Grande do Sul branch served as a mediator between worlds—Europe and South America, Germany and Brazil—and between subjects. In order to send packages of supplies to Europe, it collaborated with other organizations, public bodies, and international institutions. Within the very structure of the International Committee of the Red Cross and the National Red Cross Societies, it has sought to assist in the search for the whereabouts of missing persons in order to reconnect ties between families.

Keywords:: Brazilian Red Cross; Post-Second World War; Migratory Processes; Rio Grande do Sul; Letters.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Alemanha e Áustria em 1946.....	35
Figura 2 - Meninos desempacotando pacotes Menonitas CRALOG (1947)	53
Figura 3 - Pacote de mantimentos CARE (CARE-Pakete).....	53
Figura 4 - Comitês das Senhoras Polonesas em atividade	67
Figura 5 - Padres jesuítas em frente à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (sem data).....	97
Figura 6 - Demandas por ano	116
Figura 7 - Pacotes sendo encaixotados (sem data)	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações campos de internados	78
Tabela 2 - Pacotes Empresa Ultramar – Detlev Ludewig (30/11/1946)	87
Tabela 3 - Pacotes da United States Parcel Service for Europe (09/11/1946)	88
Tabela 4 - Pacotes individuais do Comitê de Socorro à Europa Faminta - SEF	100
Tabela 5 - Número de cartas por ano (1947-1949).....	109
Tabela 6 - Número de cartas por Zona de Ocupação.....	110
Tabela 7 - Ocorrências individuais por ano (1946-1956)	112
Tabela 8 - Países de destino dos pacotes.....	119
Tabela 9 - Pacotes para as Zonas de Ocupação na Alemanha.....	120
Tabela 10 - Destino dos pacotes privados para a Alemanha	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACVBRS	– Acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul
CARE	– <i>Cooperative for Assistance and Relief Everywhere</i> - Cooperativa para Assistência e Socorro em Todos os Lugares
CICV	– Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CRALOG	– <i>Council of Relief Agencies Licensed to Operate in Germany</i> - Conselho de Agências de Socorro Licenciadas para Operar na Alemanha
CVB	– Cruz Vermelha Brasileira
CVB/RS	– Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul
DM	– <i>Deutsche Mark</i> - Marco Alemão
EUA	– Estados Unidos da América
FEB	– Força Expedicionária Brasileira
IECLB	– Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
OASE	– Ordem Auxiliar das Senhoras Evangélicas
OCCVB	– Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira
ONU	– Organização das Nações Unidas
PUCRS	– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEF	– Comitê de Socorro à Europa Faminta
SUP	– Sociedade União Popular – <i>Volksverein</i>
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. “As nossas belas cidades e indústrias jazem em cinzas”: a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial.....	33
1.1 - “A Alemanha continuará a ser uma zona de miséria”: divisão e ocupação da Alemanha.....	33
1.2 - “ <i>Ich bin Flüchtling</i> ”: Alemanha como uma “terra de deslocados”.....	38
1.3 - “Sou obrigado a pedir ajuda”: expulsão, fome e miséria	42
1.4 - “Apesar da chuva e da neve!”: os trabalhos das organizações humanitárias na Alemanha pós-guerra.....	50
2. “Vossa generosa doação será inesquecível”: o início dos trabalhos da Cruz Vermelha Brasileira no socorro às vítimas da guerra	61
2.1 – “Socorrer os seres humanos atingidos pelo maior flagelo do mundo”: a Cruz Vermelha Brasileira e os Comitês étnicos	61
2.2 – “Os alemães ultramarinos também estão ajudando”: O Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra de Porto Alegre.....	70
2.3 – O trabalho da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no pós-Segunda Guerra Mundial.....	86
2.4 – “Seria um grande impedimento ligarmo-nos à Cruz Vermelha”: o trabalho em conjunto do SEF e Cruz Vermelha.....	93
2.5 – “Laço fraternal de solidariedade”: o Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra.....	102
3. “Sua finalidade é socorrer”: o envio de mantimentos da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul.....	108
3.1 – O envio de mantimentos pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul.....	108
3.2 – A atuação das filiais municipais e além das fronteiras rio-grandenses.....	122
3.2 – Uma análise das redes entre sujeitos através de pacotes privados da Cruz Vermelha.....	127

3.3 - “Existem amigos além-mar”: as organizações humanitárias no universo privado de cartas trocadas entre pastores	131
3.4 – “Para os que não se esqueceram de mim”: a mediação da Cruz Vermelha Brasileira em casos de repatriamento, emigração e busca de desaparecidos.....	141
3.5 – “Eu imploro, em nome da Cruz Vermelha Brasileira, pela colaboração para a resolução de casos”: casos mediados pela filial do Rio Grande do Sul junto ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1947)	151
3.5.1 – Emigração familiar	152
3.5.2 - Casos de emigrantes que desejam retornar.....	155
3.5.3- Busca de desaparecidos.....	158
3.6– “Caro cunhado e querida irmã”: reconexão de laços entre sujeitos	160
3.7 – “(...) agindo em prol das vítimas dos desmandos políticos que infelicitas a Humanidade”: a mobilização étnica húngara no Rio Grande do Sul em prol das vítimas da Revolução Húngara.....	173
Considerações Finais.....	181
Referências Bibliográficas	188
Fontes Primárias	195

INTRODUÇÃO

Em 06 de setembro de 1946, em Amsterdam, foi escrita uma carta em português para o Sr. Sioma Breitman, residente em Porto Alegre. A missiva foi escrita por J. Baruch¹, um judeu de 28 anos, estudante de medicina, que estava agradecendo “o auxílio que deu mandando isto [um casaco] para a Europa”. No documento, ele descreve sua trajetória e o cenário da Holanda após o término da Segunda Guerra Mundial, “eu não fui deportado durante a guerra, bem que toda minha família fosse. Eu fui escondido com amigos cristãos e tomei parte no movimento subterrâneo na Holanda e mais tarde em 1944 na França”. Ao final da carta contou que sua mãe foi levada para o campo de concentração de Theresienstadt e depois foi transferida para outro, no qual ficou 2 anos e 5 meses presa, não sendo enviada para a Polônia, pois conseguiu arranjar documentos falsos para ela².

Sobre a situação dos judeus na Holanda, J. Baruch descreve que, ainda que o governo seja “amigo dos judeus”, o antissemitismo se faz muito presente. Com tal recepção e acolhimento, antes da guerra havia cerca de 14.000 judeus, e após, esse número chegou a 25.000. Ainda que tivesse acolhimento, o contexto geral da Europa no pós-guerra não era dos melhores.

A situação geral na Holanda está melhorando. A situação alimentaria não é boa, não há café, cacau, açúcar, carne, chocolate, doces, porém, pão e batatas se encontram, de maneira que não se passa fome. Há muitos poucos charutos e cigarros e é singular que durante e depois da guerra todos queiram fumar. Roupas estão ruins, assim como sapatos, e muito caros e raros. Se houver outra vez possibilidade de mandar alguma coisa por um comitê judaico lhe ficaremos muito agradecidos.³

¹ O autor da carta assinou apenas com a inicial do seu primeiro nome.

² BARUCH, J. [Correspondência]. Destinatário: Sioma Breitman. Amsterdam, 06/09/1946. Porto Alegre/RS. Pasta I. ACVBRS.

³ BARUCH, J. [Correspondência]. Destinatário: Sioma Breitman. Amsterdam, 06/09/1946. Porto Alegre/RS. Pasta I. ACVBRS.

Sobre o futuro, diz que teria que começar a vida do zero, o que seria difícil já que não tem nenhum dinheiro. Concluir seus estudos em medicina estava em primeiro lugar, o que acreditava que iria conseguir em 3 meses, mesmo que começar a clinicar seria difícil, já que não possuía dinheiro para comprar os materiais. “Talvez haja alguns médicos judeus que possuem livros em inglês, francês ou alemão ou instrumentos que podem dispensar. Eu ficaria muito agradecido se recebesse livros ou instrumentos ou outras coisas que podiam ser de utilidade para mim para começar minha carreira”⁴. Além deste desejo de continuar a estudar, J. Baruch descreve seu desejo de emigrar. Entre seus destinos estava a Palestina, mas a fronteira ainda estava fechada e obter uma licença profissional de médico em outros países seria muito difícil. Em meio a todo o cenário de destruição, fome e antissemitismo, ele manteve seus sonhos vivos, acreditando em seu futuro como médico, acreditando que dias melhores iriam vir.

O que esta carta tem de relevante? Apenas uma carta isolada não revela muito. Ela descreve um pouco sobre a trajetória após a guerra de um judeu residente em Amsterdam e escreve agradecendo a outro judeu morador de Porto Alegre. A escrita da carta leva a crer que ambos não se conheciam, e não é possível saber se mantiveram contato após esta carta de J. Baruch. Este documento, assim como tantos outros, está inserido dentro de um contexto global de ajuda para a Europa após a Segunda Guerra Mundial. No espaço deste trabalho, estas cartas foram escritas por famílias que estavam instaladas na Alemanha, transitavam cerca de 2 a 3 meses até chegar à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul (CVB/RS), em Porto Alegre, onde se mantêm arquivadas, pedindo que esta organização enviasse um pacote de mantimentos. Certamente outras milhares de cartas circularam pelo Rio Grande do Sul no período do pós-guerra. Essa circulação de ideias, desejos, medos, pedidos, sonhos e angústias, se deu dentro do espaço privado, entre as famílias e amigos, nem todas acabaram sendo conservadas ou estão acessíveis para os historiadores.

As cartas que vieram da Alemanha, foram enviadas por dois momentos: inicialmente eram destinadas a familiares, amigos ou conhecidos que residiam no Rio Grande do Sul, e em tantos outros Estados e países, acionando assim as redes particulares dos sujeitos. No período pós-guerra, estas redes foram utilizadas para relatar a experiência da guerra e pedir auxílio aqueles que estavam no além-mar. No sentido reverso, a

⁴ BARUCH, J. [Correspondência]. Destinatário: Sioma Breitman. Amsterdam, 06/09/1946. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACVBRS.

organização foi procurada dentro do Estado, para enviar mantimentos para a Europa. Em segundo momento, aqueles que não possuíam algum vínculo no exterior, procuraram as organizações internacionais em busca de ajuda, como a Cruz Vermelha Brasileira (CVB), tendo conhecimento através de noticiários ou pelo boca a boca que a Filial do Rio Grande do Sul estava enviando mantimentos para a Alemanha.

Essa pesquisa insere-se os estudos migratórios, uma vez que aqueles que buscaram a Cruz Vermelha e que auxiliaram as vítimas do pós-guerra eram, em sua maioria, compostos por imigrantes e/ou descendentes de imigrantes instalados no Rio Grande do Sul, ou seja, pessoas que possuíam algum tipo de vínculo (familiar, amizade, afetivo) com um residente na Europa. Além disso, as migrações aparecem em outros momentos, de maneira sutil, como é o caso dos sujeitos refugiados/deslocados que escrevem cartas, já em outras, de maneira mais direta, como o auxílio para emigrar para o Brasil. Sendo assim, como migração compreende-se a mudança do lugar de residência. Migração é, portanto, qualquer movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população de uma sociedade, enquadrando-se dentro do campo das mobilidades espaciais, estas que se entende como a habilidade de mover-se no espaço, compreendendo a mudança de residência (Cunha, 2011, p. 8).

Os motivos que levam um sujeito a realizar um processo migratório são diversos e variam conforme a época: guerras civis, conflito entre países, pobreza, perseguições, desastres ambientais, etc, Abdelmalek Sayad (1998) considera a imigração um fato social completo, tendo em vista que o emigrante e o imigrante são a mesma pessoa, causando impacto tanto no local de partida quanto no local de chegada. O imigrante realiza de maneira integral as experiências básicas da humanidade, uma exploração do mundo, uma viagem rumo ao desconhecido, mas apenas realiza isso quando não encontra o que necessita em sua terra natal, ou quando é expulso dela. Parte para um novo mundo em busca daquilo que não conseguiu em seu local de origem, mas sempre imaginando seu retorno com aquilo que buscava, já parte com o retorno em mente (Resstel, 2015, p. 17). E/I/Migrar é abandonar uma situação de passividade, abandonando o conforto e a segurança que possui e indo em direção ao desconhecido (Resstel, 2015, p. 22).

Há uma variedade infinita de motivos e condições dos fenômenos migratórios, destaca-se durante e no pós-Segunda Guerra Mundial, a figura do deslocado de guerra, sujeitos forçados a abandonar seus países, rompendo bruscamente seus laços e redes para serem enviados a campos de trabalho forçado ou por ter suas moradias destruídas por

conta da guerra. O deslocado é diferente do refugiado, este último sai de maneira um pouco mais espontânea de seu país de origem, por razões políticas ou religiosas.

Os chamados “deslocados de guerra” são caracterizados pela saída forçada de seus países e pelo trabalho forçado nos campos de concentração durante a guerra. Eles possuíam treinamento técnico e qualificação profissional e se caracterizavam por apresentar um número grande de jovens treinados e com capacitação para o trabalho industrial (Bastos; Salles, 2014, p. 154).

Na perspectiva de Odair da Cruz Paiva (2008), os “deslocados de guerra”, no pós-Segunda Guerra Mundial eram na realidade refugiados, dada a negativa que estas pessoas tinham com relação às motivações de caráter político e ideológico, mas essa mudança na denominação tinha como justificativa não tencionar as relações com a URSS. Considerando estas populações como refugiadas, teria sérias implicações políticas (Paiva, 2008, p. 6). As estatísticas sobre o número de refugiados durante e no pós-guerra variam entre 8 milhões até 70 milhões, Eric Hobsbawm (1995) estima 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa, desconsiderando trabalhadores forçados e alemães que fugiam diante do avanço dos exércitos soviéticos, cerca de 13 milhões de alemães foram expulsos das partes da Alemanha ocupadas pela Polônia e a URSS, da Tchecoslováquia e partes do Sudeste europeu onde haviam sido assentados.

Ao emigrar para outro país, o sujeito acaba por romper com os seus laços sociais e familiares, os quais tentariam reestabelecer o contato durante o resto da vida de ambos os lados. As cartas são um exemplo dessa tentativa de reconexão dos laços rompidos, em um mundo anterior às facilidades que a internet proporcionou – no que se refere a troca de mensagens –, havia um fluxo frequente de cartas. A troca epistolar pode ser compreendida dentro de uma rede de relações sociais do remetente, mesmo desconhecendo o destinatário, é pensando nele que os remetentes escrevem, é a fé depositada nele que irá conseguir restabelecer suas redes familiares e de amizades, que foram rompidas por diversos motivos.

Trabalhar com cartas deve ser entendido como trabalhar com a “escrita de si” ou “produção do eu”, a carta é um produto do íntimo, do particular, produzida para um sujeito específico e direcionada ao outro. Por ser um produto da vida privada, o qual expressa a visão e compreensão da realidade de quem a escreve, é impossível de se saber a verdade dos fatos, ou o que realmente aconteceu, mesmo que existisse uma pequena possibilidade, ela deveria ser descartada, não se busca compreender os fatos, mas sim entender como o sujeito de maneira singular, que escreveu sobre tais fatos viu, sentiu e os vivenciou (Gomes, 2004). Assim como a escrita de cada indivíduo é única, refletindo

tanto a singularidade dos sujeitos quanto os diferentes tempos, espaços e informações registrados nas cartas.

Há também os textos que procuram registrar, evidentemente não de forma exclusiva, fatos referentes a uma temporalidade basicamente profissional, assumindo características de linguagem mais distantes de uma escrita íntima, sem deixar de ser uma escrita pessoal. E pode-se, evidentemente, encontrar uma escrita de si que busque cobrir um período de tempo ordinário em suas múltiplas temporalidades: a do trabalho, da casa, dos sentimentos íntimos, do lazer e do cotidiano. Os registros que as mulheres fazem de suas vidas — em cartas, diários ou memórias — costumam ser extremamente ricos desses exemplos (Gomes, 2004, p. 18).

O que leva um sujeito a escrever para outro? Diferente de um diário, que é guardado para si, uma missiva é destinada a alguém, as informações contidas nela são específicas para aquele que recebe, escrever é um ato que exige tempo, disciplina, reflexão e principalmente confiança. Há várias razões para se escrever: informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc. Mas também é um ato terapêutico, de superar a solidão - quando se está só - e de superar distâncias e a saudade - quando se está muito longe do destinatário, é possível se fazer junto/próximo ao outro (Gomes, 2004).

A carta faz o escritor estar junto a quem é dirigida, mas não apenas em informar os relatos da vida, é uma presença quase imediata e física (Foucault, 1992). Mas ela é uma “fotografia” do momento em que é escrita, visto que quanto maior a distância, maior o tempo para chegar ao seu destino, nesse meio tempo outra realidade pode ter se formado, quem escreveu pode já ter morrido, sendo a carta um registro da realidade da pessoa até ela terminar de ser escrita, a realidade congela e se preserva em linhas numa folha. São diferentes pontos de vista sobre um mesmo cenário, percepções diferentes, sendo um canal de comunicação que busca um pequeno encontro, não físico, mas como uma forma de superar a distância, é “um exemplo singular da vontade de persuasão presente no jogo discursivo” (Charaudeau, 2001 *apud* Lima, p. 220).

A escrita para superar distâncias está ligada principalmente aos deslocamentos ou movimentos migratórios realizados por famílias e sujeitos, por diversos motivos. No contexto dos movimentos migratórios, a carta, segundo Federico Croci (2008), nos permite observar esses movimentos pela perspectiva de quem participa. Conforme o autor, a carta

é o que reúne um potencial evocativo e de fascínio de apelo excepcional, pelo simples fato de ser um documento privado e pessoal que, pelo menos virtualmente, nos transporta de improviso bem para o meio do evento

emigração, tendo-nos observar internamente alguns aspectos ou momentos, inclusive particularmente íntimos, sob o ponto de vista dos protagonistas (Crocí, 2008, p. 14).

Trata-se, portanto, de um documento que registra as novas experiências do e/i/migrante, das suas percepções, transformações sociais, culturais e identitárias provocadas pelo fenômeno migratório, é, como já vimos, na necessidade de superar distâncias, que a escrita aparece (Crocí, 2008). O fenômeno migratório, principalmente os intercontinentais, acabam cortando relações entre os sujeitos, os laços entre eles são cortados conforme o navio vai se distanciando da costa. Os emigrantes, passariam a vida inteira na

tentativa de juntar as pontas daqueles fios, aquelas ligações familiares, identitárias e comunitárias que se haviam rompido no cais na hora da partida. As cartas são justamente o testemunho deste esforço, desta tarefa impossível: a busca constante para reconstruir, ou manter inalterado, através da escrita, aquilo que a emigração havia irremediavelmente interrompido ou modificado (Crocí, 2008, p. 17).

O historiador, ao se deparar com um acervo de cartas, espia através da fresta da vida privada do autor, “dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva” (Malatian, 2009, p. 200). Trabalhar com tal tipo de documento implica, como lembra Gomes (2004), em uma série de questões que o historiador deve estar preparado para responder

Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o(s) seu(s) objetivo(s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem? (Gomes, 2004, p. 21).

Portanto, o historiador ao trabalhar com este tipo de documento deve levar em consideração todas essas questões. Porém, algumas ficarão sem resposta devido, muitas vezes, à própria conservação do acervo, onde muitas cartas e memórias acabam se perdendo. Ou ainda a dificuldade de rastrear o/a autor/a da missiva, seja pela falta de informações ou pela dificuldade de acesso aos arquivos. Aos poucos, o uso de cartas como fontes históricas em pesquisas tem ganhado mais espaço, tais fontes nos revelam práticas cotidianas de diferentes épocas, as missivas são guardiãs de desejos e memórias pertencentes a indivíduos comuns. Estas fontes, conforme Roger Chartier (1996, p. 12), são os testemunhos das “novas exigências de uma economia artesanal e comercial, que

supõe cada vez mais o registro escrito das transações e o desejo dos indivíduos de um melhor controle de seu tempo através de uma escritura do presente, produzida dia a dia, e da memória do passado confiada à escritura”. Através das cartas é possível entender – ainda que parcialmente – o contexto geral, de como estes homens e mulheres descrevem o pós-guerra.

As cartas que serão tratadas neste estudo diferem daquelas que correspondem a uma troca epistolar, uma vez que são unilaterais, não possibilitando um contato do autor além do que há registrado no documento. A carta é uma escrita produzida no “calor do momento”, uma escrita quente, que não possui intenção de contar causos familiares ou revelar segredos íntimos, isto é, revelar a vida privada do/a escritor/a e, dependendo da pesquisa, permite assistir o cotidiano e entender mais das redes, ideias e sonhos de quem escreve.

Como os elementos que constroem as relações contratuais modificam-se conforme o interlocutor (estou falando com o meu amigo ou com a minha mãe?), o desafio colocado para o remetente (pensando o campo das cartas) é o de manter uma linha coerente de princípios de pensamento. Quanto mais contraditório, mais as “expectativas de significação” sobre um determinado assunto são distintas já que pressupõem o uso de diferentes cálculos e estratégias. (Lima, 2010, p. 220).

O interlocutor ou destinatário final da carta era uma organização humanitária, a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, escrever a ela no contexto pós-guerra tinha como propósito conseguir alguma forma de ajuda. Estas cartas também se inserem dentro do próprio trabalho realizado pela organização, a qual é parte de uma rede internacional dedicada à assistência humanitária, sendo uma extensão das iniciativas do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), foi fundado pelo suíço Henry Dunant, em 1863, após presenciar o sofrimento e abandono dos soldados nos arredores de Solferino, após publicar o que viu em Lembranças de Solferino, em 1862, suas ideias passaram a ser estudadas por um grupo de cidadãos suíços, que fundaram o CICV.⁵

Aquele impulso não somente daria origem ao CICV, mas também pela primeira vez na história, os Estados assumiriam obrigações jurídicas e operacionais para garantir o respeito e o socorro incondicional dos soldados em campanha. De fato, em 1864, adotou-se a Primeira Convenção de Genebra,

⁵ A iniciativa humanitária de Henry Dunant mobilizou cidadãos suíços, governos e cortes locais a institucionalizar o auxílio e socorro dos soldados durante as guerras, durante a Primeira Convenção de Genebra, em 1864, foi apresentado o símbolo da Cruz Vermelha, as cores do símbolo inverteram as cores da bandeira da Suíça, para homenagear o país, assim todos os agentes da organização seriam facilmente identificados. Fonte: História do CICV. <https://www.icrc.org/pt>. Acesso em 22/01/2024.

que abriria o caminho ao desenvolvimento das limitações na condução das hostilidades, assim como das obrigações de proteção e assistência para todas as vítimas das guerras, incluindo a população civil. O conceito que estabelece que “nem tudo é permitido na guerra” começaria a se materializar por meio de normas internacionais. Nascia assim o Direito Internacional Humanitário (DIH) (CICV, 2014, p. 3).

A criação, tanto do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, quanto da Primeira Conferência de Genebra de 1864, se deve ao desenvolvimento das armas de fogo e ao aprimoramento da “arte” da guerra; por conta desse aperfeiçoamento, multiplicou-se o número de mortes em guerras. A organização define a si mesmo como “independente e neutra”⁶, seu objetivo é exclusivamente humanitário a fim de “proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência”.

Foi durante a Guerra Espanhola e a Primeira Guerra Mundial que o CICV passou a participar diretamente nos campos de batalha e na coordenação de ajuda. Uma das medidas foi a criação da Agência Central de Prisioneiros de Guerra, que restabelecia os contatos entre os soldados capturados e as suas famílias.⁷ Outras medidas foram estabelecidas especialmente na área da saúde, com o envio de voluntários e ambulâncias aos campos de batalha para prestar assistência médica aos combatentes, estes serviços ficariam conhecidos e marcariam o trabalho desta organização, relacionando seu logo – uma cruz vermelha em um fundo branco – como o símbolo internacional de serviços médicos.

A Cruz Vermelha Brasileira, foi fundada no ano de 1907, tendo como primeiro presidente o sanitarista Oswaldo Cruz, estando presente atualmente em 21 estados do país. Ainda em âmbito nacional, foi criado o comitê de senhoras da sociedade carioca, “Damas da Cruz Vermelha Brasileira”, cuja tarefa era a formação de um Curso de Enfermeiras Voluntárias.⁸

No Rio Grande do Sul, a filial da Cruz Vermelha Brasileira, foi fundada no dia 16 de maio de 1940, em Porto Alegre.⁹ O evento contou com a presença de sujeitos ilustres da sociedade Riograndense, destacaram-se a presença do Coronel Oswaldo

⁶ Fonte: <https://www.icrc.org/pt/o-cicv>. Acesso em 22/01/2024.

⁷ Fonte: <https://www.icrc.org/pt/o-cicv>. Acesso em 22/01/2024.

⁸ Fonte: <https://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/>. Acesso em 22/01/2024.

⁹ Inicialmente, foi fundada com o nome de Cruz Vermelha Rio-Grandense, sendo alterada na Assembleia Geral de 6 de agosto de 1941 para Cruz Vermelha Brasileira, Filial no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Ata Assembleia Geral da Cruz Vermelha Brasileira, 06/08/1941. Livro de Ata 1, ACVBR. Porto Alegre/RS.

Cordeiro de Farias, interventor federal do Rio Grande do Sul, Dom João Batista Becker, Arcebispo de Porto Alegre, Major Aurélio de Lima Py, entre outros.¹⁰ Ficou constituída a primeira diretoria: Dona Laura Costa Leitão de Carvalho, Presidente; Dona Odila Gay da Fonseca¹¹, Vice-presidente; Cap. Severino Sombra, Secretário Geral; Dona Eleonora Leitão de Carvalho, 1ª Secretária; Dona Idalina Costa Bernardi, 2ª Secretária; Dona Ernestina Vorelly, 1ª Tesoureira; Dona Amethysta Amaro, 2ª Tesoureira.¹²

A respeito dos trabalhos referentes a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, há alguns estudos iniciais inseridos dentro do projeto “Cartas de famílias à Cruz Vermelha Brasileira, filial Porto Alegre, no pós-II Guerra Mundial”, coordenado

¹⁰ Estiveram presentes: Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, Arcebispo D. João Becker, Cmt. Da 3ª região Militar Cel. Estevão Leitão de Carvalho, Dr. João P. Coelho de Souza, Dr. Ataliba Paz, Major Aurelio Py, Cel. Ângelo Melo, Dr. Bonifácio Costa, Dr. Achilles Galloti, Dr. José de A. Fontoura, Cel. João Pereira de Oliveira Salathiel de Barros, Dr. Verissimo Ribeiro, Mansueto Bernardi, Dr. Luis Alencastro, Tnt. Cel. Helio C. Gonçalves, Avany Cordeiro de Farias, Laura Costa Leitão de Carvalho, Senhorinha Maria Ramos Molinario, Adelmá Peixoto Sassem, Idalina C. Bernardi, Ilza Pinto Chavez Barcellos, Odila Gay da Fonseca, Iracilda Py, Ernestina de Amaro Gorelly, Déa Cesar Confal, Beatriz Sombra de Albuquerque, Dr. Augusto Maria Lisson, Raida Lisson, Amethysta Soares de Amaro, Inah M. Pereira de Oliveira, Aluisio Miranda Mendes, Madeleine P. de M. Mendes, Emma Pêgas de Alencastro, Antonia S. de Mello, Germano Petersen. Pelo Prefeito Sr. José Loweiro da Silva, Dr. Antonio Carlos Rebello Horta, Arminda Costa, Oswaldo Corifal, Dr. Otacilio Pereira, Hugo Airtto, Bernardo O. Sauen Junior, José Menezes Carpena, Ernesto Büllou, Dagoberto Gonçalves, Celina Chaves Kroff, Lydia Moschetti, Eleonora Leitão de Carvalho, Cleita Lopes Mayer, Maria G. Paz, Emilia Agrifoglio, Maria P. Soares, Jenny Fleck, Edith B. Coelho de Souza, A. J. Renner, Cap. Severino Sombra, Dr. Daniel de Carvalho, Cap. Lauro Corrêa, Antônio O. Bop. , Tnt. Cel. Dr. Florencio de Abreu, D. Luizinho Aranha, D. Vidinha Aranha, Major Dr. Arthur de Alcantara. Fonte: Ata da Assembleia de Instalação da Cruz Vermelha Rio Grandense, 16/05/1940. Livro de Ata 1, ACVBRs. Porto Alegre/RS.

¹¹ Conforme o livro biográfico sobre Odila Gay da Fonseca, publicado em 1995 por Denize Crespo Gay da Fonseca, é informado que nasceu em 12 de outubro de 1895, pertencendo a uma das “mais ilustres famílias rio-grandense, sendo descendente direta do grande general José Luís Menna Barreto e do notável escrito José Pedro Gay, neta dum dos maiores médicos da Bahia, Dr. Policarpo Antônio Araponga” (Fonseca, 1995, p. 54). Trabalhou junto com Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, na “legião de Caridade, organizada para atender as famílias dos soldados da revolução de 1930”. Durante sua trajetória, atuou em diversas instituições de caridade como: Creche Nossa Senhora Auxiliadora do C.O.P. A., Orfanato Pão dos Pobres, Creche São Francisco de Assis, Educandário São João Batista, Asilo da Mendicidade, Asilo São Joaquim, Asilo Santa Tereza, Amparo Santa Cruz, Asilo São Benedito, Leprosário Itapuã, Instituto Pestalozzi, Santa Casa de Misericórdia, Obras de Santa Isabel, Associação Pelotense São Francisco de Paula, Campanha do Ar, Pró-Capela Nossa Senhora de Loreto, entre outras (p. 55). Foi nomeada, em 1937, Assistente Social do Departamento Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Junto à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, indicou o nome de Luiza Leitão de Carvalho para ser a primeira presidente. Sendo eleita presidente em 1942, onde desenvolveu grande atividade, fundando “52 filiais municipais, autorizando ainda o funcionamento de cinco postos na cidade de Porto Alegre e um Departamento Juvenil. Formou elevado número de Samaritanas e socorristas na Defesa Passiva, atingindo a 4.000 socorristas”.

¹² Constituíram a mesa: Interventor Federal, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias; Arcebispo Dom João Becker; Gen. Estevão Leitão de Carvalho, Comandante de 3ª região militar; Dr. Daniel de Carvalho, Vice-presidente da Cruz Vermelha Brasileira; Capitão Severino Sombra. A Presidência de Honra foi dada: Presidente Getúlio Vargas, Dona Darcy Vargas, General Leitão de Carvalho, Interventor Coronel Cordeiro de Farias, Dona Avany Cordeiro de Farias, Arcebispo Dom João Becker, Dona Carolina Annes Dias. A Vice-presidência de Honra: Dr. José Loureiro da Silva, Ten. Cel. Dr. Florencio de Abreu, Dona Kuisinha Aranha, Dona Vidinha Aranha, Major Dr. Arthur de Alcantara. Fonte: Ata da Assembleia de Instalação da Cruz Vermelha Rio Grandense, 16/05/1940. Livro de Ata 1, ACVBRs. Porto Alegre/RS.

pela Professora Dra. Rosane Marcia Neumann, e pela Professora Dra. Marlise Regina Meyrer. O primeiro trabalho o tema é de autoria de João Sand e Vanessa Fritzen (2021), neste estudo os autores analisaram a CVB/RS atuando na busca de desaparecidos. No estudo, os autores procuraram “vestígios dos emigrantes do Leste europeu que, supostamente, emigraram para o Rio Grande do Sul, durante e no pós-II Guerra Mundial, e perderam o contato com a família” (Sand, Fritzen, 2021, p. 70). Outro estudo, de Rosane Neumann e Marlise Meyrer (2021) identificou cartas do período pós-Segunda Guerra Mundial, na Cruz Vermelha Brasileira, Filial Porto Alegre, pedindo auxílio na busca de desaparecidos, pedidos e agradecimentos de envio de mantimentos.

As cartas foram recebidas, em sua maioria, no período de 1946 e 1949, com tipo de escrita descrito por Méri Frotscher (2013; 2015; 2018; 2019), como cartas-pedido (*Bittbriefe*, em alemão), direcionadas para a Cruz Vermelha. Estas cartas vinham com pedidos de pessoas “comuns” que procuravam reconstruir suas vidas numa Alemanha em ruínas (Frotscher, 2019, p. 113). A autora, em outro estudo, também apresenta outro tipo de cartas, as cartas de emergência (*Notbrief*, em alemão), as quais informam a luta diária para sobreviver, sobre as consequências da guerra para a vida privada, sobre os destinos trágicos dos sobreviventes de bombardeios ou de famílias de alemães evacuados, refugiados ou expulsos de territórios do Leste (Frotscher, 2015). Considero que as cartas-pedido e cartas de emergência compõem um mesmo grupo. As cartas, porém, não são marcadas com uma categorização, isto é, a definição de uma carta é feita pelo pesquisador, que organiza estes documentos em diferentes tipos de cartas.

Além destas, há também as cartas-agradecimento (*Dankesbriefe*, em alemão), que, como o nome sugere, eram escritas para agradecer pelos mesmos sujeitos que receberam um pacote de mantimentos e que, então, escreviam pela gratidão que possuíam. As cartas-agradecimento podem também ser uma carta-pedido, já que ao agradecer, o escritor também pedia mais um pacote de mantimentos, como é o caso de Jakob Pink, morador de Köln.

Depois de ter recebido um belo pacote de donativos em que havia coisas bonitas para mim pessoalmente, nomeadamente 1 saia de rua, bem como tecido para um par de calças e um terno de verão, gostaria de vos agradecer muito por estas coisas.

Também neste pacote havia uma lata de sal, o que nos foi muito útil, porque não tínhamos mais nada com que cozinhar.

Em geral, as coisas estão um pouco melhores agora e pode comprar muitas coisas se puder. Mas para nós é difícil com os baixos salários. Café, cacau, gordura, bacon etc. estão todos nas vitrines das lojas, mas não se pode comprá-los porque não se tem ouro.

Por isso, meus caros doadores, mais uma vez obrigado pelas coisas bonitas.¹³

A escrita de Jakob evidencia as necessidades básicas e a impossibilidade de conseguir, por conta dos preços, roupas e alimentos, por isso agradece as doações, que supriam por algum tempo suas necessidades. Ao final da carta, escreve “se puder enviar-me um pacote de comida, ficar-lhe-ia muito grato”¹⁴. Não foi localizada a carta em que Jakob Pink solicita mantimentos pela primeira vez, possivelmente ele havia descrito sua situação, se era deslocado ou não, com quantas pessoas residia etc. Estes exemplos trazidos até aqui demonstram as necessidades básicas que havia na Alemanha pós-guerra, e a gratidão em receber tais mantimentos através de cartas. Estes documentos são narrativas autorreferenciais nas quais aquele que escreve é um “personagem de si mesmo”, num “teatro de memórias” ambientado num país derrotado não apenas militarmente, mas também moralmente (Frotscher, 2019, p. 113).

Estes são alguns exemplos das cartas que compõem o acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul¹⁵. O acervo é composto por, aproximadamente, 500 cartas vindas da Europa entre os anos de 1945 e 1956, além de documentos como ofícios e correspondências internas da organização¹⁶. Também fazem parte do acervo os livros de atas de assembleias da organização. Neste estudo, utilizaremos principalmente primeiro, que corresponde aos anos de 1940 a 1961. As cartas podem ser divididas em três grupos: cartas com pedidos de mantimentos vindas dos civis vítimas da guerra; cartas oficiais da Cruz Vermelha, vindas do/e expelidas para o órgão central, com pedidos de busca de desaparecidos; cartas de civis e empresas das zonas de colonização alemã e de instituições (colégios e hospitais) ligados a organizações religiosas solicitando informações de como enviar mantimentos para a Europa. Além destas cartas, há também

¹³ PINK, Jakob. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Köln, Alemanha, 01/05/1949. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

¹⁴ PINK, Jakob. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Köln, Alemanha, 01/05/1949. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

¹⁵ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, o acervo estava sob a responsabilidade da Filial do Rio Grande do Sul. Contudo, devido a questões judiciais, há uma incerteza na permanência da organização em Porto Alegre, em 2020 o prédio da sede foi posto a leilão, assim, o destino do acervo é incerto. Sobre o caso ver a matéria: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2020/03/predio-da-sede-da-cruz-vermelha-em-porto-alegre-vai-a-leilao-nesta-quinta-feira-ck7dps2tk01c801pqo7r6qy21.html>. Acesso em 24/03/2024.

¹⁶ Algumas cartas que estão escritas em polonês, inglês, português e russo, porém, a maioria das cartas está escrita em língua alemã. A tradução destes documentos foi feita de forma livre pelo autor.

nesse acervo documentos oficiais referentes a outras questões, mas ainda dentro da demanda de auxílio às vítimas da guerra na Europa.¹⁷

Outros trabalhos também já abordaram o pedido de mantimentos através de cartas, Frotscher (2013; 2015; 2018; 2019) analisou 41 cartas recebidas pela administração do município de Blumenau vindas da Alemanha, entre os anos de 1946 e 1950. Essas cartas tratava-se de cartas-pedido endereçadas a autoridade (prefeito) de Blumenau com pedidos para que fossem enviados mantimentos e justificam tais pedidos de diversas maneiras. Ficavam sabendo sobre o envio de mantimentos por meio da imprensa ou até mesmo por “boca a boca” de sujeitos que tinham amigos ou parentes no estrangeiro, escreviam então as cartas-pedido não apenas aqueles que tinham conhecidos em Blumenau, mas também outros que endereçaram para desconhecidos, no caso o prefeito de Blumenau. Evandro Fernandes (2005; 2014), evidenciou o trabalho do Comitê Socorro Europa Faminta (SEF), que se destacou pela mobilização étnica no contexto urbano e rural das zonas de colonização teuto-brasileira do sul e sudeste do Brasil, de 1946 a 1949 (Fernandes, 2005). Outros estudos em andamento poderão fornecer e ampliar a escala de análise sobre o papel do Brasil no pós-guerra, me refiro à Dissertação de Mestrado em história em andamento na Universidade de São Paulo, de autoria de Ananda Mendes Lima, sob o título “Brasil no pós-guerra: refúgio e refugiados, seu arcabouço legal e redes de apoio”, que busca analisar o papel da Cruz Vermelha Brasileira na recepção de refugiados no pós-guerra; e da Tese de Doutorado em História em andamento na Universidade Federal do Paraná, de autoria de Henrique Schlumberger Vitchmichen, intitulada “Entre deslocados e apátridas: uma análise do refúgio pós-Segunda Guerra Mundial a partir dos ucranianos e suas cartas”, onde investiga a atuação do Comitê Ucraniano de Auxílio às Vítimas da Guerra no Paraná no pós-guerra.

A breve discussão bibliográfica levantada até agora será aprofundada ao longo da escrita deste estudo, porém merecem uma consideração inicial. Há, nestas narrativas, um fio condutor, todas compõem um mesmo contexto: o pós-guerra da Alemanha. Portanto, estes trabalhos não são “ilhas isoladas”, mas dialogam entre si e, juntos, contribuem para aprofundar e melhor compreender a atuação do Brasil no cenário de uma Alemanha em ruínas. A atuação destas organizações e comunidades evidencia os laços entre dois mundos, Alemanha e Brasil, Europa e América Latina. Estas comunidades são

¹⁷ Durante o mestrado, realizei, graças ao Centro de Estudos Europeus e Alemães, da PUCRS, um programa de mobilidade acadêmica no *Lateinamerika-Institut* da *Freie Universität Berlin*, junto ao Professor Dr. Stefan Rinke. Na oportunidade, pude pesquisar nos arquivos da *Deutsches Rotes Kreuz* e do *Bundesarchiv*.

como cordas composta por muitos fios, que sozinhos facilmente se rompem, mas juntos se fortalecem. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar, estudar e compreender a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no amparo às vítimas da Segunda Guerra Mundial que se encontram dentro do território alemão, por meio do envio de mantimentos, localização de pessoas e auxílio na emigração para o Brasil, no período de 1945 e 1956, período que corresponde às demandas do pós-Segunda Guerra Mundial.

Para este estudo, dialoga-se metodologicamente com a Micro-história e com a História Transnacional, partindo de um quadro geral – global – de arrecadação e envio de fundos e donativos para a Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, analisa-se a atuação de uma organização, a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Desta forma, Giovanni Levi (2020) entendendo a Micro-história, e a própria História como a ciência das perguntas gerais e respostas locais, temos uma questão/pergunta geral “como se deu o envio de mantimentos para a Europa, no pós-Segunda Guerra Mundial?”. A resposta será obtida através da microanálise da atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul.

Ao analisar em pequena escala, é possível de identificar “relevâncias invisíveis para um observador distante e para uma leitura de ampla dimensão” (Levi, 2020, p. 21). A micro-história, portanto, auxilia numa análise mais complexa, a qual renuncia as leituras esquemáticas e gerais, este processo de estudo minucioso de uma micro realidade, revela os caminhos pelos quais a história foi escrita, os erros e acertos cometidos, o contexto em que tais decisões foram tomadas, compreendendo assim como se originam comportamentos, escolhas, solidariedades. Ela não pretende ser uma história das minorias e dos excluídos, mas sim a

reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os homens se movem (Oliveira, 2009, p. 14-15).

O importante para a Micro-história não é a quantidade de fontes, mas o rendimento delas, quais informações pode-se extrair delas, e como essas informações se cruzam com as que já foram obtidas de outras fontes. Para Levi (2014), é importante, saber resumir a fonte, torná-la maleável, para assim poder comunicar. De forma estatística, o acervo de cartas da Cruz Vermelha permite realizar um levantamento de que regiões e cidades vinham as cartas, as datas, o gênero do/a escrito/a, se era escrita por um

alemão ou por um deslocado na Alemanha etc. Mas, além disso, permite também analisar os dados “mentais”. São cartas, escritas no calor do momento, um retrato da realidade, revelando medos, aflições, desejos, esperanças, sonhos, memórias. É possível compreender a lógica da circulação de informações na Alemanha pós-guerra, como os sujeitos ficavam sabendo que uma Filial da Cruz Vermelha, no Sul do Brasil, estava enviando mantimentos para as vítimas da guerra. Esta análise é um experimento físico e mental, já que o historiador, conforme Deivy Carneiro (2022), deve-se examinar as possibilidades, sem descartar qualquer elemento, seja geral (global) ou específico (micro/local).

É partindo da Micro-história que se busca reconstruir, através das fontes, os “momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem” (Levi, 2016, p. 23). É através dessa leitura do micro, que permite aos historiadores “aproximarem-se da trama da realidade social, como se essa fosse olhada por um microscópio” (Lima, 2023, p. 10). Esta realidade, porém, como adverte Giovanni Levi (2023, p. 33), está “inexaurivelmente longe de ser compreendida de maneira total e definitiva. A realidade existe e é possível aproximar-se à sua compreensão e descrevê-la, mas sempre parcialmente”.

É através das fontes, destes fios, que orientam o historiador nos rastros, no labirinto da realidade (Ginzburg, 2007). Uma das perguntas que deve ser feita é qual a intencionalidade das fontes, pois a sua produção insere-se em um contexto específico, no qual são moldadas. A “intenção atribuída às fontes não é intenção de fazer algo, mas sim uma intenção que se inscreve na ação de fazer, a intenção no *fazer*” (Cerutti, Gramgaud, 2023, p. 85). Assim, a forma em que essas ações se apresentam – as fontes – revela o contexto no qual foram enunciadas. Os resultados deste experimento não podem ser transferidos automaticamente para um âmbito macroscópico (e vice-versa), pois é essa heterogeneidade, a singularidade do objeto e do estudo, que permite perceber e observar as implicações da construção da história, que podem auxiliar na formulação de novas perguntas e hipóteses, em diferentes escalas, até mesmo global (Ginzburg, 2007, 2023).

Assim como as demais abordagens da História Global, a História Transnacional está inserida dentro de uma tendência historiográfica de superação do nacionalismo metodológico. Levando isso em consideração, a História Transnacional ainda tem a nação como problema, se preocupando em compreender os fluxos entre as nações, buscando

entender os surgimentos, os motivos e os papéis das fronteiras nacionais. Não se interessa, necessariamente, por uma História Global, mas sim em se restringir a recortes locais e regionais, desde que com isso se problematize o caráter supostamente a-histórico da nação (Lowande, 2018, p. 229). Esta abordagem busca compreender as interconexões da humanidade através de fronteiras nacionais e culturais, os movimentos das ideias, coisas, pessoas e práticas que cruzaram essas fronteiras.

Trans denota movimentação através de espaço e através de fronteiras, bem como mudança na natureza de algo. Além de sugerir novas relações entre estados, transnacionalidade também alude ao transversal, o transacional, o translacional, e os aspectos transgressivos do comportamento e da imaginação contemporâneos que são incitados, habilitados e regulados pela lógica variável dos estados e do capitalismo (Ong, 1999, p. 4 *apud* Purdy, 2012, p. 67-68).

Alguns dos temas que recebem atenção da História Transnacional são os ligados a mobilidade, transferências, e a circulação. Ela se centra nas dimensões fluidas dos processos históricos, as sociedades e as relações que formam com outras, e a contribuição dessas trocas (Conrad, 2017). Neste sentido, ela dialoga com as pesquisas sobre os processos migratórios, porém distingue-se da historiografia mais tradicional sobre a temática uma vez que não busca incorporar o i/migrante na narrativa nacional, mas entende a i/migração

no sentido de um circuito em que existem muitas redes de contato, compromisso, intercâmbio e várias formas de movimento e identidade. Imigração, desse ponto de vista, não é uma história composta simplesmente de um ponto de origem, a transferência geográfica, e a chegada à terra nova. E isso se aplica não apenas às imigrações no mundo de hoje, que são nitidamente multidirecionais, mas também às ondas migratórias do século XIX e início do século XX (Weinstein, 2013 p. 21).

A relação com o Estado-nação se mostra como uma característica da história transnacional ligados a imigração, uma vez que são as fronteiras, regras e restrições do Estado que acabam moldando as estratégias e rotas dos imigrantes. Além desses fatores, o que molda e altera estratégias migratórias são as redes de conexões, tanto no local de origem quanto de chegada, também a distância geográfica e a disponibilidade de transporte (Sinatti, 2008, p. 98-99). Quando o Estado dificulta, ou quando alguns sujeitos ficam desassistidos por ele, na questão migratória, que alguns indivíduos buscam instituições não-governamentais ou particulares que os auxiliem no processo de emigrar para outro país. Ainda nessa linha, outro interesse da História Transnacional são as organizações internacionais, companhias e esferas públicas transnacionais, as quais não

se limitam aos atuantes estatais e nem se restringem as fronteiras do estado (Conrad, 2017).

Um ponto que pode ser estabelecido entre a Micro-história e a História Transnacional é referente a escala de análise, enquanto a primeira, como já descrito, prioriza uma análise de escala reduzida para identificar elementos que uma análise de escala maior não é possível de se perceber, a análise transnacional não é, à primeira vista, nem micro e nem macro, mas sim “multiscópica” (Lowande, 2018, p. 237), onde as escalas estão mescladas dentro da história transnacional:

a abordagem em termos de cruzamento favorece a ultrapassagem dos arrazoados que opõem micro e macro, insistindo pelo contrário em sua inextricável imbricação. A noção de escala, neste caso, não remete ao micro ou ao macro, mas aos diferentes espaços em que se inscrevem as interações constitutivas do processo analisado. Em outros termos, as escalas que nos interessam são aquelas construídas ou mobilizadas nas situações estudadas, e são tanto espaciais quanto temporais, e suas variações não são o apanágio exclusivo do pesquisador, mas também o produto dos protagonistas das situações estudadas (Werner; Zimmermann, 2003, p. 103).

Ambos os pontos principais que foram destacados – processos migratórios e organizações internacionais – estão inseridos neste estudo. Os processos migratórios, pois os sujeitos que enviam mantimentos para a Europa são imigrantes ou descendentes destes, assim, eles possuem uma relação, um laço transnacional com a “velha pátria”. Estes sujeitos organizaram-se em comitês étnicos (alemães, italianos, poloneses etc.) e buscaram, atuaram em conjunto ou eram subordinados a Cruz Vermelha Brasileira. O segundo ponto é a própria Cruz Vermelha, que possui um caráter transnacional por sua capacidade de atuar por conta própria em diversos espaços (Europa, América, Brasil, Rio Grande do Sul, Porto Alegre) e escalas (CICV, CVB, CVB/RS).

Porém, considero que há um limite na transnacionalidade. Pegando o exemplo do envio e da circulação de mantimentos, ainda que a Cruz Vermelha possua uma logística própria e consiga se articular dentro de instâncias do Estado, ela ainda precisa de autorizações dele para atuar. Como poderiam ser enviadas toneladas de alimentos sem que os governos (do país de saída e de chegada) fornecessem algum tipo de autorização? Um caso em que os limites da transnacionalidade aparecem é exposto por Fernandes (2005, p. 43-44)

A Cruz Vermelha Internacional e sua sucursal brasileira já haviam tido dificuldades em fazer entregas de doações na zona de ocupação russa antes desta decisão. Entretanto, a SEF conseguia distribuir ali suas mercadorias desde o final de 1946. As dificuldades de fazer com que a ajuda humanitária cruzasse as fronteiras dos governos de ocupação fez com que as lideranças da

SEF usassem de muita diplomacia a fim de conseguir fazer com que os destinatários recebessem as doações. Para que as remessas da SEF fossem distribuídas na zona russa houve a interferência da diplomacia do Vaticano junto às autoridades russas. Durante o período em que a SEF remetia mantimentos para as regiões ocupadas pelos russos, as agências norte-americanas não atuavam nestas áreas.

Oficialmente o CICV não poderia atuar na URSS, mas nada a impedia de enviar mantimentos por meio de suas redes com outras instituições, como é o caso do SEF, da mesma forma havia locais que a SEF era impedida de atuar, mas o CICV poderia atuar livremente, ocorrendo assim um auxílio bilateral entre as organizações. Outra questão é o próprio envio de mantimentos para a Alemanha, que se encontrava dividida em quatro zonas de ocupação: americana, francesa, inglesa e russa, ou seja, além de fronteiras nacionais, o caso da Alemanha é ainda mais complexo, já que são fronteiras internas (impostas por outros estados) dentro de uma nação fragmentada.

Para concluir, a História Transnacional contribui para a análise destes laços transnacionais entre os sujeitos, que com a guerra acabaram rompendo os “fios”, ou seja, perdendo contato, procurando assim a CVB/RS para reestabelecer estes contatos. Como mencionei, os processos migratórios e a própria organização configuram uma atuação transnacional. Entender estas relações entre sujeitos de dois mundos através da CVB, como foram mediadas, quais as redes que tiveram que ser acionadas, estas são as contribuições que a abordagem da transnacionalidade trás neste estudo. Mas ainda é preciso refletir: o que é transnacional? Isto é, quais aspectos realmente estão superando as fronteiras nacionais? A mobilidade e as redes entre os sujeitos.

A organização dos capítulos pretende dar conta de inserir a atuação da CVB/RS, neste contexto global de envio de mantimentos. Busca-se um equilíbrio narrativo entre fontes, bibliografia e ideias. As cartas serão as guias da escrita, não significa que as informações das cartas serão uma verdade absoluta, elas serão contextualizadas. O motivo disso é apresentar as percepções dos/as escritores/as das missivas que, por vezes, não correspondem com a realidade. Isto revela a própria natureza humana, de como observa e entende o mundo ao seu redor. Uma relação entre observador e objeto observado. Assim, tratando-se de documentos com narrativas traumáticas, é necessário deixar as vítimas falarem por si mesmas, pois não é possível falar na posição delas, reexperimentar e vivenciar o contexto em que estavam inseridas.

Em todo caso, desconforto empático ou compaixão que respeita o outro não significam identificação. Tampouco é algo que autorize alguém a falar, não importa o quão paradoxalmente, pelo outro, numa espécie de reexperimentar compensador; ou a tornar-se melancolicamente imerso em um objeto

supostamente sublime e até a negar que as vítimas possam trabalhar o trauma para se tornarem, em medida significativa, não apenas sobreviventes, mas também agentes sociais e políticos (LaCapra, 2020, p. 37).

Este trabalho, portanto, vai em busca de trazer as narrativas das vítimas da Segunda Guerra Mundial, através das cartas para a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Procurando trazer uma história vista de baixo para cima, sob a perspectiva de pessoas comuns, que depositaram um fio de esperança no além-mar.

Qual era o contexto da Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial que fez com que a população procurasse ajuda à uma organização no Sul do Brasil? E como eram as atuações de organizações humanitárias e internacionais neste país? Estas são as perguntas que guiam o primeiro capítulo deste trabalho. Para tentar respondê-las, serão utilizadas as cartas que descrevem as situações e o cotidiano nas quatro Zonas de Ocupação na Alemanha.

Por que a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, estava auxiliando às vítimas de guerra na Europa? Esta é a pergunta que buscaremos responder no segundo capítulo, tentando compreender os motivos que levaram esta filial a enviar pacotes de mantimentos para outro continente. Observaremos, de início, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Cruz Vermelha Brasileira mobilizaram-se ainda durante a Segunda Guerra Mundial para arrecadar fundos e doativos às vítimas de guerra através dos Comitês étnicos. Reduzindo a escala de análise, veremos a situação da filial do Rio Grande do Sul e sua mobilização junto ao Comitê de Socorro à Europa Faminta.

Através do terceiro capítulo, busca-se analisar o trabalho realizado pela filial do Rio Grande do Sul, sua atuação individualizada dentro da própria estrutura da organização. Também buscaremos analisar o que era dito a respeito do serviço desta organização através de cartas privadas trocadas entre dois pastores. Analisaremos também a mediação realizada pela CVB/RS, durante os anos de 1946 e 1949, para solucionar casos de repatriamento, emigração e de busca de pessoas desaparecidas, junto a CVB e ao CICV. No período de 1950 a 1956, não há uma demanda por envio de mantimentos, mas sim pela reconexão de laços afetivos entre familiares ou amigos. Por fim, veremos novamente os esforços da filial para auxiliar as vítimas da Revolução Húngara.

1. “As nossas belas cidades e indústrias jazem em cinzas”: a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial

A proposta deste primeiro capítulo é situar e contextualizar a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, buscando compreender o cenário em que se encontravam milhares de pessoas que buscaram ajuda através de cartas para organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Primeiramente, analisa-se a divisão e ocupação da Alemanha pelas nações vencedoras da guerra, observando seus interesses e particularidades nas Zonas de Ocupação. Na sequência, o foco volta-se para as pessoas que passaram por processos de deslocamentos forçados e transitavam entre definições jurídicas que poderiam, ou não, facilitar seu processo de retorno ou de angariar mantimentos para sobreviver. Ainda se analisa algumas das dificuldades descritas por essas pessoas nas cartas, destacando o processo de deslocamento, a fome e a miséria enfrentados diariamente. Por fim, a terceira parte observa a atuação de organizações internacionais e humanitárias ligadas, ou não, a estados nacionais ou as Nações Unidas. Assim, esta história será vista de diferentes ângulos, de cima e de baixo. Contudo, tentaremos destacar os relatos das pessoas comuns, especialmente aqueles/as autores de missivas que descrevem a situação a seu redor e o processo de deslocamento.

1.1 - “A Alemanha continuará a ser uma zona de miséria”: divisão e ocupação da Alemanha

“A guerra está morta, mas a miséria está viva e a alegria desapareceu para sempre”¹⁸ escreveu Ida Waimann. Para escapar dos bombardeios, milhões de alemães foram evacuados, quando regressaram, não reconheciam mais os espaços que serviam de referência durante suas vidas. “Nunca na história houve no país tanta gente que perdera suas casas, que tinha sido evacuada, expulsa, desterrada, presa” (Bessel, 2010, p. 240).

¹⁸ WAIMANN, Ida. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Lippoldsberg/Weser, 19/09/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

Os bairros, as comunidades, a sociedade, faziam parte do sentimento de identidade geográfica alemã, a *Heimat* (pátria). Que sentimento de pertencimento restara após a Alemanha tornar-se uma “terra de ninguém”, uma terra de desabrigados, destituídos e deslocados? Comunidades desfeitas, assentamentos e bairros destruídos, famílias separadas e milhares de pessoas deslocadas chegando dia após dia, migrando rumo ao oeste para escapar do Exército Vermelho (Bessel, 2010).

Com a infraestrutura e administração pública colapsadas, a Alemanha fora dividida em quatro zonas de ocupação, sendo comandadas pelos Comandantes-Chefes das Forças Armadas das “Três Grandes” nações vencedoras da guerra: Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, além da França, que foi convidada para participar da Conferência de Berlim, realizada de 17 de julho a 2 de agosto de 1945. A repartição se deu através do Acordo de Potsdam, que tinha como objetivos: o desarmamento e desmilitarização da Alemanha, abolindo todas as instituições e organizações militares, para evitar o renascimento ou reorganização do militarismo e do nazismo alemães, convencer o povo alemão da derrota total, impedindo que escapem da responsabilidade da guerra provocada; destruir o Partido Nazista; preparar uma eventual reconstrução da vida política alemã numa base democrática e para uma eventual cooperação pacífica na vida internacional por parte da Alemanha.

Figura 1 - Alemanha e Áustria em 1946



Fonte: SHEPHARD, Ben. A longa estada para casa. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 6.

Ainda que o Acordo de Potsdam tivesse tais intenções, cada país possuía suas próprias motivações para ocupar a Alemanha. Os objetivos dos Estados Unidos resumiam-se em quatro: desnazificar, democratizar, desmilitarizar e descartelizar. A visão dos americanos da Alemanha do pós-guerra era a de um país “reeducado, com estruturas políticas e econômicas reformadas e descentralizadas, para se tornar mais parecidos com os Estados Unidos” (Bessel, 2010, p. 275). Semelhante a perspectiva americana, os britânicos, porém, enfrentavam o desafio de administrar sua zona, saído de uma guerra que durara seis anos, com limitações financeiras, o Reino Unido precisava economizar e não podia realizar grandes investimentos em sua Zona de Ocupação.

De Herford, na Zona de Ocupação Britânica, Eugen Bitzer, um senhor de 70 anos escreveu, em 24 de fevereiro de 1948, sua insatisfação: “Estamos gratos aos soldados americanos e ingleses por nos terem libertado os alemães do jugo de Hitler, mas durante

três anos tivemos literalmente de passar fome e congelar!”¹⁹. A gratidão pelo fim da guerra vem acompanhada de uma crítica a situação da Alemanha ocupada e a perda de territórios, “é uma grande injustiça que nós alemães tenhamos sido privados da Prússia Oriental (o celeiro), da Pomerânia (a câmara da batata) e das áreas férteis entre os rios Oder e Neisse”, na visão de Eugen, estes territórios seriam a solução para a situação precária que envolvia a alimentação da Alemanha. Com o Acordo de Potsdam, as regiões citadas por Eugen ficaram sob a administração do Estado Polonês. Ainda sobre estes territórios, lamenta que “enquanto não conseguirmos estas zonas, a Alemanha continuará a ser uma zona de miséria, e toda a Europa sofrerá com isso”.

Além da perda de terras de agricultura, outros fatores contribuíram para a catástrofe alimentar da Alemanha. Durante a guerra, a paisagem de plantações foi reduzida pela construção de estradas, campos de treinamentos militares e pistas de pouso. Outro fator foi a constante chegada de Pessoas Deslocadas nas zonas de ocupação, com mais bocas para alimentar e menos terras produtivas, a quantidade mínima de calorias consumidas diariamente pela população passou a diminuir. Conforme Bessel, o número de pessoas por hectare aumentou após a guerra, em 1946

cerca de 16% na zona britânica e de quase 26% na zona americana, em relação a 1939. Na Baviera, 671 mil hectares foram semeados com grãos em 1945-6, em comparação com 796 mil em 1937-8; a terra plantada com batatas na Baviera encolheu, no mesmo período, de 316 mil hectares para 264 mil. Em Brandemburg, na zona soviética, não puderam ser cultivadas grandes áreas minadas no vale de Oder, e, por falta de animais e máquinas de tração, cerca de 20 mil hectares de terras férteis. Em todo o país, celeiros foram destruídos, campos minados, e diminuiu o número de fazendas produtivas (Bessel, 2010, p. 329).

“As nossas belas cidades e indústrias jazem em cinzas e serão necessários 100 anos para as reconstruir todas. Como fomos bombardeados diariamente com bombas e minas, só nos pudemos nos salvar num abrigo antiaéreo”²⁰. A zona britânica era a mais populosa, com maior concentração de indústrias e a que mais sofreu com bombardeios, principalmente na região do Ruhr, ocasionando vários problemas de moradias e falta de suprimentos alimentares. De início, a administração britânica adotou medidas rigorosas em sua zona de ocupação, baseada na noção de culpa coletiva dos alemães, mas “eram mais propensos a permitir que permanecessem em seus empregos, em nome da

¹⁹ BITZER, Eugen. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Herford, Alemanha, 24/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

²⁰ BITZER, Eugen. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Herford, Alemanha, 24/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

recuperação econômica” (Bessel, 2010, p. 191). Eugen Bitzer ainda descreve a situação geral e solicita um *Liebesgaben*²¹ :

As nossas dificuldades e miséria são indescritivelmente grandes, e um estrangeiro nem sequer o pode imaginar! Só sabemos da carne e da gordura por boatos e tais coisas só existem no papel! Eu sei que os americanos estão bem-dispostos para nós alemães e enviam muitas doações de amor para a Alemanha.

A carta de Eugen é um dos exemplos de milhões de sujeitos que experienciaram a situação da Alemanha pós-guerra, porém nem todos que escreveram suas opiniões sobre o contexto alemão chegaram a algum destino ou foram preservadas. Não somente as grandes nações que passaram a administrar as zonas de ocupação possuíam perspectivas de como reestruturar o país, aqueles/as sujeitos/as “esquecidos/as da história” que vivenciavam o dia a dia daquele contexto, tinham suas opiniões a respeito da realidade em que estavam inseridos.

Diferente dos americanos e britânicos, os franceses não possuíam interesse em uma cruzada moral contra os alemães, muito menos de reconstruir a Alemanha a sua própria imagem. Seus objetivos estavam mais ligados a reestabelecer a França como uma grande potência. Além do objetivo da França de impedir que o vizinho ao leste do Reno não se tornasse uma ameaça futura, eles utilizaram a Alemanha para reestabelecer-se economicamente.

Para os franceses, a ocupação oferecia a oportunidade de usar recursos alemães - em particular o carvão e o aço da região do Saar -- na recuperação econômica de seu país. Mais ou menos como entre 1919 e 1935, o Saar deveria ser fundido economicamente com a França numa união alfandegária e monetária. Diferentemente dos britânicos e dos americanos, os franceses conseguiram, de fato, extrair um excedente de sua zona de ocupação. Estimulando o desenvolvimento de indústrias de exportação (a ampla maioria dessa produção ia para a França), os franceses impediram que sua zona, em grande parte agrícola e, portanto, menos dependente da importação de alimentos, se tornasse uma desvantagem financeira, como as zonas britânica e americana se tornaram para o Reino Unido e os Estados Unidos (Bessel, 2010, p. 194).

A França era contrário a uma Alemanha unificada, já que esta poderia ameaçar a soberania francesa novamente, portanto, possuíam uma posição favorável a descentralização alemã. Tal posição também levava em consideração a possibilidade de que, se a Alemanha fosse uma unidade, poderia juntar-se a União Soviética e ameaçar o Ocidente (ou a França). Portanto, a avaliação era que a Alemanha dividida proporcionasse

²¹ Entende-se *Liebesgaben* (*Liebes* = de amor; *Gabe* = donativo) como uma doação de amor, no mesmo sentido de *Hilfspacket* (*Hilfe* = ajuda; *Packet* = pacote), porém com um sentido mais afeto, de generosidade e amparo com o pedinte.

a reestruturação francesa e impedir uma ameaça futura. Os soviéticos possuíam um interesse em comum aos franceses: impedir um inimigo futuro e obter reparações.

Os interesses da União Soviética sobre a Alemanha eram de promover uma reforma social e econômica, realizando programas de reforma agrária, expropriando grandes propriedades e impondo controle sobre a maior parte da atividade econômica da zona. Assim, o argumento da desnazificação da Zona Soviética foi utilizado para remover pessoas e grupos que atrapalhavam tais mudanças que, na visão dos ocupantes, eram fundamentais. Este processo atingiu capitalistas, grandes proprietários de terras, anticomunistas de variados matizes, pessoas hostis à experiência soviética. Mas também, como lembra Richard Bessel (2010, p. 197)), a desnazificação não foi uma cruzada moral, como ocorreu em outras zonas, “foi, antes de tudo, um meio de consolidar o controle político”. Desta forma, os soviéticos ofereciam uma oportunidade aos nazistas que quisessem se “redimir”, rompendo com seu passado político e dedicando-se a re/construção de uma “democracia antifascista”. A Zona Soviética foi a primeira a permitir – dois meses após a capitulação da Alemanha – a atividade de partidos políticos e organizações antifascistas dentro da zona, permitindo assim que o Partido Comunista Alemão ressurgisse, sob a supervisão da Administração Militar Soviética, não permitindo que o controle escapasse de suas mãos. Assim, a União Soviética aos poucos foi se contentando com o estabelecimento de um estado socialista em parte da Alemanha do pós-guerra (Bessel, 2010, p. 285).

Os/as autores/as das cartas não foram, necessariamente, responsáveis pela crueldade, pela barbárie e pelos crimes dos nazistas na Europa, mas estavam a mercê de quatro nações que acreditavam o contrário. Com a Alemanha dividida em quatro zonas de ocupação, destruída, com a população na miséria e faminta, outro problema se fazia presente em todo o território: as milhões de Pessoas Deslocadas que, diariamente, chegavam em ordas nas cidades alemãs, nas quatro zonas de ocupação.

1.2 - “*Ich bin Flüchtling*”: Alemanha como uma “terra de deslocados”

A presença e chegada constante de pessoas que, por alguma razão, tiveram que abandonar seus lares durante e após a Segunda Guerra Mundial, definiu a Alemanha como uma “terra de deslocados” (Shepard, 2012). Abandonar tudo e tentar sobreviver, foi a realidade de milhões de pessoas tiveram que enfrentar. Os deslocamentos forçados trouxeram consigo, para além dos efeitos da guerra, mais mortes e uma legião de mulheres

viúvas, crianças órfãs, e idosos desamparados cujos filhos foram mortos. Estimava-se que em 1944, uma variação de 9 milhões a 30 milhões de Pessoas Deslocadas, haveria cerca de 11,5 milhões na Europa, sendo 7,7 milhões na Alemanha, categorizando assim o maior legado da guerra (Shephard, 2012).

Os contingentes de deslocados originavam-se de um ato de fuga ou expulsão, em ambos os casos a necessária partida imediata fazia com que abandonassem muitos pertences, levando consigo o mínimo possível, logo, não era uma mudança planejada de um local para outro, como um processo de e/imigração. Nas cartas analisadas neste estudo, este processo aparece através da palavra *Flüchtling* que, em tradução livre significa fugido/refugiado, referindo-se à situação em que o autor da missiva se encontrava no momento da escrita. Ocorre que, estes sujeitos deslocados poderiam ter diversas categorizações (refugiado, deslocado de guerra etc.), o que implicaria diretamente em suas vidas, já que sua definição iria facilitar o processo de repatriamento ou de auxílio de alguma organização internacional, como a Organização Internacional de Refugiados (OIR). Nesse sentido, houve um longo debate sobre como denominar mais de 10 milhões de pessoas sendo que, posteriormente, ocasionaria em convenções que definiriam termos que até os dias de hoje são utilizados, como o refugiado.

A categoria “refugiado” foi uma construção a partir da década de 1920, quando, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial e período entreguerras, foi criado o Passaporte Nansen²², que estabelecia uma classificação jurídica aos refugiados, mas sem garantias de retorno ao país de origem. As populações inseridas nesta categoria eram “ora vítimas de desnacionalização por razões políticas, ora minorias étnicas cuja inclusão nacional era muito frágil em muitos Estados nacionais criados após o Tratado de Versalhes” (Ruseishvili, 2021, p. 62). Desta forma, eram reconhecidos como refugiados aqueles que não pudessem ou não poderiam valer-se de proteção do seu país de origem. Após a Segunda Guerra Mundial, com a Europa passando por outra crise de refugiados, realizou-se a Convenção de Genebra de 1951, que definiu o estatuto de refugiados. Assim, foi definido que a pessoa refugiada é o sujeito que solicita proteção em um Estado de asilo. Através do artigo 1.2 o refugiado seria a pessoa que,

²² Idealizado pelo norueguês Fridtjof Nansen, o primeiro Alto Comissário para refugiados da Liga das Nações — entidade antecessora da ONU. O passaporte foi idealizado após a Revolução Russa de 1927, posteriormente foi ampliado para auxiliar os refugiados armênios. O documento era uma forma de identificação internacional que os permitia viajar pelos países que reconheciam o documento, sem ameaça de deportação.

em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.²³

Esta categorização foi de extrema importância para distinguir os refugiados dos deslocados, já que antes da Convenção de 1951 havia uma nuance entre as duas classificações o que ocasionava em modos diferentes de tratamento. Os refugiados recebiam assistência da OIR, já os deslocados, em sua maioria alemães, eram impedidos de usufruir de tais benefícios. Isso se dá pelo fato de que os deslocados supostamente possuíam um lar para retornar, já os refugiados eram desabrigados. Esta forma de pensar valia também para o processo de triagem e repatriação dos sujeitos.

Os primeiros a serem submetidos a triagens e encaminhados aos países de origem eram cidadãos de países signatários das Nações Unidas libertados de campos de concentração; em seguida vinham os cidadãos da ONU que tinham sido prisioneiros de guerra, seguidos de cidadãos da ONU classificados como deslocados (em muitos casos, indivíduos submetidos a trabalho forçado); então, cuidava-se dos deslocados da Itália e, finalmente, de cidadãos dos demais antigos países inimigos. Quanto aos alemães, a determinação era deixá-los onde estavam, para serem absorvidos pela cultura local (Judt, 2008, p. 43).

As tênues diferenças entre as classificações geraram discussões entre os ocupantes das zonas na Alemanha. A definição do *Flüchtling* auxiliária não somente as autoridades, mas também as organizações humanitárias que, em grande maioria, não faziam distinção como a OIR. O periódico *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*, de setembro de 1947, trouxe o resultado de uma das discussões realizadas e que foram adotadas pelas autoridades nas Zonas de Ocupação.

Quem é um refugiado?

A definição do termo refugiado foi o tema das discussões do *Refugee Council* da zona britânica, que se reuniu em Hamburgo para sua terceira sessão. Todas as partes, com exceção da KPD [Partido Comunista Alemão], adotaram uma resolução segundo a qual todas as pessoas são refugiadas que viveram fora das fronteiras alemãs de 1 de março de 1938 e foram expulsas, todas aquelas expulsas dos antigos territórios orientais alemães, assim como todas aquelas que fugiram e foram expulsas de outras partes da Alemanha dentro das fronteiras de 1 de março de 1938. As pessoas que foram deslocadas de seu lugar de residência no Leste Europeu em consequência de hostilidades e que não podem voltar para lá, assim como as que tiveram que fugir do Leste Europeu para defender sua liberdade pessoal, são tratadas da mesma forma que

²³ CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951). Art. 1, A, 2. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 20/03/2023.

os refugiados. Os prisioneiros libertados que não podem retornar ao seu local de residência pelas mesmas razões também são considerados refugiados.²⁴

Analisando o conteúdo da notícia, percebe-se que o termo deixa de se referir propriamente aos refugiados, passando então a designar outros sujeitos que passaram por um processo de deslocamento territorial, sendo aqueles que viveram além das fronteiras alemãs a partir de 01 de março de 1938. Desta forma, o termo passou a ser utilizado para categorizar os refugiados, deslocados de guerra, alemães do Leste europeu (*Volksdeutsche*), soldados, trabalhadores forçados, deportados, retornados, prisioneiros de guerra e sobreviventes dos campos de concentração, sendo todas elas inseridas dentro da palavra *Flüchtling*.

Ao analisar as cartas é possível acessar um fragmento da realidade de quem a escreve, sabe-se o que querem que se saiba. Por vezes, não há como precisar o contexto em que a frase “*Ich bin Flüchtling*” [eu sou um/a fugido/refugiado, em tradução literal] foi empregada, podendo classificar o/a autor/a da missiva em qualquer definição jurídico-legal mencionada anteriormente²⁵. Um fato em comum em todos que se denominam de tal forma é o de ter realizado um processo de deslocamento territorial, portanto trata-se de uma Pessoa Deslocada (*Displaced Person* - PD). Neste estudo traduziremos *Flüchtling* como Pessoa Deslocada ou Deslocado, para buscar ampliar as classificações e categorizações dos indivíduos, uma vez que uma documentação mais detalhada sobre estes/as autores/as de missivas é inacessível ou inexistente. Mesmo assim, os próprios termos usados para definir e situar esses sujeitos heterogêneos são escorregadios: o termo “vítimas” se mostra insuficiente para definir estas narrativas, o mesmo ocorre com o termo Pessoa Deslocada, que tenta dar conta de categorizar os milhares de judeus, poloneses, ucranianos, letões, lituanos, estonianos, húngaros e iugoslavos. Simultaneamente, milhares de alemães foram expulsos da Europa Oriental, e incluídos na categoria “Pessoas Deslocadas”, adensando esse contingente. Em síntese, de alguma forma, todos passaram por processos de deslocamentos e, como tais, estavam na parte inferior da hierarquia social (Shephard, 2012).

As próprias cartas trazem indícios desse terreno pantanoso e nebuloso jurídico-legal e de autoidentificação: afinal, quem somos? “Somos deslocados protestantes

²⁴ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. set. 1947. p. 10. Arquivo Deutschen Roten Kreuzes. Berlim. Alemanha.

²⁵ Vale destacar que o termo “refugiado” só possui uma definição jurídica a partir da Convenção de Genebra de 1949.

alemães da Hungria, e tivemos que deixar nossa querida pátria, como tantos de nossos camaradas, [e fomos] destinados [para cá]”, escreveu Jung Konrad em sua carta, datada de 23 de novembro de 1947, em Johanniskirchen [situado no distrito de Rottal-Inn, no estado da Baviera], na Zona de Ocupação Americana.²⁶ Sua carta é emblemática de alguém que está à margem das redes familiares e sociais, e na expectativa de ser atendido, apela ao pertencimento religioso: “de um irmão e irmã desconhecidos da terra das necessidades”, seguido da citação do versículo de Coríntios 13:13: “portanto, agora existem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. Porém a maior delas é o amor”. No decorrer da carta, Jung descreve sua situação atual e as circunstâncias enfrentadas pela família: ele vivia em um pequeno quarto com a esposa, seu filho de três anos e seus pais. No ato do deslocamento, “nós quatro só podíamos levar bagagem de mão, não o essencial”, o que permite inferir que possuíam “o necessário para viver”, mas não puderam carregar consigo.

1.3 - “Sou obrigado a pedir ajuda”: expulsão, fome e miséria

Como já apontado, os contingentes de Pessoas Deslocadas originavam-se de um ato de fuga ou expulsão, devendo partir imediatamente e carregando consigo o mínimo possível, logo, não era uma mudança planejada de um local para outro. No trajeto, ainda corriam o risco de saques, estelionatos e abusos de toda ordem.

Tanto no Leste como no Oeste, soldados de todos os exércitos tomaram como presa a vulnerável população civil. No Oeste, soldados de uma *Wehrmacht* na iminência de sofrer uma derrota roubaram bens de seus “correligionários de raça” civis; e soldados dos exércitos ocidentais que entraram na Alemanha também praticaram roubos. No Leste, forças soviéticas que avançavam sobre a Alemanha saquearam com prazer as propriedades do odiado inimigo, chance essa que se tornava mais irresistível pelo fato de os alemães abandonarem às pressas suas casas. Ao mesmo tempo, a chegada de forças soviéticas era, em geral, o anúncio de uma orgia de saques e estupros, não raro seguidos de assassinatos; muitos civis foram mortos pelos motivos mais banais, por uma peça de roupa ou por um relógio (Bessel, 2010, p. 90).

Nesse contexto, as populações expulsas chegavam no oeste Europeu sem pátria, sem lar, sem pertences, empobrecidos e, ainda por cima, traumatizados. Entre milhares, um exemplo deste processo é o de Artur Menting. Ele e a família foram deslocados do leste da Alemanha e tiveram de deixar todos seus pertences, sendo encaminhados para

²⁶ KONRAD, Jung. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Johanniskirchen, Alemanha, 23/11/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

Bilsen [município localizado no distrito de Pinneberg, Estado de Schleswig-Holstein, o Estado mais setentrional da Alemanha], na Zona de Ocupação Britânica. Sua breve carta, escrita em 08 de outubro de 1947, apresenta a situação da família de Artur, tendo perdido tudo durante o processo de deslocamento, pediu a Cruz Vermelha Brasileira que o ajudasse. “Uma vez que estou em necessidade e miséria, sou obrigado a pedir ajuda. Nos ajude se for possível, a necessidade é grande para nós deslocados orientais que perdemos tudo. Para a maioria de nós falta roupas e comida”²⁷.

Além do duro processo de deslocamento, as Pessoas Deslocadas se deparavam com outra situação: o desmembramento do núcleo familiar. Famílias foram separadas e empurradas para diferentes Zonas de Ocupação. Nessas circunstâncias, Martha Fritz escreve uma carta de Grevesmühlen [hoje, distrito de Nordwestmecklenburg, estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental], na Zona de Ocupação Soviética. Ela se apresenta como uma “*Ostflüchtling*”, isto é, “uma deslocada da Europa Oriental”, da “área atualmente ocupada pelos poloneses”²⁸. A família de Martha foi dispersada durante a guerra: “tenho uma neta cujo pai, meu filho, está desaparecido em solo russo desde 1943. A mãe [dela] faleceu em 1935, a neta está com 19 anos. Perdi meu marido nos eventos do pós-guerra, deixando-me completamente sem um tostão. Com a fuga em 1945 quase tudo se perdeu”.²⁹ No desespero, Martha recorreu à CVB/RS, pedindo mantimentos e/ou roupas. Justificou seu apelo ao exterior uma vez que “não consigo nada dos meus filhos e outros parentes, pois eles também são refugiados, na mesma situação econômica que eu”.³⁰ Solicitava, ainda, caso as *Liebesgaben*, não pudessem ser entregues na Zona de Ocupação Soviética, que fossem enviadas para uma das filhas – Elli Zimmermann, que estava no setor francês de Berlim (269km de Grevesmühlen)³¹, ou para Frieda Streege, em Behringen, distrito de Soltau (159km de Grevesmühlen), Zona de Ocupação Britânica.

Após descrever suas demandas e a dispersão da família, Martha reitera o seu pedido e situa o seu lugar de fala: “por favor, não ignore meu pedido, porque a ajuda é

²⁷ MENTING, Artur. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Bilsen, Alemanha. 08/10/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

²⁸ FRITZ, Martha. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Grevesmühlen, Alemanha. 25/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

²⁹ A “fuga” refere-se ao chamado *Flucht und Vertreibung*, fuga e expulsão em alemão. Processo que ocorreu a partir do final de 1944, que removeu e expulsou milhões de pessoas de suas pátrias devido ao avanço do Exército Vermelho, com isso, as massas passaram a ir rumo ao Oeste.

³⁰ FRITZ, Martha. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Grevesmühlen, Alemanha. 25/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

³¹ Assim como a Alemanha, Berlim (capital do país) foi dividida em quatro setores pelas nações vencedoras da guerra.

necessária com urgência. Nunca pensei que, apesar da minha idade, tenho 63 anos, ainda teria que mendigar, mas, a situação geral da Alemanha nos leva [a isso], para evitar de passar fome ou andar em farrapos”³². Aqui, emerge o drama dos deslocados de guerra e sua condição no pós-guerra: segundo suas narrativas, esses sujeitos que “perderam tudo”, no seu lugar de origem eram proprietários de bens, casa, trabalho, família e, para além do capital econômico, possuíam seu capital social, cultural e político. O “perder tudo” representava abandonar essa vida pregressa e ser empurrado para um território destruído pela guerra, na condição de deslocado/refugiado, e recomeçar do zero, em uma posição jurídico-social de inferioridade. As perdas materiais e humanas, nessa leitura, são superáveis e atribuídas ao contexto de guerra. Entretanto, para Martha, a perda da dignidade humana e honra enquanto mulher, mãe, viúva e avó, causaram-lhe um trauma oculto, que eclode no final da narrativa: é humilhante e desonroso uma mulher na sua idade necessitar mendigar.

A trajetória de Martha e seus conflitos íntimos são comuns a milhares de deslocados/refugiados do pós-guerra, espalhados pela Europa e outros territórios, digerindo, cada qual a seu modo, os traumas e as consequências da guerra. Ele se aplicava aos alemães que não sofreram um processo de deslocamento, mas que também acabaram por perder tudo. Estes dois grupos – Deslocados e alemães - possuíam aversão um ao outro, principalmente os alemães contra os deslocados. Em parte, este preconceito ligava-se ao medo dos “estrangeiros”, que acabavam sendo responsabilizados pelos crimes cometidos (assaltos, estupros, assassinatos e homicídios). As hordas de Pessoas Deslocadas chegando diariamente causavam espanto aos alemães que, se viam impotentes diante de pessoas a quem davam ordens durante a guerra, “as vítimas do regime nazista agora [sic] agora podiam vitimar os antigos senhores” (Bessel, p. 254).

Um grave problema que atingia milhões de pessoas era a fome, ela não fazia escolhas, atingia alemães, tchecos, poloneses, russos etc. Alguns recorriam a seus familiares e conhecidos no exterior para pedir ajuda, outros, “desconexos” dependiam quase que exclusivamente da ajuda fornecida pela administração da zona e de organizações humanitárias – locais e estrangeiras. Um exemplo é Carl Kruse, morador de Hamburg, na parte norte do distrito Horn, Zona de Ocupação Britânica, que escreveu uma carta em 13 de março de 1948 pedindo ajuda para a Cruz Vermelha.

³² FRITZ, Martha. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Grevesmühlen, Alemanha. 25/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

Dirijo-me a você com o pedido de que você também me ajude uma vez. Eu vivo em Hamburgo, que, como você sabe, é uma área de emergência. A situação nutricional aqui é pobre, de modo que fiquei doente de fome por causa de uma nutrição inadequada. Tenho que cuidar de uma família de 4 pessoas e, portanto, não sou capaz de sobreviver sozinho. Um pouco de apoio de vocês na forma de alimentos ajudaria a aliviar minha atual situação de pobreza.³³

A situação nutricional precária atingia milhões de alemães, este problema foi agravado e aumentado pela escalada sem precedentes da constante chegada de Pessoas Deslocadas. Na Zona Britânica, onde Carl e sua família estavam, a situação era ainda mais preocupante, esta zona havia sido mais atingida e destruída que as demais. As divisões territoriais entre os países ocupantes era motivo de piadas, “a divisão da Alemanha dera aos americanos a paisagem; aos franceses, o vinho; e aos britânicos, as ruínas. A área que os britânicos passaram a ocupar nunca tinha se sustentado” (Shephard, 2012, p. 168). Esta região dependia da importação de alimentos de territórios que, após a divisão, ficaram administradas pela Polônia e pela União Soviética, e agora, teria que ser importada da Grã-Bretanha ou de outros produtores de grãos, pago pelos britânicos, o que acarretava um custo de 80 milhões de libras anualmente.

A fome e a carestia foram um dos principais problemas que atingiu a Alemanha no pós-guerra. Muitas famílias, mesmo trabalhando não conseguiam suprir suas necessidades básicas de nutrição em razão do elevado preço ou a indisponibilidade de alimentos. Para contornar a fome, uma das estratégias era comprar no “mercado negro”, que se tornou essencial na luta diária de uma população faminta pela sobrevivência nas ruínas das cidades. Em 1947, estimava-se que 95% da população estava envolvida de alguma maneira no escambo ou mercado negro. Este período, que vai de 1945 a 1948, ficou conhecido como a “era do mercado negro”. Uma das moedas de troca utilizadas na Alemanha pós-guerra era o cigarro, tanto que as organizações humanitárias estrangeiras estavam proibidas de enviar cigarros ou fumo nos pacotes remetidos à Alemanha, independente se para familiares ou não (Bessel, 2010).

O fato de escrever uma carta e remetê-la ao exterior, por si só não era garantia de haver um leitor e, muito menos, de ser atendido com o envio de um “pacote de amor”. Na carta de Georg Heißenberg, escrita em 29 de março de 1948, em Oldenburg [Baixa Saxônia], Zona de Ocupação Britânica, há pistas sobre a dinâmica das remessas de mantimentos e a importância das cartas-pedido, embora causassem constrangimento ao

³³ KRUSE, Carl. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Hamburg, Alemanha. 13/03/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

seu remetente.³⁴ Conforme Georg, “vivemos com famílias que recebem um pacote da América, Suíça, Austrália e outros países quase a cada 3-4 semanas”, garantindo assim a sua subsistência. Subentende-se que para garantir um abastecimento regular, além de acionar os familiares no exterior, buscava-se ajuda junto a diversas empresas e organizações humanitárias internacionais em vários países. Exemplo disso é a mulher de Georg, que em novembro de 1947, “tentou entrar em contato com empresas dos Estados Unidos e ofereceu-se para fazer alguns casacos bonitos, ou outras malhas para tricotar, a fim de obter também lã ou outras roupas. Trabalhar para ter. Infelizmente, essas empresas não responderam às cartas de minha esposa”. Escrever para pedir mantimentos era tarefa difícil para Georg: “não é da minha natureza pedir esmolas por meio de cartas de súplica, mas a necessidade me obriga a fazê-lo”. Frente a necessidade, não havia muita escolha, já que não contava com “parentes ou conhecidos no exterior, como é o caso de algumas famílias alemãs”. Mas, conforme ele mesmo apontou: “você está ciente de que a situação alimentar e econômica na Alemanha não melhorou de forma alguma desde o fim da guerra. Não podemos comprar nada com o dinheiro que eu e minha família ganhamos com o trabalho árduo de minhas mãos”.

Sobreviver em tempos de paz era totalmente diferente do que em tempos de guerra, a luta diária nem sempre conseguia atender as necessidades básicas, dentre as dificuldades do cotidiano estava a alimentação. A ingestão média na Alemanha entre 1940 e 1941 era de 2445 calorias diárias, passando para 2078 em 1943, e caindo para 1412 entre 1945 e 1946, na Zona de Ocupação Americana, o consumo diário não passava de 860 calorias (Judt, 2008). Estes números demonstram a catástrofe alimentar que se tornou a Alemanha pós-guerra, com terras, antes férteis, destruídas ou nas mãos dos poloneses e soviéticos. A racionalização de alimentos e roupas não era suficiente para atender e suprir as famílias.

Tenho uma filha de 4 anos, com quem estou sozinha e tenho apenas o pouco para viver que está disponível nos cartões de racionamento. Eu gostaria de dar a minha filha algo mais para comer. Mas para mim isso não é de modo algum possível. Como não estou na posição afortunada de poder obter nada de

³⁴ HEIBENBERG, Georg. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Oldenburg, Alemanha. 29/03/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA. Georg não descreve se é ou não uma pessoa deslocada, sendo indeterminada sua nacionalidade. Contudo, Oldenburg recebeu um fluxo de mais de 12 milhões de pessoas expulsas dos territórios orientais alemães, podendo assim Georg ser um alemão expulso ou não. Fonte: <https://www.oldenburgische-landschaft.de/wissen/digitales-geschichtsbuch/kriegsende-und-nachkriegszeit/>. Acesso em 02/03/2023.

nenhuma fonte e não tenho um pedaço de jardim ou terra, cuidar da saúde e do bem-estar da criança me causa muitos problemas e sacrifícios.³⁵

Mesmo em uma situação de catástrofe como era a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, havia aqueles sujeitos que buscavam enganar os outros em benefício próprio, as cartas para organizações humanitárias não são diferentes. Uma denúncia foi feita no periódico *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*, em 1948, sobre um rapaz que estava encaminhando cartas “em massa” implorando por alimentos e ajuda.

Heinrich Czerwinski, de 23 anos, enviou cerca de 800 cartas implorando para a América e outros países nos últimos dois anos. Ele escreveu a bispos, professores universitários, comerciantes e ao Nizam de Hyderabad, que dizem ser o homem mais rico do mundo. Czerwinski pegou os endereços nos Estados Unidos de um anuário de igrejas americanas. O número extraordinariamente grande de pacotes da CARE que Czerwinski recebeu despertou as suspeitas dos representantes de Berlim da sociedade CARE. Foi feito um exame domiciliar nele e constatou-se que ele empregava uma secretária exclusivamente para correspondência de cuidados. Ele também dirigia uma agência de tradução e uma casa de apostas. Czerwinski, que foi preso, confessou ter recebido cerca de 90 cestas básicas. Ele terá que responder perante o tribunal militar americano.³⁶

Uma das cartas Heinrich Czerwinski, escrita em 11 de dezembro de 1947, teve como destinatário o pastor Hermann Stöer, de Rio do Sul, em Santa Catarina. O testemunho de Heinrich foi abordado por Fernandes (2005, p. 33), o historiador, porém, não possuía a informação de que a narrativa da carta era falsa. Este exemplo é um indício de que nem todas as cartas possuíam informações verdadeiras sobre seus autores. Em algumas cartas tratadas neste estudo, observa-se um certificado anexo e que, por vezes, é feita a referência ao longo da narrativa, trata-se do *Bescheinigung* (atestado/certificado), assinado pelo prefeito ou chefe do distrito em que o autor da missiva se encontrava. Por exemplo o certificado da carta de Liesbeth Kahnert, moradora de Untereuerheim (município de Grettstadt, na Baixa Francônia, no distrito de Schweinfurt) na Zona de Ocupação Americana, escrita em 17 de abril de 1948. Liesbeth morava juntamente com o marido Reinhold Kahnert, que a poucas semanas havia retornado de um cativo francês, e com a filha de 4 anos, Regina Kahnert. Liesbeth teve que fugir de Marwalde [vila na voivodia da Várnia-Masúria, na Polônia, pertence à Gmina Dąbrówno (comunidade rural de Gilgenburg) no Powiat Ostródzki (distrito de Osterode

³⁵ HEIBENBERG, Georg. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Oldenburg, Alemanha. 29/03/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

³⁶ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Caderno 6. Jan. 1948. p. 61. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

na Prússia Oriental), atualmente território da Polônia]. O certificado dizia “O Sr. Reinhold Kahnert, Untereuerheim Landhaus Söllner, distrito de Schweinfurt/Ufr. é um refugiado do distrito de Marwalde em Osterode/Prússia Oriental. O conjunto familiar é composto por 3 pessoas”³⁷. Desta forma, a carta deixou de ser um documento privado, uma vez que – por algum motivo – passou pelas mãos da autoridade local, o prefeito. Não se sabe o motivo de algumas cartas possuírem certificados e outras não.

Mesmo não envolvendo-se diretamente em conflitos, estes sujeitos viram-se passivos dos acontecimentos da guerra, mas que, acabaram sofrendo com as consequências. “Fui bombardeada três vezes, perdi tudo o que possuía e não consigo comprar comida”³⁸, escreveu Gertraude Körner, moradora de Dresden, Zona de Ocupação Soviética, em 04 de dezembro de 1947. Ela, sem familiares ou conhecidos no exterior, recorreu a uma organização humanitária em busca de ajuda, conforme a mesma, essas ajudas em formas de mantimentos eram recebidas com “grande alegria”. Sem casa, sem um pedaço de terra para plantar, racionando comida e ainda tendo que alimentar a filha, a escrita de Gertraude é um desabafo.

Devido a todas essas circunstâncias, caí em uma situação difícil que pesa muito sobre mim, por causa de minha filha. Mas quando vejo os olhos suplicantes da criança voltados para mim e não consigo satisfazer sua fome, o pensamento amadurece em mim cada vez mais para fazer tudo e não deixar nenhuma pedra por virar. Por favor, não tome esta carta como uma mendicância, mas não sei onde mais poderia pedir ajuda.

Escrever uma carta pedindo ajuda para o exterior era considerada uma forma de mendigar, na ótica de Gertraude e de outros milhares de sujeitos. Desta forma, durante a escrita, o cuidado com as palavras e as justificativas acionadas, dão indícios do leitor que se pretendia atingir. A carta de Jung Konrad, nesse sentido, é um grito de socorro, acionando o lado humano e de caridade cristã do seu possível leitor, isto é, os irmãos além-mar: “é a fé no amor cristão que nos faz enviar-lhes esta carta, com a esperança de que seremos ajudados pelas quatro promessas do Senhor, a todos os que acreditam n’Ele”.³⁹ Percebe-se que em meio a catástrofes, a predisposição das pessoas em buscar orientação e conforto nas igrejas aumenta, ou como afirma Bessel (2010, p. 303), a

³⁷ KAHNERT, Liesbeth. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Untereuerheim, Alemanha, 17/04/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

³⁸ KÖRNER, Gertraude. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Dresden, Alemanha, 04/12/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

³⁹ KONRAD, Jung. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Johanniskirchen, Alemanha, 23/11/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

catástrofe leva “o povo de volta para Cristo”. Não é possível afirmar se Jung Konrad buscou a fé como um refúgio, ou se possuía uma vida baseada nos princípios protestantes. O que se sabe é que, ao longo da narrativa da carta, enfatiza sua crença em um ser superior, o qual salvaria a sua família da miséria:

Não é fácil para mim revelar minha pobreza desta forma, mas sem teto e abandonados como muitos enquanto refugiados buscam socorro a cada colina, como um navio no meio de uma tempestade, na noite escura as luzes do tempo. Nossa miséria é grande, nenhum futuro parece dar poder para nós. Ganhamos tudo em termos de bem terreno, restam apenas duas coisas: o desejo ardente por nossa amada pátria perdida e a fé profunda que nosso Senhor Deus nos dará o melhor e nos salvará desta miséria!

Na escrita de Jung, “acima de tudo, precisamos da ajuda de Deus”. O subterfúgio adotado aqui para sensibilizar seu leitor foi a comunidade religiosa: “irmãos e irmãs protestantes [evangélicos luteranos] da Alemanha”, dirigiam-se aos seus “irmãos e irmãs” protestantes do Brasil. Desta forma, a carta de Jung insere-se no rol de cartas que apelam à religião, ao encaminhar seus pedidos à Cruz Vermelha, ramificada no além-mar, na América/Brasil/Rio Grande do Sul. Após descrever sua condição de deslocado, Jung Konrad trouxe mais um elemento para justificar “o que me levou a escrever esta carta para vocês”:

minha esposa está doente e mal alimentada, ela pesa apenas 47 kg. Eu mesmo sou pedreiro, meu pai é um trabalhador. Nós ganhamos dinheiro, mas ele vai para a compra da escassa comida que está disponível nas ruas. Todos vocês sabem como é a situação alimentar aqui, queridos irmãos e irmãs. Há muito para morrer e muito pouco para viver; a fome nos assombra como um fantasma e atinge mais duramente os refugiados aqui.

Enfim, a lógica por trás dos escritores das cartas é semelhante: “trabalhar para ter”, conquistar seu sustento com o seu trabalho. Já o ato de “pedir”, “mendigar”, “aceitar esmolas”, antes de tudo, contrariava seus princípios éticos, morais, e atingia sua dignidade humana e honra, enquanto homens e mulheres. Esse conflito permeia as entrelinhas das cartas, com nível de intensidade variada. Estas narrativas ainda possibilitam um olhar multitemático: religiosidade, trabalho, gênero, deslocamento etc. Cada uma apresenta suas especificidades, mas inserem-se dentro de um contexto que envolvia milhões de pessoas na Alemanha pós-guerra.

1.4 - “Apesar da chuva e da neve!”: os trabalhos das organizações humanitárias na Alemanha pós-guerra

Para aliviar as necessidades da população, atuavam as Organizações Humanitárias, sendo algumas independentes – em termos jurídicos – e, outras, ligadas a governos – principalmente Estados Unidos e Grã-Bretanha. A principal foi a Organização Internacional para Refugiados (OIR), vinculada as Nações Unidas, sendo sua primeira versão a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA)⁴⁰, fundada em 1943 e atuando até 1947. Estas organizações possuíam a proposta de recuperar o mais rápido possível à Europa, baseando-se no modelo de atuação da Cruz Vermelha Internacional, mas com a ideia de forjar um sistema de instituições relacionado de maneira vital com o tipo de mundo que se queria construir. As funções atribuídas a ela eram alimentar, dar auxílio médico e repatriar as milhões de Pessoas Deslocadas estrangeiras na Alemanha (Shephard, 2012).

Limitada a auxiliar as Pessoas Deslocadas, a UNRRA foi proibida de ajudar os alemães, posteriormente a OIR, conforme já foi mencionado, também excluiria os alemães do quadro de auxílios. Esta restrição de ajuda não se aplicava as organizações humanitárias independentes, como a Cruz Vermelha Alemã e outros grupos vinculados a igrejas católicas e protestantes, que realizavam distribuição de alimentos e primeiros socorros. Havia, contudo, um sentimento de recusa em ajudar os alemães por parte de algumas organizações, exemplo são as caridades britânicas, o grupo de escoteiros “não tinham vontade de trabalhar para ajudar [os alemães] quando nacionalidades inocentes que eles tinham tratado como lixo estavam precisando de assistência” (Shephard, 2012, p. 163).

Entretanto, as organizações humanitárias não poderiam deixar de ajudar aos alemães, ainda que se recusassem a tal, pois isso seria um risco de lançar os alemães para “os braços do comunismo” (Bessel, 2010). Outro fator era a União Soviética,

⁴⁰ A UNRRA herdou alguns poderes do Escritório de Auxílio e Reabilitação Estrangeiros (OFFRO, em inglês), um órgão americano criado em novembro de 1942, mas que continuou distanciado burocraticamente da questão dos refugiados, ainda responsável do Comitê Intergovernamental para Refugiados (IGCR), criado em 1938, e, nos Estados Unidos, do Diretórios de Refugiados de Guerra, fundado em 1944. Em 1947, quando a UNRRA foi fechada, um novo órgão foi criado sob os cuidados da ONU, a Organização Internacional de Refugiados, que herdou as responsabilidades da UNRRA. Ao mesmo tempo, uma agência exclusivamente para crianças, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Crianças) foi estabelecido. Quando o mandato da OIR expirou, ainda outra agência, o Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado, atuando até os dias de hoje (Shephard, 2012).

demonstrando que se contentaria com o estabelecimento de um estado socialista em parte da Alemanha do pós-guerra. Assim, a atuação de várias organizações humanitárias, principalmente aquelas ligadas aos Estados Unidos e demais países fora da Europa estava inserida dentro das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas pelos EUA na Europa e na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. Um exemplo é o Comitê de Socorro à Europa Faminta - SEF, organizado no Rio Grande do Sul.

É necessário considerar que a atuação da SEF no Brasil em prol dos alemães na Europa não foi autorizada pelo governo brasileiro por simples questões humanitárias. A ação da SEF estava inserida num quadro maior de comprometimento ideológico do Brasil com os EUA. A cooperação brasileira na recuperação econômica, política e social da Europa, um dos cenários de disputa ideológica com a URSS, era muito importante. (Fernandes, 2005, p. 40-41).

O SEF será assunto de capítulos posteriores, por hora analisaremos algumas das outras organizações humanitárias estrangeiras que atuaram na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme Hans-Josef Wollasch (1980), atuaram na Alemanha cerca de 200 organizações de ajuda em cerca de 30 países ao redor do mundo. Não é possível afirmar que todas estas organizações estavam inseridas nos interesses das políticas de desenvolvimento econômico que os Estados Unidos possuíam sobre a Europa. As maiores ajudas vieram dos Estados Unidos, alguns jornais mencionavam a atuação destas organizações, traziam principalmente informações de como conseguir beneficiar-se das remessas encaminhadas por elas. Dentre elas, o *Council of Relief Agencies Licensed for Operation in Germany* (CRALOG)⁴¹, formada por diversas caridades americanas que se

⁴¹ Em tradução livre: Conselho de Agências de Socorro Licenciadas para Operação na Alemanha.

Entre os membros do CRALOG, a National Catholic Welfare Conference (NCWC) foi de longe o que teve melhor desempenho; ela trabalhou em estreita colaboração com a Caritas alemã, cujo trabalho na distribuição de doações ela incentivou, entre outras coisas, doando 16 caminhões. Na zona francesa, o DCV [Deutschen Caritasverband] montou seus acampamentos principais em Freiburg, Donaueschingen, Sigmaringen, Konstanz, Rastatt e Karlsruhe para doações de mantimentos da organização irmã norte-americana. Em quarto lugar, atrás do NCWC, estavam as doações do American Friends Service Committee, uma organização que ficou conhecida sob o nome "Quaker". Para o sudoeste, os Quakers haviam estabelecido sua sede em Freiburg, além de acampamentos em Koblenz e Ludwigshafen, de onde praticavam uma instituição de caridade muito realista ao serviço da compreensão pacífica entre as pessoas (Wollasch, 1980, p. 401).

No original: Unter den Mitgliedern von CRALOG war die "National Catholic Welfare Conference" (NCWC) mit weitem Abstand die leistungstärkste; sie arbeitete eng mit der deutschen Caritas zusammen, deren Arbeit in der Spendenverteilung sie unter anderem durch das Geschenk von 16 Lastkraftwagen forderte. Für die Liebesgaben der nordamerikanischen Schwesterorganisation richtete der DCV in der französischen Zone Hauptlager in Freiburg, Donaueschingen, Sigmaringen, Konstanz, Rastatt und Karlsruhe ein. An vierter Stelle hinter NCWC rangierte das Spendenaufkommen des "American Friends Service Committee", eines Hilfswerkes, das unter der Kurzbezeichnung "Quäker" landläufig bekannt war. Für den Südwesten hatten die Quäker neben Stationen in Koblenz und Ludwigshafen ihr Hauptquartier in Freiburg errichtet, von wo aus sie eine sehr lebensnahe Nächsten Hilfe in den Diensten friedlicher Verständigung unter den Menschen praktizierten (Wollasch, 1980, p. 401).

reuniram em uma comissão e foram para a Alemanha, em 1946, ver a situação que se encontrava o país e a população, analisando os caminhos viáveis para providenciar ajuda (Wollasch, 1980). O periódico *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen* trouxe, em 1947, uma explicação do funcionamento da organização.

O que é CRALOG?

Doações não endereçadas

Uma associação de 15 organizações americanas de assistência, entre as quais se destacam Menonitas e Quakers. A estes últimos foi confiada a organização da CRALOG graças à sua vasta experiência na área. Na Alemanha, os Quakers são assistidos pelo Comitê Central para a Distribuição de Doações de Caridade Estrangeiras [*Zentralausschuß für Verteilung von ausländischen Liebesgaben*], no qual outras grandes instituições de caridade também estão representadas. O comitê deve determinar a distribuição das remessas do CRALOG. São distribuídas roupas, artigos domésticos e alimentos. Em contraste com as remessas de mantimentos endereçados, as doações CRALOG são enviadas sem endereço para a Alemanha para serem distribuídas de acordo com o grau de necessidade determinado no local. até agora, as doações CRALOG foram recebidas nas zonas americana, britânica e francesa e em Berlim.

A zona russa também recebeu uma grande remessa de colchas.⁴²

As remessas do CRALOG, conforme explicita o periódico, eram distribuídas conforme o grau de necessidade do local. Seu conteúdo continha principalmente roupas e alimentos – artigos que se encontravam na maioria das remessas de mantimentos (*Lebensmittel*) – e era destinado principalmente para crianças, jovens, doentes e famílias grávidas (Schwarzmaier, 1980). Outra organização americana que encaminhou diversos pacotes foi a *Cooperative for American Remittances to Europe (CARE)*⁴³, as remessas ficaram conhecidas como *CARE-Pakete*. Inicialmente, os pacotes eram endereçados para familiares ou conhecidos de cidadãos americanos. Entretanto, milhares de pacotes não conseguiram chegar aos destinatários desejados, sendo que os cheques foram devolvidos junto com uma carta de acompanhamento, que o destinatário do pacote não conseguiu encontrar na Europa. Para evitar que tal situação ocorresse novamente foi decidido, em 1948, que as encomendas também poderiam ser entregues a destinatários desconhecidos no futuro (Geueke, 2002). Os pacotes, que custavam 10 dólares, continham “alimentos de alta qualidade, como gordura, chocolate, carne e café ou roupas” (Wurm, 1975, p. 279). Em notícia, o periódico *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen* informou que “de 1º de setembro de 1946 até o final de setembro de 1947, 550.000 *CARE-Pakete* foram

⁴² Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. Set. 1947. p. 8. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁴³ Em tradução livre: Cooperativa de Remessas Americanas para a Europa. A CARE foi fundada em 1946 por 22 organizações de caridade sediadas nos Estados Unidos com origens cívicas, trabalhistas e religiosas.

distribuídos aos alemães. A Alemanha recebeu quase dois terços das encomendas distribuídas na Europa”⁴⁴.

Figura 2 - Meninos desempacotando pacotes Menonitas CRALOG (1947)



Fonte: <https://mennoniten-ddr.de/>. Acesso em 06/04/2023.

Na Figura 02, é possível observar um pacote de mantimentos da CRALOG sendo desempacotado, os meninos sorriem e tentam identificar a escrita dos enlatados. Já na Figura 03, identifica-se o conteúdo que um pacote da CARE continha em seu interior, como duas latas de café, sabão, uvas passas, etc.

⁴⁴ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. Set. 1947. p. 44. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

Figura 3 - Pacote de mantimentos CARE (CARE-Pakete)



Fonte: Deutsches Bundesarchiv, Bild 183-S1207-502. Acesso em 06/04/2023.

Os exemplos da CRALOG e CARE destacam a organização e cooperação de diversas caridades ou entidades – religiosas, trabalhistas e civis – para encaminhar mantimentos para a Europa e, em destaque, para a Alemanha. Desta forma, a logística de aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de mantimentos era facilitada. Contudo, estas organizações tinham uma atuação limitada aos Estados Unidos, fornecendo pacotes de mantimentos de cidadãos americanos para seus conhecidos e familiares, como no caso da CARE. É possível observar uma cooperação internacional envolvendo diversos países através do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, especificamente, através das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha. Além disso, os pacotes da Cruz Vermelha não se limitavam apenas para a Alemanha. Conforme noticiado *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*, eram encaminhados por meio da Cruz Vermelha, remessas de pacotes para os prisioneiros de guerra.

20.000 pacotes a caminho dos prisioneiros de guerra na Polônia
O primeiro trem de transporte com 20.000 pacotes de mantimentos para os prisioneiros de guerra alemães na Polónia partiu da Estação Central de Stuttgart no final de setembro. Na estação fronteiriça polaca em Dziedzice, foi

entregue pelos dois ajudantes alemães do RK [*Rotes Kreuz*] que acompanharam o transporte a uma delegação da Cruz Vermelha Polonesa e Internacional [Comitê Internacional da Cruz Vermelha], que o escoltou até ao grande armazém da Cruz Vermelha Polonesa até Sossnowitz. Os vagões de carga - três da zona dos EUA e um de cada uma das áreas ocupadas pelos britânicos e franceses - estavam ligados a um trem que levava 500 poloneses de volta à sua terra natal. Se esta primeira tentativa for bem-sucedida e as encomendas chegarem ao seu destino, serão organizados outros transportes para a Polónia.⁴⁵

Neste trecho inicial da notícia, é possível compreender o funcionamento da logística da Cruz Vermelha. Após a reunião dos pacotes de mantimentos por uma sociedade nacional, no caso a Cruz Vermelha Alemã, era encaminhada para outra, a Cruz Vermelha Polonesa. Este processo se dava através do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que acompanhava e escoltava as cargas de mantimentos. Os pacotes para prisioneiros de guerra eram angariados dentro das zonas de ocupação, fichados e então enviados. A sociedade nacional de destino – no caso a Cruz Vermelha Polonesa –, ficava responsável pela distribuição interna no país.

O quanto muitos parentes esperavam ansiosamente para poder mostrar seu amor e carinho por seus prisioneiros de guerra na Polónia com pequenos presentes pode ser visto no conteúdo dos poucos pacotes que um representante da Cruz Vermelha Internacional de Genebra levou amostras aleatórias de antes da saída do transporte. Nestas encomendas, que provavelmente se tornarão encomendas de Natal quando chegarem, tudo o que é essencial está reunido num espaço muito reduzido.

Os pacotes de mantimentos, como o nome sugere, possuíam como conteúdo padrão montados com um valor médio de 10 *Deutsche Mark* (DM - Marco Alemão), que continha: 1 salsicha dura, 1 lata de sardinha de azeite, 1 barra de chocolate, 1 pacote de tabaco, papel de cigarro, bolachas, balas e café.⁴⁶ Conforme a continuação da notícia, os pacotes inicialmente eram pequenos, no máximo 2 kg.

Para poder enviar um pacote ao maior número possível de prisioneiros de guerra com este primeiro transporte, finalmente aprovado após um ano de negociações, desta vez só foram permitidos carregamentos de até 2 kg. Mais tarde, os pacotes usuais de prisioneiros de guerra de até 5 kg provavelmente também podem ser enviados para a Polónia. A distribuição dos pacotes aos prisioneiros de guerra na Polónia é simplificada em termos organizacionais pelo fato de que a maioria dos homens trabalha nas minas e, portanto, são distribuídos em alguns grupos grandes para as áreas industriais do carvão.⁴⁷

⁴⁵ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. Set. 1947. p. 48. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁴⁶ Mitteilungsblatt des Roten Kreuzes Württemberg und Baden e. V. Sammel – Rundschreiben. 1 Jahrgang, Nr.2. Stuttgart, Jul. 1949. p. 12. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁴⁷ Mitteilungsblatt des Roten Kreuzes Württemberg und Baden e. V. Sammel – Rundschreiben. 1 Jahrgang, Nr.2. Stuttgart, Jul. 1949. p. 12. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

Em 1947, foram organizadas pelo menos três remessas de pacotes para prisioneiros de guerra. Em outra notícia da mesma edição do *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen* há mais informações de como encaminhar mantimentos. Cada pacote passava por uma inspeção na sede local da Cruz Vermelha na Alemanha, de lá eles eram encaminhados e reunidos em um espaço para a verificação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha para então serem enviadas para os prisioneiros de guerra.

Pacotes à Iugoslávia e à Polónia

(...)

Alguns conselhos práticos:

As associações da Cruz Vermelha podem contar com a oportunidade de continuar recebendo pacotes de mantimentos para prisioneiros de guerra. Os detalhes serão anunciados oportunamente pela Secretaria-geral do Grupo de Trabalho da Cruz Vermelha na Alemanha, Zona Britânica. O peso máximo especificado das encomendas não deve ser excedido e apenas uma encomenda pode ser enviada para cada destinatário. O conteúdo das embalagens deve ser verificado pelas sedes locais da Cruz Vermelha.

O CICV realizará verificações no local para garantir que os envios de encomendas cumpram os regulamentos do governo militar. Portanto, é importante observar os regulamentos fornecidos para que os prisioneiros de guerra alemães não sejam privados dessa ajuda por negligência.⁴⁸

Dentro da Europa, outras sociedades nacionais da Cruz Vermelha atuavam para reunir e encaminhar mantimentos para a Alemanha. Por vezes, os pacotes poderiam ser destinados para grupos específicos (crianças, mulheres, Pessoas Deslocadas, prisioneiros de guerra, doentes etc.) e/ou regiões específicas, como é o caso da Cruz Vermelha Suíça, que destinou 150 pacotes para crianças deslocadas da Alto Palatinado – região administrativa da Baixa Baviera, cuja capital é Regensburg, Zona de Ocupação Americana.

A Cruz Vermelha Suíça distribui pacotes de patrocínio

O Departamento de Ajuda à Criança da Cruz Vermelha Suíça distribuiu 150 pacotes de patrocínio no valor de 60 francos suíços cada um para crianças deslocadas no distrito administrativo da Baixa Baviera/ Alto Palatinado, de 26 a 28 de outubro. Os pacotes contêm tecidos que são devidamente organizados para o respectivo beneficiário.

A campanha do pacote de patrocínio é a primeira parte das medidas de ajuda que a Cruz Vermelha Suíça está preparando para o benefício de crianças refugiadas na Baviera.⁴⁹

⁴⁸ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. Set., 1947. p. 23. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁴⁹ Mitteilungsblatt des Roten Kreuzes Württemberg und Baden e. V. Sammel – Rundschreiben. 1 Jahrgang, Nr. 2. Stuttgart, Jul. 1949. p. 10. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

As sociedades nacionais da Cruz Vermelha poderiam atuar em conjunto de outras organizações humanitárias ou caridades para conseguir mantimentos. Um exemplo é a – provável – atuação da Cruz Vermelha Francesa com o *Young Men's Christian Association* (YMCA)⁵⁰, que pretendiam reunir pacotes na Alemanha para os trabalhadores alemães na França.

Pacotes de trabalhadores civis da França?

Juntamente com o YMCA, a Cruz Vermelha Francesa deve em breve realizar um serviço de encomendas para a Alemanha para os trabalhadores civis alemães que trabalham na França. O objetivo é dar aos trabalhadores civis alemães a oportunidade de enviar pacotes de alimentos com peso de até 5 kg para suas famílias uma vez por mês. No entanto, nenhuma confirmação oficial desta mensagem chegou ainda. (Jornal Rhein e Ruhr.).⁵¹

A cooperação entre organizações humanitárias permitia uma atuação com alcance muito maior. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha era procurado por diversas organizações e caridades, já que possuía sociedades nacionais em diversos países e era capaz de entregar em diferentes lugares, sob diferentes condições climáticas. Um exemplo de como as condições climáticas eram um problema para a distribuição de mantimentos ocorreu no Natal de 1948, “Apesar da chuva e da neve!” foi a notícia da edição do *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*, a sede distrital de Gladbeck [cidade da Alemanha, localizado no distrito de Recklinghausen, região administrativa de Münster, estado da Renânia do Norte-Vestfália, Zona de Ocupação Britânica] relatou que apesar

⁵⁰ Em tradução livre: Associação de Jovens Rapazes Cristãos.

O que é esse Y.M.C.A.?

“Na primeira metade do século passado - em 1844 para ser exato - um jovem inglês George Williams, de 22 anos, fundou o primeiro clube de Londres junto com algumas pessoas afins. O objetivo era fazer algo para proteger a juventude empobrecida na Inglaterra durante os anos decisivos de desenvolvimento mental e físico. A associação era cristã, mas não vinculada a uma igreja. Era necessário dar a esta nova forma de cuidar dos jovens uma base saudável e prática, pelo que a ênfase principal foi colocada na criação de clubhouses onde os rapazes (e mais tarde também as moças) pudessem encontrar não só cuidados espirituais, mas também estudar e praticar esportes, ter uma biblioteca, fazer refeições nos moldes dos tradicionais clubes ingleses e até encontrar hospedagem, se necessário. Era nestes clubes que residia a atração do YMCA. A organização dos membros era semelhante à da Cruz Vermelha Alemã: membros ativos e passivos, os primeiros com voz na administração, trabalhando voluntariamente ou, no caso de adequação especial, trabalhando também em tempo integral para a associação.

Onze anos após sua fundação, em 1855, a primeira conferência internacional foi realizada em Paris, na qual foi fundada a Federação Mundial das Associações de Jovens Cristãos. Hoje [sic] (de acordo com as últimas estatísticas de 1939) existem 59 clubes internacionais com quase 2 milhões de rapazes e moças. Escusado será dizer que, quando a guerra estourou, este clube, com suas muitas sedes, recebeu a tarefa de cuidar especialmente dos "jovens de uniforme", e em todos os países aliados as sedes do YMCA. tornaram-se uma espécie de clube de soldados. Ao mesmo tempo, porém, a Associação Mundial de YMCA. com sede em Genebra estabeleceu e implementou um amplo programa de ajuda para todos os prisioneiros de guerra.”
Fonte: *Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone*. In: *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*. Edição 2. Set. 1947. p. 8. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁵¹ *Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone*. In: *Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen*. Caderno 6. Jan. 1948. p. 124. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

da forte neve e chuvas que ocorreram na época do Natal “foi possível entregar todos os pacotes de Natal em tempo útil antes do festival. Acreditamos que alegamos o Natal de muitas famílias em nosso distrito”⁵².

Ainda que possuísse sedes em diversos países, não era garantido que todas as sociedades da Cruz Vermelha fossem encaminhar mantimentos ou auxiliar de alguma outra forma. Muitas vezes, a decisão de ajudar ou não estava associada as políticas governamentais do país de atuação da Cruz Vermelha. Em 1948, a Secretaria Geral da Cruz Vermelha Holandesa encaminhou, ao Grupo de Trabalho da Cruz Vermelha Alemã, uma carta em que afirmava que não iria mais realizar exportações – possivelmente de pacotes de mantimentos – para a Alemanha.

Nenhum pacote da Holanda (p. 46)

(...)

“Temos que informar que, devido à situação econômica na Holanda, qualquer exportação para a Alemanha foi proibida pelo governo holandês. Nenhum pacote pode ser enviado. Esta proibição aplica-se também à Cruz Vermelha Holandesa, que se encontra assim impossibilitada de cumprir os diversos pedidos que repetidamente nos são enviados pelo lado alemão. Estamos enviando de volta as cartas rogatórias que recebemos, assinadas por A. Van Emden, Secretário-Geral”.⁵³

Com algumas portas fechadas, restava buscar ajuda em outros países. Uma das medidas adotadas foi entrar em contato com os “*Auslandsdeutsche*”⁵⁴, isto é, os alemães e descendentes no exterior. Na América Latina⁵⁵, em especial os países que receberam e/imigrantes falantes de línguas alemãs ao longo dos séculos XVIII e XIX como

⁵² Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Caderno 6. Jan., 1948. p. 11-12. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁵³ Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Caderno 6. Jan. 1948. p. 46. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

⁵⁴ A definição de Barbarian (Barbian, 2013, p. 196) sobre o termo “*Auslandsdeutsche*” possui um sentido mais amplo. Engloba todas as pessoas que pertencem à cultura alemã ou que estão ligadas à Alemanha por descendência, educação ou laços familiares. Já a “colônia”, no sentido mais restrito, incluía todos os cidadãos alemães e membros de associações alemãs na forma de associações assistenciais, escolares e culturais.

⁵⁵ A e/imigração de falantes de línguas alemãs na América Latina se deu, conforme Rambo (2023, p. 58), depois da independência dos países, onde a preocupação em comum eram as “extensas regiões praticamente desocupadas, dotadas de solo, relevos e clima propícios para desenvolver projetos de colonização e assim atender as necessidades de abastecimento interno com gêneros alimentícios e diversas matérias-primas”. A ocupação deste território se deu através da formação de comunidades baseadas na pequena propriedade, as quais desenvolviam uma agricultura baseada na subsistência familiar e o abastecimento do mercado consumidor urbano. Historicamente, o Brasil foi o primeiro país a implementar projetos de colonização com imigrantes falantes de língua alemã, concentrada na região Sul do Império, através do modelo de “colonização sistemática e intensiva das terras devolutas, a implantação de um modelo de pequena propriedade familiar, a formação de uma classe média rural, o incremento da produção diversificada de alimentos, o branqueamento da raça, o fornecimento de suprimentos para tropas envolvidas nas guerras de fronteira e a própria consolidação das fronteiras” (Rambo, 2023, p. 74-75)

Argentina, Brasil e Chile, é possível observar uma organização de comitês de ajuda formados, em sua maioria, por alemães e/ou descendentes destes que, por conta de um pertencimento étnico – *Deutschtum* –, encaminharam mantimentos para ajudar os “compatriotas” na Alemanha.

Na América Latina, depois de 1945, houve grandes campanhas de arrecadação de fundos para a Alemanha necessitada. Por exemplo, o pastor Harald Niedner viajou por toda a América Latina nos anos pós-guerra para solicitar ajuda para a Alemanha. Por sua iniciativa, comitês de ajuda foram criados em muitos países, para que dinheiro e mercadorias no valor de cerca de um milhão de dólares pudessem ser enviados para a Alemanha nos anos do pós-guerra. Além disso, campanhas de ajuda independentes foram criadas no Chile, Brasil e Argentina. (Barbian, 2013, p. 205)⁵⁶

As comunidades de alemães no exterior, [*Auslandsdeutsche*] na América Latina, que possuía uma estimativa de 1,5 a 2 milhões de alemães no exterior, ainda que pouco expressivas comparadas a dos Estados Unidos que possuía cerca de 4 a 6 milhões, teriam provado seu vínculo com a Alemanha, desempenhando um papel importante na ajuda aos necessitados da “velha pátria”. No Chile, por exemplo, até o final de 1948, as organizações de ajuda haviam feito doações de mais de meio milhão de dólares e toneladas de doações em espécie foram para a Alemanha. Atuações semelhantes seriam vistas no Brasil, em especial nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Recife, Goiás e Minas Gerais, que possuíam uma presença maior de alemães no exterior (Barbian, 2013).

Este capítulo buscou contextualizar e caracterizar a Alemanha após ser derrotada na Segunda Guerra Mundial, destacando a divisão e ocupação pelas nações vencedoras: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e União Soviética. A presença e constante chegada de Pessoas Deslocadas, bem como suas narrativas de perda total, deslocamento, destruição, fome e miséria marcaram e forneceram uma fresta para espiar este cenário de caos. Mesmo com a presença de organizações internacionais como a UNRRA e, posteriormente, a OIR, não conseguiram fornecer elementos básicos para a subsistência da população. Em busca de socorro, estes “miseráveis” procuraram ajuda as organizações humanitárias e caridades na Alemanha e, também, lançando cartas ao ultramar para outras

⁵⁶ No original: In Lateinamerika war es nach 1945 zu großen Sammelaktionen für das notleidende Deutschland gekommen. So bereiste zum Beispiel Pfarrer Harald Niedner in den Nachkriegsjahren ganz Lateinamerika, um Hilfe für Deutschland einzuwerben. In vielen Ländern wurden auf seine Initiative hin Hilfskomitees gegründet, sodass in den Nachkriegsjahren Geld und Waren im Wert von etwa einer Million Dollar nach Deutschland gesandt werden konnten. Zusätzlich entstanden in Chile, Brasilien und Argentinien eigenständige Hilfsaktionen.

organizações como a CRALOG, a CARE e a Cruz Vermelha. Tendo estas organizações o mesmo objetivo – ajuda as vítimas da guerra –, procuraram atuar em conjunto em diversos momentos. Além destas, as comunidades de alemães e descendentes no exterior foram procuradas para ajudar seus “compatriotas” a superar as necessidades, sendo a América Latina uma grande auxiliadora. No Brasil os estados sulinos, em especial o Rio Grande do Sul, teve uma presente mobilização de grupos ligados a comunidade teuto-brasileira, um dos exemplos é o Comitê de Socorro à Europa Faminta, este comitê organizou-se juntamente com a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, para encaminhar mantimentos para a Alemanha e Áustria, e serão o foco do próximo capítulo.

2. “Vossa generosa doação será inesquecível”: o início dos trabalhos da Cruz Vermelha Brasileira no socorro às vítimas da guerra

A pergunta que buscaremos responder neste capítulo é: por que a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, estava auxiliando as vítimas de guerra na Europa? Em primeiro momento, abordaremos o trabalho da Cruz Vermelha Brasileira durante e no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente os serviços desempenhados pelos Comitês étnicos. Dirigindo o texto ao Rio Grande do Sul, analisaremos o caso do Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra de Porto Alegre, desde o início de suas atividades, em 1940, até a proibição de seu funcionamento e extinção, em 1943. No pós-guerra, observaremos em nível nacional uma grande presença de propagandas em jornais, ofertando a venda e o envio de pacotes de mantimentos para a Europa por empresas particulares. Retornando ao Rio Grande do Sul e buscando responder a pergunta, analisaremos o trabalho da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em conjunto com o Comitê de Socorro à Europa Faminta, para enviar mantimentos para a Alemanha. Ao final, examinaremos o trabalho do Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra.

2.1 – “Socorrer os seres humanos atingidos pelo maior flagelo do mundo”: a Cruz Vermelha Brasileira e os Comitês étnicos

Uma das principais organizações brasileiras responsável pelo envio de mantimentos para a Europa foi a Cruz Vermelha Brasileira, através dos Comitês étnicos fundados durante a Segunda Guerra Mundial. O jornal Gazeta de Notícias, em 29 de agosto de 1940, trouxe uma reportagem a respeito da ação da Cruz Vermelha Brasileira no socorro às vítimas de guerra, onde informa que a organização estaria apoiando indistintamente os vários comitês das “colônias estrangeiras” (A acção [...], 1940, p. 7). O objetivo era procurar fornecer “o maior apoio moral e material a todos que procuraram abrigar-se sob a sua bandeira para socorrer os prisioneiros e feridos nos campos de

batalha, bem como para saber a sorte de centenas de milhares de desaparecidos e refugiados”. Estes comitês seriam formados a partir da mobilização de grupos étnicos, como o Comitê Alemão, que possuía, na sede da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro, uma sala cedida para as senhoras alemãs. Em entrevista ao jornal, uma das senhoras informou que a fundação do Comitê ocorreu

poucos dias depois de romper o conflito europeu e iniciamos o nosso serviço de socorro sob o amparo da Cruz Vermelha Brasileira. Durante esse tempo já fizemos 8 grandes remessas de roupas de uso, gazes, ataduras, medicamentos e muitas outras coisas uteis aos prisioneiros alemães. Graças à Cruz Vermelha, não tivemos o mínimo embaraço em fazer chegar esses donativos aos pobres soldados, antes pelo contrário temos recebido todo o apoio moral e material da direção da de vosso país, o que nos permitiu organizar ainda um serviço de informações sobre pessoas desaparecidas (A acção [...], 1940, p. 7).

O jornal ainda destaca a imparcialidade da Cruz Vermelha Brasileira, que tratava “a todos os ‘comitês’ e países beligerantes de maneira idêntica, dentro da mais rigorosa imparcialidade”. Na mesma matéria, o então presidente da organização, General Álvaro Tourinho, defendeu a neutralidade e a não distinção de credos políticos e raciais na formação dos Comitês, que deveriam “socorrer os seres humanos atingidos pelo maior flagelo do Mundo”, esta, ao seu ver, era a razão da existência da Cruz Vermelha, atender indistintamente a todos (A acção [...], 1940, p. 7).

A Revista da Cruz Vermelha Brasileira, em edição de 1943, publicou um balanço das atividades do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em prol das vítimas da guerra. A matéria destaca que as ações eram voltadas a dois grupos: aos civis e aos prisioneiros de guerra. Para o primeiro grupo, os serviços de socorro as populações civis eram principalmente voltados para as mulheres e crianças que se encontravam na França, Grécia, Eritréia, Ilhas da Mancha etc. Para atender aos prisioneiros de guerra haviam duas seções de socorro: individuais, onde eram encaminhados pacotes aos prisioneiros através das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha ou de outras organizações de assistência “capazes de lhes prestar auxílio ou ainda a particulares previamente indicados pelos prisioneiros” (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 18); e o socorro coletivo, que inicialmente “repartia os envios por meio de listas de prisioneiros, não recebendo pacotes particulares e coordenava os esforços das pessoas e sociedades de recursos suscetíveis de virem regularmente em auxílio dos prisioneiros particularmente dignos de interesses”. Porém, com o estouro da nova guerra, a seção de socorros coletivos foi criada e passou a endereçar aos homens de confiança dos campos de prisioneiros. Os envios eram remanejados principalmente aos menos favorecidos, mesmo por que, de um modo geral,

os prisioneiros “são bons e os serviços complementares são para não somente de grande utilidade prática, mas ainda lhes servem de grande conforto moral” (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 19). Ainda, caso houvesse possibilidade, haveria a distribuição de dinheiro aos prisioneiros e internados civis mais necessitados.

Para encaminhar os socorros, o Comitê Internacional criou um serviço próprio de transportes marítimos entre Lisboa e os portos do Mediterrâneo. As embarcações a vapor possuíam o sinal da Cruz Vermelha e o distintivo do CICV, o carregamento, o comboio e o descarregamento eram controlados de forma minuciosa pelos agentes do CICV. A importância deste serviço se dava considerando os mais de “quarenta e quatro milhões de quilos de mercadorias para os prisioneiros de guerra de todas as nacionalidades” (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 19).

Por fim, o CICV criou um serviço de Assistência Intelectual, que se ocupava de fazer com que “os prisioneiros afastem de si a tristeza e o aborrecimento de que são vítimas, por meio da leitura” (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 19). Os pedidos de livros eram feitos pelas autoridades, delegados do CICV ou pelos próprios prisioneiros, e os distribuíam para as diversas instituições, de modo a evitar lacunas ou duplicidades. Nem todos os livros eram aprovados, quando chegavam a agência responsável, eram catalogados e submetidos a uma primeira censura.

A censura definitiva é feita pelas autoridades militares que indicam ao CICV os livros permitidos e proibidos. Um catálogo geral dos livros autorizados é compilado, permitindo conhecer rapidamente as obras que podem ser expedidas para os campos. As coleções-tipo e as bibliotecas circulantes foram também criadas para uso dos prisioneiros que se acham afastados do trabalho (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 19).

O único objetivo da distribuição dos livros seria a distração dos prisioneiros, além dos livros, também havia artigos científicos e cursos por correspondências que permitiriam aos estudantes continuarem os seus estudos, de modo que gramáticas, dicionários etc., auxiliariam os prisioneiros a aprender as línguas estrangeiras (Atividade [...], 1943, vol.1, p. 19). Livros religiosos como bíblias, manuais eclesiásticos, livros de canto também eram enviados para que os prisioneiros celebrassem seus cultos. Além de livros, eram enviados também jogos e instrumentos musicais. Estes itens ficarão evidente mais adiante quando apresentarmos listas de carregamentos para os campos de prisioneiros de guerra e civis em diversos países.

Os 21 Comitês étnicos⁵⁷ existentes no Brasil, estavam vinculados e dependiam da autorização da Cruz Vermelha Brasileira para seu funcionamento, eram submetidos e orientados pela Comissão Central de Socorros às Vítimas da Guerra, podendo fazer uso de sua estrutura para fundar Subcomitês estaduais. Acima desse Órgão Central, encontravam-se os Comitês Centrais Internacionais, como o *Comitê Central Polonês d'Aide aux Victimes de Guerre*. O dever destes Comitês era arrecadar e encaminhar aos Comitês Centrais Internacionais fundos e donativos para os mais diversos fins. O Comitê Britânico, por exemplo, foi fundado a partir da organização da “Colônia Britânica domiciliada na capital da República”⁵⁸. A frente do Comitê, estavam: Lindsay Anderson, presidente; Leonard Rogers, vice-presidente; A. Hutt, secretário; e C. A. Henochw, tesoureiro, sendo essas figuras “da mais alta expressão, sendo que esses quatro nomes simbolizam o devotamento e lealdade à causa aliada e dedicação à obra humanitárias de socorros às vítimas da guerra” (Comissão [...], 1943, vol.1, p. 41). O Comitê arrecadou e enviou: em 1940, Cr\$909.806,00 em Mercadorias e Cr\$2.673.020,00 em Dinheiro; em 1941, Cr\$1.439.195,50 em Mercadorias e Cr\$2.675.020,00 em Dinheiro; e, por fim, em 1942, Cr\$1.916.006,00 em Mercadorias e Cr\$2.584.140,00 em Dinheiro. No segundo volume de 1943, é informado que já haviam sido enviados para Londres, a partir do

⁵⁷ São os seguintes os 21 Comitês: 1) Comitê Polonês de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. Fernando de Melo Viana; 2) Comitê Britânico de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente: Sr. Lindsay Anderson, Secretário – Sr. A. Hurt; 3) Comitê de Socorro aos Soldados Tchecoslovacos Vítimas da Guerra: Presidente – Sra. Margaret Nosek, Secretário – Sr. Vladimir Nosek; 4) Comitê Francês de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente: Jacques Rousseau; 5) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Noruega: Presidente – Reider Solum; 6) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Holanda: Presidente – W.A.A.M. Daniels, Secretário – G.S. Clerque Junior; 7) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Suíça: Presidente – Eduardo V. Ruetter; 8) Comitê da Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira: Presidente – D. Ester de Viveiros; 9) Comitê Belga de Socorro às Vítimas da Guerra (sem informações de presidente); 10) Comitê Helênico de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. Jorge Magoulas; 11) Centro Hebreu Brasileiro de Socorro aos Israelitas Vítimas da Guerra: Presidente – Eduardo Horowitz, Secretário – Manoel Golovsky, Tesoureiro – Jacob Palatnik; 12) Comissão Organizadora pelo Exército da Salvação para Auxílio às Crianças Vítimas da Guerra: Secretária – Maria J.O. Junqueira; 13) Comissão Scandinava de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Oscar Steestedr; 14) Comitê Iugoslavo de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Mem Joaquim Eulalio; 15) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Lituânia: Presidente – Fricas Meilles; 16) Comitê U.S.A. de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – John F. Simons (Conselheiro da Embaixada); 17) Comitê Sírio Libanês de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. André Murad, Secretário – Dr. Nagib Murab; 18) Comitê Russo de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Serge Otrochkevitch, Secretária – Zeferina Miniato; 19) Delegado da Cruz Vermelha Polonesa no Brasil: Príncipe Olgierd Czarroyski, Secretária – D. Sara; 20) Comitê Escudo Vermelho de David para de Socorro às Vítimas da Guerra na Palestina: Presidente – Sara Donces; 21) Comitê Brasileiro de Auxílio à União Internacional de Socorros às Crianças: Presidente – Maria A. Fialho de Castro e Silva (Comissão [...], 1943, vol.1, p. 40).

⁵⁸ Acreditamos que, ao se referir a “Colônia”, não signifique a um empreendimento agrícola, mas sim de uma comunidade étnica.

Subcomitê, 1.220 caixas, conteúdo vestimentas hospitalares, roupas para as vítimas de ataques aéreos, e roupas de lã feita à mão (Uma página [...], 1943, vol.2, p. 11).

Outro foi o Comitê Francês de Socorro às Vítimas da Guerra, fundado no Rio de Janeiro, em outubro de 1939, e atendia diretamente à Cruz Vermelha Francesa, enviado a ela socorro destinados a: criação de ambulâncias cirúrgicas para o Exército, aos franceses mobilizados que haviam sido dirigidos para Dakar e as suas famílias, aos marinheiros da Marinha Mercante Francesa das linhas da América do Sul, e, posteriormente, em 1940, aos franceses prisioneiros de guerra internados na Alemanha. Até 1943 haviam sido enviados, através da Cruz Vermelha Brasileira, 33.500 pacotes aos prisioneiros de guerra, além de 20 toneladas de produtos como leite em pó, calçados, conservas etc., totalizando 220 toneladas. Foram fundados Subcomitês em São Paulo, Santos e Curitiba (Comitê Francês [...], 1943, vol.3, p. 17).

O Comitê de Socorro às Vítimas da Guerra na Polônia certamente foi um dos que mais recebeu destaque e mais atuou, iniciando suas atividades em 09 de setembro de 1939 e definindo como objetivos socorrer os refugiados de guerra, os prisioneiros de guerra, a população civil na Polônia, viúvas e órfãos e as famílias polonesas no Brasil, que se encontravam sem recursos por causa da guerra. A partir disso, o comitê angariou donativos e, entre os meses de setembro e dezembro de 1939, arrecadou Cr\$507.773,70 em dinheiro e Cr\$341.501,10 em mercadorias, totalizando Cr\$849.274,80. Deste valor total, o Comitê remeteu, por intermédio do *Comitê Central Polonais d'Aide aux Victimes de Guerre* em Paris e do *Comitê Internacional de La Croix Rouge* em Genebra, o total de Cr\$528.976,10, para os prisioneiros de guerra e refugiados. O Comitê Polonês estava organizado da seguinte forma:

Presidência de Honra – S.A.I. Princesa Elisabeth de Orleans e Bragança, Baronesa do Bomfim, Viúva Ruy Barbosa, Viúva Linneu de Paula Machado, Guilherme Guinle, Ministro Rodrigo Otavio, Thadeu Skowroski, Ministro da Polônia no Brasil; General Dantas Ivo Soares.

Comissão Executiva – Fernando de Mello Viana, Presidente; Czeslaw Sokulski, Secretário Geral; Aloísio de Castro, Boleslaw Nowicki, Daniel de Carvalho, Gastão da Cunha Bahianna, Heraclides de Souza Araújo, José Saboia de Medeiros, José Mattoso de Maia Forte, Mario Accioli, Mario Rodrigues de Souza, Paulo Pires Brandão, Ranulpho Bocayuva Cunha, Rodrigo Otavio Filho.

Comitê das Senhoras – Ernesto Fontes, Presidente; Afranio Peixoto, Alberto de Faria Filho, Baronesa de Saavedra, Carlos Delgado de Carvalho, Carlos Guinle, Viúva Eptácio Pessoa, Fernando de Mello Vianna, Hermenegildo de Santos Lobo, Júlio Monteiro, Luiz Betim Paes Leme, Luiz Annibal Falcão, Mario Rodrigues de Souza, Nilo Peçanha, Ranulpho Bocayuva Cunha, Thadeu Skowroski.

Comissão de Sindicância – Gastão da Cunha Bahianna, Heraclides de Souza Araújo, Mario Rodrigues de Souza, Paulo Pires Brandão (Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 10).

É possível notar que a Presidência de Honra, ainda que não possuindo função efetiva, apenas simbólica, era constituída por indivíduos integrantes da elite nacional brasileira, como Elisabeth de Orleans e Bragança, que se supõe ser a Princesa Consorte Maria Elisabeth Franziska Josepha Therese, destacada com a sigla S.A.I (Sua Alteza Imperial). Nota-se que os títulos da monarquia ainda se faziam presentes em outros nomes, como Maria José Vilas Boas de Siqueira Mesquita, a Baronesa de Bomfim e Carmen de Proença Saavedra, a Baronesa de Saavedra. Além delas, as viúvas de brasileiros renomados também compunham as ocupações do Comitê, como: Maria Augusta Ruy Barbosa, viúva de Ruy Barbosa; Celina Guinle, viúva de Linneu de Paula Machado; e Maria da Conceição de Manso Sayão da Silva Pessoa, ex-Primeira-dama e viúva de Epitácio Pessoa. Estas mulheres, contudo, não tinham seus nomes na lista, eram apresentadas como “viúva de”, sem possuir nome próprio, mas sim manifestando e transmissão do capital cultural e social do falecido marido. A *Viúva* foi transformada em um status social, uma titulação, assim como – mas não idêntico - a *Baronesa* ou *Sua Alteza Imperial*. Estas mulheres obtêm um papel de destaque, porém ainda vinculadas a uma figura masculina, transitando em “situações de meras adições, complemento à família do conjugue” falecido, sem a credibilidade “familística para fazer política, reivindicar o exercício da cidadania como as demais” (Colling, Tedeschi, 2019, p. 729).

Figura 4 - Comitês das Senhoras Polonesas em atividade



Fonte: Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 10.

A fotografia acima retrata de forma clara como a mulher era associada ao trabalho dos Comitês, a frente das senhoras está em destaque os possíveis itens que eram encaminhados. Porém, ao analisar a lista do Comitê das Senhoras Polonesas, veremos que, das 16 pessoas que compunham esta seção da organização, apenas 2 eram mulheres. Isso também se aplica num quadro geral do próprio Comitê Polônês, 35 nomes, apenas 5 eram mulheres. Fica claro, a partir disso, que o papel desempenhado pelas figuras femininas no Comitê era associado as atividades domésticas, que demandavam cuidado, como embalar pacotes, enquanto a ocupação dos cargos administrativos era preenchida pelas figuras masculinas. Essa divisão sexual do trabalho, entre o corpo masculino e feminino, pode ser vista como uma “justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (Bourdieu *apud* Colling, Tedeschi, 2019, p. 711).

Ainda, é possível observar que compunham o quadro de Presidência de Honra o Ministro Plenipotenciário da Polônia, Thadeu Skowronski, e o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, General Dantas Ivo Soares. Somando as informações apresentadas

inicialmente, que o Comitê Polonês havia remetido uma quantia aos prisioneiros de guerra por meio do *Comitê Central Polonais d'Aide aux Victimes de Guerre*, em Paris, e do *Comitê Internacional de La Croix Rouge*, em Genebra, é possível estabelecer um quadro hierárquico do funcionamento dos Comitês no Brasil e das redes formadas por estas organizações.

O Comitê Polonês, por exemplo, arrecadou em dinheiro, donativos, mercadorias e fretes, de 09 de setembro de 1939 até 30 de junho de 1943, no valor total de Cr\$1.528.731,90. Possuía 4 Subcomitês: Petrópolis, que arrecadou Cr\$29.028,00; São Paulo, Cr\$146.628,20; Paraná, Cr\$262.803,70; e Rio Grande do Sul, Cr\$145.519,50. O valor total arrecadado nos quase 4 anos foi de Cr\$2.112.711,30 (Comitê de Socorro [...], vol.4, p. 12). Parte destes valores eram encaminhados para outros Comitês Poloneses, como na França, Suíça, Hungria, onde o total enviado foi Cr\$175.935,40. Desta forma, os valores que eram encaminhados para outro Comitê eram destinados à algum fim, como veremos a seguir.

Um dos socorros foi para os refugiados poloneses que “se achavam na França, Bélgica, Itália e Holanda” (Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 10) e que foram obrigados a deslocar-se novamente e se dirigiram para os países ibéricos, de onde “afluíram em grande massa para o Brasil” (Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 11), assim, o Comitê Polonês organizou campanhas para auxiliar os refugiados. É destacada uma doação generosa de uma “distinta Senhora, cujo nome, por ordem sua não declinamos, abriu o Comitê a ‘Casa do Refugiado Polonês’, onde foram abrigados logo de início 60 a 80 pessoas de ambos os sexos”. Dentre os 2.000 poloneses que chegaram ao Brasil, 234, isto é, 11,74% vieram com o auxílio do Comitê, o restante possuía “maiores ou menores recursos para sua subsistência”, portanto, a ajuda para a emigração para o Brasil por parte do Comitê Polonês se deu, preferencialmente, aos carentes de recursos financeiros, o que era justificado já que o Comitê não dispunha de “largos fundos”.

Além da emigração, o auxílio era limitado a “3 meses de subsistência no Brasil, salvo casos especiais de doenças ou de força maior, merecedores de consideração particular e até de 6 meses, aos que, não tendo conseguido permanência definitiva no país, não puderam obter trabalho remunerado”. Ainda, forneceu um curso de língua portuguesa, assistência médica, facilitação de obtenção de trabalho nas exigências da lei para estrangeiros. Já ao final de 1942, “nenhum refugiado precisava do auxílio do Comitê. A melhoria da situação material dos refugiados se manifestou pelas restituições de

empréstimos, concedidos pelo Comitê, que chegaram, até 30 de junho de 1943, à importância de Cr\$194.500,50” (Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 11).

Já aos prisioneiros de guerra, atividade que “crescera consideravelmente, pelo aumento de donativos e pelo recebimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha em Genebra, de grande quantidade de etiquetas para ‘colis’⁵⁹ individuais”. A ‘colis’ era até então enviada em quantidades reduzidas, preparadas pelas senhoras do Comitê Polonês, que se reuniam às quintas-feiras, com a expansão das encomendas elas passaram a se reunir “diariamente, na sede do Comitê, e aí então procedendo ao preparo dos ‘colis’. Até 30 de junho de 1942, o Comitê enviara ‘colis’ individuais, para poloneses prisioneiros de guerra, na Alemanha, no valor de Cr\$142.617,00. O Comitê recebe, continuamente, dos próprios prisioneiros confirmação do recebimento das remessas” (Comitê de Socorro [...], 1943, vol.4 p. 11).

Para arrecadar fundos, os Comitês promoviam eventos sociais, como o show artístico realizado pelo Comitê Polonês no Copacabana Palace, em 26 de novembro de 1943, a festa atraiu um “grande número das mais distintas figuras da sociedade carioca, em benefício exclusivo das crianças polonesas, sobre as quais tem recaído os maiores terrores desta guerra (Em benefício [...] 1943, vol.5, p. 20). Percebe-se que não apenas o Comitê era constituído, em maioria, por indivíduos pertencentes a uma elite financeira, mas que os eventos promovidos também eram destinados a outros pertencentes ao mesmo grupo. Situação similar ocorreu com o Comitê Belga⁶⁰, onde a presidente, Elza Van Laecken e demais senhoras do comitê, organizaram a quermesse anual com o patrocínio da Embaixatriz da Bélgica (Kermesse [...], vol.6, p. 24). Entram em jogo as questões relativas à caridade e prestígio social. Estas doações e festividades em benefício das vítimas da guerra, como adverte Medeiros (2011), não devem ser consideradas apenas como um ato de contribuição financeira. O mesmo autor, referindo-se as doações para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, afirma que elas

se configuravam como a satisfação da necessidade espiritual e religiosa da sociedade em conservar e sustentar tal instituição, como um voto de fé e confiança naquilo que ela representava, mas também da própria confraria como fiel depositária e administradora de obras pias, o que conferia a toda estrutura filantrópica e a seus representantes um lugar de honra na sociedade, um prestígio político e, portanto, poder (Medeiros, 2011, p. 63).

⁵⁹ Remessa postal internacional de pequenas encomendas.

⁶⁰ Em 1942, o Comitê Belga, encaminhou em mercadorias Cr\$103.409,00, e em dinheiro Cr\$641,081,00. Sendo o segundo Comitê que mais arrecadou, ficando atrás do Comitê Britânico (Revista da Cruz Vermelha Brasileira, vol.4, p. 20).

Contribuir para uma obra caritativa da Cruz Vermelha ou dos Comitês, renderia um *status* social. As doações para a Europa configuravam uma forma de reforçar o prestígio do beneficente, isto é, reforçava uma posição de destaque perante a comunidade (Bourdieu, 2021). Sendo assim, estas ações seriam uma eficiente estratégia para manter o *status* social, as ações filantrópicas eram uma consequência, ou seja, “um dever de todos os que eram caracterizados por um prestígio social para com os desprotegidos e necessitados” (Santos, 2001, p. 203). É nesta dualidade Brasil e Europa, entre sujeitos que realizavam doações para a coletividade e “miseráveis” – como assim se definiam alguns –, que os privilegiados mantinham a ordem social através da beneficência (Santos, 2001).

Os Comitês étnicos que atuaram no Brasil necessariamente estavam vinculados à Cruz Vermelha Brasileira, o que era uma vantagem já que poderiam fazer uso da estrutura física da organização, mas também das redes que ela possuía. Através da fundação de Subcomitês, principalmente nos estados onde havia uma presença étnica forte de um grupo, como os poloneses, visto anteriormente, que possuía filiais em Petrópolis, São Paulo, Paraná e no Rio Grande do Sul, assim, buscava-se ampliar em escala nacional a arrecadação de fundos e mantimentos. No Rio Grande do Sul, como veremos, um dos principais atuantes foi o Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra.

2.2 – “Os alemães ultramarinos também estão ajudando”: O Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra de Porto Alegre

Em 02 de janeiro de 1940, um circular do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha⁶¹, em Porto Alegre, informava que as primeiras 50 caixas de mercadorias e 115 sacos de arroz haviam sido encaminhados para uma organização de ajuda humanitária alemã. Para os novos envios não seria permitido enviar tecidos ou fios, somente produtos processados pois “a Cruz Vermelha Brasileira só aceita e encaminha estes itens”. Caso alguma senhora quisesse doar tecidos, deveria repassar para outra realizar o processamento do material e enviar, já pronto, para a empresa Lang & Cia.

⁶¹ Em este primeiro documento, a organização se apresenta como “Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha”, nos demais circulares é apresentado como “Subcomitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha”. Desta forma, utilizaremos Subcomitê para nos referirmos à esta entidade em Porto Alegre, e Comitê Central o do Rio de Janeiro.

Eram de maior necessidade as “roupas e peças íntimas de todos os tipos, roupas de cama e mesa, sabonetes, bem como gêneros alimentícios que possam ser transportados por mais tempo (exceto café)”⁶².

Durante o ano de 1941, o Subcomitê Alemão de Porto Alegre recebia, do Comitê Central do Rio de Janeiro, circulares com informações de remessas anteriores e orientações de novos envios de pacotes para prisioneiros de guerra. Em 05 de abril de 1941, a circular informou que, durante os meses de dezembro de 1940 e março de 1941, foram enviados para o Canadá 36 caixas, no valor 51:000\$000 Rs., contendo:

48 ternos, 80 lençóis, 42 casacos, 142 capas de lã, 4500 cigarros, 7000 charutos, 171 cobertores de lã, 171 blusas de camisa, 203 camisas, 318 toalhas, 48 calças, 6 camisolas, 180 travesseiros, 185 pijamas, 262 suéteres de lã, 303 pares de chinelos, 612 pares de meias, 156 camisetas, 99kg de sabonete, 8 coletes de malha, 120 pastas de dente, 6kg de tabaco.⁶³

Já para os Bonaire holandeses, no mar do Caribe, foram enviadas 5 caixas, no valor de 6:500\$000 Rs., contendo:

170 cuecas, 72 camisetas, 168 cintos, 18 pijamas, 12 sungas, 124 camisas, 72 meias, sabonete: 36 peças e 20kg, 4 óculos escuros, 36 peças de roupas de cama, 12 jogos de cama, 44 travesseiros, 5 cobertores, 36 calças, 48 cachimbos, 24 pastas de dente, 79 escovas de dente, 24 sabonetes de barbear, 54 toalhas, 24 latas de leite, 13kg de chocolate em pó, 13kg de café, 178 chapéus de palha, 11 baralhos de cartas, 2 gaitas, 24 linha de costura e cerzido, 24 pares de chinelo, 3000 charutos, 6500 cigarros, 10kg de tabaco.⁶⁴

Se compararmos ambos os carregamentos, percebemos de início a diferença de 31 caixas a mais que foram enviadas ao Canadá, com o valor de 44:500\$000 Rs. de diferença, sendo que cada caixa teve um custo de 1:416\$000 para o Canadá e 1:300\$000 para a Bonaire. Outra diferença é a diversificação do conteúdo das caixas ao Canadá em comparação com Bonaire, sendo que a primeira continha quase que exclusivamente vestimentas, roupas de cama, produtos de higiene pessoal e tabaco, em contrapartida, já as 5 caixas para Bonaire possuíam uma diversidade maior, contendo alimentos – chocolate em pó e café –, itens de descontração – baralho de cartas e gaita –, além de 4kg a mais de tabaco e cigarros. Além destes carregamentos, começaram a ser enviados a partir de março de 1941, pacotes individuais de 500gr., que continham “tabaco e produtos

⁶² Circular Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha, 02/01/1940. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁶³ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 05/04/1941. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁶⁴ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 05/04/1941. p. 1. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

de higiene pessoal”. A circular instruía que aqueles que desejassem enviar um pacote particular, deveriam escrever o endereço do destinatário e marcar a embalagem com “*Franchise Postale Prisonnier de Guerre*”, e poderiam ser postados gratuitamente nos correios sem apresentar qualquer documento.

A circular ainda informa de um leilão de souvenirs de guerra realizado pelos marinheiros do vapor “Lech”, liderados pelo capitão Brinkmann, no Clube Esportivo “Germania” que arrecadou 2:5000\$000 Rs., e que foram transferidos ao Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha⁶⁵. Por fim, transmite a mensagem da Cruz Vermelha Alemã, em Berlim, onde informava que a Companhia de Radiodifusão do Reich [*Reichsrundfunk-Gesellschaft*] enviava saudações e mensagens de parentes do Brasil para a África ou para a Índia Holandesa, “como parte do programa ‘Saudações da Pátria’ [*Die Heimat grüsst*]”⁶⁶.

Já na circular de 16 de junho de 1941, assinado pela presidente, Margherita Schlimpert, é informado que desde 05 de abril de 1941 (data da última circular), foram enviadas 7 caixas contendo pacotes com roupas e alimentos para a Jamaica, que “alegrou os internados e, segundo ouvimos, representou para eles um dia de festa, inclusive realizaram um pequeno sorteio com alguns brindes”⁶⁷. Novamente para Bonaire foram enviadas 8 caixas, sendo 3 delas de alimentos, as outras 5 caixas continham “roupas de cama, trajes de banho, óculos, mantas de lã, camisas, calças, toalhas, cintos, travesseiros, pijamas, chinelos de feno, meias, acessórios, produtos de higiene, remédios, produtos de tabaco e cachimbos”. O conteúdo deste carregamento em relação ao envio anterior deteve-se mais a vestimentas e produtos de higiene pessoal, além de remédios. O chefe do campo dos internados escreveu uma carta agradecendo pelas caixas.

Em nome das mulheres, homens e crianças alemãs internados, tomo a liberdade de expressar os nossos sinceros agradecimentos pelos pacotes recebidos. A cuidadosa organização da valiosa remessa despertou a nossa maior admiração, e posso informar que as roupas, os alimentos e o tabaco são de grande ajuda aos internados e ao mesmo tempo nos trazem uma alegria especial. Peço-lhe gentilmente que aceite nossos profundos e sinceros agradecimentos e os transmita aos gentis doadores no Brasil.⁶⁸

⁶⁵ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 05/04/1941. p. 2 Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁶⁶ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 05/04/1941. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁶⁷ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 1. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁶⁸ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 1. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Além do carregamento de caixas, o Comitê também repassava doações monetárias, uma delas foi feita através da Cruz Vermelha Islandesa a tripulação internada dos navios “Hamburg-Süd” e “Bahia Blanca”, na Inglaterra. O líder do acampamento também enviou uma carta ao Comitê Central onde agradeceu a doação de 260 dólares através da Cruz Vermelha Britânica e que foi distribuída para 17 marinheiros, que por sua vez, voluntariamente distribuíram este valor em pequenas quantidades para outros 70 prisioneiros, gesto que seria “aplaudido pelos doadores”.

O acampamento de marinheiros alemães na Grã-Bretanha vive como uma comunidade de navios longe de casa. Todos os marinheiros estão aguardando com confiança e bom humor a conclusão iminente dessa longa viagem. Todos nós esperamos que em breve possamos retomar nossas viagens para o belo Rio de Janeiro com novos navios alemães.⁶⁹

Também foram enviadas 30 caixas para a África do Sul contendo

ternos, roupas de cama, curativos, remédios, tabaco e cachimbos, cobertores de lã, camisas e blusas, toalhas, baralho de cartas, protetores de cabeças, casacos, camisolas, aquecedores de pulso, pijamas, chinelos, suéteres, sapatos, meias, materiais de costura e cerzido, produtos de higiene pessoal, xales, chapéus, jogos, gravatas, roupas íntimas masculinas, café e chocolate em pó.⁷⁰

Também foram enviadas 17 caixas para Paramaribo, capital do Suriname, sendo 6 caixas de alimentos, 1 caixa de tabaco e cachimbos e 10 caixas com “artigos de vestuário para crianças, roupas de cama, curativos, esparadrapos, algodão em rama, óculos escuros, materiais de escrita, chinelos, camisas, calças, toalhas, travesseiros, jogos de cartas, gaitas, equipamentos de costura, pijamas, suéteres, sapatos, meias e ligas, produtos de higiene pessoal, chapéus de palha, roupas íntimas masculina e feminina”, além disso foram enviados 130 pacotes privados de 500 gramas com produtos de higiene, tabaco e jogos. Em gratidão aos carregamentos enviados aos campos de internados citados até aqui, a “Cruz Vermelha Alemã, em Berlim, contribuiu para aliviar o sofrimento das pessoas afetadas pela catástrofe das enchentes no Rio Grande do Sul, doando a quantia de 50 milhões de dólares”⁷¹.

Já a circular de 02 de agosto de 1941, inicia expressando o agradecimento das autoridades de Berlim, incluindo o Embaixador da Alemanha, Dr. Curt Max Prüfer, pelo

⁶⁹ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 1-2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁷⁰ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁷¹ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

trabalho desempenhado pelo Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra e aos doadores. É mencionada a organização de um chá promocional realizado no dia 10 de julho de 1941, no Clube Germânia e que foi publicada junto ao jornal *Deutsche Morgen*⁷² no dia 17 de julho de 1941. Também havia uma longa carta enviada do líder do campo de internamento alemão N°2, Victoria-Austrália, Professor Erler, que descreveu o quão necessária era a ajuda enviada pela Cruz Vermelha Brasileira para os campos de internados.

Através das mensagens do camarada Kuhlmann, inspetor de rádio a bordo do D. “Cap. Norte”, soube que nosso acampamento deve a você e aos alemães amigos uma generosa doação. Por meio da mediação da Cruz Vermelha Brasileira e local, essa doação foi encaminhada ao nosso acampamento, o comando nos entregou há cerca de quinze dias. Como não sei os endereços dos círculos envolvidos na doação, educadamente peço para que transmita a eles, bem como à Cruz Vermelha e aos meus camaradas os meus sinceros agradecimentos pelos presentes excepcionalmente bem-vindos.⁷³

Ainda ressalta que o campo de internados em que estavam necessitava de mais ajuda, em comparação a outros. Os marinheiros, que constituíam quase metade dos 215 internados, já haviam perdido a maioria de seus pertences quando seus navios naufragaram.

Quase todos os internados aqui no campo perderam tudo o que ainda tinham de roupas etc. quando nosso primeiro navio de transporte foi torpedeado. Os demais internados aqui, que não pertencem a esses dois grupos, também perderam quase tudo devido a circunstâncias infelizes.

Informa ainda que a maioria dos internados havia recebido uma pequena quantia de apoio financeiro da Alemanha. A circular complementava com a informação de que a Cruz Vermelha Australiana “confirma o recebimento da remessa mencionada pelo Prof. Erler e afirma que os presentes chegaram em perfeitas condições”. Na segunda página do comunicado ainda há mais uma carta de agradecimento, desta vez de H. Licht, líder do acampamento alemão da ilha de Bonaire, próxima a Curaçao. Na carta, agradece as três caixas recebidas no dia 31 de março de 1941, entregues pela Cruz Vermelha Holandesa. Também transmitia os agradecimentos mais calorosos de “homens, mulheres e crianças

⁷² O jornal *Deutsche Morgen* publicado em São Paulo, pela editora de mesmo nome e “a partir de 1934, tornou-se órgão oficial da seção que coordenava as atividades do Partido Nazista em todo o Brasil (NSDAP-Landesgruppe Brasilien) dirigida por H. von Cossel” (Grützmann, 2005, p. 6).

⁷³ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 1. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

internadas e, pode acreditar de que a vossa generosa doação será inesquecível”⁷⁴. A circular ainda informou que as campanhas e doações realizadas pelo Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra foram homenageadas através da publicação de um artigo no volume 5 do Anuário da Cruz Vermelha Alemã, edição de abril/maio de 1941, com o título “Os alemães ultramarinos também estão ajudando” [*“Auch die Deutschen in Übersee helfen mit”*], de autoria de Hermann Lex⁷⁵.

Hermann Lex inicia seu artigo mencionando a união de todos os alemães além das fronteiras através da Cruz Vermelha Alemã⁷⁶, pois estes queriam “participar nas suas tarefas de guerra” (Lex, 1941, p. 218), o que o autor dá a entender, é de que todos os alemães – inclusive os alemães no exterior – deveriam participar da guerra de alguma forma, o envio de caixas de assistência era um serviço que encantava pela sua “originalidade e naturalidade”. Lex descreve que, no início, os carregamentos eram destinados à Alemanha, sendo parcialmente distribuídos para os prisioneiros de guerra e civis internados na França, mas seria melhor que “fossem enviados diretamente aos alemães internados nos vários países por mar. Isso foi especialmente verdadeiro depois que os prisioneiros de guerra alemães e civis foram levados da Inglaterra para o Canadá e precisavam urgentemente de tais cuidados”.

Lex destaca o engajamento de mulheres alemãs no trabalho do Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, onde se mobilizaram para “longe de casa, ajudar, na medida do possível, à pátria alemã e os seus filhos feridos e prisioneiros de guerra” (Lex, 1941, p. 219). Com a fundação inicial no Rio de Janeiro, e com o número de voluntários e funcionários crescendo, o Comitê expandiu-se para além da cidade e do estado e, “em pouquíssimo tempo, foram abertas filiais em quase todos os estados brasileiros”. Através

⁷⁴ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁷⁵ Hermann Lex, conforme descreve Grützmann (2018, p. 278) era “morador de Porto Alegre, irmão do pg. Helmuth Lex, segundo Vida Policial (1942d), integrou o alto escalão da NSDAP-OPA, como colaborador de Walter Hornig, e “celebrizou-se principalmente como fomentador do boicote e perseguições aos alemães refratários à cruz gamada” (Vida Policial, 1942d). Hermann Lex era casado com Hanna Weidmann, filha de Karl Weidmann (Neue Deutsche Zeitung, 1934c). Conforme Vida Policial (1942a), Karl ou Carlos Weidmann, natural de Wiesbaden, que viera ao Brasil em 1910 e ingressara, em 1932, na NSDAP, integrou a USCHLA e “nos anos de 1936 a 1937 ele foi eleito para exercer um cargo junto à comissão de contas do Partido” (Vida Policial, 1942a). Na Capital sulina, era dono de “padaria e confeitaria, à Rua Cristóvão Colombo, nº 1884” (Fuer’s Dritte Reich, 1933a) e anunciava no Fuer’s Dritte Reich”.

⁷⁶ Em várias circulares e correspondências, o Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra é chamado de Cruz Vermelha Alemã, acreditamos que este nome seja referente a cooperação entre o Comitê e a Cruz Vermelha, não se tratando propriamente da organização alemã. Isso é corroborado quando Hermann Lex, ao falar sobre a fundação da “Cruz Vermelha Alemã”, informa que ela foi “criada no Rio de Janeiro”, ou seja, não se referia a própria Cruz Vermelha da Alemanha, mas sim ao Comitê Central.

do Comitê e dos Subcomitês eram organizados concertos e teatros, nos clubes esportivos e assentamentos alemães no interior do país as comunidades esportivas doavam “regularmente valores provenientes de rifas e prêmios à Cruz Vermelha Alemã”. Ainda no caso dos assentamentos, caso não houvesse dinheiro, as pessoas ficavam “felizes em sacrificar um saco de milho ou outros produtos locais. A alegria estimulante de poder ajudar e querer ajudar é mostrada aqui sob a mais bela luz”.

Um ponto destacado é o trabalho cooperativo entre os alemães e os “homens sensíveis à Alemanha, que seguiram alegremente o chamado para cooperar” (Lex, 1941, p. 219). Este vínculo amigável, como pontua Lex, é demonstrado pelo fato de que “os brasileiros também gostam de doar, pois sabem que deve ser uma boa causa que o grande Império Alemão apoia”. Não é mencionada qualquer dificuldade ou cooperação do Comitê Alemão junto com os órgãos estaduais e federais, apenas que as autoridades brasileiras demonstravam “grande compreensão pelo trabalho da Cruz Vermelha Alemã, que tem sido comprovado muitas vezes no contato com elas, tanto na capital como em outros locais do país”.

Os carregamentos de 100 quilos eram embalados e marcados com o símbolo da Cruz Vermelha, e enviados em navios para a África do Sul, Jamaica, Guiana Holandesa, Canadá e Austrália. Cada carregamento deveria levar em consideração o clima do campo de internados destinado, especialmente quando se tratava de roupas. Além do envio de doações eram feitas, no Rio de Janeiro, “pesquisas sobre pessoas desaparecidas e a localização de presos de guerra e civis, a fim de conectá-los com seus familiares. A Cruz Vermelha Brasileira coloca-se ativamente à disposição das mulheres alemãs com seu aparato para isso, o que muitas vezes é difícil em casos individuais” (Lex, 1941, p. 220).

O papel das mulheres alemãs foi destacado ao longo de todo o artigo de Hermann Lex, as quais tinham um papel grande e ativo. Brinca que, em uma “competição nobre”, as alemãs do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre trabalhavam para o “objetivo comum de ajudar a pátria alemã a alcançar a vitória” (Lex, 1941, p. 221). Reuniam-se semanalmente a noite para tricotar e costurar, e nestes momentos também se faziam presentes as “mulheres brasileiras que colocam suas habilidades artesanais a serviço da Cruz Vermelha. Não é preciso dizer que os italianos também trabalham em estreita amizade com os brasileiros e alemães”.

O artigo de Hermann Lex destaca o trabalho desempenhado pelos alemães “ultramarinos” através do Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, sendo uma espécie de reconhecimento dos próprios alemães pela ajuda prestada. Uma mobilização

étnica, permitida de funcionar até então, cujos objetivos eram auxiliar aos compatriotas alemães, fossem soldados ou civis prisioneiros. Um ponto reconhecido pelo autor, é a cooperação entre alemães e brasileiros, estes últimos seriam “sensíveis à Alemanha”, ajudando e apoiando os objetivos da nação.

A circular de 01 de setembro de 1941 trouxe as condições gerais de envio de pacotes privados de 500 gramas. Para os campos de internamento da África do Sul, Austrália, Canadá, Jamaica, Índia Holandesa e Paramaribo (Guiana Holandesa) eram permitidos os seguintes itens: artigos de higiene pessoal, produtos de tabaco, chocolate, linhas de costura, lenços, meias, chá e livros ingleses; eram proibidos: todos os objetos pontiagudos como canetas, navalhas, lâminas de barbear, lápis, papel para revistas, penas, além de bebidas, itens inflamáveis e mapas; além disso, eram proibidos de enviar medicamentos para a Austrália. Para a Bonaire eram permitidos: enços, pasta de dente, livros odontológicos, livros de viagens, romances, livros didáticos publicados antes de 1933; era proibido enviar: comida, álcool, bebidas, papel para escrever, livros de música, cartões postais, cartas de baralho, lápis, porta-canetas, itens inflamáveis, canivetes, tesouras, mapas, cigarros, charutos, papel para cigarro, pontas de cigarro, tabaco e sabonete. Os pacotes não poderiam exceder 490 gramas, e eram recomendados que os charutos fossem embalados em capas de alumínio para que não absorvessem nenhum cheiro, como do sabão, por exemplo. Os pacotes deveriam ser endereçados com nome, endereço e número, além de serem marcados como “*Prisonnier de guerre, franchise postale*”, desta forma seriam isentos de cobrança⁷⁷. Na circular de 04 de outubro de 1941, são apresentadas as mesmas condições gerais do envio de pacotes privados de 500 gramas para prisioneiros de guerra e civis internados, que valiam para todos os países. Ao verso da circular havia uma tabela mais trabalhada com as informações dos campos de internados de cada país, como: país, internados (homens, mulheres e/ou crianças), clima, itens permitidos e proibidos⁷⁸, e disposições especiais ou comentários.

⁷⁷ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 1. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁷⁸ Na coluna “itens permitidos e proibidos” havia uma anotação geral “Sobre coisas permitidas e proibidas, consulte a primeira página”, desta forma, optamos por retirá-la da tabela.

Tabela 1 - Informações campos de internados

ACAMPAMENTO	INTERNADOS	CLIMA	DISPOSIÇÕES GERAIS E COMENTÁRIOS
Andaluzia África do Sul	Homens	Dias quentes Noites frias	Desejado: Roupas e roupas íntimas
Baviaansport perto de Pretória África do Sul	Homens	Dias quentes Noites frias	Desejado: Roupas e roupas íntimas
Tanganica perto de Salisbury Rodésia do Sul África	Mulheres e crianças	Clima tropical temperado e saudável. Inverno: frio à noite	Muito bem-vindo: Roupa de cama, itens de higiene pessoal toalhas. Os internados não recebem dinheiro.
Salisbury 5 ½ km. de Salisbury a Rodésia do Sul África	Famílias e várias mulheres solteiras	Clima tropical temperado e saudável. Inverno: frio à noite	Muito bem-vindo: Roupa de cama, itens de higiene pessoal toalhas. Os internados não recebem dinheiro.
<u>Tatura</u> Victoria <u>Austrália</u>	Homens	Verão quente. Inverno frio. Sem neve, com muita neblina.	Proibidos: Medicamentos, bandagens, biscoitos.
<u>Bonaire</u> <u>Caribe</u> <u>Mar.</u>	Homens	Clima tropical	Proibidos: Jogos de cartas, biscoitos, papel de cigarro.
<u>Canadá</u>	Homens	Inverno rigoroso Verão curto e quente	Desejável para todos os campos: roupas íntimas quentes, roupas grandes. Camisas brancas ou azuis claras.
Campo F.	Homens	Inverno rigoroso Verão curto e quente	Proibido: Charutos, cigarros Permitido: tabaco, cachimbos.
Campo Q.	Homens	Inverno rigoroso Verão curto e quente	Proibido: Pulôveres de lã
<u>Inglaterra</u>	Homens	Clima frio e úmido	Desejado: coisas quentes
<u>Jamaica</u>	Homens	Clima subtropical	Desejado: Roupa íntima
<u>Paramaribo</u> <u>Países Baixos</u> <u>Campo de Internamento da Guiana Coppieweg</u>	Homens Mulheres Crianças	Clima tropical	O endereço não deve ser preenchido como: <i>Prisonnier de guerre</i> , mas sim: <i>German Internee</i>

Fonte: *Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz*, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Ao compararmos as circulares de 05 de abril, 01 de setembro e 04 de outubro, especificamente o caso de Bonaire, poderemos perceber quais itens passaram a ser proibidos e/ou permitidos ao longo dos meses de 1941. Enquanto em 05 de abril foram enviados 11 baralhos de cartas, a partir de 01 de setembro passa a ser proibido o envio de cartas de baralho; o mesmo ocorre com as comidas e bebidas, que em 05 de abril foram enviados 24 latas de leite, 13kg de chocolate em pó e 13kg de café, passam a ser proibidos em 01 de setembro, porém, na circular de 04 de outubro não há menção da proibição destes itens, apenas de biscoitos; não há como afirmar que estes itens passaram a ser permitidos a partir desta data; situação similar acontece com os cigarros, charutos e tabaco, permitidos em 05 de abril, proibidos em 01 de setembro, e em 04 de outubro apenas o papel de cigarro está proibido. Não é possível afirmar que os itens proibidos em 01 de setembro passaram a ser permitidos em 04 de outubro, como o caso dos livros de música e itens pontiagudos (canetas, lápis, canivetes, tesouras etc.). Ainda assim, podemos observar a partir desta análise, as demandas e a alternância das permissões de itens específicos nos carregamentos de doações do Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra para Bonaire.

A circular de 20 de outubro de 1941 traz a informação de diversas cartas recebidas e que enfatizavam o quão necessário era o trabalho desempenhado pelo Comitê Alemão, ainda que com dificuldades do envio dos carregamentos durante os meses junho a setembro, devido “à questão do espaço marítimo”⁷⁹, foram enviadas, ao final de agosto, 40 caixas para a Austrália com pacotes reunidos em todas as filiais. As transferências monetárias foram uma alternativa adotada devido a “dificuldade do espaço de transporte”, foram feitas transferências “para a tripulação do Lech, na Inglaterra, e fizemos o mesmo para as tripulações de outros navios alemães em situação semelhante”, as doações em dinheiro foram feitas tanto por pessoas quanto por empresas, que disponibilizaram “quantias significativas, pelas quais gostaríamos de agradecer sinceramente em nome dos atenciosos internados”. A transferência monetária passaria a ser uma das alternativas, já com a dificuldade de garantir o transporte marítimo, como vemos no último dos relatórios, de 01 de dezembro de 1941, anunciava a chegada e distribuição de 62 caixas com presentes para os campos de internados no Canadá, outras 46 para à África do Sul, uma

⁷⁹ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

transferência de uma “grande quantia de dinheiro”⁸⁰ para a tripulação do “Hermes” internada na Inglaterra, resultado de uma campanha específica para esse fim. As transferências, como é informado na circular, foram “enormemente” expandidas para os prisioneiros de guerra e civis internados, através “da Cruz Vermelha Internacional, em Genebra, e estamos agora cuidando dos campos na África do Sul, na Austrália e, se possível, na Guiana Holandesa. A Cruz Vermelha Internacional, de Genebra, nos garantiu o pagamento aos destinatários, para que tenhamos a confiança necessária para fazer felizes aqueles de quem cuidamos no Natal”.

No ano de 1942, o trabalho do Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra e dos Subcomitês estaduais começou a passar por dificuldades, isso se deu com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, no dia 28 de janeiro de 1942. Sete dias antes, em 21 de janeiro de 1942, a Presidente do Comitê Central, Erika Schloemann, escreveu uma carta para o Subcomitê de Porto Alegre agradecendo o trabalho desempenhado que atendiam “plenamente às solicitações da Cruz Vermelha Alemã”. Com a dificuldade do transporte das doações aos prisioneiros e internados alemães, o “nosso almoxarifado na Cruz Vermelha Brasileira está tão cheio com os itens aqui armazenados que, infelizmente, temos que pedir a Porto Alegre que deixe as doações coletadas aí até nova ordem nossa”⁸¹. Havia incertezas sobre a continuidade dos trabalhos do Comitê Alemão, em 27 de fevereiro de 1942, um dia antes do rompimento das relações diplomáticas, o Subcomitê recebeu outra carta do Comitê Central, onde a Presidente, Erika Schloemann, e o Vice-presidente Tony Michahelles, informavam que

há poucos dias fomos notificados pela Cruz Vermelha Brasileira, que podemos continuar as nossas atividades no Brasil nas condições já conhecidas, isto é, que donativos em objetos de uso, roupas e dinheiro dados à Cruz Vermelha, só poderão ser empregados para aliviar a sorte dos internados e prisioneiros de guerra. As diretrizes detalhadas para a continuação do nosso trabalho, que nos serão fornecidas pela Cruz Vermelha Brasileiras, serão transmitidas para aí, logo que as recebermos.⁸²

⁸⁰ Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 16/06/1941. p. 2. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸¹ SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 21/01/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸² SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 27/02/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Em resposta do dia 08 de março de 1942, a Presidente do Subcomitê de Porto Alegre, Anna Rotermund⁸³, acusou o recebimento da circular e informou, ao Comitê Central do Rio de Janeiro, que já havia entrado em contato com a presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, Dona Laura Leitão de Carvalho, que informou que o espaço de trabalho do Subcomitê havia mudado para uma sala embaixo da Igreja Católica de São José, onde o “venerado capelão da paróquia de São José, Padre Hegelbach, disponibilizou-nos gratuitamente o quarto. Tivemos que deixar nosso local de trabalho anterior devido à sua dissolução ou mudança da Firma Lang”⁸⁴.

Possivelmente, a atuação de um Subcomitê de ajuda aos prisioneiros e internados alemães gerava comentários negativos junto à sociedade, podendo ser vista como uma organização de apoio aos nazistas. Desta forma, o Subcomitê Alemão enviou um ofício ao Chefe da Polícia, no dia 12 de março de 1942, onde fazia um breve resumo da fundação do Subcomitê

subordinado ao Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra no Rio de Janeiro, se destinava a cooperar com o seu trabalho para aliviar a dor dos internados e prisioneiros de guerra alemães. O nosso Subcomitê que exercia as suas atividades com autorização da Cruz Vermelha Brasileira, conseguiu fazer no decorrer destes 2 ½ anos numerosas remessas em roupas, objetos de uso etc. para internados e prisioneiros de guerra alemães no exterior do país.⁸⁵

Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, o Comitê Central consultou as autoridades se poderia continuar o trabalho que vinha desempenhando desde o final de 1939. Em anexo havia uma cópia da Circular de 27 de fevereiro de 1942, onde demonstrava que o funcionamento do Subcomitê foi autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira, tanto a nível nacional como estadual. Ao que os documentos indicam, o Subcomitê continuou arrecadando pacotes, em carta de 14 de outubro de 1942, a presidente do Comitê Central do Rio de Janeiro enviou orientações para o envio de pacotes de 500g.

1) As encomendas de 500g podem continuar sendo enviadas pelos correios, desde que não recusem;

⁸³ Anna Rotermund assumiu a presidência pois a presidente anterior, Helene Schnillenkamp havia retornado à Alemanha. Fonte: SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Chefe de Polícia de Porto Alegre. Porto Alegre, 12/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸⁴ ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Porto Alegre, 08/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸⁵SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Chefe de Polícia de Porto Alegre. Porto Alegre, 12/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

- 2) Se os correios exigirem a postagem, ela deverá ser paga, tendo em vista a nova situação;
- 3) As encomendas devem ser enviadas exclusivamente por particulares, o Comitê de Ajuda ou a CVB não devem ser utilizadas em nenhuma circunstância;
- 4) Publicações em jornais ou outros avisos oficiais sobre os pacotes de 500g devem ser evitados a todo custo;
- 5) A redução temporária do número de pacotes de 500g a serem enviados é absolutamente necessária e deve ser abandonada imediatamente.⁸⁶

No dia 28 de dezembro de 1942, o Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra enviou um ofício ao Chefe da Seção de Ordem Política e Social da Repartição Central de Polícia de Porto Alegre, Dr. Plínio Brasil Milano, comunicando que “encerrou toda a sua atividade em prol das Vítimas de Guerra, a qual vinha até então sendo exercida dentro das normas da Lei existente e sob o controle da Cruz Vermelha Brasileira”⁸⁷. Outra carta com teor semelhante, porém sem data, foi enviada à Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Dona Odila Gay da Fonseca⁸⁸, onde informa que o ordenamento do encerramento das atividades partiu do Ministério da Justiça. Ao final dos dois ofícios, espera que futuramente o Comitê possa novamente trabalhar em favor dos prisioneiros e enfermos alemães.

Em anexo ao ofício enviado à presidente da Filial, havia diversos documentos “os quais testemunhavam as diversas licenças, gentilmente concedidas até então ao referido Comitê”⁸⁹. Dentre os documentos, há a menção a ofícios enviados do Consulado da Espanha. O consulado já havia enviado um ofício no dia 23 de março de 1942, para a Presidente do Subcomitê, Anna Rotermund, do qual o Consul, Federico Gabaldón, e colocava a “inteira disposição desse Subcomitê para cooperar em seus benéficos trabalhos enquanto de mim dependa”⁹⁰.

⁸⁶ ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Porto Alegre, 14/10/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸⁷ SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Plínio Brasil Milano. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸⁸ SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Plínio Brasil Milano. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸⁹ SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁹⁰ GALBADÓN, Federico. [Correspondência]. Destinatário: Anna Rotermund. Porto Alegre, 23/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre ambos os países, a Alemanha precisou reorganizar-se e procurou “uma representação diplomática que atuasse no Brasil para interceder junto ao governo em favor dos seus cidadãos. Nesse caso, a diplomacia espanhola que atuava no Rio de Janeiro passou a representar os interesses do governo alemão” (Rahmeier, 2022, p. 181). Desta forma, o Consulado Espanhol passou a atuar e representar os interesses alemães. A presidente do então Subcomitê procurou o Consulado da Espanha em fevereiro de 1943, e colocou à disposição do Consulado 15 caixas contendo peças de roupas, que estavam depositadas no porão da Igreja São José. O motivo do ofício era devido ao fato de “organizações particulares terem já manifestado os seus interesses por estas caixas, os quais não estão de acordo com o fim que as mesmas se destinam”⁹¹. Quais eram os fins que se destinavam as 15 caixas de roupas? E por que não foram doadas as organizações que procuraram o extinto Subcomitê? Em novo ofício de 25 de março de 1943, os “fins que se destinam” as caixas são explicados:

As roupas e peças de vestir, angariadas pela então Cruz Vermelha Alemã, foram doadas a fim de serem encaminhadas **para a Alemanha**. Devido a este compromisso assumido perante os doadores, não posso responsabilizar-me de que estes materiais sejam distribuídos **aqui** (em território afeto ao Consulado Espanhol, em Representação dos Interesses Alemães), pois, trata-se de Mudanças de Roupas para Hospitais Militares, assim como também de Roupas para Soldados e outros objetos para as famílias dos combatentes, sendo que todo este material foi confeccionado para este fim.⁹²

No trecho acima fica claro o compromisso do Subcomitê possuía junto aos doadores de que as doações não teriam outro fim se não à Alemanha. Ressalta-se que as roupas eram destinadas à hospitais militares e para combatentes, o que possivelmente justificaria os comentários e a suspeita sobre o Subcomitê Alemão. Mais adiante no documento, volta a enfatizar que o destino das roupas era a Alemanha, e diz que não deveriam ser doadas às “muitas famílias [que] estão passando necessidades, faltando-lhes igualmente roupas e peças de vestir”, pois estas famílias seriam amparadas “pela ‘Carteira dos Empregos Gratuitos da Sociedade União Popular’ e pela ‘Comunidade Evangélica’”.

O Subcomitê Alemão desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial um papel de mediador entre as comunidades de alemães e descendentes no Rio do Grande do

⁹¹ ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Federico Galbadón, Porto Alegre, sem data. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁹² ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Federico Galbadón, Porto Alegre, 25/03/1943. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Sul, com os civis e soldados alemães prisioneiros em diversos países, isso tudo através da Cruz Vermelha Brasileira. Grandes arrecadações e doações de diversos produtos e roupas foram encaminhados, sendo alteradas e modificadas conforme determinações. Através das circulares, as orientações eram repassadas aos doadores. Estas doações foram reconhecidas pelos receptores, bem como autoridades, como a própria Cruz Vermelha Alemã.

Os Comitês e Subcomitês estavam ligados, diretamente e obrigatoriamente, à Cruz Vermelha Brasileira e suas filiais estaduais. Ainda assim precisavam funcionar de acordo com a legalidade. O caso do Subcomitê Alemão é um exemplo claro de que as organizações humanitárias, ainda com aspectos transnacionais e possuindo uma própria estrutura de redes, que as tornava independentes até certo ponto, não poderiam ir contra as determinações impostas. A partir de 1942, como exposto, o trabalho desempenhado foi diretamente atingido pelo rompimento das relações diplomáticas, mesmo assim, tanto o Subcomitê, quanto a CVB/RS, buscou caminhos para continuar com os envios, tratando de entrar em contato com órgãos públicos para isso.

Além das atividades do Subcomitê Alemão, a CVB/RS também funcionava como uma agência de correios, e possuía uma sessão de Correspondências Estrangeiras, em 09 de fevereiro de 1943, a filial de Carazinho enviou um ofício “Pedindo informações sobre cartas para estrangeiros”⁹³. Tal intermediação entre Europa e Brasil é destacada no jornal *A Época*, de Caxias do Sul, em 04 de julho de 1943,

Na sede da Cruz Vermelha Brasileira, acha-se a disposição do Snr. Curt Haupt, residente no Desvio Brauth, uma carta vinda da Alemanha. O referido senhor, para receber a carta, deverá apresentar-se munido de caderneta de identidade. Outras cartas chegadas por intermédio da Cruz Vermelha Brasileira, núcleo local [Caxias do Sul], já foram encaminhadas aos respectivos destinatários (Cruz [...], 1943, p. 1).

Desta forma, antes de atuar no envio de mantimentos, a Cruz Vermelha utilizou-se de sua estrutura transnacional para encaminhar correspondências entre Europa e Brasil, no caso da notícia acima, Alemanha e Brasil. Também apresenta o funcionamento da organização como um todo, possivelmente esta carta foi postada em uma Filial da Cruz Vermelha na Alemanha, encaminhada para o Rio de Janeiro (Órgão Central no Brasil), de lá foi encaminhada para Porto Alegre (sede estadual), de lá foi enviada para Caxias do Sul, onde foi entregue a seu destinatário, o Sr. Curt Haupt.

⁹³ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 15.

Outra correspondência recebida pela Filial e que faz referência a esta cooperação e atuação entre as filiais globais, é o ofício da Comissão da Colônia Britânica em Porto Alegre, de 16 de junho de 1943, a qual estava “comunicando ter ficado resolvido organizar uma coleta de arroz para a C.V. Britânica”⁹⁴. Não se possui mais informações a respeito desta campanha, porém é possível de identificar uma cooperação entre as Cruz Vermelha Brasileira e a Britânica, na qual a Filial do Rio Grande do Sul possivelmente cooperou. Nesse mesmo sentido, em 17 de janeiro de 1944, a Filial recebeu uma correspondência da Cruz Vermelha Argentina, Filial de Buenos Aires, agradecendo a “solidariedade desta Filial do Rio Grande do Sul”⁹⁵, este agradecimento se dava pela arrecadação de doações para as vítimas de um terremoto que afetou a Argentina. Em 20 de janeiro de 1944, o Ministério da Guerra agradeceu a atitude.

Foram expostos até agora alguns exemplos da transnacionalidade da Cruz Vermelha e o envolvimento dela em questões ligadas a estrangeiros, como o envio de cartas entre países e cooperação entre as filiais internacionais. Nesse meio tempo, os livros de ofícios recebidos registram indícios de uma campanha de arrecadação de pulôveres, mantimentos e cigarros para enviar aos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, mas, infelizmente não há, no acervo da Filial em Porto Alegre, quaisquer documentos a respeito desta campanha que perdurou por diversos anos.⁹⁶

Haviam, como vimos, outros Subcomitês atuando na filial, como o Subcomitê Britânico, mencionado acima, e o Comitê de Senhoras Israelitas, que encaminhou um ofício em 23 de abril de 1945, no qual a descrição diz que o comitê estava “Solicitando permissão para realizar uma coleta de roupas a ser enviadas aos infelizes na Europa”⁹⁷. Possivelmente, o Comitê de Senhoras Israelitas obteve permissão para a campanha, já que, em ofício de 08 de junho de 1945 – menos de 2 meses –, enviou outro ofício comunicando “o embarque de 6 caixões de roupas para às vítimas da guerra na Europa”⁹⁸. Nesse meio tempo, o Sr. J. Palatonik, presidente do Comitê Hebreu-Brasileiro no Rio de Janeiro, fazia referência, em ofício de 07 de maio de 1945, sobre “remessas de

⁹⁴ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS... p. 23.

⁹⁵ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 38.

⁹⁶ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 37.

⁹⁷ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 56

⁹⁸ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 57.

encomendas às vítimas da guerra”⁹⁹. Em 1945, portanto, a Cruz Vermelha Brasileira e sua Filial no Rio Grande do Sul já estavam trabalhando no envio de mantimentos para a Europa.

2.3 – O trabalho da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no pós-Segunda Guerra Mundial

As incontáveis cartas que chegaram até as terras brasileiras e que adentraram aos lares dos familiares e amigos daqueles/as que as escreveram, fez com que fossem criados uma demanda e um mercado de pacotes de mantimentos para encaminhar à Europa. Este fato fica evidente através das propagandas de jornais de língua alemã que circulavam no Brasil, principalmente nas capitais onde havia a presença de imigrantes e teuto-brasileiros. Na seção *Deutsche Nachrichten*, do jornal paulista *Jornal de Notícias*, é possível identificar o elevado número de empresas – em sua maioria empresas de transporte –, representantes de organizações humanitárias internacionais, anunciando o envio de pacotes para os países europeus atingidos pela guerra.

Um dos anúncios, feito pela Filial da *CARE* em São Paulo, referencia as cartas que são enviadas para as famílias, “nada é mais pedido nas cartas da Alemanha do que um pacote da *CARE* do governo dos EUA” (*Verein [...]*, 1946, p. 7). O *CARE-Paket* ficou conhecido popularmente na Alemanha, passando a designar o caixote de madeira com mantimentos alimentícios em seu interior, não sendo atrelado a alguma organização específica, ainda que oficialmente se referisse aos pacotes distribuídos pela *CARE*. Em diversas cartas encaminhadas para a Cruz Vermelha Brasileira aparecem pedidos de *Care-Paket*, fazendo menção ao pacote de mantimentos. Já as empresas que anunciavam o envio de *Care-Paket*, faziam referência ao pacote enviado pela *CARE*, pois eram enviadas pelos Estados Unidos pela organização. No mesmo anúncio, era oferecido o envio de um pacote de 22kg, custando Cr\$.188,00, contendo 40.000 calorias de alimento e 10 maços de cigarros, sal, sabonete etc.”.

Esta configuração de pacote variava conforme a empresa que anunciava, podendo ter peso, valor e itens diferentes, o que ilustra as múltiplas ofertas de envios de alimentos para a Europa. Algumas empresas anunciavam várias opções de pacotes, como a *Empresa*

⁹⁹ Livro Correspondências Recebidas. Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ACVBR. Porto Alegre/RS. p. 58.

*Ultramar de despachos de donativos à Europa Central - Detlev Ludewig*¹⁰⁰, que buscava atender as necessidades individuais, fornecendo diversas opções para quem procurasse a empresa para enviar mantimentos a seus familiares ou amigos na Alemanha.

Tabela 2 - Pacotes Empresa Ultramar – Detlev Ludewig (30/11/1946)

Tipo do pacote	Produtos	Valor
Pacote E - Pacote de gordura	2 ½kg de banha	Cr\$ 75,00
Pacote H - Pacote de emergência.	1kg de manteiga em conserva 1kg de bacon defumado 1kg de linguiça seca 1kg de carne enlatada ½ leite em pó desidratado	Cr\$ 140,00
Pacote J - Pacote misto	1kg de bacon defumado 1kg de carne enlatada 1kg de queijo (40% de gordura) 1kg de aveia ½ leite em pó desidratado	Cr\$ 120,00
Pacote K - Pacote infantil.	1kg mel de abelha 1kg de leite em pó desidratado ½ kg de chocolate para beber 2kg de açúcar	Cr\$ 85,00
Pacote L - Pacote de comida de luxo.	1kg de café torrado 1kg de cacau puro ½ kg de chá chinês 2kg de açúcar	Cr\$ 85,00
Pacote N - Pacote de fortalecimento.	½ kg gordura de cozimento ½ kg de sardinha 3kg de ervilhas e feijões	Cr\$ 65,00

Fonte: *Verein [...]*, 1946, p. 7

Os pacotes enviados por empresas estavam sujeitos as mudanças de preços, em 28 de dezembro de 1946, a Empresa Ultramar – Detlev Ludewig anunciou no Jornal de Notícias a nova tabela de valores dos pacotes, que também sofreram alteração em seu conteúdo. Em um mês, o Pacote H - Pacote de emergência, não teve seu conteúdo modificado, mas passou a custar Cr\$165,00, um aumento de Cr\$25,00. Já o Pacote L -

¹⁰⁰ Para simplificar, utilizaremos o nome Empresa Ultramar. A Empresa Ultramar era uma das representantes no Brasil da organização suíça Christlichen Nothilfe. Com sede em São Paulo, a empresa encaminhava pacotes pela Bélgica para depois ser distribuída na Alemanha através do Christlichen Nothilfe, pela Cáritas alemã e pelo Sínodo Evangélico (*Verein [...]*, 1946, p. 7). A Empresa Ultramar atuou em parceria com o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF, onde “as empresas comerciais forneciam e recebiam pacotes em nome do SEF cobrando uma margem de lucro sobre a transação” (Fernandes, 2005, p. 108).

Pacote de comida de luxo, passou a custar Cr\$105,00, um aumento de Cr\$20,00, porém seu conteúdo foi alterado, enquanto em 30 de novembro de 1946, o pacote continha: 1kg de café torrado, 1kg de cacau puro, ½ kg de chá chinês e 2kg de açúcar; na nova tabela o pacote passou a conter: 1kg de café preparado, de boa qualidade, 0,1kg de chá, 2kg de açúcar e o 1kg de cacau puro, que poderia ser substituído por 2 ½ kg de arroz ou 3kg de farinha branca. Desta forma, houve uma diminuição do peso e da quantidade do chá, e o cacau poderia ser substituído por outros produtos, o que alteraria o peso final do pacote (4,1kg, 5kg ou 6,1kg), mas sem modificar o valor final (*Verein [...]*, 1946, p. 7)¹⁰¹.

Em comparação, a *United States Parcel Service for Europe* (USPSP), que enviava pacotes para a Zona de Ocupação Americana, Francesa e Inglesa, anunciou em 09 de novembro de 1946, quatro tipos de pacotes, com valores elevados e produtos mais diversificados, quando comparados aos pacotes da Empresa Ultramar – Detlev Ludewig. Além de produtos alimentícios, a USPSP ofertava pacotes com produtos de higiene pessoal, como o Pacote 320, que possuía 2 barras de sabão.

Tabela 3 - Pacotes da United States Parcel Service for Europe (09/11/1946)

Tipo do pacote	Produtos	Valor
Pacote 319 (5kg)	2kg de café 500g de cacau 120g de chá 420g de mel 250g de salame 500g de ervilhas 500g de macarrão 500g de arroz 5 cubos de caldo	Cr\$ 250,00
Pacote 320 (5kg)	1 carne enlatada 500g gordura 500g de manteiga 1 ½ kg de café 500g de cacau 250g de leite em pó 250g de ovos em pó	Cr\$ 320,00

¹⁰¹ No mesmo anúncio, a Empresa Ultramar – Detlev Ludewig explicou as razões dos preços dos pacotes:

- “1. Aumento nos preços nos EUA, assim também aumentou os preços do Franco = 5%
2. Aumento das despesas administrativas para encomendas estrangeiras (1 franco) = 5%
3. Queda das moedas americanas na Suíça = 5%
4. Ligeiro enfraquecimento do cruzeiro desde 2 semanas = 2%
5. Aumento das Despesas Administrativas no Brasil = 3%”

Fonte: (*Verein [...]*, 1946, p. 7)

	250g de queijo 500g de arroz 2 barras de sabão	
Pacote 321 (5kg)	2kg de café 500g de manteiga 500g gordura 420g de mel 120g de chá 500g de cacau 250g de leite em pó	Cr\$ 300,00
Pacote 322 (5kg)	2 ½ kg de café 1 ½ kg de cacau 500g de chocolate	Cr\$ 250,00

Fonte: *Liebesgabenpakete* [...], 1946, p. 5.

A mesma empresa também ofertava pacotes apenas com produtos de limpeza e higiene pessoal, pacotes denominados “*Paket 308*” por Cr\$.200,00, que possuíam: 6 sabonetes, 1 navalha "Gillette", 10 lâminas de barbear “Gillette”, 1 tubo de pasta de dente, 1 escova de dentes, 2 carretéis de linha de costura, 2 pacotes de agulhas de costura, 2 pacotes luxo, 1 sabonete de barbear e 1kg de sabão em pó. Além disso, o pacote incluiria cigarros caso fosse enviado para a Zona de Ocupação Americana (Wir Schicken [...], 1946, p. 6).

Ainda que estas empresas atuassem de maneira privada, estavam ligadas a alguma organização, como o caso da Empresa Ultramar – Detlev Ludewig, a qual era representante da *Christlichen Nothilfe*, em São Paulo. Desta forma, algumas organizações, sem filiais nos diversos países, procuraram empresas de transporte para estabelecer parcerias. A empresa arrecadaria os pacotes de mantimentos em nome da organização, recebendo uma parte do valor recebido, encaminhava para a sede da organização, no caso da *Christlichen Nothilfe*, na Bélgica, onde faria o transporte até o destinatário final. Havia, portanto, diversas filiais de organizações humanitárias no Brasil, como a já citada *CARE* e a *Christlichen Nothilfe*. Estas, entretanto, atuaram principalmente na região de São Paulo, onde estavam as sedes.

Na região do Sul do Brasil não se identifica a presença das empresas de venda e transporte de pacotes, como visto na região Sudeste. Houve a fundação do Comitê de Socorro à Europa Faminta (SEF) pela *Cáritas Avdelning Europahjälpen*, da Suécia, a qual era presidida pelos padres jesuítas, ao final de abril de 1946. O superior dos jesuítas no Sul do Brasil, P. Leopoldo Arntzen, “nomeou o P. Henrique Pauquet SJ presidente do

SEF, a quem por livre vontade se juntaram os srs. Willy Siegmann, P. Balduino Rambo SJ e Fernando S. Coutinho”¹⁰² e, em junho do mesmo ano, agregou-se o Sínodo Evangélico Riograndense. O SEF, conforme Evandro Fernandes (2005, p. 61), foi uma “organização de socorro sem fins lucrativos, de caráter pessoal e privado, sem a interferência dos organismos eclesiais”. A articulação e atuação do Comitê se deu nas colônias teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul, e tinha como objetivo atender aos “refugiados, famintos e miseráveis anônimos” da Alemanha e Áustria. Conforme destaca o autor, “apesar do comitê designar-se de Comitê de Socorro à Europa Faminta, suas atividades estavam restritas à solidariedade material aos alemães e austríacos”¹⁰³.

O Comitê diferenciava-se das empresas que anunciavam pacotes de mantimentos nos jornais anteriormente citados. Conforme o P. Balduino Rambo, em carta à Johannes Schauf, o SEF possuía um princípio fundamental “por cada 5kg deve o remetente entregar Cr\$70,00 para Frete e ajuda ao anônimo. *Caso contrário nós nos rebaixamos a uma simples firma de transporte.*”¹⁰⁴ Porém, ao contrário das firmas de transporte, o SEF não possuía autorização para enviar pacotes privados, ocupando-se a enviar embarcações com toneladas de pacotes para anônimos (Fernandes, 2005, p. 42, grifo meu). Conforme a própria diretoria da SEF, em comunicado que circulou na região do oeste-catarinense em junho de 1946, o “auxílio particular, presentemente, é impossível; porém, todo aquele que desejar enviar uma caixa para determinada cidade ou aldeia, poderá fazê-lo. Tal remessa, porém não poderá ter caixa ou endereço

¹⁰² RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre, 08/08/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklarungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁰³ Para compreender mais sobre a atuação e articulação do Comitê de Socorro à Europa Faminta, ver a dissertação de Evandro Fernandes, S.O.S EUROPA FAMINTA: COMITÊ DE SOCORRO À EUROPA FAMINTA – SEF, defendida em 2005 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu trabalho, entretanto, não explorou o suficiente a articulação e o papel da Cruz Vermelha nas campanhas do SEF. Há também a Tese de Doutorado em História de Glen Goodman, intitulada “*From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities, 1924-1974*”. O autor analisa, em um dos capítulos, a mobilização étnica alemã através do Comitê de Socorro à Europa Faminta.

¹⁰⁴ A carta trata-se de uma resposta do P. Balduino Rambo às acusações e reclamações feitas por Johannes Schauf a respeito de 13 kg de cafês que fossem entregues aos judeus vítimas dos campos de concentração, inclusive há outras Correspondências que Johannes Schauf sugere que metade das remessas da SEF fossem destinadas à aquele grupo. Schauf ameaçou Rambo de denunciar a SEF às autoridades, com a desculpa de ser uma organização nazistas, Rambo respondeu que “De forma alguma vamos nos aturar tal procedimento. O que foi doado e assinado em prol dos famintos ad Europa ninguém vai desviar do seu destino dado.” Fonte: RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Johannes Schauf. Porto Alegre, 11/11/1947. Pasta 128 - Inlandschreiben aus der Mitarbeit. Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Grifo nosso.

individual”¹⁰⁵. Desta forma, o Comitê incentivava que fossem enviados pacotes anônimos, visto que enviar para familiares não estava disponível naquele momento.

Em reunião da diretoria da SEF, em 22 de setembro de 1946, foi decidido que enviar pacotes coletivos tornou-se então a atividade principal da SEF, já o envio de pacotes privados ficaria como uma atividade secundária, mesmo que naquele momento não fosse possível. A diretoria tomou esta decisão, pois “o comitê não queria tornar-se infiel para com sua principal tarefa, que era a ajuda às vítimas anônimas da guerra” (Fernandes, 2005, p. 89). Em circular de agosto de 1947, referente a quarta remessa da SEF, é mencionado o envio de 106 toneladas de mantimentos, sendo 10.000 pacotes de particulares que foram embarcadas no *Aronprinzessin Margareta* em 02 de fevereiro de 1947, estava em Lübeck em 27 de abril de 1947. Ainda que fosse uma atividade secundária, os pacotes privados contabilizavam 50 toneladas (10.000 pacotes de 5kg cada), pouco menos da metade total da remessa. Portanto o SEF, de alguma forma, adquiriu uma licença de enviar pacotes privados entre junho de 1946 a agosto de 1947, pouco mais de um ano. Ou talvez estes pacotes não fossem encaminhados pelo SEF, mas sim por outra organização que possuía a licença, como por exemplo, a Cruz Vermelha Brasileira.

O primeiro ofício que se encontra preservado no acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, data de 02 de janeiro de 1946, e faz referência a tentativa da Filial de enviar pacotes de mantimentos privados para os prisioneiros de guerra que estavam nos Estados Unidos, para isso, a presidente da Filial, Dona Odila Gay da Fonseca, em contato com o Consul dos EUA em Porto Alegre, Reginald Castleman. O consulado intermediou com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, na carta, a Filial foi informada da recusa das autoridades postais de se “entregar os pacotes remetidos pelo *colis-postaux* a prisioneiros de guerra internados naquele país”, desta forma os prisioneiros de guerra poderiam receber apenas pacotes anônimos. Entretanto, o Consul sugeriu um meio para enviar pacotes privados de maneira indireta. Os pacotes deveriam ter um invólucro duplo, o externo deveria ser endereçado para o *Intercross Delegation*, a Delegação nos Estados Unidos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Assim, com a organização referida em posse do pacote privado, ela

¹⁰⁵ APÊLO AOS CORAÇÕES BEM FORMADOS. Porto União/SC. 06/06/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklarungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

se encarregará de mandá-lo ao prisioneiro de guerra cujo endereço aparecer no invólucro interior ou, no caso de ele já ter sido repatriado ou de não se poder mandá-lo ao seu novo endereço, de distribuir o conteúdo do pacote entre os prisioneiros de guerra da mesma nacionalidade do destinatário, de conformidade com as respectivas necessidades.¹⁰⁶

Para escapar das autoridades postais, o pacote privado deveria ser enviado para a Delegação nos Estados Unidos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Mudando o destinatário final, não haveria problema perante as autoridades. O invólucro interno, deveria conter o endereço a quem o pacote realmente fosse destinado, cuja entrega ficaria sob responsabilidade do *Intercross Delegation*. Caso não fosse possível entregar o pacote, ele seria distribuído a outra pessoa com a mesma nacionalidade.

Também, em vista da rápida repatriação dos prisioneiros de guerra nos Estados Unidos, o invólucro interior deverá levar os seguintes dizeres em inglês, que significam que se não for possível entregar-se o pacote devido à repatriação do destinatário ou ao fato de não se pode mandá-lo ao novo endereço deste, o remetente autoriza a “*Intercross Delegation*” a distribuir o seu conteúdo, de conformidades com as respectivas necessidades, a outros prisioneiros da nacionalidade do destinatário:

*“In the event this package is undeliverable, the sender authorizes the Intercross Delegation to distribute its contents on the basis of need to other prisoners of the addressee’s nationality.”*¹⁰⁷

É possível identificar o caráter transnacional da Cruz Vermelha através deste caso descrito na carta, uma vez que as autoridades postais dos Estados Unidos se recusavam a entregar pacotes privados, através da estrutura da organização CVB, o envio de pacotes privados para prisioneiros de guerra era permitido. Sobre o envio de pacotes particulares para à Europa, a primeira carta recebida – e que se encontra preservada¹⁰⁸ – pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, data de 28 de agosto de 1946, cujo autor, Hedgiw J.K. Hexse, morador de Passo Fundo, despachou 2 pacotes a preço de Cr\$50,00 cada, para Otto Kreutzer, morador de Hannover, na Zona de Ocupação Britânica, contendo “feijão, chocolate em pó, açúcar, aveia, maisena, trigo descascado e

¹⁰⁶ CASTLEMANN, Reginal S. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Porto Alegre, 02/01/1946. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

¹⁰⁷ CASTLEMANN, Reginal S. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Porto Alegre/RS, 02/01/1946. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

¹⁰⁸ É preciso enfatizar que as cartas que se encontram no acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, não representam a totalidade de cartas recebidas. Possivelmente, conforme veremos ao longo deste capítulo, havia uma demanda muito maior, sendo a documentação trabalhada neste estudo uma fração desta totalidade. A ausência de ofícios e cartas não significa que a Filial não tenha atuado anteriormente, tampouco os documentos mencionados acima fazem referência ao início do processo de envio de mantimentos para a Europa.

1 caixa de linha branca para costura”¹⁰⁹, o outro pacote iria para Wilhelm Eichholz, morador de Gladbach, também na Zona de Ocupação Britânica, cujo pacote continha “feijão, arroz, cevadinha, trigo descascado, açúcar e 2 caixas de linha branca para costura”.

No acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, encontram-se diversas cartas destinadas ao Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF, porém com o endereço da Cruz Vermelha. Isso se deu pelo trabalho realizado em conjunto pelas duas organizações, entre os anos de 1946 e 1949. Como a Cruz Vermelha e o SEF começaram a “trabalhar de mãos dadas”?

2.4 – “Seria um grande impedimento ligarmo-nos à Cruz Vermelha”: o trabalho em conjunto do SEF e Cruz Vermelha

Durante os três primeiros meses de atuação, o SEF se articulou por conta própria. Em carta ao Coronel Guilherme Gaelzer Netto, o padre Balduino Rambo diz que os trabalhos da Cruz Vermelha eram atrasados em comparação ao do SEF, pois “enquanto a nossa terceira remessa já está em pleno andamento, dos pacotes entregues à Cruz Vermelha, ao que por toda a parte se diz, ainda não chegou nenhum ao destino”¹¹⁰. Desta forma, não haveria vantagens para o SEF juntar-se à outra organização, pois acabaria sendo “um grande impedimento ligarmo-nos à Cruz Vermelha; todo o nosso trabalho, tão belo e tão abençoado até agora, periclitaria”. O interesse do SEF estava voltado a conseguir autorização do envio de pacotes particulares, “de bom grado aceitaríamos remessas para particulares ajudando assim a Cruz Vermelha; obsta a negação dos ingleses para tal”.

Conforme Evandro Fernandes, a Cruz Vermelha observava a iniciativa da SEF, que “despertou a atenção da Cruz Vermelha, que era considerado o único organismo legal para efetuar coletas de ajuda humanitária. Até agosto de 1946 a ação da Cruz Vermelha Brasileira era observada à distância pelo Pe. Rambo” (2005, p. 105). Há uma contradição, de um lado a Cruz Vermelha ficou interessada na atuação do SEF, sendo “o único

¹⁰⁹ HEXSE, Hedwig J. K. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 28/08/1946. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

¹¹⁰ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 07/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklarungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

organismo legal para efetuar coletas de ajuda humanitária”, e ao mesmo sugere-se que havia uma atuação da Cruz Vermelha a qual era observada de longe por Balduino Rambo. Como visto anteriormente, o SEF não era a única organização autorizada a coletar donativos, e os Subcomitês ligados à Cruz Vermelha já atuavam em campanhas de arrecadação desde 1945. A “observação à distância” do P. Balduino Rambo refere-se, talvez, a uma ausência de um Subcomitê Alemão vinculado à Cruz Vermelha Brasileira. Conforme P. Balduino Rambo, em carta datada 14 de agosto de 1946, para P. Bernhard Hagedorn, representante do *Christlichen Nothilfe* no Brasil, “uma Cruz Vermelha Alemã existiu aqui [no Rio Grande do Sul] durante os primeiros anos da guerra, embora sua posição legal não fosse totalmente clara. Quando o Brasil entrou na guerra, o acervo, 18 caixas grandes, foi confiscado pela polícia e usado por conta própria”¹¹¹. Rambo referia-se ao Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, ainda conforme o jesuíta, este Subcomitê enfrentou dificuldades na atuação, por não ter uma posição legal “totalmente clara” e fora extinto antes de 1946.

Há registros da existência e atuação de Subcomitês Alemão em outros estados, conforme a Revista Cruz Vermelha Brasileira, edição de 1949, informou que “em, Belém, capital do Estado do Pará, foi organizado o seguinte Subcomitê de Socorro à Alemanha”¹¹². A edição de 1950 da mesma revista, trouxe o discurso do Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Dr. Vivaldo Palma Filho, o qual destaca o motivo da extinção de Subcomitês e a (re)fundação de outros, como por exemplo o Subcomitê Italiano, que fora extinto durante a guerra por conta do rompimento das relações diplomáticas entre os governos.

De 1941 a 1945 apenas se reuniram e trabalharam os “Comitês das nações dos países aliados, por isso que extintos automaticamente os constituídos dos elementos originários dos países com os quais o Brasil passava a emprenhar-se em lua aberta e vital” (Condecorações [...], 1950, p. 37). O trabalho destes Comitês étnicos de auxílio às populações dos países do Eixo era criticado pela imprensa. Em 1946, a edição de 27 de janeiro de 1946 do Diário Carioca, noticiou a “devolução” de espões nazistas que

¹¹¹ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Hagedorn. Porto Alegre/RS, 14/08/1946. Pasta Inlandschreiben aus der Mitarbeit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹¹² O Subcomitê tinha como diretoria: Antonio Afonso Ramos (Presidente), o qual era Presidente da Associação Comercial do Pará; A. O. Massler (Vice-presidente e Secretário); Hans Sick (Tesoureiro). Como conselheiros: Dr. Paulo Eleutério Filho, Reverendo Wilson de Souza, Major Osvaldo Palma Filho, ophir Pereira de Barros, Padre Carlos Bartolomeu Ebner, Agathe Bendel, B. W. Bendel e Ernst Rettelbusch. Fonte: Comitê de Socorro [...], 1949. p. 94.

estavam presos no Brasil. Ainda em 1946, o Comitê Alemão era visto como uma organização “subordinada” ao Partido Nazista. A reportagem possivelmente referia-se à atuação do Comitê durante a guerra.

GEORGE HERMANN STOLTZ: - brasileiro, encontra-se detido desde 17 de novembro de o ano findo (1942), por força de suas atividades antibrasileiras, como membro de várias associações nazistas e contribuinte do Socorro de Inverno e do **Comitê Alemão de Socorro às Vítimas da Guerra, organização essa subordinada ao núcleo central do Partido Nazista** (Paulistano, 1946, p. 9, grifo nosso).

Com a deposição do governo fascista na Itália, reconstituiu-se um novo Comitê Italiano que “muito trabalhou e produziu”, já os alemães desde 1946 “ensaiavam passos no mesmo sentido, que só tornaram efetivos em 1947, quando esta Presidência, de acordo com o pensamento dos governantes, julgou oportuno lhe autorizar o funcionamento”. Em 1950, ano em que o relatório foi escrito existiam

alguns Comitês que ainda se obstinam em remeter auxílio a vítimas remanescentes da guerra em seus países, visto que os demais, inclusive o italiano, já se extinguíram por desnecessário, o que está em plena função, dedicando o máximo de seus esforços e recursos, é o Comitê de Socorro à Alemanha, por ser país vencido, ocupado e, até poucos dias atrás, sem governo próprio, dependente, pois, exclusivamente, dos vencedores quanto à sorte de seu povo flagelado pela miséria, pela devastação, pelo caos e, sobretudo, dividido pelas disputas ideológicas (Condecorações [...], 1950, p. 37).

Se, em 1947 estavam sendo refundados os Subcomitês étnico alemão, por que razão isso não ocorreu no Rio Grande do Sul? Sendo que neste Estado havia uma forte presença de imigrantes alemães e teuto-brasileiros? Novamente, a discussão retorna para o SEF, que buscou “trabalhar de mãos dadas” com a Cruz Vermelha no estado. Desta forma, o SEF tornou-se um espécime de Subcomitê Alemão, porém não estaria subordinado a ela, mas andaria ao seu lado. O SEF possuía interesse em enviar pacotes particulares para a Alemanha, atividade naquele momento apenas autorizada pelos ingleses à Cruz Vermelha. Quais seriam os interesses da Cruz Vermelha nessa colaboração? Fernandes (2005) sugere que as razões principais se davam pelos problemas da Cruz Vermelha de enviar remessas de donativos para a Europa. Os documentos que se encontram no acervo da Cruz Vermelha, em Porto Alegre, não fornecem informações a respeito destes interesses.

Em 12 de agosto de 1946, houve uma reunião entre as lideranças do SEF e da Cruz Vermelha, intermediada pelo Coronel Guilherme Gaelzer Netto, com quem P. Balduíno Rambo possuía grande amizade e a quem agradecia que “as boas relações com

a CV daqui que devemos a vossa intermediação”¹¹³. A mediação de Gaelzer Netto foi necessária, pois, conforme Evandro Fernandes, a presidente da filial, Dona Odila Gay da Fonseca, demonstrou “preocupação com a ação isolada da SEF, o que demonstra a iminência de conflitos entre os dois organismos caso a SEF não tivesse se manifestado junto à Cruz Vermelha” (2005, p. 105). O próprio Balduino Rambo escreveu que “quando as damas perceberam que nós não interferíamos em seu ofício, elas ficaram satisfeitas. Eu vou uma vez por semana para conversar com elas, apesar de ser uma perda de tempo precioso, mas, no meu entender, promovo a nossa obra”. Assim, outro motivo de vincular-se a Cruz Vermelha foi evitar eventuais problemas que pudessem ocorrer com a organização, não apenas isso, na reunião decidiu-se que ambas as organizações atuariam em conjunto e que,

o SEF transportaria, a partir de sua terceira remessa, as doações da Cruz Vermelha Brasileira, mediante o pagamento do transporte, assim como ficaria responsável pela distribuição por meio da Caritas e da Cruz Vermelha Sueca. **O SEF usufruiria os mesmos benefícios e regalias da Cruz Vermelha Brasileira**, para o qual foi nomeado representante o Pe. Pauquet (Fernandes, 2005, p. 89, grifo nosso).

Os benefícios e regalias mencionadas pelo autor referem-se, ao nosso ponto de vista, a estrutura de redes e influências que a CVB possuía, enquanto isso, o Socorro à Europa Faminta resolveria o problema da Cruz Vermelha de enviar as remessas de donativos, desde que ela pagasse por tal. Entretanto, o SEF queria “manter a sua autonomia, ou seja, não estar sujeito à Cruz Vermelha” (Fernandes, 2005, p. 106). O nome da CVB foi utilizado para conseguir vistos dos embarques de mantimentos para a Europa. Em ofícios enviados por P. Henrique Pauquet, então Delegado da CVB, o pedido era feito em nome da CVB, e não do SEF.

A Cruz Vermelha Brasileira por intermédio de seu delegado abaixo assinado referindo-se ao telegrama da Central do Banco do Brasil de 13/11/1946 no qual é concedida a licença de exportação de 4525 toneladas de viveres, vem solicitar o visto para a exportação de: 30 toneladas de carne em conserva; 12 toneladas de roupa usada; 3 toneladas de café tipo 7; 6 toneladas de calçado usado; 4 toneladas de arroz.¹¹⁴

¹¹³ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 07/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklarungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹¹⁴ PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Carteira de Exportação e Importação. Porto Alegre/RS, 19/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Em outras solicitações do mesmo gênero, o embarcador ou remetente sempre era identificado a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, o destino ou remetente era a Caritas Sueca em Gotemburgo. Ainda que não quisesse ser subordinada à CVB, o SEF fazia uso dos benefícios e regalias dela, utilizando do nome da CVB em suas próprias causas e interesses. É possível observar, na figura abaixo, três padres jesuítas em frente à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, ao lado, veem-se 6 caixotes com inscrições da “Cruz Vermelha Brasileira (CVB-RGS)”, a ordem (da esquerda para a direita): Polônia, Zona de Ocupação Britânica, Zona de Ocupação Americana e Zona de Ocupação Britânica. Esta fotografia representa o trabalho em conjunto entre o Comitê de Socorro à Europa Faminta e a Cruz Vermelha.

Figura 5 - Padres jesuítas em frente à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (sem data)



Fonte: Acervo Benno Metz. Pasta Bildarchiv der SEF in Porto Alegre ihre Mitarbeiter, Rotes Kreuz Uncherseetransport (105). Porto Alegre

Juntar-se à Cruz Vermelha protegeria o trabalho do Comitê de Socorro à Europa Faminta. Em carta de 30 de maio de 1947, o padre Pauquet escreve para o padre Adelpkamp que o SEF não poderia “trabalhar abertamente com propaganda ruidosa a favor

da Alemanha. Os inimigos que a guerra nos trouxe ainda estão trabalhando”¹¹⁵. As propagandas do SEF não poderiam ser vinculadas à uma ajuda para a Alemanha, por conta disso, sempre trabalhavam “forças em favor da faminta ‘Europa’”.

Em geral, não gostamos que o público seja atraído desnecessariamente para o nosso trabalho. Você deve trabalhar tão silenciosamente, mas efetivamente lá, como fazemos aqui. – Mas, por favor, nada sobre “Ajuda para a Alemanha” brasileira etc. em jornais ou cartas de agradecimento ao Brasil. Comitê Militar - Só pode haver um resultado: proibição total das exportações!!!¹¹⁶

Os carregamentos deveriam ser aprovados por 16 autoridades diferentes, e dependiam de uma autorização especial do Banco do Brasil, assim, “como a Cruz Vermelha já tinha uma licença grande desta vez, enviamos o nosso carregamento em nome da Cruz Vermelha, mas na realidade é o SEF”¹¹⁷. De todas as caixas do carregamento, “apenas as 18 caixas, listadas em um conhecimento de embarque separado, são da própria Cruz Vermelha”. Portanto o Comitê de Socorro à Europa Faminta buscou utilizar de uma estrutura consolidada, e das autorizações da Cruz Vermelha, que já atuava no envio de donativos para a Europa, para ter facilidades e evitar problemas governamentais que atrapalhariam os envios do SEF. O Comitê buscou “driblar e superar as dificuldades que surgiam para fazer as remessas para a Alemanha” (Fernandes, 2005, p. 42).

Embora o Comitê de Socorro à Europa Faminta e a Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul atuassem em conjunto, ainda mantinham suas independências. Por exemplo, o SEF não entrava no campo de envio de pacotes para outros países além da Alemanha, Áustria e Hungria. Em carta para Berta Wehle, do Convento Santa Escolástica, em Sorocaba, ao referir-se aos pacotes enviados pela freira para o SEF, Balduíno Rambo informou que havia um pacote destinado à França e outro para a Itália, os quais não

podemos levar esses pacotes conosco pessoalmente, pois nossos acordos e opções de distribuição se estendem apenas à área da Europa Central. Vou, portanto, entregá-los à Cruz Vermelha local [Filial do Rio Grande do Sul], que aceita para todos os países. Devo salientar que provavelmente haverá um longo atraso na entrega, pois esta organização é bastante lenta e complicada.

¹¹⁵ PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Padre Adelpkamp. Porto Alegre/RS, 30/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹¹⁶ PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Padre Adelpkamp. Porto Alegre/RS, 30/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹¹⁷ PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Padre Adelpkamp. Porto Alegre/RS, 30/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Coincidentemente, porém, o valor enviado, Cr\$ 50,00, corresponde à tarifa aplicável a todos os pacotes da Cruz Vermelha, portanto está tudo em ordem.¹¹⁸

Também não era possível do SEF encaminhar pacotes para prisioneiros de guerra, pois esta era feita “unicamente pela Cruz Vermelha, que tem sede em Porto Alegre (defronte do Hospital S. Francisco) e onde podereis colher informações”. O SEF não possuía interesse em atuar em outros países como França ou Itália, ou de enviar pacotes para prisioneiros de guerra, seus interesses estavam voltados para conseguir a liberação da Carteira de Exportação para enviar pacotes particulares, ocupando o espaço da Cruz Vermelha e tornando-se uma espécie de Subcomitê Alemão, mas ainda mantendo a independência.

Formamos uma espécie de CV alemã inoficial, fazendo todo o trabalho e percebendo todos os proveitos; estes consistiriam nisso que, por cada pacote individual se nos dá outro coletivo, ou o valor correspondente. Não nos podemos transformar numa empresa de pacotes; estes sempre deverão figurar em segundo plano, como meio de propaganda e aumento da ajuda coletiva.¹¹⁹

O envio de doações coletivas continuaria sendo o “carro-chefe” do Socorro à Europa Faminta, caso fosse feito um envio de pacote particular, o remetente deveria enviar outro anônimo, mantendo distância de ser definido como uma empresa de envio de pacotes¹²⁰. Havia, portanto, o interesse da SEF de se constituir em um Subcomitê Alemão, desvinculado da CVB, esta ideia é reforçada através dos comentários de P. Rambo a respeito da CVB, que definindo-a como “bastante lenta e complicada”. Assim, esta parceria poderia atrasar os envios de pacotes coletivos e particulares do SEF. Porém, não poderia simplesmente

¹¹⁸ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Berta Wehle. Porto Alegre/RS, 24/12/1946. Pasta Inland Correspondenz (238), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹¹⁹ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Jorge Steiger. Porto Alegre/RS, 07/11/1946. Pasta Inland Correspondenz (238), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹²⁰ Posteriormente, em 1948, o Comitê Socorro à Europa Faminta criou a sessão de Pacotes sob Encomenda, que estavam prontos e estocados na Suécia, na sede da Cáritas. Assim, o SEF não necessitava autorização para encaminhar mantimentos, apenas transferia o valor total que já incluía as taxas, cotas e seguros. Estes pacotes assemelhavam-se aos pacotes privados, porém não era possível o remetente escolher o seu conteúdo, tal qual os pacotes enviados por empresas privadas que foram mencionadas no início deste capítulo. Havia 7 tipos de pacotes: SEF 1, contendo 5kg de arroz, primeira (um saquinho), custando Cr\$65,00; SEF 2, contendo 5kg de lentilha, primeira (um saquinho), custando Cr\$70,00; SEF 3, contendo 5kg de banha genuína (uma lata), custando Cr\$.130,00; SEF 4, contendo 5kg de carne fresca (10X ½ kg), custando Cr\$.100,00; SEF 5, contendo 5kg de linguiça em banha (5X 1kg), custando Cr\$.120,00; SEF 6, contendo 5kg de patê de fígado (20X ¼ kg), custando Cr\$110,00; e SEF 7, contendo 5kg de mel de abelha (uma lata), custando Cr\$100,00. Fonte: COMUNICADO SEF N° 12, outubro de 1948. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

deixar de lado a CVB [Cruz Vermelha Brasileira]. Tudo dependerá de encontrarmos uma solução satisfatória para ambos os lados, no qual a maldita questão do dinheiro é o ponto neurálgico. De um lado a CV [Cruz Vermelha] não querará renunciar aos seus 50 cruzeiros por pacote, do outro nós não podemos tornar-nos dependência desta instituição.

A partir do sexto comunicado, o SEF anunciou o envio de pacotes individuais, aos moldes das empresas de transporte citadas no início deste capítulo. Havia 9 tipos diferentes de pacotes, todos ao preço de Cr\$275,00 cada, com os custos de embalagem inclusos. Os pacotes poderiam ser adquiridos diretamente nas seguintes empresas: Alipio Ludwig (todos os tipos de pacotes), Armazém Riograndense (todos os tipos de pacotes), Ernesto Neugebauer & CIA (pacotes tipo N) e Lojas Renner (pacotes tipo R).

Tabela 4 - Pacotes individuais do Comitê de Socorro à Europa Faminta - SEF

TIPO	CONTEÚDO
Pacote A	1kg Gorduras, banha, manteiga (excluídos méis e óleos comestíveis) 1kg Carne em conserva 1kg Café em grão 1kg Açúcar 0,5kg Farinha alimentícia
Pacote B	1kg Carne em conserva 1kg Feijão ou lentilha 1kg Aveia em flocos 1kg Açúcar 0,5kg Leite em pó ou condensado
Pacote C	1kg Chocolate 1kg Açúcar 1kg Mel 1kg Gorduras (excl. óleos comestíveis) 0,5kg Chá preto
Pacote D	4,5kg (excl. óleos comestíveis)
Pacote E	2kg Café em grão 2kg de Açúcar 0,5kg vários gêneros
Pacote F	4,5kg Roupas e sapatos usados, sabão, pasta de dentes etc.
Pacote G	4,5kg Remédios e vários gêneros
Pacote N	1kg Linguiça em banha 1,5kg Chocolate “Primavera” 1kg Café em grão, escolhido 1kg Açúcar
Pacote R	1 cobertor “Pampeiro” de 1,35x1,95m 1 par de botinhas para homens, modelo 700 (a escolher nos tamanhos 37 a 44)

	1 par de sapatos para senhoras, modelo 471 (a escolher nos tamanhos 32 a 40)
	1 par de sapatilhas para senhoras, modelo 16 (a escolher nos tamanhos de 32 a 37 – de números 38 a 44 custa mais Cr\$3,50)
	1 par de sapatilhas para crianças, modelo 16 (a escolher nos tamanhos de 26 a 31)

Fonte: COMUNICADO SEF Nº 6. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empfängern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Além do custo do pacote, deveria também contribuir com Cr\$70,00, ou seja, com um pacote anônimo, como pretendia Padre Rambo. Assim, o custo de enviar um pacote pelo SEF totalizava Cr\$345,00. Este valor, porém, aumentava a cada novo comunicado – incluso valor da contribuição ao SEF –, sendo Cr\$170,00 no sétimo comunicado, Cr\$345,00 no oitavo, já ao décimo primeiro comunicado, havia outros tipos de pacotes, alguns apenas compostos por 3 metros de tecidos para roupas, a preços que variavam entre Cr\$640 à Cr\$710,00 – incluindo a taxa de Cr\$70,00 do SEF.

O conteúdo dos pacotes era pré-definido, tal como visto nas empresas de transporte, não podendo ser substituídos; o comunicado informa que é “absolutamente vedado incluir nos pacotes: óleos comestíveis, mel, abacaxi, caviar, bebidas alcóolicas, cartas, bilhetes, fotografias, objetos classificáveis como armas”¹²¹. O comunicado ainda informava que “não aceita donativos coletados para o anônimo como retribuição pelos pacotes individuais”, ou seja, caso algum sujeito organizasse uma grande coleta de pacotes coletivos ou dinheiro, não poderia ser utilizado como contraproposta para que encaminhasse seus pacotes privados.

Em 1948, porém, parece que esta iniciativa foi deixada de lado, em seu lugar, o comunicado 12 informa que o SEF abriu uma nova seção de pacotes sob encomenda, na qual dispunha de “um estoque destes pacotes na Suécia, que pomos a disposição de todos que querem obsequiar os necessitados em ambas as zonas: Este ou Oeste”¹²². São 7 tipos de pacotes, contendo arroz, lentilha, banha, carne fresca, linguiça em banha, patê de fígado e mel de abelha, com preços que variavam de Cr\$65,00 à C\$130,00, incluindo seguro, e para o envio a outros países, havia o acréscimo de Cr\$30,00. Conforme Evandro

¹²¹ COMUNICADO SEF Nº 6. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹²² COMUNICADO SEF Nº 12, outubro de 1948. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Fernandes, “não houve grande adesão que mantivesse o trabalho da SEF em prol do público geral” (2005, p. 92).

Portanto, o Comitê de Socorro à Europa Faminta buscou outras maneiras de encaminhar pacotes privados para a Alemanha, tornando-se independente, até certo ponto, da CVB/RS. Independente dos interesses particulares, a CVB/RS e o SEF atuaram em conjunto de 1946 até 1949. Os pacotes eram reunidos na sede da CVB em Porto Alegre, e deviam estar acompanhados da relação de conteúdo e assinatura do remetente. De lá, eram enviados para a Suécia onde a Cáritas fazia a entrega dos donativos coletivos do SEF, e a Cruz Vermelha Sueca encarregou-se de distribuir os pacotes privados¹²³.

Outro Subcomitê fundado, foi o Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra, o qual o registro de correspondências recebidas evidencia uma grande procura por parte de outras filiais da Cruz Vermelha, em 1945, diversos ofícios das filiais de Passo Fundo, Carazinho, Caxias do Sul, Ijuí, Pelotas, José Bonifácio e Santa Maria, chegaram até Porto Alegre com um mesmo tema: enviar remessas de socorro às vítimas da Segunda Guerra Mundial. Diversos ofícios das mesmas filiais fazem a mesma pergunta “como enviar mantimentos para a Itália?”.

2.5 – “Laço fraternal de solidariedade”: o Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra

O Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra foi fundado em 15 de julho de 1945, o motivo da fundação, conforme o relatório de 1946, se deve ao General Francisco de Paula Cidade, o qual “de regresso da Itália, e conhecendo a fundo as mais urgentes necessidades do martirizado povo italiano, sugeriu a ideia a um velho amigo seu, Sr. Domenico Faillace, ideia essa que imediatamente foi aceita e desenvolvida com um programa definido e concreto”¹²⁴. O Subcomitê em Porto Alegre estava “funcionando sob a égide da Cruz Vermelha Brasileira, aqui brilhantemente representada pela Exma. E Nobre Dama D. Odila Gay da Fonseca”. Assim, o Subcomitê tinha sua ação “subordinada

¹²³ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Maria Laveuve. Porto Alegre/RS, 20/02/1947. Pasta Anschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹²⁴ Relatório Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra, 1947. Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

às diretrizes gerais da Cruz Vermelha Brasileira, em cujos locais encontrou generosa hospitalidade e incondicional apoio”.¹²⁵

O Subcomitê Italiano atuou principalmente nas seguintes cidades: Caxias, Bento Gonçalves, Rio Grande, Veranópolis, Erechim, Guaporé, Uruguaiana, Nova Prata, Cachoeira, Alegrete, Santa Rosa, Anta Gorda, Dona Francisca, Barra do Ribeiro, Farroupilha, Garibaldi e “sem contar o auxílio prestado por muitas outras localidades menores”. Assim, a atuação se deteve em grande parte às antigas zonas de colonização italiana, onde a presença de imigrantes italianos e descendentes de gerações anteriores era evidente e era maior a chance de o Subcomitê conseguir angariar mais donativos. O relatório de 1946 faz referência ao apoio da comunidade ítalo-brasileira ao Subcomitê, no sentido de realizar um apelo e destacar a união étnica, no caso, dos ítalo-brasileiros, conforme observa-se abaixo.

Os italianos de Porto Alegre; as velhas e tradicionais famílias italianas radicadas no Estado, desde o início da nossa emigração; os brasileiros generosos e cavalheirescos; os estrangeiros aqui representando as inúmeras nações do mundo; todos, enfim, que conheciam as etapas assinaladas de lágrimas e sangue do nosso martírio, e, que o destino benigno preservara dos horrores da guerra, não titubearam em estender-nos a mão, a fim de que ao operoso e infeliz povo italiano, esmagado ao peso do seu imenso calvário, e afirmando ao mundo a sua vontade e a sua capacidade de viver e trabalhar, fosse reservada sorte melhor.¹²⁶

Tais Subcomitês étnicos, como o caso do italiano, buscavam atingir, por meio de discursos – neste caso o relatório de atividades –, as identidades e vínculos étnicos dos sujeitos de uma localidade. Maíra Vendrame, ao referir-se à organização e fundação de Sociedade de Mútuo Socorro, que tinham como objetivo “promover a assistência entre os sócios e manter viva a ligação com a pátria de origem” (2016, p. 252), assim, em núcleos coloniais ou em centros urbanos maiores, era uma “maneira de criar solidariedades, definir identidades, eliminar diferenças, hostilidades e confrontos”. Ainda que a autora se referisse principalmente às associações de operários, como o caso da “Umberto I”, fundada em Silveira Martins em 1885, acredito que as organizações étnicas “de fora” do núcleo, no pós-Segunda Guerra Mundial, também tiveram o mesmo caráter de definir e reforçar uma identidade étnica. Através dos comunicados, por exemplo, o Relatório de

¹²⁵ Em 1946, ano em que o relatório foi escrito, a direção do Subcomitê era composta por Cipriano Micheletto (Presidente), Arquimedes Fortini (Vice-presidente), Helios Leão (Tesoureiro) e Francesco Feola (Secretário).

¹²⁶ Relatório Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra, 1947. Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

atividades do Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra, buscava-se a construção de uma narrativa que valorizasse o imigrante – no caso italiano –, ou seu descendente, isto é, atinge a identidade étnica do sujeito, que passa a designar pioneirismo, força e coragem, daqueles que, por meio do trabalho árduo, conseguiram manter suas famílias unidas, produzir alimentos e riquezas (Zanini, 2011). Assim, o “pertencimento étnico ao mundo italiano era acionado por meio de sentimentos, de formas de orientação no mundo e por uma crença de que ser italiano representava ser portador de determinadas características adscritivas e humanas específicas” (Zanini, 2011, p. 165).

Desta união entre italianos, famílias de descendentes de italianos, brasileiros “generosos e cavalheirescos”¹²⁷ e demais grupos de estrangeiros, foram possíveis encaminhar, através de cinco expedições, 3112 pacotes-presentes, “contendo indumentária diversa e grande quantidade de gêneros alimentícios num valor aproximado de um milhão e trezentos mil cruzeiros, destinados, em sua quase totalidade, aos parentes dos doadores residentes em todas as províncias da Itália”. Destaca-se o fato de que em quase sua totalidade, os pacotes foram encaminhados aos familiares na Itália, o que distingue a atuação do Subcomitê Italiano e do Comitê de Socorro à Europa Faminta, que não foi permitido, de início, enviar pacotes privados, apenas pacotes anônimos e coletivos. O Subcomitê Italiano também atuou na frente de pacotes coletivos, como observa-se abaixo.

No que se refere às remessas de donativos enviados diretamente à Cruz Vermelha Italiana em Roma, para uma criteriosa distribuição aos maiores necessitados, e, em obediência às instruções recebidas, conseguimos, com dinheiro recolhido por meio de generosos donativos das mais importantes firmas comerciais e industriais de Porto Alegre e com os resultados das listas de subscrição que se encontravam em circulação, enviar para Itália apreciável quantidade de diversas indumentárias e remédios preciosos, num valor de Cr\$734.333,80.¹²⁸

O relatório também pontua as “inevitáveis” dificuldades burocráticas de enviar donativos para a Itália, este processo foi intercedido pelo Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Cilon Rosa, e as “facilitações concedidas” pela Direção da Marinha Mercante Brasileira e pela Direção da Carteira de Exportação do Banco do Brasil. Adiante no documento, também cita o “nobre gesto da valorosa” Marinha de Guerra Brasileira, a

¹²⁷ A utilização do termo “brasileiros” reforça a ideia de uma etnicidade ítalo-brasileira, não pertencendo ao mesmo grupo.

¹²⁸ Relatório Subcomitê Italiano de Socorro às Vítimas de Guerra, 1947. Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

qual transportou gratuitamente no convés dos próprios navios, 36 caixas contendo donativos para seguirem até o Rio de Janeiro, e de lá seguirem de vapor até a Itália. Como estas “facilitações” foram concedidas? A hipótese principal é que tais facilitações foram conseguidas através da Cruz Vermelha Brasileira.

Esta hipótese a respeito do funcionamento destes Subcomitês é que, o Subcomitê estava responsável pela arrecadação de donativos – remédios, roupas e alimentos –, enquanto utilizava do nome da Cruz Vermelha através do “autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira”, vista a credibilidade e estrutura de filiais que esta organização possuía não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, os membros da diretoria atuavam dentro das zonas com presença do grupo étnico em questão, no caso, a comunidade ítalo-brasileira, mobilizando as elites locais vinculadas à comunidade, tal qual o Comitê de Socorro à Europa Faminta. Enquanto isso, a Cruz Vermelha Brasileira, local, estadual e nacional ficavam responsáveis pelo transporte e por interceder junto aos órgãos estaduais e federais para conseguir as “facilitações” necessárias para que o envio de donativos ocorresse.

O Subcomitê Italiano atuou até meados de 1949, em carta datada de 17 de julho de 1949, a tesoureira da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, encaminhou um ofício para à Cruz Vermelha Italiana, em Roma, onde dizia: “Em fevereiro pp., foram embarcados do Rio de Janeiro diversas caixas contendo pacotes destinados à parentes e amigos enviados desta cidade [Porto Alegre]. Dando-se extinguido o Comitê Italiano, que funcionava nesta Sede, a nós cabe as reclamações feitas pelos remetentes”¹²⁹.

As atividades dos Comitês e Subcomitês possuíam prazo para acabar, pois estavam relacionadas à necessidade da população europeia. Conforme a recuperação da Europa fosse ocorrendo, não haveria mais a necessidade de manter escritórios com Comitês de Socorro, como escreveu Oscar Soares em carta anteriormente citada.

Devido a esse apelo os Comitês continuaram a funcionar com a única finalidade de remeter socorros a granel para serem distribuídos indistintamente entre os civis necessitados. A remessa de pacotes individuais constitui uma tolerância, mesmo porque a situação econômica da Europa, dia a dia, se consolida e se caracteriza pela abundância de alimentos e um melhor padrão

¹²⁹ Os pacotes em questão foram enviados por Antonio Danesi, consistiam em dois pacotes de 10kg e dois pacotes de 5kg destinados à Stanislau Numa e Elvira Danesi, ambos residentes em Roma (Via Pavia, 98). Fonte: SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

de vida, sendo de assinalar que os preços das utilidades alimentares são mais baixos que os do Brasil que não teve o seu solo devastado pela guerra.¹³⁰

Os critérios da permanência das atividades dos Subcomitês estavam, portanto, relacionados as necessidades das populações dos países europeus, sendo necessária obrigatoriamente a autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha, no Rio de Janeiro. Alguns Comitês continuaram atuando, como é o caso do Comitê Hebreu e o Comitê de Socorro às Vítimas na Palestina, pois “as suas finalidades são de socorrer os israelitas”¹³¹.

Este capítulo procurou entender como a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, começou a enviar mantimentos para à Europa. Esta medida estava inserida dentro do plano do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, desde o início da Segunda Guerra Mundial, criando Comitês Centrais Internacionais étnicos e, nas Sociedades Nacionais, isto é, no Órgão Central do Rio de Janeiro, foram constituindo através da mobilização étnicas, Comitês Centrais nacionais, que fundavam Subcomitês onde havia uma forte presença do grupo étnico em questão. Alguns foram diretamente afetados com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, como é o caso do Comitê Alemão, esta medida também afetou sua filial no Rio Grande do Sul. Já no pós-guerra, mantiveram-se alguns Subcomitês e outros foram refundados, o exemplo claro foi o Subcomitê Alemão. Para ocupar seu espaço, foi fundado o Comitê de Socorro à Europa Faminta, com objetivo claro de ajudar aos alemães e austríacos, este, porém, teve que trabalhar em conjunto com a Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul. Em uma relação de trabalho com interesses de ambos os lados, não é possível analisar o envio de mantimentos da CVB/RS para a Alemanha sem incluir o SEF, e vice-versa.

O trabalho em conjunto aplicou-se apenas para a Alemanha, já que a CVB/RS não dependia do SEF para enviar mantimentos para à Itália, pois o Subcomitê Italiano teve uma presença e atuação nas zonas de imigração e colonização italiana. É presumível que outros Subcomitês existiram e atuaram principalmente em municípios onde a presença de grupos étnicos específicos era grande ou majoritária, como os italianos, poloneses, hebreus e israelitas. Estes, porém, não se possuem acesso à documentos que permitam uma análise específica sobre eles. Assim, a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, buscou trabalhar em conjunto com outras organizações, mas também

¹³⁰ SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹³¹ SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

de forma individual, através da própria estrutura de redes. No próximo capítulo, analisaremos o trabalho individual desta filial e a articulação interna junto às filiais municipais.

3. “Sua finalidade é socorrer”: o envio de mantimentos da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul

O foco deste capítulo será o trabalho individual realizado pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Dividido em duas partes, abordaremos inicialmente as correspondências recebidas de diversos municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no período de 1946 e 1949. A recepção e as conversas sobre a atuação desta e de outras organizações será contemplada através de uma análise do universo privado das cartas trocadas entre dois pastores, onde é possível “espionar” o que era comentado a respeito dos trabalhos das organizações humanitárias. Com as demandas por mantimentos deixando de existir a partir de 1949, o trabalho da Filial voltou-se para o auxílio na vinda e recepção de e/imigrantes no contexto do pós-guerra, durante o período de 1950 a 1956. Buscaremos entender quem é o e/imigrante ideal que se desejava no contexto, bem como o pensamento eugenista da intelectualidade vinculada ao Governo Federal do Brasil. Neste cenário, a Filial junto da diretoria do Comitê de Socorro à Europa Faminta, trabalhou para nomear pessoas ligadas a instituição junto à Missão Militar Brasileira, viabilizando o processo de emigração dirigida para o Brasil. Esta iniciativa, por sua vez, foi infrutífera. O que se observará, na verdade, é um trabalho mais dirigido e reduzido, de busca do paradeiro de emigrantes ou familiares de imigrantes no Brasil desaparecidos na Europa, a vinda de emigrantes que possuíam familiares no Rio Grande do Sul e do repatriamento de brasileiros. Por fim, abordaremos os casos de emigrantes húngaros que se instalaram no Rio Grande do Sul no período pós-Segunda Guerra, e entraram em contato com a Filial para socorrer as vítimas da Revolução Húngara de 1956.

3.1 – O envio de mantimentos pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul

No acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, constam 420 cartas. Esse total engloba as 257 cartas provenientes da Europa, as 102 correspondências enviadas de municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de ofícios e correspondências internas da CVB/RS, 61 cartas que foram dirigidas a outras organizações, como Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF e a *Hilfswerk*. Vale mencionar que não é possível determinar o número exato das cartas encaminhadas da Europa até a Filial. Em relação as cartas recebidas da Europa, decidimos concentrar nosso trabalho em 150 delas. Esta quantia de documentos fornecerá indícios e uma compreensão aprofundada sobre quem eram os sujeitos que escreviam para uma organização ultramarina solicitando ajuda, revelando ter conhecimento de suas ações.¹³²

Tabela 5 - Número de cartas por ano (1947-1949)

Ano	Número de cartas
1947	46
1948	89
1949	2
s/d	13
Total Geral	150

Fonte: Acervo Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Dados compilados pelo autor.

É possível observar, na Tabela 5, uma variação significativa no volume de cartas ao longo do período. O ano de 1948 destaca-se pelo aumento significativo de cartas, enquanto 1949 apresenta uma queda acentuada. Não se encontram no acervo cartas do ano de 1946, as primeiras cartas escritas datam do mês de março de 1947. Uma possível justificativa para isso é a expansão das atividades da Filial, em virtude do trabalho em conjunto com o Comitê de Socorro à Europa Faminta, assim, com mais pacotes enviados, maior era a divulgação local – na Alemanha – dos trabalhos da Filial, fazendo com que mais pessoas a procurassem, assunto que veremos no próximo capítulo. Ao analisar as Zonas de Ocupação das quais partiram as cartas observaremos na Tabela 6 que: 66,66% delas partiram da Zona Britânica, seguida da Zona Russa com 18,67%, e Zona Americana

¹³² Uma análise qualitativa das aproximadamente 5000 cartas recebidas pelo Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF, que se encontram arquivadas no Acervo Benno Mentz da PUCRS, pode fornecer uma perspectiva diferente das apresentadas neste trabalho e nos de Frotscher (2013; 2015; 2018; 2019).

com 7,33%. As cartas que não possuem informação sobre o local representam 4%, os setores americano e britânico, correspondem a divisão e ocupação de Berlim, com 2%, e o Setor Americano da Áustria e a Zona Francesa com 0,66% cada.

Tabela 6 - Número de cartas por Zona de Ocupação

Rótulos de Linha	Contagem de Nome
Americana	11
Americano (Áustria)	1
Britânica	100
Francesa	1
Russa	28
Sem informação	6
Setor Americano	1
Setor Britânico	2
Total Geral	150

Fonte: ACVBRS. Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Destas 150 cartas, 75 foram escritas por homens, sendo que 34 se identificavam como deslocados, e 75 por mulheres, sendo 43 as que se identificavam como deslocadas. Ao analisar os dados da Zona de Ocupação Britânica, percebemos que 35% das cartas

partiram de Hannover¹³³, seguida de Hamburgo com 12%.¹³⁴ Dentre os casos de Hannover, grande parte deles é indicado o distrito¹³⁵, desta forma temos os seguintes distritos: Bremervörde (2), Burgdorf (3) e Soltau (25). O distrito de Soltau foi o que mais encaminhou cartas, em uma escala geral corresponde a 16,67% de 150 cartas. Destas, 16 são mulheres¹³⁶ e 13 são homens. Ainda, 17 identificavam-se como deslocados e descreviam a origem do deslocamento, sendo Prússia Oriental (2), Leste (10), Pomerânia (2), Prússia Ocidental (1), Polônia (1) e não possui informação (1).

Do total, 77 pessoas identificavam-se como deslocados [*Flüchtling*]: 24 eram da Prússia Oriental [*Ostpreußen*], 23 do Leste [*Osten*], 11 da Pomerânia [*Pommern*], 6 não forneciam informação, 3 da Prússia Ocidental [*Westpreußen*] e da Polônia [*Polen*], 2 cartas da Alemanha Oriental [*Ostdeutschland*], e 1 da CSR [República Socialista da Tchecoslováquia], Dusseldorf, Renânia [*Rheinland*], Silésia [*Schlesien*] e Vestfália [*Westfalen*]. Percebe-se que as regiões se referem as ocupadas pelo regime Nazista, apenas uma refugiada de uma região pertencente à URSS. Estes dados fornecem uma visão das experiências de deslocamento dentro do continente europeu, com local de partida e de chegada dos remetentes das cartas. A análise destas fontes contribui para uma compreensão mais aprofundada das demandas recebidas do exterior pela CVB/RS.

¹³³ Hannover após a guerra estava com 51,6% de seus recintos habitáveis destruídos (Lowe, 2017). O relato do jornalista britânico Leonard Mosley (Lowe, 2017, p. 121-122), descreve que a cidade estava em um estado próximo ao caos, o repórter ouviu de um militar do governo de ocupação que “saques, brigas, estupros, assassinatos” aconteciam diariamente. “Alguém me disse uma vez que quando a febre do saque toma conta de um homem, ele é capaz de matar ou mutilar para conseguir alguma coisa, mesmo se essa ‘alguma coisa’ não compensar o roubo, e Hanôver o confirmou. Nós vimos naquele curto trajeto uma multidão que havia acabado de arrombar um depósito; havia alemães e trabalhadores estrangeiros no meio da massa espremida de pessoas que gritavam; eles irromperam através de portas e janelas e depois saíram com os braços cheios – de maçanetas de portas! Era uma loja de maçanetas, e o que as pessoas poderiam querer com aqueles objetos em uma cidade na qual metade das portas não existia mais era algo além da minha compreensão; mas ainda assim eles não só saquearam as maçanetas como brigaram por elas. Eles chutaram, arranharam e bateram com barras de ferro naqueles que tinham mais maçanetas. Vi um trabalhador estrangeiro derrubar uma garota, arrancar as maçanetas dos braços dela e depois chutar o rosto e o corpo da mulher repetidas vezes até que ela ficasse coberta de sangue. Em seguida, ela saiu em disparada pela rua. Na metade do caminho, parece que recobrou os sentidos: olhou para os objetos que carregava e, com um gesto visível de aversão, os jogou fora”.

¹³⁴ No total temos as seguintes cidades com os seguintes dados: Bad Salzuflen (1), Bega (1), Bilsen (3), Bonn (1), Bremen (1), Buchholz (1), Buschhoven (1), Cappeln (2), Coesfeld (1), Duisburg (1), Eddelak (1), Gladbeck (1), Glückstadt (1), Grünhof (1), Hamburg (12), Hamm (3), Hannover (35), Herford (2), Holstein (2), Köln (2), Laasphe (1), Land Hadeln (1), Landesbergen (1), Lippe (1), Lübeck (2), Lüneburg (2), Midlum (2), Mittelnkirchen (2), Mövenberg (1), Nordseebad (1), Northeim (1), Oldenburg (5), Peine (2), Sodestorf (1), Uelzen (3), Uslar/Solling (1). Fonte: ACVBRS. Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

¹³⁵ Atualmente a maioria destes distritos são pequenas cidades, como por exemplo Soltau. Fonte: Acervo Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Dados compilados pelo autor.

¹³⁶ Uma mulher, Martha Pradner, escreveu duas cartas. Fonte: ACVBRS. Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Não há no acervo da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, dados referentes ao número de pacotes enviados para a Europa entre 1946 e 1949, como no Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF. A ausência destas informações não impede de, a partir dos documentos que se tem acesso, compreender a atuação da filial. Há no acervo um total de 102 ocorrências individuais¹³⁷, destas, 72 correspondem ao período de 1946 a 1949, 20 ocorrências entre 1950 e 1956, e 10 não possuem data. Analisaremos neste capítulo as ocorrências do período de 1946 a 1949 que se referem ao envio de mantimentos para a Europa, os dados de 1950 a 1956 serão abordados mais adiante neste capítulo por tratar-se de demandas diferentes.

Tabela 7 - Ocorrências individuais por ano (1946-1956)

ANO	OCORRÊNCIAS
1946	13
1947	22
1948	24
1949	13
1950	2
1952	1
1953	1
1954	1
1955	10
1956	5
Sem data	10
TOTAL	102

Fonte: ACVBRS. Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Conforme a Tabela 7, é possível identificar uma elevação de ocorrências durante os anos de 1947 e 1948, voltando a diminuir em 1949. Uma possível razão para isso, é a perda ao longo do tempo de uma parte da documentação, restando apenas os documentos

¹³⁷ Estão sendo excluídas 15 pois não possuem informações suficientes ou são convites de solenidades e felicitações de ano novo, assuntos que não dizem respeito a este estudo.

utilizados neste estudo. Outra possível justificativa do aumento é a ampliação da divulgação do trabalho da Cruz Vermelha, com uma maior divulgação houve uma demanda maior de pessoas procurando a Filial. As ocorrências de 1946 a 1949 correspondem ao envio de mantimentos para a Europa, realizado pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, os documentos que não possuem data também correspondem a este trabalho da Filial. As ocorrências foram divididas da seguinte forma:

1. *Solicita informações*: corresponde aos ofícios pedindo informações de como enviar pacotes para a Europa ou de quando seria enviada a próxima remessa, como por exemplo o Memorando de Ulrich Löw, responsável pelo Correio Serrano e *Die Serra-Post*, jornal de Ijuí e que circulava pela região norte e noroeste do Rio Grande do Sul.

Atendendo solicitações de diversos interessados, vimos solicitar a finesa de informar-nos sobre o modo de se remeter donativos individuais a pessoas residentes na Europa, inclusive Itália, Áustria, Alemanha, Tchecoslováquia e Holanda. O assunto tem sido controvertido, havendo pessoas que afirmam que essa Filial aceita pacotes de 5kg para qualquer desses países, ao passo que outros informam que tal não vem sucedendo. Com o intuito, pois, de esclarecer os interessados, pedimos que nos sejam dados esses informes.¹³⁸

Como se percebe, o trabalho da Cruz Vermelha ainda gerava muitas dúvidas, o que fazia com que a Filial fosse procurada por sujeitos individuais ou em nome de vários, como o caso de Ulrich Löw, para esclarecer o funcionamento do envio de mantimentos para diversos países da Europa.

2. *Envio de pacote*: correspondências informando o envio de pacotes para a sede da Filial em Porto Alegre, por vezes era acompanhado do pacote e de cheque com o valor. Por exemplo, Hedwig J. K. Hexsel, de Passo Fundo, que encaminhou 2 pacotes para a Alemanha, em 28 de agosto de 1946¹³⁹. Em resposta em 31 de outubro de 1946, Luiza Barnewitz Müller, acusava o recebimento dos pacotes e informou que a Cruz Vermelha “já conseguiu a licença do Governo Brasileiro para exportar em breve 2.000 toneladas de pacotes particulares. Peço [para] comunicar aos que se interessaram de enviá-los devidamente preparados. O frete deve ser pago até a sede da Cruz Vermelha”. Destaca-se a licença de enviar 400.000 pacotes particulares de 5kg cada, conseguida pela organização. Naquele momento, a Cruz Vermelha iniciava os trabalhos em conjunto com

¹³⁸ LÖW, Ulrich. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS, 23/07/1946. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

¹³⁹ Os pacotes foram enviados para Otto Kreutzer, em Hildesheim (pacote N°4458) e Wilhelm Eichholz, em Mönchengladbach (pacote N°4456).

o Comitê de Socorro à Europa Faminta, ficando responsável pelo envio de pacotes particulares.

3. *Informação pacote*: solicitava se já havia chegado às instalações da Cruz Vermelha ou se o pacote já havia sido entregue ao destinatário. O primeiro caso é exemplificado por Helmut Heidrich, de Passo Fundo que, em 18 de novembro de 1946, encaminhou 3 pacotes para a Alemanha, junto com a relação dos conteúdos e Cr\$150,00, mas não recebeu da Filial uma confirmação da chegada dos pacotes até Porto Alegre, assim, “não havendo nenhuma notícia desta remessa, solicito especial favor comunicar-me, se os referidos pacotes e carta com o dinheiro chegaram em vosso poder”¹⁴⁰. Na mesma carta, Helmut ainda perguntava se era possível encaminhar mais pacotes para os mesmos destinatários. Com confirmação da chegada em Porto Alegre e com a afirmação de que poderia encaminhar mais pacotes, Helmut enviou em 27 de janeiro de 1947, outros 4 pacotes para a Alemanha¹⁴¹.

4. *Doação*: em 14 de agosto de 1947 por meio de uma carta, Luiza Barnewitz Müller, agradecia a Bruno Schirmer, de Júlio de Castilhos, pela “oferta da importância de Cr\$210,00, valiosa contribuição para o nosso serviço de Socorro às Vítimas da Guerra”. Portanto, a Filial não era apenas procurada por aqueles que gostariam de enviar pacotes privados ou coletivos, mas que encaminhavam dinheiro em forma de doação para o serviço de auxílio às vítimas da guerra.

5. *Agradecimento*: agradecendo o trabalho da Filial; há uma carta de agradecimento de Madre Flaviana, das Irmãs Franciscanas do Hospital Santa Cruz, em Santa Cruz do Sul, escrita em 13 de outubro de 1948, onde informa que recebeu uma “carta de meu querido pai, da Westfalia, a Sra. não pode imaginar a alegria dele, o pacote chegou as suas mãos no dia do seu onomástico; nunca pensei que tal pudesse acontecer, mas Deus em seus desígnios, cuida em dar algum consolo, aos que lhe são fiéis, assim o dia de São Henrique foi de grande alegria para os meus bons pais”¹⁴². O pacote do pai de Madre Flaviana fazia parte de um conjunto de 34 pacotes, enviados em 10 de março de 1948, estes pacotes tiveram o preço de Cr\$40,00 cada um, totalizando Cr\$1360,00, portanto, um valor inferior ao cobrado normalmente. Outro ponto a ser levantado, é que

¹⁴⁰ HEIDRICH, Helmut. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 11/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁴¹ HEIDRICH, Helmut. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 11/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁴² MADRE FLAVIANA [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 12/10/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

possivelmente Madre Flaviana seja uma imigrante, ou talvez seu pai seja um emigrante, pois como ela mesma destaca, ele residia na Westfalia.

6. *Reclamação*: há dois casos distintos, o primeiro, de Avelino Edmund Thomas, de São Luiz Gonzaga que, em 15 de abril de 1947, recebeu uma carta da Diretora Tesoureira, Luiza Barnewitz Müller, onde acusava o recebimento de 2 pacotes, porém sem o valor de Cr\$100,00¹⁴³. Em carta escrita em 03 de maio de 1947, Avelino informou ter realizado o pagamento junto da entrega dos pacotes na Filial da Cruz Vermelha de São Luiz Gonzaga, onde foi reclamar junto ao presidente da Filial que “com muita desculpa me afirmaram que aquele dinheiro foi esquecido por eles, mas afirmaram-me que agora já está em vossas mãos”¹⁴⁴.

O segundo caso, de Zelimiro Mario P. e Petrovic Slovek, ambos de Porto Alegre, receberam uma carta da Chefe de Socorro às Vítimas de Guerra, Luiza Barnewitz Müller informando que a Filial recebeu “uma reclamação vinda da Europa referente a pacotes enviados aquele continente, alegando que alguns pacotes estavam com endereços errados ou ilegíveis”¹⁴⁵, tratava-se dos pacotes remetidos para Franjica Ferencina, na Iugoslavia, enviado por Petroviz Slovek, e foram retidos, pois estava com o endereço errado. Foi solicitado que fosse enviado o endereço correto “escrito à máquina ou com letras bem legíveis – a fim de tomarmos providências imediatas para a entrega ao destinatário dos referidos pacotes”.

Outro caso é o de Constantino Nicolacopulos, de Carazinho, que escreveu em 22 de fevereiro de 1947 uma reclamação referente aos 6 pacotes que havia despachado “com ordem de entrega aos meus irmãos, Cristo Nicolacopulos, Basilio Nicolacopulos e Dimos Nicolacopulos, residentes na Grécia”. Constantino informava que havia recebido uma carta dos irmãos datada de 26 de janeiro de 1947, onde informava que “eles não receberam referidos pacotes e estão reclamando-os.”. Não há, no acervo da Cruz Vermelha, o registro da resposta que a Filial enviou para Constantino.

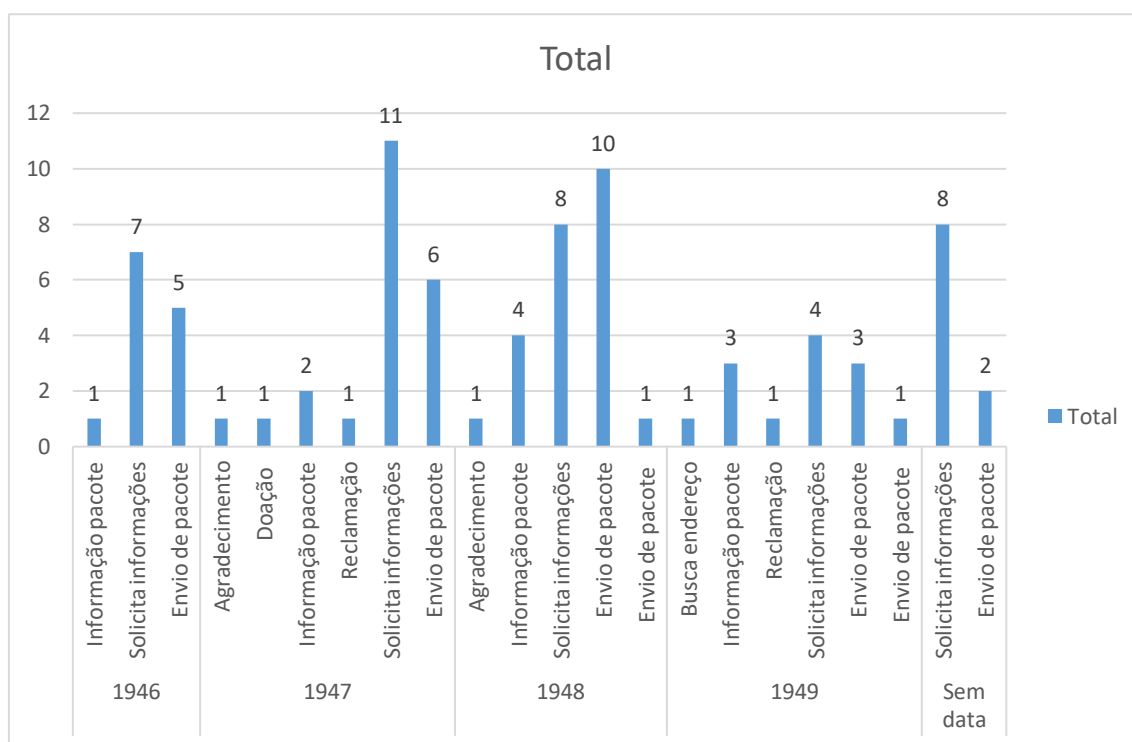
Desta forma, temos os seguintes dados:

¹⁴³ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Avelino Edmundo Thomas. Porto Alegre/RS, 15/04/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁴⁴ THOMAS, Avelino Edmundo. [Correspondência]. Destinatário: Luiza Barnewitz Müller. São Luiz Gonzaga/RS, 03/05/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁴⁵ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Zelmir Mario P. e Petrovic Slovek. Porto Alegre/RS, 14/07/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Figura 6 - Demandas por ano



Fonte: ACVBRS, Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Percebe-se, a partir do Gráfico 1, que durante o período de 1946 a 1949, há 81 ocorrências individuais, sendo a maioria referente às *Solicitações de informações*, um total de 38 ocorrências, cerca de 46,91%. Em segundo o *Envio de pacote* com 28 ocorrências, cerca de 34,57%. Desta forma, a Cruz Vermelha Brasileira era procurada por sujeitos e instituições interessadas em enviar mantimentos para a Europa e escreviam para a Filial solicitando informações de como poderiam encaminhar pacotes por meio desta organização.

3.1.1 – Os pacotes

Como visto, grande parte das correspondências recebidas pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, solicitavam informações de como enviar pacotes para a Europa, o que era permitido e proibido, o valor total e até quando poderiam ser encaminhados para a Filial. Os pacotes custavam Cr\$50,00 e incluíam todo o transporte de Porto Alegre até o destinatário final. Este valor, contudo, teve um aumento em 1949 para Cr\$70,00, que se justificava “devido as despesas que, ultimamente, temos de pagar

na Europa, para a entrega em domicílio”¹⁴⁶. Mesmo assim, os pacotes da CVB eram mais baratos que os pacotes do SEF e demais empresas de transporte vistas no capítulo anterior. Caso o pacote excedesse a 5kg, teria que ser pago o dobro do valor do pacote, um exemplo disso é o caso da Irmã Cortona, de Blumenau, cujo um dos pacotes excedeu 10 gramas e teve que pagar Cr\$140,00.

Tenho o especial prazer de comunicar às Revmas. Irmãs que já me encontro à frente de uma nova remessa, em forma relâmpago, que deverá sair em fins de outubro entrante, razão pela qual venho pedir às boas Irmãs de observarem o peso exato de 5kgs, por pacote. Creio já ter feito esta observação, visto o excesso diminuto de 10 gramas me acarretar taxa dupla, isto é, Cr\$140,00. A lata de banha, que estava vazando, entreguei-a à Madre Superiora das Escolares de ‘Notre Damme’ desta Capital – Sra. Irmã M. Raphaela – aliás, muito bem empregado, atendendo ser esta ordem merecedora de melhores atenções, pois atravessa uma situação financeira difícilima.¹⁴⁷

Alguns produtos eram proibidos de estarem inclusos dentro dos pacotes, devido às exigências impostas pelos países vencedores da guerra, como o cigarro ou fumo que, como visto, era utilizado como moeda de troca no mercado negro da Alemanha. Produtos inflamáveis, como fósforos, álcool e éter também eram proibidos, pois poderiam causar um incêndio no carregamento e afetar todos os pacotes. Outros produtos como banha de coco, azeite, mel e objetos de borracha também eram proibidos. Era comum que os pacotes contivessem “carnes em conserva, aveia, maisena, bacon *swift*, linguiça em banha, presunto, café em grão, chocolate, chá preto, lentilhas, sardinhas”¹⁴⁸, estes produtos não deveriam exceder 1kg cada. Já as roupas, calçados, meias, pulôveres etc., deveriam ser usados para não categorizarem como comércio.

O exterior do pacote deveria ser envolvido em algodão, “porque se aproveitarão do tecido para fazer roupa interior”¹⁴⁹, esta talvez seria uma forma de burlar as autoridades alfandegarias e fazendo com que todo o pacote fosse aproveitado. No pano deveria conter o nome do destinatário e o endereço escrito “a tinta ou a lápis-tinta no pano. Cada pacote deve ser acompanhado d’uma relação do seu conteúdo com o peso exato de cada

¹⁴⁶ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Edith Costa Carvalho. Porto Alegre/RS, 21/04/1949. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

¹⁴⁷ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Cortona. Porto Alegre/RS, 27/09/1949. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

¹⁴⁸ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Maria Isalda. Porto Alegre/RS, 28/05/1949. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

¹⁴⁹ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Maria Isalda. Porto Alegre/RS, 28/05/1949. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

objeto”¹⁵⁰. Estes pacotes deveriam ser acompanhados de formulários que “deverão ser preenchidos conforme as zonas do envio, assim: os brancos servem para todos os países da Europa, com exceção da Alemanha; os azuis, para a zona russa; os amarelos, para a zona britânica; os róseos, para a zona francesa; e os verdes, para a zona americana”¹⁵¹. Conforme observa-se na Figura 7, todos os pacotes eram colocados dentro de caixotes e os espaços restantes eram preenchidos com roupas e sapatos – que possivelmente seriam doados à coletividade. Ao fundo da imagem é possível ver uma grande pilha de pacotes que ainda não haviam sido encaixotados.

Figura 7 - Pacotes sendo encaixotados (sem data)



Fonte: Pasta Bildarchiv der SEF in Porto Alegre ihre Mitarbeiter, Rotes Kreuz Uncherseetransport (105). Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Para onde os pacotes eram enviados em sua maioria? Dentre os casos de correspondências recebidas, nas categorias *Solicita informações*, *Envio de pacote*,

¹⁵⁰Correspondência. Porto Alegre. 17/12/1946. Luisa Barnewitz Müller a Lauro Inacio Mombach, Montenegro/RS. Porto Alegre/RS. ACV-RS/POA. Pasta 2.

¹⁵¹ Correspondência. Porto Alegre. 30/09/1949. Luisa Barnewitz Müller a Irmãs do Hospital Santo Antônio, Blumenau/SC. Porto Alegre/RS. ACV-RS/POA. Pasta 2.

Informação pacote, Agradecimento e Reclamação, totalizam-se 78 casos. Conforme a Tabela 8, aproximadamente metade dos pacotes – 34 – eram destinados para a Alemanha, seguido da Polônia com 5 casos, Itália com 4 e os demais países com 1 caso. A categoria *Sem informação* refere-se as correspondências que solicitavam como encaminhar pacotes para a Europa, sem especificar qual país de destino. Já a categoria *Vários* refere-se a um pedido de como enviar pacotes para vários países, trata-se da carta de Ulrich Löw, já abordada anteriormente.

Tabela 8 - Países de destino dos pacotes

PAÍS	OCORRÊNCIAS
Alemanha	34
Áustria	1
França	1
Grécia	1
Holanda	1
Inglaterra	1
Itália	4
Iugoslávia	1
Libano	1
Polônia	5
Sem Informação	27
Vários	1
TOTAL	78

Fonte: ACVBRS, Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

No que se refere aos pacotes destinados para a Alemanha, observa-se na Tabela 9 que há uma aparente harmonia nas Zonas de Ocupação as quais os pacotes eram destinados. Grande parte da documentação – 21 casos de 34 – não informa a Zona de Ocupação de destino, o que limita a análise. Porém, é perceptível que a grande parte de sujeitos do Rio Grande do sul que procuraram a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Grande do Sul, tinham interesse em encaminhar pacotes particulares de mantimentos para a Alemanha.

Tabela 9 - Pacotes para as Zonas de Ocupação na Alemanha

ZONA DE OCUPAÇÃO	OCORRÊNCIAS
Americana	3
Berlim (setor americano)	1
Britânica	5
Francesa	2
Russa	2
Sem Informação	21
TOTAL	34

Fonte: ACVBRS, Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Possivelmente, os pacotes destinados à Itália e Polônia seguiram por meio dos Subcomitês Italiano e Polonês. No caso do Líbano, Osvaldo Vieira, dentista de Soledade, procurou a Cruz Vermelha para “remeter algum dinheiro para uns parentes pobres residentes em Jounieh, no Líbano. Solicito [que] me informem o que devo fazer para tal”¹⁵². Em resposta, Luiza Barnewitz Müller informou que a Filial não poderia se encarregar da entrega deste dinheiro, e recomendou-lhe “entrar em entendimento com a firma Tufik & Irmãos, que tem remetido dinheiro para aquele país”¹⁵³. Mesmo que a Cruz Vermelha não conseguisse atender todas as demandas que chegava até a caixa de correios, buscava fornecer informações de como ajudar, como por exemplo, como enviar dinheiro para o Líbano.

Com exceção deste caso mencionado, todos os demais tratam do envio de mantimentos para algum país da Europa. Há o caso de Ernesto Bender, morador de Linha Bom Princípio, em Santa Rosa, que escreveu solicitando se “é possível mandar um pacote com alguns kg de arroz e um pouco de frutos secos (uvas e marmelada) por intermédio deste instituto aos meus parentes na Inglaterra”¹⁵⁴. Outro caso é o de Ricardo Kristofic, de São Miguel, cujo “pai que está com 76 ano e irmãos, na Áustria e desejava muito

¹⁵²VIEIRA, Osvaldo. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Soledade/RS, 02/05/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁵³ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Osvaldo Vieira. Porto Alegre/RS, 14/05/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁵⁴ BENDER, Ernesto W. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Rosa/RS, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

auxiliá-los com alguns viveres de vez em quando, não sabendo, porém, por que meio”¹⁵⁵. Em ambos os casos, tanto Ernesto quanto Ricardo, possivelmente sejam e/imigrantes, ou seus familiares sejam emigrantes, este, porém é mais provável ser o caso de Ernesto. Ou, ainda no caso de Ernesto, ele pode ser descendente de e/imigrantes, cujos familiares como tios e primos tenham permanecido na Inglaterra.

Ainda que sejam a maioria dos casos, nem todos que entraram em contato com a Filial queriam encaminhar mantimentos para seus familiares no exterior, em alguns casos, ela foi procurada para encaminhar “‘viveres’ para as nossas irmãs de hábito na Alemanha ou para a Holanda”¹⁵⁶, foi o que escreveu Irmã Maria Isvalda, Superiora da Escola Maria Rainha, de Júlio de Castilhos, em 23 de abril de 1947.

Pelas Irmãs do Hospital Santa Cruz tive conhecimento de sua nobre atividade em pról da Cruz Vermelha e assim tomo a liberdade de enviar também hoje 6 (seis) pacotes para famílias necessitadas da Alemanha. Remeto junto a importância de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros) sendo C\$240,00 para o despacho dos pacotes e Cr\$60,00 para qualquer despesa que a senhora possa ter. Agradeço-lhe antecipadamente pela generosidade com que a senhora, conforme soube, acolhe esta obra caritativa.¹⁵⁷

Há uma forte atuação de instituições religiosas no envio de pacotes coletivos e privados através da Cruz Vermelha. Em carta datada de 10 de agosto de 1948, Madre Valéria, de Passo Fundo, informou que havia encaminhado “pela Empresa Transportadora Riograndense seguem 19 pacotes destinados a diversas famílias da Europa. Também enviei pelo mesmo correio um cheque correspondente ao frete (Cr\$50,00 por pacote)”¹⁵⁸. Em outra carta, datada de 19 de março de 1949, Irmã Maria Catarina, do Ginásio Notre Dame, também de Passo Fundo, solicitou informações a respeito de um carregamento realizado em 14 de março de 1948, contendo “as listas com a relação de 103 pacotes com os respectivos destinatários, como também uma pequena caixa com sabão destinada ao *Marienhospital*, Aachen-Burtscheid (Alemanha)”¹⁵⁹. A Superiora do hospital na Alemanha, ainda não havia recebido a caixa com sabão, por isso,

¹⁵⁵ KRISTOFIC, Ricardo. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. São Miguel/RS, 31/10/1946. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

¹⁵⁶ IRMÃ MARIA ISVALDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos/RS, 23/04/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

¹⁵⁷ MADRE MANOELA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 12/03/1948. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

¹⁵⁸ MADRE VALERIA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 10/08/1948. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

¹⁵⁹ IRMÃ MARIA CATARINA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 19/03/1949. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

solicitou informações “se aquela caixa não foi remetida para a Europa, em inícios de maio; caso que não, desejava saber, quando foi remetida”¹⁶⁰. Em resposta, Luiza Barnewitz Müller informou que os pacotes seguiram “no vapor ‘Amazonas’ em maio de 1948”¹⁶¹.

É lícito pensar que o Ginásio Notre Dame organizou uma campanha de arrecadação de pacotes privados em Passo Fundo, já que todos continham seus “respectivos destinatários”. Portanto, além de enviarem pacotes para seus familiares na Alemanha, as Irmãs e Madres de instituições religiosas organizavam campanhas de arrecadação nas cidades e, então, encaminhavam uma grande remessa para a Cruz Vermelha em Porto Alegre. Mas, também, encaminhavam pacotes privados para outras instituições religiosas, como o *Marienhospital*, cuja Superiora possivelmente trocava correspondências entre com a Irmã Catarina, de Passo Fundo.

3.2 – A atuação das filiais municipais e além das fronteiras rio-grandenses

Diferente do Comitê de Socorro à Europa Faminta, a Cruz Vermelha Brasileira não possuía uma ambição expansionista, visto que já possuía filiais estaduais em diversos estados do Brasil. Contudo, algumas cartas das Irmãs do Hospital Santo Antônio e da Irmã Cortona, ambas de Blumenau, em Santa Catarina, demonstram que a atuação da Filial era (re)conhecida e, portanto, não se limitou dentro das divisas territoriais do Rio Grande do Sul. Uma hipótese para isto é que, talvez, não houvesse uma Filial da Cruz Vermelha no estado de Santa Catarina, fazendo com que algumas pessoas procurassem outra organização que atuava no envio de mantimentos para a Europa.

O acervo da Cruz Vermelha Brasileira, em Porto Alegre, ainda conta com mais dois documentos referentes aos pacotes da Irmã Eduarda, uma carta endereçada a mesma, de 20 de novembro de 1948, que informava sobre o mal estado dos pacotes que foram encaminhados, “contendo a mesma banha em latas mal soldadas, as mesmas vazaram e tiveram que ser recondicionadas aqui, isto é, foram substituídas por 4 latas de 1kg, conforme a Ver. Irmã terá conhecimento mais tarde pelos recebedores”¹⁶². E outra carta

¹⁶⁰ IRMÃ MARIA CATARINA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 19/03/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶¹ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Maria Catarina. Porto Alegre/RS, 28/03/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶² MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Eduarda. Porto Alegre/RS, 20/11/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

de 28 de março de 1949, onde um dos 7 pacotes que ela encaminhou, destinado a Helena Czichon, em Karb, Powiat Bytomski, havia excedido o peso, tendo 5.280grs, foi sugerido que fosse enviado “outro pacote para o mesmo destinatário, para que possamos retirar o excedente e passar para o novo pacote, como já fiz com um pacote enviado pela Irmã Materna”¹⁶³.

Pensou-se em fundar um comitê local em Blumenau, como é o caso de Fritz Freytag, o qual inicialmente havia escrito uma carta, em 25 de outubro de 1946, solicitando informações de como enviar pacotes para a Alemanha por meio da Cruz Vermelha. Em 14 de novembro de 1946, escreveu outra carta para a Filial do Rio Grande do Sul, com a proposta de

organizar um Comitê Local, em Blumenau, que se encarrega de receber pacotes, trazidos abertos, e fechados no ato da entrega, com lista de conteúdo etc. etc. A minha senhora – somos ambos Brasileiros e por certo diversas outras Senhoras encarregar-se-ão com prazer deste trabalho. É desnecessário dizer que assim ficaria poupado muito trabalho a Organização do Porto Alegre, a qual receberia as caixas prontas para o embarque final. Restaria talvez o serviço de traduzir as listas de conteúdo de cada pacote para as diversas línguas exigidas.¹⁶⁴

A razão para tal proposta, conforme Fritz Freytag, seria “unicamente a vontade de cooperar com a Cruz Vermelha em uma campanha tendente a minorar o sofrimento de milhares de europeus, como também proporcionar às pessoas daqui a possibilidade de mandar pacotes”¹⁶⁵. Em resposta através de carta de 18 de novembro de 1946, Luisa Barnewitz Müller, informou que a Filial recebeu e aceitou com “grande prazer” a proposta de Freytag, fornecendo as seguintes instruções para o envio dos pacotes:

- 1) Em cada pacote deve estar: o nome do remetente e do destinatário com endereço completo e indicando, também, a zona de ocupação.
- 2) Cada pacote deve vir relacionado conforme etiqueta inclusa, aliás privativa desta instituição.
- 3) Se possível sejam remetidos os pacotes em caixas de madeira, “tipo standard”, obedecendo as seguintes medidas: 0,63x0,69x1,09m.¹⁶⁶

¹⁶³ MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Eduarda. Porto Alegre/RS, 28/03/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶⁴ FREYTAG, Fritz. Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 14/11/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶⁵ FREYTAG, Fritz. Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 14/11/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶⁶ Também fez referência a uma carta enviada em 31/10/1946, na qual fornecia informações a respeito do conteúdo dos pacotes. Fonte: MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Fritz Freytag. Porto Alegre/RS, 18/11/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

Ainda com o parecer positivo da Filial do Rio Grande do Sul, a organização de um comitê em Blumenau não chegou a existir, pois conforme informou Fritz Freytag, em carta de 21 de dezembro de 1946, enquanto já anunciava “o recebimento de pacotes nesta cidade e a Sociedade Teatro Carlos Gomes já me havia cedido uma dependência para este fim, recebi notícias do Comité de Socorro à Europa Faminta, segundo as quais aquela organização também inaugurou o serviço de pacotes individuais”¹⁶⁷. Assim, Fritz Freytag já possuía relações com o SEF, pois

havíamos feito uma grande coleta de fundos para o SEF, sendo que eu fui designado para servir como presidente do Comitê Local. Assim sendo, o SEF também se dirigiu a mim com referência aos pacotes individuais e como a maioria do comércio, indústria e particulares de Blumenau haviam feito doações ao SEF, ficou deliberado mandar os pacotes individuais pelo mesmo. Assim sendo, deliberei organizar a remessa de pacotes individuais para o SEF, com a qual tenho antigas relações.¹⁶⁸

Havia um fluxo de cartas entre Fritz Freytag e Balduino Rambo, pois no mesmo dia em que escreveu a proposta para a CVB/RS, enviou outra carta para o Padre Rambo mencionando sobre o envio de pacotes privados por meio da filial e a proposta de fundar um comitê local, onde os

pacotes poderiam ser levados abertos até o ponto de coleta, e selados após o registro do conteúdo e já embalados em engradados. Eu assumiria toda a responsabilidade de fazer uma listagem absolutamente precisa e segura do conteúdo. Seria mais fácil trabalhar com a Cruz Vermelha em Porto Alegre e a população local teria ampla oportunidade de enviar pacotes privados.¹⁶⁹

Antes de receber uma resposta de Padre Rambo, Fritz Freytag escreveu outra carta, em 22 de novembro de 1946 – um dia após escrever para a Cruz Vermelha informando que iria trabalhar com o SEF –, abordando o mesmo tema, na qual justificava a carta para a Cruz Vermelha pois partiu “do princípio de que por ela se encaminham as encomendas individuais, e que o SEF só aceita grandes remessas, é claro que se o SEF

¹⁶⁷ FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 21/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶⁸ FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 21/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁶⁹ FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Blumenau/SC, 14/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

aceitar pacotes individuais, então eu preferiria trabalhar com vocês”¹⁷⁰. Ainda assim, Freytag reforça sua vontade de

organizar uma recepção de pacotes aqui o mais rápido possível – seja para o SEF ou para a Cruz Vermelha – para que tudo não chegue no último momento. Os engradados do exterior poderiam ser embalados aqui mesmo para que o pessoal de Porto Alegre não tenha mais trabalho, a não ser fiscalizar o carregamento, papéis etc.¹⁷¹

Em resposta, através de carta, datada de 25 de novembro de 1946, Padre Rambo enfatizou que o Comitê de Socorro à Europa Faminta estava “trabalhando de forma totalmente independente da Cruz Vermelha no pacote de ajuda; a distribuição é feita pela *Evangelischen Hilfswerke* e pela *Caritas*”¹⁷². Padre Rambo ainda escreveu para que Freytag não se preocupasse com “a carta que mandou para a Cruz Vermelha. Traçamos a linha divisória entre a burocracia e a ajuda ativa e rápida em toda a paz”¹⁷³.

Assim, não ocorreu a fundação de um comitê da Cruz Vermelha em Blumenau, porém, demonstra que havia um interesse pela população local em encaminhar pacotes particulares para à Europa. Em carta de 27 de fevereiro de 1947, Irmã Eduarda, Superiora do Hospital Municipal de Blumenau, escreveu solicitando enviar um pacote de mantimentos para seus pais por intermédio da CVB/RS, pois “em Santa Catarina, não havendo meios de transporte, nem despachos, recorro a Vossa Excelência”¹⁷⁴. Em 07 de novembro do mesmo ano, ela voltou a entrar em contato com a CVB/RS, a carta em questão, possui o mesmo texto que a anterior.

Estando pessoas de minha família em extrema necessidade, e aqui em Santa Catarina, não havendo meios de transportes, nem despachos, recorro a Vossa Excelência para que envie estes pacotes por intermédio da Cruz Vermelha as mãos de meus pais. Se a despesa do pacote for mais, poderá incluir, e me mandar a despesa que imediatamente lhe passarei um vale telegráfico.¹⁷⁵

¹⁷⁰ FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Blumenau/SC, 22/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁷¹ FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Blumenau/SC, 22/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁷² RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Fritz Freytag. Porto Alegre/RS, 25/11/1946. Pasta Auschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁷³ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Fritz Freytag. Porto Alegre/RS, 25/11/1946. Pasta Auschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁷⁴ IRMÃ EDUARDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 27/02/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁷⁵ IRMÃ EDUARDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 07/11/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Em 1943, conforme aponta a Revista da Cruz Vermelha Brasileira, havia uma filial da organização em Blumenau cujo secretário geral, o advogado Luiz Navarro Stotz, fez um levantamento sobre as atividades exercidas pela filial, que foi fundada com o advento da guerra, pelo Ten. Cel. Oscar Rosa Nepomuceno da Silva. As atividades desempenhadas eram voltadas, principalmente, a formação de voluntárias socorristas, as mulheres de Blumenau, conforme diz, possuíam

a clarividência da observação do momento aliada aos peregrinos dotes de seu coração: adentra-se altivo soldado de Ana Neri para a luta, ao mesmo tempo que sua natural bondade a faz enfermeira de almas no devotamente divino da caridade. Temos lá, para dar ao Brasil, batalhões de filantropias, formados de nobres damas e senhorinhas em curso bem dirigidos e ministrados pelo ótimo corpo médico de Blumenau (A Cruz [...], 1943, vol.3, p. 20).

Sobre as atividades durante a guerra, a filial de Blumenau trabalhou principalmente no setor de correspondências, as quais eram constantemente recebidas e enviadas através dos “formulários oficiais e em cujo serviço tem sido de grande eficiência”, não é destacada outra atuação, como no envio de pacotes de ajuda individuais ou coletivos, por meio de Comitês ou não. Percebe-se uma atuação muito voltada ao local, principalmente a socorrer a população em casos de calamidade pública, como enchentes, serviços farmacêuticos e hospitalares. Assim, a filial de Blumenau prestava seus serviços “em tempos de paz e... em tempos de guerra, ditamos o coração, nossos passos – a filantropia, o amor ao próximo no eterno paroxismo da lei de Cain...” (A Cruz [...], 1943, vol.3, p. 20). É lícito pensar que a organização tenha fechado as portas antes da guerra se encerrar, pois não há outras menções ou destaques na Revista da Cruz Vermelha Brasileira a respeito dela, o que justificaria à procura por parte de Fritz Freytag e das irmãs do convento de buscarem a filial do Rio Grande do Sul para enviar mantimentos para à Alemanha.

Ainda sobre Blumenau, é apontado pelos estudos de Méri Frotscher (2015; 2018; 2019) que, entre 1946 e 1950, a Prefeitura de Blumenau foi procurada por diversos sujeitos, pedindo para (re)estabelecer contato com familiares para auxiliar tanto no envio de mantimentos como também visando ajuda para imigrar para o Brasil (Frotscher, 2018). Conforme Frotscher (2015), Blumenau não era um nome desconhecido para muitos alemães, que haviam tomado conhecimento sobre a emigração e colonização alemã no Brasil na escola, por meio de publicações ou de conversa. Visto que as cartas-pedido foi o primeiro, e possivelmente único, contato que houve entre o remetente e o destinatário,

o primeiro muitas vezes buscava fazer um apelo aos "compatriotas alemães" do Brasil, em específico, os de Blumenau.

Em busca de atender aos apelos recebidos, moradores de Blumenau procuraram entrar em contato com alguma organização para enviar mantimentos para familiares ou desconhecidos na Alemanha. Dentre as organizações, tentou-se fundar uma Filial da Cruz Vermelha Brasileira, porém não fora exitosa, o que fez com que fosse fundada uma sucursal do Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF. Isto, porém, não restringiu as Irmãs de Blumenau de enviar mantimentos por meio da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Esta situação não ocorreu nas filiais municipais da Cruz Vermelha Brasileira.

3.2 – *Uma análise das redes entre sujeitos através de pacotes privados da Cruz Vermelha*

Além das procuras diretamente com a sede estadual em Porto Alegre, as filiais municipais da Cruz Vermelha Brasileira também realizavam campanhas e coletas locais e encaminhavam para Porto Alegre, um exemplo disso é a lista de 76 pacotes reunidos pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Pelotas¹⁷⁶. Todos os pacotes foram encaminhados por moradores de Pelotas e foram divididos em 4 caixas. Além dos pacotes, havia nas caixas 2 e 3 doações coletivas com 36kg de couro e 1 saco de 30kg de arroz, ou seja, a Cruz Vermelha também reunia doações de alimentos e roupas para serem enviados a coletividade anônima, tal qual o SEF.

Caixa nº 1 é destinada a Zona Britânica. Nesta vão 38 pacotes. Um deles sob número 26, é destinado a Zona Russa, e por descuido foi encaixotado na referida caixa;

Caixa nº2, contém pacotes destinados as Zonas Americana e Britânica. Número de pacotes: 16; Couros para a coletividade pesando 36kg (aproximadamente);

Caixa nº 3: contém 7 pacotes para a Zona Francesa e 4 para Zonas Americana e Britânica. Número de pacotes 11. Mais 1 saco de arroz de 30kg para a coletividade.

Caixa nº 4 contém 11 pacotes destinados a Zona Russa.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Sobre a filial de Pelotas, há o trabalho de Rafael Santos da Rosa, “Cruz Vermelha Brasileira: uma instituição humanitária atuante na educação dos deficientes na cidade de Pelotas-RS (1940-1949). Em sua pesquisa, o autor buscou refletir sobre o “ambiente do prédio da sede da Cruz Vermelha. É no interno desse espaço, na sua estrutura física, nos pequenos detalhes e memórias, que tentaremos apresentar como a instituição foi determinante para a educação de crianças surdas. Foi a manutenção de uma ‘aula’ para alunos excepcionais que induziu uma mudança de paradigma na instituição Cruz Vermelha” (Rosa, 2023, p. 346).

¹⁷⁷ A caixa nº 1 tinha o peso bruto de 230kg, a caixa nº 2 de 135kg, a caixa nº 3 de 99kg e, a caixa nº 4 de 80kg. Fonte: Lista de caixas Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Pelotas, 22/08/1948. Archiv Pater Pauquet Briefe, u. Karten verschieden Inhalts, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Este documento é o único de seu tipo encontrado até o desenvolvimento deste estudo, possivelmente existem outras listas similares em outros arquivos. Caso existam, estes documentos poderiam fornecer uma dimensão quantitativa das remessas de pacotes encaminhados pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, pois apenas esta lista da Filial da Cruz Vermelha em Pelotas, com 76 casos, representa quase a totalidade das Tabelas 5 e 6. Esta lista de pacotes privados/individuais contém as seguintes informações: destinatário, local de residência, remetente, local de residência e conteúdo geral dos pacotes. Em sua maioria, 51 dos pacotes continham apenas alimentos, 20 continham alimentos e roupas, e os outros 5 continham roupas usadas. Dentre os 76 pacotes encaminhados para a Europa, 3 foram enviados para a Áustria, os demais foram encaminhados para alguma das 4 zonas de ocupação na Alemanha, tendo os seguintes dados.

Tabela 10 - Destino dos pacotes privados para a Alemanha

Zona de Ocupação	Número de pacotes
Americana	7
Britânica	47
Francesa	7
Russa	12
Total Geral	73

Fonte: Lista de caixas Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Pelotas, 22/08/1948. Archiv Pater Pauquet Briefe, u. Karten verschieden Inhalts, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Dados compilados pelo autor.

Do total de pacotes, 47 pacotes (61,84%), ou seja, mais da metade dos pacotes foram encaminhados para a Zona de Ocupação Britânica. Dos 47 pacotes enviados para a Zona de Ocupação Britânica, 10 pacotes foram encaminhados para Hamburgo e 10 para Kiel, destes 10, 8 foram encaminhados para um único sujeito, trata-se de Hans Albert, quem enviou foi Anni Albert, através dos sobrenomes é possível identificar que são parentes, porém não se sabe qual o grau de parentesco entre ambos. Além de Hans, alguns sujeitos receberam mais pacotes, como Horst Nowaldt, morador de Hamburgo, que recebeu 3 pacotes de Henrique Dittmann, além dele, houve outros casos de sujeitos que receberam 2 pacotes.

Dos 76 casos, temos 20 que possuem o mesmo sobrenome, nestes casos é maior a probabilidade de que sejam imigrantes. A respeito dos outros 56 casos, não é possível

afirmar que possuíam vínculos familiares, podem ser amigos ou conhecidos. Outra probabilidade é que, nas cartas privadas tenha sido solicitado que enviasse um pacote para aquela pessoa, nesse sentido tomamos dois indivíduos como exemplo: Bernhart Poetsch, que encaminhou três pacotes, um para Bertha Poetsch, moradora de Wolgast, na Zona de Ocupação Russa, e outros dois para Richard Kaffka, morador de Coswig, Zona de Ocupação Russa. Apenas no primeiro caso ambos – remetente/destinatário – possuem o mesmo sobrenome, sendo assim, eram parentes, não sendo possível identificar o grau de parentesco. Já no segundo caso não é possível afirmar que Bernhart e Richard sejam parentes, pode ser que sejam ou que possuam laços de amizade, ou que Richard conheça Bertha, que pediu para Bernhart enviar um pacote para ela. Assim, tomamos Bernhart como A, Bertha como B e Richard como C, temos: A e B são parentes, A e C não se conhecem, B e C se conhecem, B solicita a A que envie um pacote para C.

Ainda, Bernhart Poetsch enviou outro pacote para Emma Neumüller, moradora de Waldsassen, na Zona de Ocupação Britânica, que pode conhecer Bertha ou Richard, ou nenhum dos dois, e que pode conhecer Bernhart, como também pode não conhecer, pois, como vimos, era comum que cartas fossem enviadas para desconhecidos pedindo ajuda, ou para autoridades, como o caso da Prefeitura de Blumenau. Estas são algumas hipóteses que podem ser feitas a partir da leitura e análise das fontes. Quando a documentação – no caso a lista de pacotes privados da Cruz Vermelha de Pelotas – não fornece mais informações a respeito das relações entre os sujeitos, é necessário cruzar com outros documentos que possibilitem tal análise – neste caso, seria necessário ter acesso a correspondências privadas entre Bernhart e Bertha – porém nem sempre é possível, em virtude da inacessibilidade do historiador a tais fontes, quando isto acontece, abusa-se – até certo ponto – do mundo das hipóteses, geralmente descrevendo aquelas que possuem maior probabilidade de se corroborar em uma análise mais aprofundada.

A análise deste único documento – a lista de pacotes privados da Cruz Vermelha de Pelotas – fornece pistas para realizar uma cartografia das redes dos sujeitos entre Brasil e Alemanha. A cidade de Pelotas fazia parte da região comercial importadora/exportadora por conta do porto de Rio Grande, por onde os pacotes do SEF e da CVB/RS eram enviados para à Suécia. Há no acervo da Cruz Vermelha, em Porto Alegre, uma carta escrita em inglês, por de Günter Grossmann, um rapaz de 25 anos, estudante de engenharia e morador de Uslar, na Zona de Ocupação Britânica, pedindo ao “Chefe do município de Rio Grande/Brasil” um pacote de mantimentos. Conforme a carta, Günter havia perdido não apenas seus pais durante a guerra, mas também todos os seus pertences

e, como não possuía parentes ou conhecidos no exterior, escrevia para um desconhecido, a autoridade máxima do município, pedindo ajuda para “saciar minha fome. Este, meu caro senhor, é o meu maior desejo”¹⁷⁸. Caso o prefeito não tivesse condições de ajudá-lo, “pode ser que em seu caminho encontre um coração disposto a quem eu lhe peça amigavelmente que transmita estas linhas”.

A carta de Günter Grossmann é um exemplo de como circulavam as informações na Alemanha, o jovem rapaz não se dirigiu para a CVB/RS ou para o SEF, mas para o Prefeito do município de onde os pacotes partiam, isto é, Rio Grande, como a carta se encontra no ACVBRS, possivelmente o prefeito à época encaminhou-a para a Filial para que atendesse o pedido. Também é possível pensar, a partir desta carta, quantos outros pacotes privados encaminhados não foram pedidos desta forma, sujeitos de dois mundos que não se conhecem – Rio Grande-Uslar/Brasil-Alemanha/América-Europa –, pode ser o caso de Bernhart Poetsch (A), Richard Kaffka (C) e Emma Neumüller (D).

Ainda sobre os casos de sobrenomes iguais entre remetente e destinatário temos o caso já mencionado de Augusto Garlich, que encaminhou 1 pacote para Elfride Garlich¹⁷⁹, moradora de Onasbrück, e 3 pacotes para Hermann Garlich, em Wriezen; George Henneberger, que encaminhou 2 pacotes para Adolf Henneberger, em Berlim, não há descrição de qual setor, há outro pacote de George para Walter Schwandt, em Prenzlau; Harry Otto Bauermann enviou um pacote para Wilhelm Bauermann, em Saabrücken; Lourival Bürkle enviou um pacote para Theodor Bürkle, em Rosenfeld; Valeska Joppek, que enviou um pacote para Paula Joppek, em Unterlüss, um para Herbert Joppek e Merbert Joppek, ambos em Kiel.

O último caso, do Padre Agostinho Scholl, merece um destaque. O Padre Agostinho Scholl era um imigrante alemão, e realizou o pedido de naturalização brasileira em 1924. Nasceu e foi batizado em Neckarau (distrito de Mannheim) na Alemanha, em 01 de julho de 1876, filho de João Philipp Scholl e Elisabeth Ulrich. Em 1890, à época estudante ginásial, solicitou a desnacionalização alemã e perda do título de cidadão de Baden, no Grão Ducal e Distrital Repartição de Baden, pois iria emigrar para a

¹⁷⁸ GROSSMANN, Günter. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Uslar, Alemanha, 24/01/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁷⁹ Há o caso de Maria Riemer Garlich que encaminhou um pacote para Hermann Stiller, em Hannover, Zona de Ocupação Britânica. Maria possivelmente é familiar de Augusto Garlich, uma vez que ambos residiam no mesmo endereço: Estr. Retiro, 2380, Pelotas, Rio Grande do Sul.

Holanda¹⁸⁰. Em 1899, emigrou para o Brasil e residiu em São Leopoldo até 1904 quando, ao que indicam os documentos do processo de naturalização, regressou à Alemanha, voltando ao Brasil em 1909, onde residiu até 1911 em Pelotas, em 1912 em Rio Grande, e retornou à Pelotas em 1913. O padre enviou através da filial de Pelotas um pacote contendo alimentos para Phillip Scholl, seu pai ou talvez um irmão com mesmo nome, que residia em Heidelberg, a 20km de Neckerau, na Zona de Ocupação Americana. Também encaminhou um pacote de alimentos para Anna Wever, residente em Hirschhonn, na Zona de Ocupação Britânica. O caso do Padre Agostinho Scholl demonstra a procura da Cruz Vermelha por parte de e/imigrantes, para encaminhar mantimentos a seus familiares, amigos ou conhecidos na Europa, ou, no caso do padre, para seu pai na Alemanha. É provável que trocassem cartas entre si, porém não é possível saber o que era discutido através dos documentos da Cruz Vermelha, esta, por sua vez, apresenta indícios destas redes que, ao realizar o cruzamento de fontes, é possível de confirmar a existência.

3.3 - “Existem amigos além-mar”: as organizações humanitárias no universo privado de cartas trocadas entre pastores¹⁸¹

Nos casos mencionados anteriormente, dos pacotes de Irmã Maria Catarina para a Alemanha, e o dos pacotes de Constantino Nicolacopulos para a Grécia fica evidente a troca particular de cartas. Estas correspondências, as quais não temos acesso, é por onde circulam as informações dos familiares, as ideias, os sentimentos e os pedidos. Nesta troca particular de mensagens, circulam também boatos dos trabalhos das organizações humanitárias. Entre elas à Cruz Vermelha, em 22 de fevereiro de 1947, o Coronel Gaelzer-Netto, então Delegado da Cruz Vermelha Brasileira, perguntou

se é verdade que os pacotes privados enviados por nós à Alemanha para endereços individuais estão sendo abertos em Berlim e entregues a outras pessoas necessitadas.

Desejo e espero que os pacotes da nossa Cruz Vermelha Brasileira (F.R.G.S.) não sejam violados na Europa, para que a nossa grande ação em prol do grande

¹⁸⁰ Processo de Naturalização de Agostinho Scholl. Data 22/02/1924. Notação: BR RJANRIO A9.0.PNE.2563. Seção/Série: Processos de naturalização. Fundo: Série Interior - Nacionalidades (1,1,16) (A9). Arquivo Nacional. p. 22.

¹⁸¹ Parte deste texto foi desenvolvido para a disciplina “Teoria e Metodologia da História I - Vidas narradas entre fronteiras: micro-história em movimento, biografia/trajetória e etnografia”, realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com as professoras Dra. Máira Inês Vendrame, Dra. Ana Paula Korndörfer e Dra. Miriam Steffen Vieira.

público de crianças e idosos europeus dos diversos países, que acabamos de colocar em ação no Sul do Brasil, não seja prejudicada pela desconfiança.¹⁸²

Estes boatos poderiam afetar diretamente os trabalhos da organização, os sujeitos receosos procuravam buscavam tirar satisfação com os representantes da Cruz Vermelha sobre tais situações. Estas desconfianças circulavam entre as redes de cartas particulares da América-Europa, e passavam para o nível local do “boca-a-boca” e “diz-que-diz-que”. As cartas de reclamação da demora da entrega ou do não recebimento do pacote reforçam estes boatos. Em síntese, este tipo de carta demonstra as redes e conexões entre dois mundos – América e Europa –, a Cruz Vermelha Brasileira aparece nestas redes como uma das alternativas de enviar pacotes para o familiar/amigo na Europa, bem como a atuação dela era questionada por meio das linhas escritas das cartas.

Havia receio de uma parcela dos sujeitos no Rio Grande do Sul em enviar mantimentos para a Europa, os boatos também contribuíam para este sentimento, fazendo com que as autoridades locais fossem procuradas para obter informações sobre a campanha de doação de mantimentos, este papel, em pequenas comunidades ou em antigas Colônias¹⁸³, era atribuído a figura do líder religiosos – padres e pastores – que possuíam a confiança da população local, tornavam-se líderes locais.

Os párocos possuíam o papel de interlocutor das famílias com o exterior, do colono com os poderes externos, ou o inverso, “as autoridades entendiam que a melhor forma de se fazer ouvir nos núcleos coloniais era contar com o auxílio dos padres” (Vendrame, 2015, p. 80) e pastores. Desta forma, agia “como mediador no campo político e social, encaminhando as demandas locais e cuidando para que algumas leis fossem seguidas pela população” (Vendrame, 2015 p. 79). As lideranças religiosas em sociedades rurais eram os sujeitos – quando haviam mais de um – mais importantes no universo camponês, quanto autoridade política e religiosa, exercitavam significativa influência entre os paroquianos (Vendrame, 2016)¹⁸⁴. Ainda, como acrescenta Giovani Levi, a

¹⁸² NETTO, Guilherme Gaelzer. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Berlim, Alemanha, 22/02/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

¹⁸³ O termo “Colônia” refere-se ao empreendimento agrícola onde os i/e/migrantes aquirem terras e assentaram-se.

¹⁸⁴ A influência dos párocos na sociedade colonial, isto é, na Colônia, no universo camponês, é passível de contestação. Carlise Schneiders (2023) ao entrevistar mulheres da antiga Colônia Porto Novo, apresenta casos em que estas mulheres “muitas vezes inconformadas com as exigências dos padres, se colocam como questionadoras da ordem estabelecida” (p. 102). Através destes relatos, é possível identificar “há uma contestação por parte da sociedade, que não entende, não concorda ou até mesmo, não acata às regras estabelecidas” (p. 102).

autoridade “que provinha de sua posição de pároco acrescentava mais força a sua pobre pregação teórica” (2000, p. 78).

Em termos de liderança, os mediadores, a exemplo do padre Sório, eram indivíduos ativos, capazes de se relacionar amplamente, articulando as necessidades dos outros às próprias aspirações, respeitando e cumprindo com os costumes defendidos pela população. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade do pároco vinha da capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras (Vendrame, 2016, p. 245).

No caso de envio de mantimentos no pós-Segunda Guerra Mundial, o Comitê de Socorro à Europa Faminta, fez uso da autoridade de padres e pastores para realizar campanhas de arrecadação com os membros da comunidade. Um destes casos, trata-se da Comunidade Evangélica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), no município de Ibirubá¹⁸⁵, onde em reunião da diretoria da paróquia, realizada em 08 de setembro de 1947, foi lida a comunicação recebida do Padre Balduíno Rambo que “havia chegado a Porto Alegre as ofertas em espécie e em dinheiro, angariados por esta comunidade destinadas à Europa” (Resgate Histórico [...], 2007, p. 147-148). Dois meses antes, o Pastor Karl Seibel emitiu um comunicado aos membros da comunidade para

explicar-lhes rapidamente porque as listas de coletas anexas, que vão de mão em mão. Em várias linhas, houve[ram] reuniões dos membros nas quais, o pastor explicava a situação dos países europeus destruídos pela guerra e ao mesmo tempo lançado o apelo vindo do Sínodo, para que todos auxiliassem fortemente, para salvar o que ainda fosse possível (Resgate Histórico [...], 2007, p. 150).

Destacam-se as reuniões em que o pastor, enquanto líder religioso, explicava a situação da Europa e apresentava a campanha do SEF e o apelo que o Sínodo Riograndense para a participação dos membros da comunidade. Possivelmente, circulavam comentários sobre a necessidade de enviar mantimentos para a Europa, pois

¹⁸⁵ A Colônia General Osório – hoje Ibirubá –, localizada à margem esquerda do Rio Jacuí, no território de Cruz Alta, foi fundada pela Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em outubro de 1898. Conforme Sand (2023) a Colônia não foi grande receptora de imigrantes, mas sim dos descendentes destes, a partir da segunda geração, portanto, migrantes de outras Colônias alemãs e italianas. Os primeiros colonos instalados na Colônia General Osório organizaram-se para fundar uma comunidade evangélica, no início havia os pastores itinerantes que realizavam o culto uma vez por mês e realizava os batismos e ensino confirmatório. A fundação da comunidade se deu, de fato, apenas em 1906, onde reuniram-se os colonos em assembleia para a fundação de uma Comunidade Evangélica Alemã, na mesma ocasião foi eleita a primeira diretoria (Resgate Histórico, 2007). O primeiro pastor fixo da comunidade só chegou em 1909, o Pastor Albert Adam, que também fora o primeiro médico da Colônia. Em 1918, o Pastor Adam anunciava que pretendia deixar o pastorado por motivos de saúde, mas permaneceu até 1920 enquanto a comunidade encontrava seu sucessor, continuou atuando como médico da Colônia e, em 1924, regressou à Alemanha. Em 1921 iniciava o pastorado de Theodor Goebels. O Pastor Theodore Goebels permaneceu na comunidade até 1931, isto é, 10 anos, posteriormente, também retornou à Alemanha (Resgate Histórico, 2007).

os próprios colonos possuíam suas despesas ou pensavam que os valores poderiam ser investidos na própria comunidade local. Neste caso, o pastor faz um apelo.

Não nos diga que isso não nos importa e que não temos culpa de eles estarem passando mal e com necessidades. Lamentamo-nos dos preços exageradamente altos, ou outras dificuldades, mas ainda vivemos no paraíso. Não, não temos culpa assim, como também não tem culpa os famintos, mas não devemos também perguntar sobre os culpados, porque como cristãos, precisamos ajudar onde há necessidade. E a necessidade é grande, principalmente naquele país [Alemanha], onde tudo foi destruído e onde há muitos fugitivos imigrantes (para os quais também deve ser dado apoio) os de países limítrofes, que perderam tudo, casa e propriedades só por causa do “nome”. Não se preocupem com as autoridades locais, eles apoiam este trabalho da solidariedade cristã (Resgate Histórico [...], 2007, p. 150).

A comunicação do Pastor Seibel traz o apelo das necessidades enfrentadas na Alemanha não apenas pelos alemães, mas também pelos “fugitivos imigrantes de países limítrofes”, aqueles que perderam tudo. Enfatiza que a comunidade de Ibirubá, mesmo com as dificuldades ou preços elevados, ainda se encontravam “no paraíso” em comparação aos europeus vítimas da guerra. Ainda, destaca o apoio das autoridades locais¹⁸⁶ na campanha, o que reforça o papel de mediador do pastor entre a comunidade e as autoridades políticas e externas.

Conforme as listas de doadores, é possível perceber que as doações correspondiam aos produtos colhidos pelos colonos como: arroz, feijão, mel, trigo e batata, além das doações em dinheiro (Resgate Histórico [...], 2007, p. 151-154). Também há uma lista de pacotes particulares que, como vimos, eram encaminhados pela Cruz Vermelha Brasileira, no mesmo carregamento dos pacotes coletivos do SEF. Alguns membros procuraram enviar dinheiro por meio da CARE, como o caso de Walter Gauer que, através do Pastor Karl Seibel, encaminhou uma carta para a organização estadunidense.

O Sr. Walter Gauer, Ibirubá, remeteu através da Cooperativa Agrícola General Osório, 10 dólares para o senhor, e pede-lhe, através de mim, mandar um pacote com produtos alimentícios para: Martin Berends (bei Göhle) – Berlin – Steglitz; Rothenburgerstr. 42, Zona Americana. A senhora Frida Ehlert mandará também 10 dólares para o senhor e solicita mandar um pacote com produtos alimentícios para “Frank Kullat (22 a) – Essen – Ruhr, Vorrathstr. 33, Brit. Zone, Nordrheinprovinz” (Resgate Histórico [...], 2007, p. 155).

Como os membros da comunidade poderiam saber se suas doações chegavam realmente à Europa? É através do universo privado das cartas que se encontram as

¹⁸⁶ Em 1947, Ibirubá ainda era distrito de Cruz Alta, emancipando-se apenas em 1955. Por conta disso, as “autoridades locais” podem ser entendidas como representantes políticos ou distrital.

respostas. Em carta datada de 06 de janeiro de 1948, o pastor aposentado Theodore Goebels, morador de Kirchheim (município da Alemanha, no distrito de Hersfeld-Rotenburg, na região administrativa de Kassel, estado de Hessen), e que atuou em Ibirubá – à época General Osório –, de 1921 à 1931 e ainda mantinha relações com a comunidade, escreveu para as senhoras da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE) – a qual foi fundada durante o período de Goebels como pastor da comunidade –, “no início do mês de outubro do ano passado, recebemos uma carta do pastor Seibel, na qual, entre outros, nos comunicava que o grupo nos enviava um pacote. Esta notícia nos causou grande alegria pois nos fez ver que não fomos totalmente esquecidos por vocês” (Resgate Histórico..., 2007, p. 174). Estes pacotes, conforme o pastor, eram de “inestimável ajuda na economia doméstica. Vocês não podem imaginar como é minguada a porção de produtos alimentícios que recebemos e da qual é impossível viver”.

Percebe-se que a iniciativa de enviar pacotes para o Pastor Theodore Goebels partiu da comunidade. Tratando-se de pacotes privados, endereçados ao pastor, é possível que tenham sido encaminhados via Cruz Vermelha Brasileira. Conforme o pastor, “a família toda se reuniu para desempacotes, ficamos felizes e agradecidos”, o momento de “desempacotar” é feita por toda família, compara-se ao “prenúncio do Natal, quando apareciam as coisas maravilhosas e das quais tanto necessitávamos”. A carta ainda traz a realidade em que se encontrava a família do pastor.

Como devem ter ouvido, estou aposentado e minha saúde é muito instável. Também minha esposa, vocês não reconheceriam, tão magra ela ficou. Somam-se as preocupações, que uma mãe e dona de casa, nestes tempos difíceis, precisa enfrentar. Nossa filha mais velha, a Marianne, também está muito subnutrida e esteve doente por longo tempo. Ela completou 26 anos de idade no domingo, é noiva, e no dia de seu aniversário foi feito o 1º proclamação na Igreja e, se Deus quiser, casar-se-á no dia 17 de janeiro. O noivo dela é de Filsit, de onde teve que fugir com seus avôs e pais e agora, mora com seus familiares em Hersfeld. Ele é intérprete. Ambos gostariam de vir novamente ao Brasil, porém por ora, as dificuldades são muito grandes. Érika, nossa 2ª filha, ajuda a mãe nos trabalhos da casa e horta, faz as compras nos mercados, o que rouba muito tempo e é muito desgastante. Nosso filho Karl, o qual também nasceu em General Osório é um rapagão de 1,86 de altura, mais alto do que eu. Ele frequentava o ginásio em Hersfeld e escapou por pouco da guerra. (Resgate Histórico [...], 2007, p. 174-175).

As informações sobre a esposa e filhos mostram muito mais que uma relação pároco-comunidade, ou presbítero-colono, por 10 anos o Pastor Goebels esteve à frente como líder religioso evangélico, naturalmente exercia outras funções além das religiosas, conhecia grande parte das famílias, batizou, confirmou e predicou para elas. Da mesma forma, os familiares do pastor também eram conhecidos pela comunidade e estavam

inseridos nela. Ao final da carta, a esposa do pastor, Hilde Goebels, reforça esta inserção e laços que vão além de pastor-membro, mas são laços de amizade. Hilde agradece

a todos cordialmente pelo maravilhoso pacote. Através deste pacote, vocês nos trouxeram uma rica bênção de Deus para nossa casa. **É gostoso saber que existem amigos além-mar que não nos abandonaram na necessidade.** Queira Deus abençoa-las por tudo que fizeram de bem. Lembro-me da fundação da OASE e dos cadernos anuais. Recentemente, olhamos a foto, já meio apagada, que foi feita durante uma festa, quando tivemos hóspedes de Não-Me-Toque (Resgate Histórico [...], 2007, p. 175, grifo meu).

O ato de olhar as fotos da antiga comunidade, lembrar da fundação da OASE, somados ao isolamento da comunidade e a distância “ativam os mecanismos da memória e esclarecem os caminhos das lembranças. A carta era o único veículo capaz de reconstruir a relação com a família, com os amigos, com um mundo de paz, atenuando a angústia da solidão” (Rossi *apud* Frazina, p. 70). Este universo privado de cartas particulares, trocadas entre amigos e familiares e que, o historiador poucas vezes tem acesso, revela elementos que são raros, ou inexistentes, em cartas para organizações como a Cruz Vermelha. Em ambos os tipos de cartas o tema é o mesmo: o envio de pacotes, porém a forma de escrita e as informações contidas nelas são distintas entre si pois em cartas privadas, onde supõe-se que exista uma relação próxima entre o escritor e o leitor, há o fator de confiança e de informalidade, enquanto escrever para uma organização é escrever para um leitor desconhecido.

A troca de cartas entre a comunidade de Ibirubá e o Pastor Goebels continuou, em carta datada de 18 de maio de 1948, escreveu para o Pastor Karl Seibel para tirar as dúvidas sobre a atuação das organizações (*Caritas* e *Evangelisches Hilfswerk*) na Alemanha e a distribuição dos pacotes.

Parece-me que no último envio de pacotes do Brasil, uma parte dos mesmos, como o de agora, foi encaminhado pelo *Caritashilfswerk*, através da LKW e o outro através do *Evangelisches Hilfswerk-Hamburg*. E as coletas para o SEF como estão? Sendo malquistas como me informou, ou são aceitas agora, e dada à oferta com coração alegre? Sobre a “insegurança” do *Hilfswerk*, espero ter-lhe esclarecido e tranquilizado através da minha carta de 22 de março, na qual lhe disse que o *Caritaswerk* de Lübeck está fazendo o maior esforço para a entrega dos pacotes, mesmo demorando, finalmente, o destinatário é alcançado. Espero que também tenham recebido os recibos, inclusos na carta supracitada, e que eles ajudem a dissipar as dúvidas e a “acordar” a vontade de dedicar-se novamente a esta obra de caridade (Resgate Histórico [...], 2007, p. 169).

Possivelmente, a comunidade, após ter contribuído com o Comitê de Socorro à Europa Faminta, tenha ficado em dúvida se realmente os pacotes chegavam ao seu destino. Por conta disso, o Pastor Goebels buscou esclarecer sobre a suposta

“insegurança” da Caritas de Lübeck, que fazia as distribuições das remessas do SEF e da Cruz Vermelha. Ainda, na carta, o pastor busca reforçar e, conforme o mesmo, “acordar” a comunidade para que continuem a contribuir com a obra de caridade. Nesse sentido, o pastor ainda faz uma apelação.

Somente o “Fogo do Amor” tem o poder libertador, e isso certamente vocês lá fora também devem sentir. Nesse sentido, entendo vossa “Ação de Auxílio” para nossa pátria alemã na sua miséria. Deixe-me agradecer também em meu nome, por todos os destinatários conhecidos e desconhecidos de vossos auxílios, de todo o coração por esta “Obra de verdadeiro Amor e Misericórdia”. Deixe-me pedir e transmita às tuas comunidades: “Não cansem desse serviço”. Nós temos aqui na Alemanha, durante estas semanas, o sentimento sinistro, de irmos de encontro a um caos profundo na nossa situação econômica. Por favor! Não nos abandonem! O amor dos irmãos e irmãs no exterior, do qual já tivemos tantos sinais em nossas comunidades, esse amor, que em tantos caminhos silenciosos, desconhecidos do público, chega aos nossos lares e famílias, é realmente além das vossas preces de intercessão, uma enorme ajuda de vossa parte, que nos livrou de afundar na miséria extrema e internamente, e que nos poderá auxiliar ainda (Resgate Histórico [...], 2007, p. 170).

O Pastor Goebels ainda dá sugestões ao Pastor Karl Seibel de como organizar uma campanha de ajuda na comunidade de Ibirubá. Ainda que estivesse aposentado e longe da comunidade a quase duas décadas, conhecia a realidade da então Colônia General Osório, e pensou no que mais lhe faltava na Alemanha: a banha.

Quando lembro dos porcos enormes no Brasil, eu ainda tenho uma foto da família Friedrich Becker – Linha Jacuí, onde pai, mãe e 3 filhos pequenos estão em pé atrás de um porco, o qual certamente rendeu 8 latas de banha, assim seria possível, que uma família que tem um porco desse tamanho, pudesse doar 4 quilos, para os irmãos e irmãs que vivem na penúria na velha pátria de seus antepassados. Naturalmente será difícil para um colono quando precisa ir à vila a cavalo, ir ao funileiro, e mandar fazer uma lata na qual mandaria a banha e ainda forrá-la com tecido. Por isso, dou a ideia que a comunidade mandasse fazer no funileiro, 100 latas quadradas, mais ou menos 18x18x15 centímetros, com pequena abertura em cima a qual após a lata cheia de banha, deverá ser soldada. O pagamento das latas poderia ser feito através de coleta na sede ou através de outras coletas, para o *Hilfswerk*. As latas vazias deveriam ser distribuídas entre os colonos que quisessem doar a banha e depois de cheias, levadas à casa paroquial onde a OASE compraria algodão e faria as capas das latas corretamente. Mas ninguém deverá se abster de além dessa ação, mandar outros pacotes, talvez com boas conservas de carne, pois salame e carne nós recebemos somente 100 gramas por mês e na Rádio já anunciaram que deverá ser usada a carne de cavalo, porque, pela louca política de abate de gado e ultimamente de porcos acima de 50 quilos, não existe mais carne. Certamente existem muitas inscrições de pessoas, as quais poderão remeter os pacotes, e naturalmente o doador terá o direito de pedir a quem seja remetido o mesmo. Tenho certeza, que, os felizes destinatários mandariam cartas de agradecimento aos bondosos doadores. Ficaria muito feliz, se também pudesse fazê-lo, pois certamente, há pessoas na sua comunidade, que não têm relações na Alemanha, mas gostariam de ajudar uma família. Estou disposto a fornecer-lhe listas, destas famílias necessitadas, e ficaria muito grato se existisse a possibilidade de ajuda aos mesmos. O que nos espera aqui, não sabemos (Resgate Histórico [...], 2007, p. 170-171).

Não é possível saber se a campanha proposta pelo Pastor Goebels ocorreu. Porém, a partir desta troca de cartas entre ambos os pastores, é possível identificar que, ainda que estivesse em outro continente e longe da comunidade há quase duas décadas, o líder religioso ainda possuía certo papel de liderança na comunidade local, em outras palavras, a função de pastor aposentado ainda lhe conferia o prestígio na paróquia de Ibirubá. O Pastor Goebels pode ser entendido como um mediador, um sujeito ativo, capaz de se relacionar amplamente, ainda que de outro continente, articulando “as necessidades dos outros às próprias aspirações, respeitando e cumprindo com os costumes defendidos pela população. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade do pároco vinha da capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras” (Vendrame, 2016, p. 245). Com efeito, através das cartas, não se mantinham apenas os contatos com os amigos além-mar, mas forneciam importantes elementos e ideias que determinavam as escolhas de sujeitos em outro continente (Croci, 2008), que ainda pensavam em colaborar ou não, devido as dificuldades locais e custos elevados, com a campanha.

Tal era o prestígio que possuíam os pastores e ex-pastores da paróquia evangélica de Ibirubá, que a comunidade evangélica buscou ajudar não apenas o Pastor Theodore Goebels, mas também seu antecessor, o Pastor Albert Adam – que atuou de 1909 a 1920 em Ibirubá –, e residia em Möhne (hoje Möhnesee, município da Alemanha localizado no distrito de Soest, região administrativa de Arnsberg, estado de Renânia do Norte-Vestfália). Quem escreveu uma carta de agradecimento, em 28 de junho de 1948, foi o filho do pastor, Heinz Adam, onde informou que ele e a esposa “ficamos muito contentes com o conteúdo dos pacotes, pois foi para nós uma enorme ajuda” (Resgate Histórico, 2007, p. 177). Heinz tinha interesse em retornar ao Brasil para reaver seu capital¹⁸⁷.

Atualmente estou me esforçando através da Missão Evangélica Luterana de Emigração de Hamburgo, para conseguir em breve minha emigração. Se o governo brasileiro nos desse a passagem gratuita até o Rio, eu continuaria a viagem, porém, tornar-se-iam necessárias maiores informações a respeito, pelas quais lhe ficaria muito agradecido. Meus bens, de 15:000\$000 (quinze contos de réis) que deixei aí, poderiam ser pagos, quando eu voltasse. Tomara que eu receba tanto por eles, para comprar uma pequena propriedade, o que é minha intenção. Não tenho noção do valor da moeda no Brasil, mas contando ainda os juros, não deverá ser uma soma tão pequena. (Resgate Histórico [...], 2007, p. 177).

¹⁸⁷ Não fica claro na carta, tampouco há mais informações no livro, se o capital seria do Pastor Albert Adam ou de seu filho Heinz Adam, ou se ainda poderia ser uma herança.

Ao final da carta, escreve “na esperança de poder iniciar em breve a longa viagem”. Ao longo da escrita, é possível identificar um plano de Heinz para escapar da situação em que sua família se encontrava, emigrar para o Brasil fazia parte das conversas internas, inclusive pede ao Pastor Karl Seibel se poderia fornecer mais informações sobre como conseguir uma passagem paga pelo governo brasileiro. Assim, a figura de um pastor de outro continente, de uma comunidade a qual não via a mais de 20 anos, era uma figura que poderia ter acesso mais fácil a estas informações, pois fazia a mediação interna e externa da comunidade. Não há informações se Heinz Adam emigrou para o Brasil, ou que seu capital em Ibirubá foi reavido.

Além da comunidade evangélica de Ibirubá, há também o engajamento – em outros moldes – da comunidade católica. Em carta de 28 de janeiro de 1947, o Padre Franz Hümmler, encaminhou uma carta para Padre Rambo, informando que havia circulado por Ibirubá o Padre Hans Wecker, “pedindo esmolas nesta paróquia para o Comité de Socorro dos Europeus Famintos”¹⁸⁸ e conseguiu juntar “mais de Cr\$3500,00. Talvez pudesse ser mais, mas o padre ficou somente poucos dias”. Na mesma carta, Padre Franz Hümmler informou que havia recebido uma carta de uma de suas irmãs

que é enfermeira num hospital em Attendorn, Westfalia, pedindo um auxílio. Como me explicou o Padre Wecker, o V. Comité trabalha somente para os necessitados abandonados, sem meios e parentes. Aliás muito louvável! Pois bem, ajudei ao Padre Wecker, o que certamente o Padre Wecker afirma. Tenho apenas um pedido; posso enviar um pacote para a irmã por V. intermédio, e quais as condições. Ao final, estou certo, que a irmã distribui as coisas no hospital, portanto é carestia também. Neste caso, mandaria um pacote com banha frigorificada (Frigorífico daqui), etc.¹⁸⁹

Observamos que há a referência de uma carta privada, de autoria de sua irmã pedindo ajuda. Em seguida, pede se poderia encaminhar um pacote privado para seu familiar, uma vez que organizou e arrecadou fundos para o Comitê de Socorro à Europa Faminta. Em resposta, Padre Rambo informa que “os presentes coletados por alguém para o público em geral não serão mais recebidos como contraproposta para suas próprias encomendas. Essa é a lei, mas a lei ainda não foi promulgada”¹⁹⁰. O Padre Franz

¹⁸⁸ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 28/01/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁸⁹ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 28/01/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁹⁰ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Franz Hümmler. Porto Alegre/RS, 04/02/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Hümmler procurou então a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, para enviar mantimentos para seus familiares na Alemanha. Em carta datada de 25 de junho de 1947, informou que leu em um jornal de Porto Alegre sobre a atuação da Cruz Vermelha.

Tenho na Westfalia umas sobrinhas, que me pediram roupas. Com muito gosto mandaria, disposto [a] pagar o que custar. Venho pelo presente pedir informações, as condições e possibilidades de mandar por intermédio do benemérito instituto da Cruz Vermelha Brasileira. Por qualquer informação agradeço desde já. Pedi as medidas etc., da roupa, e espero, que seja possível mandar algo.¹⁹¹

O envio de mantimentos pela comunidade, reforça uma compreensão interna, ou seja, a comunidade legitima e valida a si mesma. Mas também os membros da comunidade possuem pensamentos singulares, pensam em seus familiares, como o caso do Padre Franz Hümmler. Enquanto a comunidade envia mantimentos para a coletividade anônima por meio do Comitê de Socorro à Europa Faminta, os indivíduos enviam pacotes particulares, alguns por meio desta mesma organização, outros por meio da Cruz Vermelha. Temos, neste sentido, as alternâncias entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o bem comum e o bem particular. Em ambos os casos, existem estratégias da comunidade e estratégias individuais de apoio ao familiar, ao sujeito mais próximo – no sentido de laços. É nesse caso individual que atua a CVB/RS – ou alguma outra organização que encaminhasse pacotes privados – sendo a mediadora entre os dois mundos, entre as duas pontas dos fios.

Enviar mantimentos para um pastor, ou para as sobrinhas, ou de organizar uma campanha de arrecadação de latas de banha em toda a comunidade para enviar para outra comunidade desconhecida que está no além-mar, não é algo em pequena escala, são territórios diferentes em múltiplas escalas. Nestes casos que a CVB/RS entra como mediadora de mundos, ou seja, uma mediadora de espaços e escalas. Os organismos externos a comunidade, influenciam, até certo ponto, como pontua Maíra Vendrame fazendo referência ao estudo de Osvaldo Raggio a respeito do poder central, isto é, o Estado “não pode realizar um domínio uniforme sobre o território, mas apenas interferir sobre as escolhas de competição política local” (2023, p. 207). Da mesma forma, a atuação de organizações humanitárias influenciava dentro destes espaços, os preços e o tempo de envio e entrega do pacote, eram levados em consideração pelos sujeitos

¹⁹¹ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 25/06/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

privados quando encaminhavam mantimentos para o exterior, como o caso do Padre Franz Hümmler. Mas também, estes mesmos organismos externos são procurados pela comunidade, através do mediador, como o caso do Pastor Karl Seibel, a qual procurou a *CARE* para encaminhar os pacotes de membros da paróquia.

A partir da análise de um espaço – Ibirubá –, é possível estabelecer e construir diferentes análises doravante de uma mesma ação – o envio de mantimentos. Nesse sentido, o espaço da comunidade é “tomado como esfera que possibilita elaborar problematizações, acessar pontos de vistas, sentidos, expectativas e contextos desconhecidos ou negligenciados através de outras perspectivas que não a micro analítica” (Vendrame, 2023, p. 220). Esta não é uma discussão de história local, ou do pequeno, mas sim um experimento de uma microanálise, de como as organizações humanitárias internacionais, o terceiro setor, está presente dentro de uma comunidade, dentro das decisões de indivíduos. É uma leitura de dentro, interna da comunidade, que somente a documentação produzida por ela, e não sobre ela, é capaz de revelar. É através dessa leitura do micro, que permite aos historiadores “aproximarem-se da trama da realidade social, como se essa fosse olhada por um microscópio” (Lima, 2023, p. 10). A própria documentação é parcial, uma vez que não se possuía acesso ao acervo total de cartas trocadas entre os pastores, por isso é um olhar pela fechadura, da fresta da história. É tentar entender como “os grupos sociais efetivamente se comportavam em um contexto material” (Vendrame, 2023, p. 199), enfim, o que se busca através da análise destas cartas, é trazer uma cor humana para a História (De Vivo, 2023).

3.4 – “Para os que não se esqueceram de mim”: a mediação da Cruz Vermelha Brasileira em casos de repatriamento, emigração e busca de desaparecidos

Conforme visto no primeiro capítulo, no pós-Segunda Guerra Mundial foram criados diversos organismos internacionais para a recuperação da Europa; suas atuações eram amplas já na Europa destruída, pois “quanto mais fraco é um Estado nacional, mais forte é o papel de atores transnacionais não estatais no campo da política externa (Rinke, 2013, p. 72). Além da arrecadação de fundos e donativos ao redor do mundo, houve a criação de organizações, e as já existentes, passaram a se ocupar com o “repatriamento, colocação ou acordos de migração entre países europeus, recém-saídos da guerra, e países cujos processos de desenvolvimento exigiam mão de obra técnica e qualificada, como era o caso do Brasil” (Salles, Bastos, 2012, p. 122).

O fim da Segunda Guerra Mundial implicou em grandes transformações econômicas no Brasil com a aceleração da industrialização e da urbanização, aprofundando a integração entre a agricultura e a indústria. Esse fator é perceptível visto o crescimento industrial de 9,7% a.a. entre 1947 e 1961 (Beskow, 1999). Conforme Paulo R. Beskow (1999), o Brasil durante o pós-guerra e a década de 1960,

caminhou para “etapas mais avançadas da industrialização moderna”, em decorrência das seguintes condições favoráveis: (1) o crescente tamanho do mercado doméstico, significativamente ampliado desde a década 58 de 30; (2) as políticas substitutivas de importações fortemente protecionistas e favorecendo os empresários já instalados no país; (3) os volumosos investimentos estatais, tanto na infraestrutura de energia e transportes como na produção de insumos básicos; (4) o forte ingresso de investimentos externos na produção industrial, a partir de meados dos anos 50, particularmente no setor de bens de consumo duráveis destinados ao mercado interno; (5) as políticas de incentivos e de subsídios (fiscais, creditícios e cambiais) ao investimento privado na indústria; e (6) o crescimento da oferta do setor agrícola a uma taxa média superior a 4% ao ano, sem a necessidade de um volume significativo de investimentos e recursos financeiros. (Beskow, 1999, p. 57-58).

Com o novo cenário econômico que se desenhava no Brasil, uma nova política imigratória se fez necessária e alinhada com este processo. A retomada do processo imigratório no pós-Segunda Guerra Mundial, suspenso por Getúlio Vargas em 1941, era considerada fundamental para o processo de modernização industrial e agrícola no Brasil, estando ligado à “distensão social na Europa, investimentos em regiões periféricas do globo e instalação de companhias multinacionais. Pode ser considerada, igualmente, como expressão clara da tendência de transnacionalização da economia brasileira” (Paiva, 2009, p. 36). Salles (2002, p. 100) aponta que é de grande importância estudar a imigração de deslocados de guerra para o Brasil, pois o país foi um dos primeiros “se interessar pela seleção desse tipo de imigrantes, e um dos primeiros signatários do Acordo proposto pela ONU para colocação desses imigrantes, o que denota não o propalado desejo de ajudar a resolver um problema humanitário, mas o interesse pela mão de obra qualificada que esses imigrantes significavam”. O Brasil também foi um dos primeiros países a “aceitar o reassentamento de famílias inteiras, tendo criticado os sistemas de recrutamento que rompiam os vínculos familiares assim como rejeitado o tratamento dos refugiados e descolados como ‘mercadoria’” (Andrade, 2005, p. 20). Estes imigrantes seriam preferencialmente dirigidos “à indústria automobilística e metalmeccânica emergentes, e à agricultura em processo de modernização” (Salles, 2002, p. 101).

Para organizar a imigração no pós-guerra e definir as preferências por tipos de imigrantes que “satisfaça as condições estabelecidas”, o então Presidente Getúlio Vargas,

sancionou o Decreto-Lei nº 7.967/1945. O preâmbulo do decreto informava que a nova lei seria uma “orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país” (Brasil, 1945).

Parcela dos intelectuais da época e que compunham o governo, compartilhavam sobre a visão desenvolvimentista do governo. Mesmo com o “fim do primeiro governo Vargas, seguido pela eleição de Eurico Gaspar Dutra, em dezembro de 1945, não representou uma ruptura com tal orientação. À despeito da mudança de presidentes, o alto escalão no campo migratório manteve-se praticamente intacto, formado por funcionários nomeados na gestão anterior” (Bravo, 2017, p. 10).

As discussões relativas à imigração, concatenadas pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC) do Ministério das Relações Exteriores, foram publicizadas na Revista de Imigração e Colonização. A Revista aceitava também artigos de colaboradores, e alertava aos leitores que os artigos de colaboração não implicariam na concordância do Conselho de Imigração e Colonização. Diversos textos publicados eram de autoria de membros do próprio CIC, isto é, agentes públicos ligados diretamente a pauta migratória no Brasil.

Os autores que contribuíam com esta publicação eram, principalmente, médicos, psiquiatras, higienistas, jornalistas, juristas, educadores e diplomatas, muitos dos quais já escreviam sobre o assunto desde a década de 1920, como é o caso dos psiquiatras Antônio Xavier de Oliveira e Antônio Carlos Pacheco e Silva. A maioria desses intelectuais teve ligações diretas com o Estado durante o governo de Getúlio Vargas, tendo assumido cargos políticos ou propondo ações que deveriam ser executadas pelo poder estatal. Nas páginas da Revista de Imigração e Colonização, defendiam a entrada de imigrantes desde que devidamente selecionados no tocante a suas qualidades físicas, mentais, profissionais e raciais (Peres, 1997, p. 86).

Assim, a Revista “defendia através de seu conteúdo uma política imigratória restritiva e seletiva, apontando quais correntes imigratórias eram desejáveis para o processo de branqueamento da população brasileira e quais eram indesejáveis ao país”. (Debastiane, 2018 p. 10). De forma geral, conforme Peres (1997), os artigos da Revista de Imigração e Colonização seguem o raciocínio de delimitar qual seria o imigrante (in)desejável, alertar para os perigos de uma imigração descontrolada e possíveis soluções. Nos artigos escritos por médicos, a imigração era considerada imprescindível para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do brasileiro perfeito: branco, sadio e moralmente íntegro (Bravo, 2017). O imigrante ideal, continuava sendo, como na década de 1930, o “agricultor, o técnico e o operário qualificado, o que importava, em um

primeiro momento, era a sua capacidade em desempenhar funções ou transmitir conhecimentos que atendessem aos interesses do país adotivo” (Peres, 1997, p. 87).

Sobre o Decreto-Lei nº 7.967/1945, a Revista de Imigração e Colonização trouxe em seu volume de 1946 as “instruções provisórias para a execução” do decreto, reforçando o critério de seleção e escolha de elementos estrangeiros que possam ser fatores de progresso para o Brasil, deveria obedecer “não só à necessidade primordial de preservar e desenvolver, na composição étnica da população brasileira, os característicos mais convenientes da sua *ascendência europeia*, mas também à de não prejudicar o trabalhador nacional”. No que se referia à imigração dirigida, as autoridades diplomáticas e consulares deveriam “fomentar, por todos os meios ao seu alcance, a vinda para o Brasil do maior número possível de bons imigrantes, entendendo-se por tais, em primeira linha, os agricultores, os técnicos e os trabalhadores qualificados” (Instruções [...], 1946, p. 118-119). Nota-se que nesse cenário, “os latino-americanos demonstravam interesse em mão de obra altamente qualificada e *know how*” (Rinke, 2013, p. 75).

A Revista transcreveu, no volume de 1947, a mensagem do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa de 1947, destacando os trechos das atividades referentes à imigração e a colonização. No que se referia a imigração dirigida, pontuou que o governo havia tomado duas medidas:

um que se refere à vinda de deslocados de guerra, e outro que diz respeito ao recebimento de correntes imigratórias de países europeus, **cuja composição racial e social se ajuste às nossas características nacionais**. Com relação à vinda de refugiados de guerra, o Governo brasileiro, como membro do Comitê Intergovernamental de Refugiados, já expediu instruções a seu representante no aludido órgão, no sentido de concluir acordo para a vinda de refugiados de guerra, **mediante a seleção dos imigrantes segundo as nossas próprias normas e conveniências, as quais, além de serem as decorrentes dos nossos interesses sociais, econômicos, políticos e étnicos, incluem também a obrigação de a seleção só ser feita entre agricultores, técnicos e operários especializados**” (Mensagem [...], 1947, p. 126, grifo meu).

A seleção dos “resíduo de guerra”, se deu através do envio de comissões lideradas por Arthur Hehl Neiva (Machado, 2021). Os candidatos a imigrantes que fossem selecionados deveriam, preferencialmente, chegar acompanhados de suas famílias, compostas “do cônjuge e parentes consanguíneos” (Mensagem [...], 1947, p. 126). Além disso, seriam escolhidos os melhores indivíduos, os quais deveriam gozar de “perfeita saúde, aptidão profissional e estado mental que os tornassem eficientes como elementos de trabalho e facilmente assimiláveis na comunidade brasileira” (Machado, 2021, p. 86).

Ainda assim, Arthur Neiva “propôs um ranking entre as nacionalidades mais aptas a participar de tal processo, levando em conta, para além dos dois paradigmas mais tradicionais, as aptidões profissionais e a facilidade de assimilação, o caráter político. Nessas análises, os bálticos¹⁹² eram considerados os melhores DP’S” (Marques, 2016, p. 4).

A missão liderada por Neiva, conforme seu relatório de 1949, tinha como critérios de seleção de “70% agricultores – plantio de cereais e batata e 30% técnicos – mecânicos, metalúrgicos, eletricitas, carpinteiros, pedreiros, bombeiros, e outros, segundo as orientações prévias do governo brasileiro” (Machado, 2021, p. 92). Entretanto, conforme a autora, havia fatores que excluiriam automaticamente os candidatos: sua origem étnica, como por exemplo os países da Europa Oriental, sob influência da URSS, pois não era “interessante para o Brasil receber qualquer imigrante que fosse suspeito de comunismo”, a estas era reservado e fomentado o repatriamento. Desta forma, eram potenciais candidatos a imigração aquelas pessoas “domiciliadas nas zonas de ocupação das potências ocidentais na Alemanha e Áustria” (2021, p. 89).

Os “bons imigrantes”, como bem enfatiza Santos (2016), viriam para trabalhar para os brasileiros, isto é, não prejudicariam o trabalhador nacional, não seriam independentes em nenhum momento. Neste contexto, o imigrante é visto, em essência, não como um ser humano, mas sim como uma força de trabalho provisória. Conforme Sayad (1998, p. 55), ele só é recebido e tem razão de ser “pelo trabalho e no trabalho: porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele”. Os interesses econômicos dão as boas-vindas a entrada de mão de obra barata e da oportunidade de obter mais lucros. Por outro lado, para a população que já se vê “assombrada pela fragilidade existencial e pela precariedade de sua condição e de suas expectativas sociais”, os e/i/migrantes sinalizam ainda mais uma “competição pelo

¹⁹² Os bálticos compreendiam os lituanos, letões e estonianos, encontravam-se voluntariamente na Alemanha desde cerca de 1944 e não eram repatriáveis. A comitiva acreditava que eram os melhores entre todas as Pessoas Deslocadas e dariam excelentes artífices, operários, técnicos e agricultores, podendo migrar em grupos de quatro a cinco pessoas por família. Em seguida, foram considerados os ucranianos, que eram predominantemente agricultores, e por isso seriam ótimos colonos de fazenda e pequenos proprietários rurais. Também, não eram repatriáveis e haviam vivido, principalmente, como trabalhadores forçados entre 1941 e 1944. Já os poloneses eram prisioneiros de guerra e trabalhadores forçados e eram o único grupo que poderia ser, eventualmente, repatriado. Em sua maioria eram compostos por agricultores, porém seu nível de criminalidade era alto. Os quartos da lista eram os russos brancos e apátridas, que formavam um contingente de cerca de 20.000 indivíduos. Possuíam acentuado temperamento artístico, eram muito religiosos e especialmente anticomunistas, eles não seriam repatriáveis e vieram voluntariamente. Por fim, os iugoslavos que vieram como prisioneiros de guerra foram considerados os menos cultos de todos os visitados, e deveriam ser escolhidos individualmente (Machado, 2021, p. 91).

mercado de trabalho, uma incerteza mais profunda e chances declinantes de melhoramento” (Bauman, 2017, p. 9-10).

No contexto do pós-guerra, as ondas de imigrantes – selecionados e desejados – também possuía a função de ocupar espaços “vazios”. Em um artigo de Samuel Benchimol, publicado na Revista de Imigração e Colonização, de 1946, intitulado “O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem”, o autor afirma que a solução para o problema do aproveitamento da terra inculta no Brasil, se daria através de três fatores: o capital, as técnicas e de gente. No último fator apontado, a imigração ainda é a solução, porém, a diversidade geográfica do Brasil impede de ser feita uma única escolha, assim sendo, o “ideal seria que pudéssemos escolher os tipos de imigrantes que melhor se adaptassem às diferentes regiões brasileiras” (Benchimol, 1946, p. 195). Assim, o tipo de “culturas, a natureza do trabalho agrícola-industrial, a forma de exploração econômica, o clima, o regime de vida, diferentes em cada região ou área pioneira em vias de aproveitamento e colonização existem um tipo psicológico que se case bem com os seus aspectos físicos e humanos” (Benchimol, 1946, p. 196). O autor ainda enfatiza um fator indispensável para o imigrante: a mentalidade pioneira, que seria uma “atitude psicológica e econômica de conquista e persistência, de trabalho e audácia, de decisão firme e inabalável para vender todos os obstáculos e dificuldades de exploração que uma terra virgem oferece” (Benchimol, 1946, p. 196).

O imigrante selecionado deveria ser convertido em operário, encaminhando-o para usinas e fábricas onde faltam técnicos especializados. Ou deveria ser convertido em colono, dirigindo-o e fixando-o no solo através de uma política de colonização “bem orientada que faça despertar no estrangeiro o amor à terra e à agricultura incorporando-o desta forma ao nosso destino” (Benchimol, 1946, p. 209). Para cumprir sua missão pioneira-agrícola, de desbravar e colonizar a terra inculta,

tudo tem que ser preparado convenientemente para recebê-lo. Escolas tem que ser criadas para os seus filhos, hospitais, casa para moradia, estrada para a manutenção do transporte. Ao lado disso equipamento de trabalho e financiamento da sua produção inicial. Numa colonização com elementos estrangeiros deve também ser previsto um possível perigo político de enquistamento de colonos de uma mesma nacionalidade formando às vezes verdadeiras minorias raciais, sem assimilação nem mistura. Para evitar este perigo o ideal seria o da colonização mista de elementos nacionais e alienígenas. (Benchimol, 1946, p. 199).

Diante do cenário, diversas empresas passaram a se interessar na vinda de imigrantes para suprir sua carência de mão de obra. Por exemplo, o Rio Grande do Sul, conforme estudo de Clarice Speranza (2021, p. 576), o Consórcio Minerador formado

pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e a Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), enviou correspondências para o Conselho Nacional de Imigração e Colonização procurando “importar” mão de obra devido à falta de operários, o que provocou “a incapacidade das empresas em atender à demanda por carvão, dada a redução da produção”. Analisando os documentos produzidos pelo Consórcio Minerador, entre os anos de 1947 e 1948, referente a chegada desses e de outras levadas de imigrantes, a autora identificou 230 nomes de migrantes encaminhados para as minas de carvão de Arroio dos Ratos (Butiá), dos quais as nacionalidades incluíam “poloneses, poloneses/ucranianos, alemães, húngaros, romenos, iugoslavos, letões, russos, lituanos e tchecos – ou seja, com vasta predominância de populações do Leste europeu” (2021, p. 578). A autora ainda constatou que as mineradoras receberam cartas de europeus se oferecendo para trabalhar.

Um grupo de moradores da Alemanha sob ocupação britânica enviou carta ao Cadem [Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração] em 17 de janeiro de 1947, com o apelo: “Somos gente nova, 23, 25 e 26 anos de idade e de profissão mecânicos e construtores de máquinas. Sem nos deixar levar por ilusões, temos unicamente o desejo de trabalhar e obter em troca os meios de subsistência”. (Speranza, 2021, p. 579).

Segund Carneiro (1996, p. 80), a partir de 1936 começou a circular “na Alemanha um sedutor material de propaganda sobre o Brasil com o objetivo de orientar aqueles que pretendiam emigrar”. As companhias voltadas ao mercado de terras brasileiras também realizavam propagandas, como a Cia de Terras Norte do Paraná, que imprimiu “um folheto de incentivo à compra de terras naquela região do Paraná. Voltado para a prática da agricultura, este pequeno manual continha fotografias acompanhadas de verbetes informativos sobre o cultivo e colheita do café, arroz, fumo, mamona, abacaxi, bananas, maçãs, alfafa e algodão”. Conforme Stefan Rinke, após o fim da guerra, a ideia de emigrar para a América Latina passou pela cabeça de muitos alemães, mas ainda eram poucos em comparação com a corrente migratória que seguiu para os Estados Unidos (EUA). Contudo, “essa emigração foi muito importante, principalmente para o Brasil e a Argentina, e estimulou a fantasia de muitos” (2013, p. 73). Em um de seus trabalhos, Frotscher (2018) destaca que 12 pessoas escreveram explicitamente sobre o desejo de emigrar.

As discussões em torno da vinda de imigrantes para a colonização das áreas vazias também se faziam presentes junto ao núcleo de intelectuais teuto-brasileiros ligados ao SEF. Conforme Fernandes (2005, p. 31), a organização recebeu muitos pedidos

de imigração para o Brasil através de cartas, o que fez com que a diretoria se interessasse “pelas políticas de imigração do governo e procurar articular uma ação conjunta a fim de repatriar brasileiros descendentes de alemães retidos na Alemanha”. Como visto no capítulo anterior, houve uma aproximação entre o SEF e a CVB/RS, por intermédio do Coronel Guilherme Gaelzer Netto. Esta aproximação facilitou a arrecadação e envio de mantimentos para a Europa, principalmente à Alemanha, por ambas as organizações. Nas trocas de cartas entre o Padre Balduino Rambo e Gaelzer Netto, fica evidente um outro interesse, qual seja, o repatriamento de cerca de 1.700 brasileiros que estavam retidos na Alemanha. O tema do repatriamento já estava presente antes das relações entre o SEF e a CVB/RS. Em carta de 01 de outubro de 1946, dirigida pelo Padre Balduino Rambo à Gaelzer Netto, este informou que recebeu diversos pedidos de interessados, tanto

para fazer entrar em andamento os trabalhos da Cruz Vermelha como do repatriamento como ainda de outros pontos conexos; entendemos que os 5000 dólares prometidos devem ser prestados pelos diretamente interessados no repatriamento, já que uma ação nossa neste sentido seria de resultado duvidoso. De outro lado achamos que é simplesmente um dever sagrado do nosso Governo facilitar de todos os meios e modos a salvação de seus cidadãos do inferno europeu, arcando com as despesas, senão todas, ao mesmo de grande parte.¹⁹³

O SEF não tinha interesse em arcar com as despesas do repatriamento, entendendo que esta era um “dever sagrado” do Governo brasileiro, todavia, a organização daria “todo o apoio moral possível ao repatriamento”. Para além do apoio moral, a diretoria do SEF buscou, “através de suas influências políticas junto aos círculos do poder, nomear representantes do grupo étnico alemão para ocupar o cargo de Secretário de Imigração e Colonização junto à Missão Militar Brasileira¹⁹⁴ em Berlim e, desta forma, participar no projeto de colonização do pós-guerra” (Fernandes, 2005, p. 31). A figura escolhida foi o Coronel Guilherme Gaelzer Netto, cuja nomeação era muito

¹⁹³ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 01/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁹⁴ A Missão Militar Brasileira (MMB) era subordinada ao Ministério das Relações Exteriores e chefiada pelo general Anor Teixeira dos Santos. A MMB instalou-se em Berlim em março de 1956 e tinha como interesse “(i) o exame da situação dos cidadãos brasileiros e o estudo de sua possível repatriação; (ii) a verificação da possibilidade do envio de técnicos que pudessem melhorar a situação da indústria brasileira; (iii) a possibilidade de selecionar e encaminhar emigrantes ao Brasil; (iv) a obtenção de equipamentos para fábricas e laboratórios brasileiros, em razão da resolução de restringir o parque industrial alemão e reparar as nações vencedoras; (v) o envio de informações no terreno militar, econômico e político, para assim manter o governo brasileiro informado da situação na Europa Central” (Frotscher, 2013, p. 82). Após regressar da Alemanha, Aurélio de Lyra Tavares publicou o livro “Quatro anos na Alemanha ocupada”, em 1951.

pedida pelo Padre Balduíno Rambo, que escreveu uma carta ao Presidente da República em nome da Cruz Vermelha Brasileira e do Comitê de Socorro à Europa Faminta, onde “renovam o pedido de repatriamento de brasileiros retidos na Europa bem como a nomeação do Coronel Gaelzer Netto no sentido de acelerar a salvação dos nossos patrícios. Assinei por conta própria, no nome de D. Odila e do Comitê”¹⁹⁵. A presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, Dona Odila Gay da Fonseca também “intercedeu junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para que este fosse indicado para o cargo. Entretanto, o ministério não pôde atender o seu pedido, afirmando que ele estava em deliberação junto ao Conselho de Imigração e Colonização” (Fernandes, 2015, p. 424).

A nomeação de Gaelzer Netto junto à Missão Militar Brasileira, além de salvar os “patrícios”, também facilitaria a vinda de imigrantes alemães para o Brasil. Em carta de 4 de outubro de 1946, o padre Balduíno Rambo informou à Gaelzer Netto que recebeu uma carta “do nosso agente em Roma, que me fala sobre a necessidade de dirigir a Imigração alemã, que entrara em escala nunca vista tão logo que se abrirem as fronteira. Acho que nós no Brasil temos direito a esta gente laboriosa e ordeira, que há mais de cem anos vem promovendo o progresso do país, especialmente no Sul”¹⁹⁶. Quatro dias depois, em 9 de outubro de 1946, o jesuíta revelou estar cada vez mais preocupado com o caso da imigração, passava “noites sem dormir pensando como se poderia canalizar para a nossa dadivosa terra aquela gente sem lar e sem pão, para a maneira das cinco gerações de colonos da minha família ajudarem a reconstruir o futuro do nosso país”¹⁹⁷. No entender de Rambo, os imigrantes seriam acolhidos e assentados pela *Volksverein* (Sociedade União Popular – SUP), entidade que nos seus “33 anos de existência tem a seu crédito a fundação de várias e prósperas colônias”. A nomeação de Gaelzer Netto seria, portanto, a garantia de que “não se fará do pobre país [a Alemanha] um mercado de

¹⁹⁵ RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁹⁶ RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁹⁷ RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 09/10/1946. RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

escravos e *Fronarbeiter*, mas que se abram, larga e hospitaleiramente, as portas da terra brasileira para receber a quantos conosco queiram trabalhar”¹⁹⁸.

As emigração alemã dirigida para o Brasil tinha como obstáculo as restrições impostas pelo Comando Militar Aliado que, até julho de 1949, “só permitia a saída do país aos alemães que se enquadrassem em três grupos especiais: opositores e vítimas do regime nacional-socialista; familiares de soldados das tropas de ocupação e de cidadãos de países aliados; casos humanitários” (Frotscher, 2018, p. 6). Desta forma, uma emigração alemã em larga escala, como pretendiam Padre Rambo, não era possível.

Os esforços da diretoria do Comitê de Socorro à Europa Faminta e da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, para nomear o Coronel Guilherme Gaelzer Netto como Secretário de Imigração e Colonização foram infrutíferos, “dada as dificuldades impostas pelo governo brasileiro a sua nomeação” (Fernandes, 2005, p. 31). Todavia, Gaelzer Netto conseguiu uma nomeação como Delegado da Cruz Vermelha Brasileira, para todos os países da Europa, o que lhe deu “direito de um Passaporte Oficial, igual ao que o General Ivo Soares tinha em sua viagem à Europa. O Sr. Secretário Geral, Dr. Oscar Soares, de dia em dia, promete, amanhã ir ao Itamarati tratar de mandar aprontar este meu Passaporte Oficial!”¹⁹⁹. Com este passaporte, “foi para Berlim com 70 caixas de doações no vapor sueco “Amazonas”. Segundo relatos do mesmo, houve dificuldades para embarcar os víveres até a véspera da viagem” (Fernandes, 2015, p. 427). A Cruz Vermelha Brasileira esteve envolvida de forma direta nas pautas do governo brasileiro, como no repatriamento de brasileiros da Alemanha.²⁰⁰ O trabalho de nomear Gaelzer Netto demonstra um interesse da filial do Rio Grande do Sul e do Órgão Central em sua nomeação. Enquanto buscava a nomeação do militar, outro Delegado da filial do Rio Grande do Sul, Thiago Matheus Würth, estava na Europa atuando junto ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, como veremos a seguir.

¹⁹⁸ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 09/10/1946. RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁹⁹ NETTO, Guilherme Gaelzer. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo e Padre Henrique Pauquet. Laranjeiras/RJ, 19/06/1947. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

²⁰⁰ A organização já havia se envolvido em questões de imigração para o Brasil, em 1945, por ordem do Presidente da República, ela ficou encarregada de “tomar as medidas necessárias para o alojamento” de “crianças judias, refugiadas na França e ameaçadas de deportação pelas autoridades alemãs de ocupação” (Assistência [...], 1945, p. 22-23).

3.5 – “Eu imploro, em nome da Cruz Vermelha Brasileira, pela colaboração para a resolução de casos”: casos mediados pela filial do Rio Grande do Sul junto ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1947)

Em viagem para Genebra, em 1947, como representante oficial do Serviço Social do Estado do Rio Grande do Sul e Secretário da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, Thiago Matheus Würth²⁰¹, relatou por carta à presidente da filial, Dona Odila Gay da Fonseca, que mal havia chegado e “já comecei a agir no sentido dos compromissos assumidos”²⁰², entrando em contato com “as cruces vermelhas nacionais e locais e com todos os 17 comitês de socorro aqui localizados”. Solicitou o envio de um comunicado à imprensa, com o seguinte teor:

- a) Sumula, sem pormenores, da ação iniciada, de repatriamento de vários órfãos de guerra, húngaros, poloneses e alemães;
- b) Que “emissário especial da Cruz Vermelha, achando-se na Suíça, tem meio de fazer chegar auxílios em gêneros e em roupas, dentro de 3 a 4 dias a parentes na França, Bélgica, Alemanha, todas as zonas, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia. Informações urgentes na Cruz Vermelha, talvez a cargo do Fernando.”²⁰³

Würth relatou que realizou uma visita às instalações da Cruz Vermelha Suíça, onde havia uma ação intensa no auxílio a “deslocados, a pobres, a crianças desamparadas

²⁰¹ Thiago Matheus Würth nasceu aos 28 de fevereiro de 1893, no Palatinato Renano, Baviera/Alemanha. Estudou na França por 13 anos e emigrou para o Brasil em 1909 onde fez estágio no magistério por três anos no Rio Grande do Sul, após isso, retornou à Paris para terminar os estudos. Concluiu os estudos humanísticos-pedagogia em Frankfurt/Mein e, ficou retido de 1914 a 1919 na Alemanha, prestando “serviços na Cruz Vermelha à prisioneiros de guerra, operários e civis. Através de sua influência, e responsabilidade, conseguiu liberdade domiciliar para diversos prisioneiros, colocando-os em casas de famílias. Esta iniciativa valeu a inesquecível homenagem de 600 (seiscentos) ex-prisioneiros belgas que desfilaram em frente à sua casa, jogando margaridas em agradecimento por seus serviços”. (Sousa, 2018, p. 77). Após a guerra, Thiago junto de sua esposa Joahna Würth decidem por emigrar e residir no Brasil, onde “Thiago volta ao Rio Grande do Sul atuando no magistério nas matas virgens: Selbach – General Osório - Panambi – Municípios de Passo Fundo e Cruz Alta (1919-1921) Harmonia (1921-1922) São Sebastião do Caí (1922-1925)” (Sousa, 2018, p. 78). Em 1926, começou a trabalhar em Porto Alegre e “e alternava as aulas de dois ou três escolares na sua casa, como também, realizava serviços de preceptor nas famílias de alunos e instrução educacional, com reprovações seguidas e a falta de progressão escolar” (Sousa, 2018, p. 80). No mesmo ano, fundou o Instituto Pestalozzi. Sobre a figura de Thiago M. Würth e o Instituto Pestalozzi, ver a Dissertação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais de Mireile Steiner de Sousa, com o título “Thiago Matheus Würth e o Instituto Pestalozzi (1926-1979): o personagem e seu ideário social a partir de seu arquivo pessoal e nas memórias de família”, defendida em 2018 na Universidade LaSalle.

²⁰² WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Zurich, Suíça, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁰³ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Zurich, Suíça, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

ou pobres e doentes, a meninas em perigo moral, a jovens em dificuldades econômicas, conflitos de ordem profissional, familiar etc.”²⁰⁴. Apontou para os problemas cotidianos dos necessitados, como a entrada de empresas particulares que

surgem diariamente, para explorarem a miséria da Europa com preços abusivos de gêneros de toda ordem, mas... estas empresas conseguem fazer entrega dos seus caríssimos gêneros, com caminhões próprios, com os quais entram e saem na e da Alemanha e outros países, INCLUSIVE DA ZONA RUSSA.

Fazem as entregas de fato, dentro de 3 a 4 dias, enquanto as ações beneficentes, não conseguem transportes, não podem importar determinadas mercadorias que as firmas importam e estão sujeitas a uma infinidade de dificuldades de toda ordem.

Nota-se uma verdadeira rivalidade entre as firmas e mesmo entre as associações que se dizem beneficentes.²⁰⁵

Possivelmente, Thiago Matheus Würth tenha ido para Genebra para negociar junto à outras organizações ou representantes nacionais da Cruz Vermelha para facilitar a logística do envio e entrega de mantimentos que partiam do Brasil para os familiares na Europa. No mesmo dia, ele encaminhou uma carta à Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha com um pedido para que fossem resolvidos treze casos considerados urgentes para a Filial. Os casos tratavam de imigrantes que queriam trazer a família para o Brasil, emigrantes que desejavam regressar e outros que buscavam seus familiares desaparecidos na Europa.

3.5.1 – Emigração familiar

O Caso nº 1, em especial, era considerado o mais urgente, tratava-se de um pedido feito pelo médico Adalbert Bán, que procurou Würth para encaminhar um pedido à Cruz Vermelha Húngara em Budaspeste, para que fosse feita “uma visita pessoal à Sra. Catharina Bergstein, [de] 82 anos, que está hospedada no Amerikai Ut N.76 em Budapeste”²⁰⁶. Adalbert era filho de Catharina, e procurou a Cruz Vermelha para mediar a vinda da sobrinha, Erka Hirs, de 16 anos, pois Catharina estava muito idosa e já havia manifestado o receio de morrer e deixar Erka sozinha.

²⁰⁴ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Zurich, Suíça, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁰⁵ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Zurich, Suíça, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁰⁶ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS. p. 2.

As tratativas para a emigração já haviam sido feitas por Adalbert Bán, que “já acertou todos os papéis e documentos necessários e reserva de passagem na KLM holandesa, com a qual viajo no meu retorno e desejo que a jovem me seja entregue em Zurique, onde ficará internada até minha partida”²⁰⁷. Havia a possibilidade de, “num momento de sentimentalismo, a senhora pudesse mudar de opinião e, assim, perder uma possibilidade que talvez não volte a surgir, de salvar a sobrinha de uma situação de abandono previsível”. Se isso ocorrer, a Cruz Vermelha Húngara deveria “convencer a velhinha, cujo grau de lucidez em decorrência da idade avançada pode estar sujeito a variações”. Caso ela desejasse vir ao Brasil junto da neta, Adalbert havia dado as instruções para que Thiago Würth “também a receba tendo, para este caso, planejada a documentação e a reserva de um lugar em primeiro plano”. Não há mais informações se de fato Erka Hirs e Catharina Bergstein emigraram para o Brasil.

O Caso nº 3 era de uma menina polonesa órfã, Rita Lindner, de 8 anos, que não tinha parentes em Berlim, onde se encontrava morando com uma pessoa não aparentada. Seu tio, Robert Lindner, emigrou para o Brasil em 19 de maio de 1936, aos 43 anos, e foi encaminhado para a Colônia Águia Branca, no município de Collatina, no Espírito Santo²⁰⁸. Lindner entrou em contato com a filial da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul, com o intuito de trazer a criança para o Brasil, momento no qual já residia em Porto Alegre, indício de que houve uma migração interna. Conforme o pedido, Lindner tinha “condições de dar para a criança uma educação integral e o conforto de um ambiente melhor. A família que acolheu o órfão encontra-se numa situação difícil”²⁰⁹. Ele já havia iniciado o processo de emigração de Rita para adotá-la, e queria que a menina fosse “recolhida em uma instituição como a Pestalozzi Dorf, até que, com a documentação completa, possa deixar o engendrar vir”. Conforme a carta de Thiago Würth, já havia ocorrido um caso semelhante onde a “Cruz Vermelha Brasileira, por sua vez, já estudou

²⁰⁷ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 2

²⁰⁸ Nos anos de 1929-1931, realizou-se fluxo migratório polonês para o Estado do Espírito Santo, através de uma ação organizada pelo Governo Estadual e a Companhia Colonizadora de Varsóvia, com a criação do núcleo colonial de Águia Branca, no Norte do estado. A fixação de imigrantes-colonos poloneses visava “1) controlar a frente agrícola em crescimento na fronteira Norte constituindo uma estrutura de expansão; 2) reforçar o ethos eurocêntrico racial de superioridade do trabalhador branco” (Dadalto, Siuda-Ambroziak, 2020, p. 165). Percebe-se que Robert Lindner não emigrou para a Colônia Águia Branca logo em sua formação, mas sim 7 anos depois, tendo optado por fixar-se em um núcleo étnico polonês.

²⁰⁹ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 3.

o encontro de um grupo de crianças em condições semelhantes, que deverá ser recebido por um emissário a bordo do navio brasileiro Santarém”.

Os casos nº 11 e 12 foram solicitados pelo romeno Wladmir Strelaiew, residente em Porto Alegre. Wladmir procurou a Cruz Vermelha para trazer Natalia Strelaiew, idosa com 70 anos, “romena, de religião ortodoxa, viúva, para mantê-la sua família”²¹⁰, e seu sobrinho Nicolaie Strelaiew. Ambos eram considerados “deslocados russos perdidos na Romênia, e a família diz que têm papéis romenos, desejando se retirar para a Tchecoslováquia e do Brasil”. A descrição trazida por Thiago Würth era que Nicolaie, o sobrinho, era “especialista em cultivo de trigo”. Tal informação, se comprovada, poderia facilitar na emigração para o Brasil, uma vez que estaria atendendo aos critérios de seleção de entrada de agricultores. Ainda é colocado que ambos, Natalia e Nicolaie, estavam em contato com a HIAS - *Hebrew Immigrant Aid Society* (Sociedade Hebraica de Ajuda aos Imigrantes) de Bucareste (capital da Romênia). A HIAS é uma organização cujo objetivo, no pós-Segunda Guerra Mundial, era apoiar a “evacuação dos campos de pessoas deslocadas na Europa e ajudou no reassentamento de cerca de 150.000 pessoas em 330 comunidades nos EUA, bem como no Canadá, Austrália e América do Sul, e, eventualmente, em Israel após a sua fundação em 1948”²¹¹. Assim, é possível pressupor que ambos eram judeus.

O caso nº 08 trata de Zolta Heller, alfaiate de 25 anos que se encontrava no campo de deslocados da UNRRA, em Eschwege, Alemanha. A família vivia em Porto Alegre, “em boas condições econômicas e pode cuidar de seu sobrinho” e gostaria de “trazê-lo ao Brasil pelo caminho mais rápido e curto”²¹². Este caso em particular permite rastrear o funcionamento dos trabalhos das organizações internacionais no pós-guerra. Listas de pessoas enviadas a Campos de Pessoas Deslocadas foram parcialmente digitalizadas e disponíveis para pesquisa no Arolsen Archives, através da pesquisa gratuita no site, foi possível mapear o funcionamento e o trabalho em conjunto de organizações no pós-Segunda Guerra Mundial. O caso de Zolta Heller foi encaminhado, em 1 de outubro de 1947, pela Divisão de Internamento e Prisioneiros Civis do Comitê

²¹⁰ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 1.

²¹¹ <https://hias.org/who/our-history/>. Acesso em 04/12/2023.

²¹² WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 4.

Internacional da Cruz Vermelha para a Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados (OIR).

Temos a honra de informar que fomos informados pelo Sr. Professor Thiago Würth, representante da Cruz Vermelha Brasileira, que se encontra em missão temporária na Suíça, do caso do Sr. Zolta Heller, cuja família reside no Brasil e estão ansiosos para trazê-lo para este país.

A pessoa em causa, cuja nacionalidade não nos foi comunicada, tem 25 anos e encontra-se atualmente no campo de DP [*displaced person* – pessoas deslocadas] no campo de aviação de Eschwege, na Alemanha. O endereço de sua família no Brasil é:

Dado que o caso deste jovem não é da nossa competência, ficaríamos agradecidos se pudessem acompanhá-lo conforme julgar apropriado, e responder diretamente ao Sr. Thiago Würth, a/c Cruz Vermelha Brasileira, Praça da Cruz Vermelha 10-12, Rio de Janeiro.²¹³

Em resposta, datada de 06 de outubro de 1947, o Delegado, na Suíça, da Comissão Preparatória da OIR informou que comunicou o assunto à Delegação na Zona Americana da Alemanha. A comunicação em questão ocorreu no mesmo dia, para a chefe da Seção de Serviço de Migração Individual, Srta. Berta Hohermuth, a qual acusou o recebimento no dia 13 de novembro de 1947, informando que encaminhou o caso para a seção de Frankfurt investigar o mais rápido possível.

Portanto, os 5 casos levados por Thiago Matheus Würth, tiveram os devidos encaminhamentos, com a localização dos emigrantes em potencial, os quais atenderiam aos critérios estabelecidos pelo governo federal. Presume-se, dado o silêncio posterior em relação aos mesmos, que foram solucionados.

3.5.2 - Casos de emigrantes que desejam retornar

Além dos casos de imigrantes cujos familiares ficaram para trás, na velha pátria europeia, também havia brasileiros que procuraram a Cruz Vermelha para trazer de volta familiares que se encontravam na condição de emigrante. Otto Hans Fischer nasceu em Ponta Grossa, Paraná, em 2 de janeiro de 1926, e viajou para a Alemanha a fim de visitar

²¹³ AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIRO DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados. Geneva, Suíça, 01/10/1947. Código de Referência 1718000 021.258. Pasta Forms and accompanying documents from DPs in Switzerland, as well as correspondence from the IRO offices in Germany, Austria and the Near East with the IRO headquarters in Geneva. Files originating in Switzerland. IRO “Care and Maintenance” Program. Relief Programs of Various Organizations. Registrations and Files of Displaced Persons, Children and Missing Persons. Arolsen Archives. Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/en/archive/3-2-1-4_1718000-021-258. Acesso em 24/01/2024.

seus parentes e estudar em Eylau e em Kaufbeuren²¹⁴. Enquanto estudante, foi surpreendido com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e impedido de retornar,

como filho de parentes alemães, foi convocado para o serviço militar em 1945. Saindo de Dresden, para o campo de batalha, as últimas notícias recebidas vieram de Viena, em 18.2.1945. Dava como endereço: FAHNENJUNKER-PIONIER Otto Hans Fischer, Feldpostnummer 19167. Parece que foi feito prisioneiro pelos russos. Nenhuma pesquisa foi feita.²¹⁵

A família, ao entrar em contato com a Embaixada Russa no Brasil, foi aconselhada pela Cruz Vermelha Brasileira a procurar a Cruz Vermelha Russa, “ao mesmo tempo, pedirei que as Cruzes Vermelhas Húngara, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia façam algumas pesquisas, porque pensamos na possibilidade de termos sido evacuados feridos, na retaguarda das tropas russas”. Na ficha da UNRRA, Otto informou que possuía um familiar na Bavaria, em Irsee, chamado Jacob Egle. No mesmo documento ainda consta que o requerimento foi feito em 26 de abril de 1946, por Guilherme Albino Fischer, residente em Caxias do Sul²¹⁶.

Similar à situação de Otto Hans Fischer, Oliveira (2011) abordou em sua obra *Os soldados brasileiros de Hitler*, as entrevistas realizadas com cinco brasileiros descendentes de imigrantes que foram convocados para o serviço militar alemão e que, ao final da guerra, foram levados como prisioneiros pelas forças de ocupação na Alemanha²¹⁷. O autor salienta que a nacionalidade dos entrevistados, ao se apresentarem como brasileiros, não contribuíram para a libertação perante as autoridades de ocupação, uma vez que eram tratados como qualquer outro nazista, tornando-se prisioneiros de

²¹⁴ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS. p. 2.

²¹⁵ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS. p. 2.

²¹⁶ M.18 - Documentation of the Central Location Index (CLI) of the Joint Distribution Committee (JDC) in New York. 7.14.1 Yad Vashem Archives. 7.14 Document acquisition in Israel. Archival records of microforms (new material / document acquisition). Arolsen Archives. Disponível em: <https://collections.arolsen-archives.org/en/search/person/131592232?s=%22Otto%20Fischer%22&t=751750&p=6>. Acesso em: 05/12/2023.

²¹⁷ O caso principal trata-se de Gingo, apelidado de *Der Amerikaner*, filho de imigrantes alemães nascido em São Paulo em 1925. Em viagem à Alemanha com a família para tratamento de saúde, foram impedidos de retornar com o estouro da Segunda Guerra Mundial e passaram a viver no país a partir de então. Aos 14 anos, ingressou na organização juvenil nazista Jungvolk, e em 1943 foi convocado para o serviço militar. Com o fim da guerra, regressou a cidade natal de sua família, Wurzburg, onde foi preso pelas autoridades de ocupação, e logo em seguida foi transferido para Ansbach e depois para Hammelburg, onde “boa parte dos burocratas, militares e autoridades do III Reich”, além de jovens que faziam parte da Juventude Hitlerista e da Jungvolk estavam presos (2011, p. 62). Com a intervenção da família e da Missão Militar Brasileira, através da figura do Tenente-Coronel Aurélio de Lyra Tavares, foi libertado e retornou ao Brasil em fevereiro de 1948 no navio “Santarém”.

guerra. Todos os cinco envolvidos contaram com a mediação da Missão Militar Brasileira ou de autoridades brasileiras para serem libertados e para regressar ao Brasil.

Enquanto Otto Hans Fischer foi convocado para o serviço militar, o caso nº 04, João Guggenberger, que residia no Brasil, onde constituiu família, foi “surpreendido pela guerra durante uma viagem à Alemanha”²¹⁸, quando foi levado como deslocado e alojado “no acampamento III em Munique, Zona Americana”. Com toda a documentação em mãos, que comprovava sua residência no Brasil, solicitava a sua saída do campo de deslocados e a permissão para regressar.

Outro caso peculiar foi da imigrante Maria Pfeiffer, que residiu por 40 anos no Brasil, onde seus filhos permaneciam, quando retornou a sua terra natal. Seu filho, Günther Pfeiffer, residente em Porto Alegre, procurou a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, para intermediar a situação da mãe que residia em Berlim e se encontrava em “uma situação difícil na Alemanha, quando seus filhos puderam recebê-la e mantê-la em boas condições no Brasil. Ela tem seus documentos brasileiros em ordem, mas a família até agora não conseguiu obter a autorização de despejo das autoridades britânicas”²¹⁹.

Os três casos expostos, baseados nos fragmentos de suas trajetórias presentes na documentação, abordam o desejo de retornar ao Brasil, impedido por um contexto de pós-guerra – ou seja, uma viagem temporária e de curta estadia, acabou por prolongar-se por tempo indeterminado. A ideia de retornar, conforme Sayad (2000, p. 11), é uma condição natural do sujeito migrante, como o desejo de um cego de ver a luz, mas, “como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível”. O retorno é uma relação com o espaço, pois e/i/migrar é nada mais que a mudança de espaços, de territórios. Os casos de retorno apresentados aqui tratam de três pessoas que, por motivos diferentes, se encontravam em um país em ruínas. Tem-se então um desejo de retornar a situação de normalidade que se tinha antes da guerra, não apenas um desejo de retornar para um lugar, mas também para uma situação, ou seja, o retorno possui também uma relação com o tempo, pois configura-se em um “retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva” (Sayad, 2000, p. 12), isto é, um retorno a si mesmo. Enquanto o retorno não é possível, “refugia-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra”. O espaço – isto é, os locais que o e/i/migrante

²¹⁸ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 3.

²¹⁹ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 3.

deixou e se instalou – deixa de ser apenas abstrato, assumindo-se como um “espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto” (Sayad, 2000, p. 11).

3.5.3- *Busca de desaparecidos*

Os últimos cinco casos que traremos se encontram no mesmo ofício de Thiago Matheus Würth e referem-se a busca de pessoas desaparecidas, cujos familiares no Brasil procuraram a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, para reativar os contatos. O caso nº 06²²⁰ trata de Nicolau Davatco de 22 anos, cujo tio, Mishal Klemus, ucraniano-polonês, informou que a última notícia que recebeu é que seu sobrinho estava em um dos campos de refugiados na Alemanha. No caso nº 07²²¹ há uma situação parecida, o Sr. Roman Szczechy estava a procura de seu sobrinho Anton Szczechy que supostamente encontrava-se em um campo de refugiados, e o último domicílio informado foi em uma vila no nordeste polonês chamada Raczki. O caso nº 09²²² trata-se de um filho a procura dos pais, Rudolf Tillmann era imigrante alemão, comerciante e residia em Porto Alegre e procurou a Cruz Vermelha para investigar o domicílio ou a situação em que se encontravam Martha Tillmann e Alois Tillmann, os quais residiam anteriormente na Silésia. Rudolf faleceu em 1957 aos 54 anos de idade, e em seu registro de óbito consta que seus pais já haviam falecido à época.²²³ Nestes três casos é possível estabelecer o grau de parentesco entre requerentes e desaparecidos.

Nos dois casos a seguir, os dados são insuficientes para situar as relações de parentesco. No caso nº 10, June Dias de Leão, moradora de Porto Alegre, procurou a Cruz Vermelha para que “faça algumas pesquisas a respeito do Capitão Robert Ramsome Miller, Capitão, Médico do Exército dos EUA que visitou Kiew na Rússia, em 22 de maio de 1945”²²⁴. Há uma onda de notícias, não confirmadas, de que ele teria tido tifo na época,

²²⁰ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 3.

²²¹ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 3-4

²²² WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 1.

²²³ Índices de registros de óbito janeiro de 1957–outubro de 1959. Cartório da 1ª Zona de Porto Alegre. Porto Alegre. Registro Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Family Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89GC-27Y4?view=index&action=view>. P. 28

²²⁴ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 1.

na Rússia”. É lícito pensar que June e Robert possuíam algum tipo de laço (familiar, matrimonial, amizade), e que Robert possivelmente era um imigrante estadunidense residente em Porto Alegre, ou que possuísse dupla cidadania (brasileira e estadunidense), ou ainda que estava em algum serviço em Porto Alegre onde conheceu June e construíram um vínculo. Fato é que Robert desapareceu na Rússia e a requerente procurou à Cruz Vermelha para reestabelecer o contato com o médico.

A ausência de informações e acesso à outras fontes permitem com que o historiador crie múltiplos cenários possíveis, isto é, hipóteses plausíveis, para buscar aproximar-se de uma realidade inexaurivelmente longe. Contudo, as fontes impõem seus próprios limites, como a ausência de informações concretas, como o último dos casos, o caso nº 13²²⁵ em que Thiago Matheus Würth escreveu que várias pessoas “nos pediram para saber o atual domicílio e as condições de vida da Sra. Ella Dennerle, deslocada de Pirmasens, Reno Palatinado, *Fahrstrasse* 30, cidade destruída e evacuada”. Quem é Ella Dennerle? Quem solicitou sua procura junto à Cruz Vermelha? Quantos solicitaram? Qual era o laço entre estas pessoas? Eram e/i/migrantes?

Ao final da exposição destes treze casos, uma pergunta paira sobre todos eles: os casos foram solucionados? Esta é uma resposta cujas fontes catalogadas e exploradas não fornecem. O caso mais próximo de uma solução foi o de Rudolf Tillmann, cujo atestado de óbito informa que seus pais já haviam falecido. Sabendo disso, Rudolf conseguiu reestabelecer o contato com eles? Como tal informação chegou até ele? A Cruz Vermelha e seu delegado, Thiago Matheus Würth, tiveram algum papel neste reestabelecimento dos laços? Estes documentos incompletos fornecem ao historiador rastros, elementos indiretos e sugestões para buscar a aproximação da realidade “inexaurivelmente longe”.

Ao final de sua viagem em 1947, Thiago Matheus Würth, escreveu um parecer a favor das obras sociais da CVB. No relatório, o professor defende que os países e as organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha, mantivessem-se “em prontidão permanente, para a mobilização oportuna de suas reservas, mantendo quadros permanentes, ativos, como o exército, com a formação constante de novas reservas”²²⁶. O Brasil, em sua visão, deveria acolher e assimilar os elementos novos do pós-Segunda

²²⁵ WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. p. 1.

²²⁶ PARECER DO PROF. THIAGO M. WÜRTH – EMISSÃO DE SELOS DE BENEFICÊNCIA A FAVOR DAS OBRAS SOCIAIS DA CVB. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Guerra Mundial, mas antes deveria resolver “todos os problemas nacionais da miséria, da doença [e] do desamparo”. A Cruz Vermelha Brasileira, junto de suas filiais estaduais, deveria assumir a liderança do serviço para a resolução destes problemas, e de “recolhimento e da readaptação, dos deslocados do grande cataclismo europeu, caso o Brasil resolver abrir as suas portas aos mesmo, como o fez a pequena Suíça, ao recolher, junto aos seus quatro milhões de habitantes, mais de um milhão de deslocados, ou de asilados”.

Além dos casos de buscas de pessoas desaparecidas na Europa, que foram encaminhados com urgência por Thiago Matheus Würth, para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Filial do Rio Grande do Sul recebeu, a partir de 1950, diversas demandas para solução de casos de busca do paradeiro de sujeitos que, com os deslocamentos pós-guerra, acabaram rompendo os laços afetivos.

3.6– “Caro cunhado e querida irmã”: reconexão de laços entre sujeitos

Foram possíveis identificar 3 cartas, junto ao acervo da CVB/RS, cujos autores não solicitavam mantimentos ou agradeciam pelos pacotes enviados, estes sujeitos procuraram a organização em busca do endereço de seus familiares. A primeira carta, não datada, foi escrita por Theodor Jelick, residente em Sankt Georgen im Attergau, na Áustria, e estava à procura de “minha irmã Lidia Bäck, nascida Jelinck, em Bender, Bessarábia, [que] está no Brasil desde 1922, mora em Rio Grande, não sei mais detalhes”²²⁷.

Erich Becker, morador de Lübeck, escreveu uma carta pedindo “ajuda para sair de um grande constrangimento”²²⁸, referindo-se à procura do endereço de Therese Milarch, “nascida Treichel”, que emigrou junto com o marido “daqui para o Rio Grande do Sul há cerca de 60 anos. O último local de residência na Alemanha foi em Trinke, Krs. Kolberg, província da Pomerânia”²²⁹. Erich não informa o parentesco que possuía com Therese, mas a procura da mulher era para tratar de questões de herança. Prevendo que ela já não estivesse mais viva, solicitou o endereço de seus descendentes. Através da base

²²⁷ JELICK, Theodor. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Sankt Georgen im Attergau, Áustria, sem data. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²²⁸ BECKER, Erich. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Lübeck, Alemanha, 19/05/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²²⁹ BECKER, Erich. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Lübeck, Alemanha, 19/05/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

de dados online do site *FamilySearch*, é possível verificar um registro de batismo católico, na Paróquia de Santo Antônio, no município de Estrela, região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, de Carlos Nicolau Hilger, nascido em 02 de abril de 04 de 1900, sendo filho legítimo de “Pedro Hilger e Thereza Milarch, n. pat. [neto paterno] de João Hilges e Ana Gesini Telöge, n. mat. [neto materno] de Guilherme Milarch e Bertha Treigel”²³⁰. No registro de casamento de Pedro Hilger e Thereza Milarch, de 21 de janeiro de 1895, consta que Thereza Florentina Maria Treigel, “chamada Milarch”, “é filha natural de Bertha Treigel natural da Alemanha”²³¹. Não é possível afirmar, mas sim supor que a Therese Milarch procurada por Erich Becker era a Thereza Milarch que aparece nos registros de batismo e casamento. Isso vale para o sobrenome Treichel e Treigel. Os sobrenomes acabam sofrendo “alterações de caráter fonético e adaptação gráfica na transcrição deles até o século XIX, mas o sobrenome é sempre o mesmo” (Marcato, 2009, *apud* Frosi, 2014, p. 394), portanto as diferenças entre os sobrenomes são justificadas, o que reforça a hipótese.

Em sua carta, Erich informou que Therese/Thereza era casada quando emigrou para o Brasil, mas como demonstrado, ela casou-se em 1895, o que leva a supor que seu marido, o qual emigrou junto dela, talvez tenha falecido e a viúva casou-se novamente. A carta, escrita em 1948, direcionada para a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, abre possibilidades para mapear e identificar a trajetória de uma e/imigrante alemã que se instalou em Estrela, no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, e possivelmente se casou novamente. O contexto macro do pós-guerra e uma herança familiar, colocaram em cena a Cruz Vermelha como entidade de referência para mediar a reconexão familiar entre o local de emigração e imigração, que haviam se perdido há mais de meio século.

Outra carta, escrita em 17 de março de 1948, por Paul Sass, de Hamburgo, Zona de Ocupação Britânica, que se dirige a autoridade máxima da cidade, o “Prefeito da cidade”, pedindo “uma informação sobre um assunto que muito me interessa resp. indicar-me como eu do meu lado possa obter tal informação, caso a V. Excia. seja possível

²³⁰ Registros de Batismos (1895-1901), Estrela, Santo Antônio, Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica (1738-1952), FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WH9B-H4?cc=2177295&wc=M78X-P24%3A371566201%2C371566202%2C371612401>.

²³¹ Matrimônios (1890-1905), Estrela, Santo Antônio, Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica (1738-1952), FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WHSQ-PQ?cc=2177295&wc=M78F-QNL%3A371566201%2C371566202%2C371634201>.

de dá-la”²³². O pedido em questão, trata-se de saber o endereço dos “pais de minha mulher, a saber Sr. Willy Böseke, sua esposa Sra. Anna Böseke nasc. Steffen e o filho Fritz Böseke [que] emigraram em 1920 para o Brasil e moraram em 1934 na Rua Benito Taquara Gonçalves 1303”. Paul alega que foi em 1934 “que meus sogros escreveram a última vez e desde então ficamos sem notícias algumas”. Ao final agradece ao prefeito “e na esperança de obter as informações subscrevo-me com as mais altas considerações e estima”. Nesta carta, é possível perceber as relações que o remetente estabelece “com aquele governante, marcadas por traços de uma cultura política específica na qual a figura de um prefeito – mesmo que desconhecido e governante de uma cidade nunca visitada, localizada inclusive fora do país — é concebida enquanto uma autoridade que poderia amparar e prover necessitados” (Frotscher, 2019, p. 126). A figura do prefeito, desconhecida, a qual é pressuposta ser masculina por Paul Sass, é um “indício de uma cultura política que naturalizava a ocupação de tal cargo público por homens” (2019, p. 115), é também vista como o gestor público do município que poderia fornecer o endereço de sua irmã, assim é associado a “tarefa de zelar pela assistência social” (2019, p. 116), isto é, aquele quem poderia fornecer amparo e ajuda em casos de necessidade.

As cartas de Erich Becker, Theodor Jelick e Paul Saas tinham como objetivo conseguir o endereço de seus familiares, em outras palavras, queriam reaver os laços que possuíam e que foram rompidos durante a Segunda Guerra Mundial. A carta de Erich é a única que apresenta uma justificativa para reaver os laços: “assuntos urgentes de família e herança”, os demais, não apresentam as intenções de reconectar o contato com os familiares.

A partir de 1950, uma nova demanda chega até à CVB/RS, não mais de envio de mantimentos à Europa, mas de procurar informações sobre o paradeiro ou o endereço de sujeitos que possuem familiares ou amigos na Europa. Estes casos, como veremos a seguir, são frutos dos processos de deslocamentos forçados e e/i/migrações que ocorreram durante o período da guerra e do pós-guerra. Em alguns dos casos que abordaremos, foi possível encontrar documentos nos arquivos digitais disponíveis, como o Arolsen Archives²³³, o site do Arquivo Nacional Brasileiro²³⁴ e o FamilySearch²³⁵. Através do uso

²³² SAAS, Paul. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Hamburg, Alemanha, 17/03/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²³³ <https://arolsen-archives.org>. Acesso em 04/12/2023.

²³⁴ <https://www.familysearch.org>. Acesso em 04/12/2023.

²³⁵ https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em 04/12/2023.

do nome enquanto fio condutor da pesquisa, procuramos reconstruir em partes as trajetórias dos indivíduos envolvidos, através destes dados é possível “reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas” (Ginzburg, 1989, p. 174).

O primeiro caso encaminhado pelo então Secretário Geral da Filial do Rio Grande do Sul, José Barros²³⁶, foi em 04 de outubro de 1950, direcionada à Cruz Vermelha Argentina, em Buenos Aires, onde solicitavam a “valiosíssima interferência no sentido de que se possa localizar, em Buenos Aires, Argentina, o paradeiro do imigrante alemão, Snr. Willi Kind, que, há cerca de dois anos, emigrou para esse País, vindo de Lübeck, Alemanha – Zona Britânica”²³⁷. Quem procurava por Willi Kind, era um amigo seu de Lübeck, o qual “se hospedou no mesmo quarto em que estava hospedado o referido Senhor, e que veio, como imigrante, para o Rio Grande do Sul, Brasil, desejando ora saber notícias de seu amigo, na Argentina”. As relações de amizade que foram construídas em nível local – um quarto em Lübeck – permaneceram durante os processos de deslocamento de ambos.

Grande parte dos casos referiam-se à Pessoas Deslocadas da Segunda Guerra Mundial, por exemplo a solicitação encaminhada no dia 01 de setembro de 1955, pela CVB/RS ao Órgão Central no Rio de Janeiro de obter junto ao Comité Internacional da Cruz Vermelha, notícias sobre o paradeiro de Genovena Piestrowiski, o pedido foi feito por sua irmã, Alexandra Pietrowiski. Conforme descrito por José Barros, Alexandra forneceu os seguintes dados para que auxiliasse nas buscas da Agência Central de Prisioneiros de Guerra

era filha de Jan Pietrowiski e de Helena Pietrowiski, nascida em 16 de junho de 1922, em Malogoszoz – Polônia, onde residia no endereço SKORKOW, KIELCE – Polônia. Por ocasião da última conflagração mundial, Genovena foi levada para a Alemanha, em 1939, para os campos de trabalhos forçados, aldeia de LOCHE, em HIEDE-HOLSTEIN. Desde então, nunca mais se comunicou com seus parentes que foram forçados a emigrar para diversos pontos, tendo alguns deles, e entre estes sua irmã ALEXANDRA PIETROWISKI, aportado ao Brasil. Segundo notícias recebidas por outros deslocados de guerra, Genovena casou-se na Alemanha, em 1946, com um polonês também expatriado, colega de infortúnios.²³⁸

²³⁶ Não se possui muitas informações a respeito deste sujeito. Apenas que em dado momento passou a ser Chefe do Serviço de Correspondência Estrangeira da CVB/RS, e, posteriormente, assumiu como Secretário Geral da CVB/RS.

²³⁷ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Argentina. Porto Alegre/RS, 04/10/1950. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²³⁸ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 01/09/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Em resposta, a Agência Central de Prisioneiros de Guerra do CICV informou que a investigação de Genovena Pietrowiski não teve êxito²³⁹. A busca e localização de desaparecidos era uma das tarefas principais realizadas por organizações humanitárias e internacionais, como a OIR, que estabeleceu em Alrosen, na Alemanha, em janeiro de 1949,

um Serviço Internacional de Buscas (*International Tracing Service*) que, aproveitando os arquivos do Escritório Central de Buscas, estabelecido em 1945 pelas quatro Forças de Ocupação, sob a égide da UNRRA, foi capaz de localizar parentes, reunir famílias e estabelecer o destino de desaparecidos, sendo que para isso tinha um índice de mais de 6.000.000 de nomes. Este Serviço Internacional de Buscas auxiliou deveras a OIR no que respeita aos processos de indenização e de restituição que refugiados e deslocados moveram contra os governos da Alemanha e da Áustria (Andrade, 2005, p. 9, grifo no original).

Não cremos que os casos endereçados à CVB/RS, tiveram como interesse buscar indenizações junto aos governos da Alemanha e da Áustria, mas sim que procuravam reaver os laços rompidos com a guerra e o pós-guerra, por conta dos deslocamentos forçados.

Em 9 de outubro de 1950, José Barros encaminhou à Cruz Vermelha Canadense, o caso de Wasyl Palsanky, um “imigrante ucraniano que chegou aqui no Brasil há alguns anos, solicitou à Cruz Vermelha do Brasil, seção do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que procurasse no Canadá, sua irmã, Kasyka Paslansky, e seu marido, Oleska Sodnik, que emigrou para o Canadá há alguns anos”²⁴⁰. Caso a Cruz Vermelha Canadense tivesse alguma informação sobre o paradeiro do casal, deveria entrar em contato com à CVB/RS. Já este caso, demonstra as famílias que foram divididas através da emigração para diversos países – neste caso Brasil e Canadá – e que buscam reconectar as “pontas dos fios”. Os deslocamentos afetavam famílias inteiras, Hilario Antuch, imigrante polonês residente em Canoas, solicitou à CVB/RS que “em sua emérita missão de Caridade, encaminhe ao Comité Internacional da Cruz Vermelha seu pedido de pesquisa no sentido de localizar na Europa familiares seus que lá ficaram perdidos, após firmada a paz”²⁴¹. O pedido, enviado ao Órgão Central no dia 03 de agosto de 1955, referia-se ao paradeiro da família Taraskewicz.

²³⁹ AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 13/04/1956. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴⁰ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Canadense. Porto Alegre/RS, 09/10/1950. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴¹ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 03/08/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

Trata-se de WLADIMIR TARASKEWICZ (nascido em 1913), ALEXANDRE TARASKEWICZ (nascido em 1916) e ANATOLE TARASKEWICZ (nascido em 1922), todos eles filhos de VICENTE e ANASTÁCIA TARASKEWICZ. Anteriormente a última conflagração mundial, viviam no seguinte endereço: Estado de WILNO -; Município: PASTAVI -; Distrito: GRUSDOVA -; Aldeia: RALOUCZI, na Polônia; Abandonara a aldeia de RALOUCZI, em 1943, quando foram levados para a Alemanha, sabendo-se que, até o ano de 1946, estavam morando em MUNCHEN. Dessa data para cá, nada mais se soube a respeito deles. Provavelmente já tenham descendentes.²⁴²

No dia 13 de junho de 1956, quase um ano após o pedido, a Agência Central de Prisioneiros de Guerra encaminhou um ofício resposta informando que a procura dos familiares foi infrutífera²⁴³. Quando não se possuem mais informações sobre o paradeiro ou o endereço do procurado, é a organização internacional que estes sujeitos recorrem, reconhecendo e confinado no caráter transnacional dela para buscar solucionar o caso. Havia aqueles que não buscavam por seus familiares, mas pessoas próximas a eles que poderiam obter informações sobre o paradeiro dos familiares, como o caso de Raiza Draganon, que solicitou para “averiguarmos o paradeiro de Vitalig Sagaydacywsky, sacerdote da Igreja Ortodoxa imigrado da Áustria, egresso de Insburck, em 1949, com destino ao Domínio do Canadá”²⁴⁴. As informações repassadas por José Barros ao Órgão Central, em 8 julho de 1955, sobre o sacerdote é que era “pastor de almas de expatriados russos estabelecidos na cidade de Insbruck – Áustria – quando sobreveio a invasão alemã àquele país. Parte de seus assistidos tiveram que imigrar, e entre eles estavam seus filhos, que demandaram terras no Domínio do Canadá”. Possivelmente Raiza não conseguia entrar em contato com os filhos, mas sabia que haviam emigrado para o Canadá e de que o pastor Vitalig, cujos filhos conviviam, também emigrou para o mesmo país a pedido dos filhos

a fim de se reunirem todos em Winipeg Man Canadá, isto em 1949. Sabe-se também que Vitalig Sagaydacywsky, sendo padre ortodoxo, era elemento ligado ao Comité Russo de Imigração, o que, talvez, facilite os trabalhos de pesquisas.

Por outra forma, como sacerdote, seguramente, deverá estar em contato com o bispo daquela circunscrição eclesiástica ortodoxa, sendo assim possível a sua

²⁴² BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 03/08/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴³ AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 13/06/1956. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴⁴ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 08/07/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

localização através da Igreja Ortodoxa de Winnipeg Man Canadá. Falamos do bispo “Ilarion”.²⁴⁵

A solicitante, Raiza Draganon, também foi prisioneira de guerra dos alemães, e esteve junto do referido pastor e demais paroquianos. Os motivos que levavam ela a localizar ao sacerdote não foram descritos no pedido, pois eram assuntos “que a ela dizem respeito”²⁴⁶. Este caso demonstra que a totalidade dos processos de buscas de desaparecidos eram entre familiares, mas sim quaisquer tipos de laços/conexões entre as pessoas. A Cruz Vermelha não possuía critérios de quem procurava ou de quem era procurado, mas sim esforçava-se para solucionar o caso que fora apresentado. Ainda que não fossem a totalidade, a maioria dos casos referiam-se à vínculos familiares, pois eram mais sensíveis aos sujeitos.

Em alguns casos, a própria organização cometeu equívocos, em 10 de novembro de 1953, o então Chefe do Serviço de Correspondência Estrangeira da CVB/RS, José Barros, encaminhou uma solicitação para a Cruz Vermelha do Panamá²⁴⁷ investigar o paradeiro de Nikolai Zalec, ou de seus descendentes. Nikolai era um “emigrante iugoslavo que, fugindo de sua Pátria, abrigou-se na Alemanha, tendo, em 1907, com uma leva e deslocados de guerra, emigrado para a América”²⁴⁸, e emigrou para “Illinois, Panamá, Conde, em 1920, dirigiu pela última vez, carta a seus familiares, na Europa. Depois dessa data não mais se soube notícias suas”. Quem o procurava era sua filha, Katarina Zalta, que havia emigrado em 1949 para o Rio Grande do Sul e entrou em contato com a Filial para localizar seu pai. José Barros solicitava a cooperação da Cruz Vermelha do Panamá por “por se tratar de uma criatura humilde, deslocada de guerra, sem recursos e que necessita de localizar esse membro de sua família”. Quase dois anos se passaram e, em 08 de março de 1955, José Barros encaminhou uma solicitação ao Secretário Geral do OCCVB, solicitando entrar em contato com a Cruz Vermelha Norte-Americana para procurar o paradeiro de Nikolai Zalec. Não se tratava de uma nova emigração do Panamá para os Estados Unidos, mas sim de um erro cometido pela Filial, pois Nikolai possivelmente residia na vila de Panamá, no estado de Illinois, nos Estados

²⁴⁵ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 08/07/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴⁶ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 08/07/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁴⁷ Atualmente, a cobertura do país é feita pela Cruz Vermelha Mexicana. Fonte: <https://www.icrc.org/pt/onde-o-cicv-atua/americas/panama>. Acesso em 24/01/2024.

²⁴⁸ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha do Panamá. Porto Alegre/RS, 08/07/1953. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

Unidos. Os familiares de Nikolai possivelmente entraram em contato novamente com à Cruz Vermelha para buscar seu paradeiro, e passaram as seguintes informações:

- 1) NIKOLAI ZALEC imigrou para Illinois, mais ou menos, lá pelo ano de 1906;
- 2) A última carta recebida pelos interessados data de 1937;
- 3) NIKOLAI é casado com ANA ZALEC e tem por pais Nilokai Zalec e Katarina Pritek;
- 4) Nasceu em Obrh – Iugoslavia, em 17 de setembro de 1876.
- 5) É progenitor de KATARINA ZALEC, casada com RUDOLF ZALTA, residentes em Porto Alegre e que desejam notícias de NIKOLAI.²⁴⁹

Em 25 de março de 1955, o Secretário Geral do Órgão Central, General Dr. Benjamin Gonsalves, informou que encaminhou uma cópia em inglês para à Cruz Vermelha Americana.²⁵⁰ Um mês após, em 26 de abril 1955, Caile Galub, Diretor Assistente do Escritório de Relações Internacionais da Cruz Vermelha Americana enviou uma carta informando que “com as informações disponíveis, não nos foi possível localizar Nikolai Zalec”²⁵¹, e solicitou mais informações da cidade onde ele estava residindo. Em 8 de maio de 1955, José Barros enviou mais informações através do Órgão Central, onde informava que Nikolai

emigrou da Iugoslavia em 1907, radicando-se logo em Illinois, Estados Unidos, correspondendo-se até 1920, mais ou menos, com seus familiares da Europa. Por fotografias que NIKOLAI ZALEC enviava a seus filhos, trajava o uniforme azul de auxiliar de cozeiro daquela localidade norte-americana. Era natural de OBEH onde viuvou antes de embarcar para Illinois.²⁵²

Como visto no caso de Nikolai Zalec, a falta de informações daqueles que batiam à porta da Cruz Vermelha – tanto as filiais no Brasil, como às do exterior – dificultava o trabalho destes na resolução dos casos. Ou, bem como ocorreu neste caso, onde as informações acabaram causando confusão em José Barros, que equivocadamente encaminhou um pedido à Cruz Vermelha do Panamá. Dois anos se passaram até que uma nova solicitação fosse feita à Cruz Vermelha Americana, dois anos que Katarina Zalec aguardava por notícias de seu pai. Neste meio tempo, possivelmente Katarina também não recebeu uma correspondência nova de Nikolai. Não é possível saber se os dois

²⁴⁹ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 08/03/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁵⁰ GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 25/03/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁵¹ GALUB, Caile. [Correspondência]. Destinatário: Vivaldo Palma Lima Filho. Estados Unidos da América, 26/04/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

²⁵² BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 08/05/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

voltaram a trocar missivas novamente, tampouco nos interessa chegar a uma conclusão definitiva deste e de outros casos semelhantes, como o de Willi Kind e seu amigo, e de Wasyl Paslansky e Kasyka Paslansky. A indefinição do resultado desta e de outras histórias particulares – que veremos ainda neste capítulo – mostram ao leitor a “sensação complexa de uma realidade social fragmentada e em contínuo movimento” (Levi, 2016, p. 16).

Um caso que teve desfecho favorável, foi o de Deomid Makedonski, que procurou a CVB/RS, para entrar em contato com familiares residentes na Bessarábia, especialmente sua filha Constantina Makedonski, a qual trocava correspondências por meio do Consulado Russo de Porto Alegre. Com o fechamento do corpo consular na capital, após o término da guerra, Deomid perdeu o contato com seus parentes. Em 12 de agosto de 1954, José Barros encaminhou o pedido de Makedonski para o OCCVB, informando o endereço de Constantina para onde o pai enviava as cartas pelos anos de 1946 e 1947.²⁵³ Na capital federal, a Secretária Geral em Exercício, Herminia Faria Fernandes Lima, informou em ofício de 19 de agosto de 1954 que encaminhou o caso ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, em Genebra. Decorridos três meses, em 20 de setembro de 1954²⁵⁴, veio a resposta de Genebra, reencaminhada em 9 de novembro de 1954, pela Secretária Geral em Exercício do OCCVB, Hermínia Faria Fernandes Lima, Secretária Geral da CVB/RS, Wanda Crespo, contendo a correspondência uma ficha, acompanhada de uma fotografia de Constantina Makedonsky, a ser entregue à Deonid Makedonsky, confirmada em 22 de novembro.²⁵⁵

A rede de informações tecida pela Cruz Vermelha Internacional, ramificada pelos recantos mais longínquos, viabilizavam a agilidade e eficiência na busca de informações e pessoas. Todavia, a demanda era elevada, e a contexto do pós-guerra, complexo. Ao dar conta da solicitação de Deonid Makedonsky, por exemplo, a CVB/RS já tinha em mãos a solicitação dos familiares de Arnold Raular, cujo último contato datava de 1948, ou seja, há seis anos.²⁵⁶

²⁵³ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 12/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁵⁴ AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 20/09/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁵⁵ LIMA, Hermínia Faria Fernandes. [Correspondência]. Destinatário: Wanda Crespo. Rio de Janeiro/RJ, 09/11/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. Não se possuem informações a respeito da ficha mencionada.

²⁵⁶ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 22/11/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Por intermédio das trocas de correspondências entre a CVB/RS e o Órgão Central, é possível observar e entender a dinâmica de funcionamento da Cruz Vermelha – em nível local, estadual, nacional e internacional. Em 19 de julho de 1955, o General Dr. Benjamin Gonsalves, solicitou à CVB/RS para buscar informações e entregar uma mensagem de Slavka Doneva Petrow à Dimiter Petrow, imigrante búlgaro que residia em Porto Alegre²⁵⁷. José Barros enviou uma carta à Dimiter Petrow, em 28 de julho de 1955, informando que foi “pessoalmente, entregá-la [a mensagem], porém, cientificaram-me haver V.S. transferido residência para o Estado de São Paulo, razão pela qual damo-nos pressa em remetê-la acompanhado o presente ofício”²⁵⁸. Dois dias depois, em 30 de julho de 1955, José Barros informou ao Secretário Geral do OCCVB que “encaminhamos a referida mensagem a seus destinatário que, em princípios de maio último, transferiu residência desta Capital. Entretanto, como nos foi dado obter seu endereço atual, remetemos correspondência e, assim que se obter qualquer contestação comunicaremos à V. S.”²⁵⁹

Em outra solicitação do Órgão Central, datada de 16 de julho de 1956, para procurar notícias do imigrante búlgaro Peter Ivanov Angelov, em Porto Alegre. Em resposta de 21 de julho de 1956, José Barros comunicou que procurou

pessoalmente o cidadão em apreço, fui informado que ele trabalha com um caminhão, no interior do Estado, vindo a Porto Alegre seguidamente. O endereço fornecido é o da Estofaria DTAFAN, de propriedade de um cidadão compatriota do Sr. PETER IVANOV ANGELOV, encarregado de receber toda a correspondência endereçada a este.

Para melhores detalhes, solicitei que o procurado, tão prontamente regresse a esta Capital, procure entrar em contato com esta Filial da Cruz Vermelha Brasileira, o que, provavelmente ocorrerá nos primeiros dias da semana próxima entrante.

Entretanto, toda a correspondência poderá continuar a ser endereçada para a Rua Santo Antônio nº670, que chegará a seu destino, sem mais delongas.

Feliz e agradecido por esta oportunidade que me proporcionou a Eterna Providência de ser útil, subscrevo-me.²⁶⁰

²⁵⁷ No verso desta carta já se tem o resultado da procura “Transferiu-se para São Paulo, no endereço: Rua Milton Prado, 118, São Roque, Est. São Paulo”. Possivelmente foi escrito por José Barros após as procuras. Fonte: GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro, 19/07/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁵⁸ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Dimiter Petrow. Porto Alegre/RS, 28/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁵⁹ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 28/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁶⁰ GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro, 16/07/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Os dois casos apresentados acima – que coincidentemente tratam-se da busca do endereço de imigrantes búlgaros –, exemplificam o trabalho da Cruz Vermelha Brasileira na identificação do paradeiro de pessoas. Quando alguém solicita informações de um sujeito no exterior à uma Filial da Cruz Vermelha, esta é dirigida ao Órgão Central daquele país, o qual, por sua vez, reencaminha à Filial estadual – possivelmente a Filial central do estado encaminhe para alguma local, porém os casos do acervo da CVB/RS não permitem corroborar tal hipótese. Ao receber a solicitação, a Filial faz pessoalmente a busca do sujeito, podendo ou não ter sucesso, caso não consiga o contato, pede à vizinhança informações sobre o paradeiro do procurado. Ao conseguir – ou não – informações, responde ao Órgão Central que reenvia o resultado à Cruz Vermelha do país em que foi solicitada a procura.

Ivan Cotoman, imigrante residente em Porto Alegre, procurou a filial do Rio Grande do Sul em março de 1955 para obter informações de seus familiares remanescentes na Europa que “encontram-se atualmente em lugar ignorado”²⁶¹, de nome Vasselissa Dirivolvoc, irmã de Ivan, nascida em 1889 – 66 anos à época –, e residia na Bessarábia. Os irmãos comunicavam-se até 1930, quando Ivan deixou de ter notícias da irmã e do cunhado, Ivan Petrovitch Dirivolvov, que trabalhava como agricultor na Bessarábia quando “os demais membros de sua família demandaram o Brasil, em 1925”. Em anexo ao pedido havia uma carta escrita por Ivan Cotoman, datada de 22 de março de 1955, para ser encaminhada ao destinatário

Caro cunhado Ivan Pretovitch e querida irmã Vasselissa
 Já escrevi muitas cartas a vocês, mas só recebi uma resposta, ainda nos primeiros tempos. Passaram-se vinte e nove anos desde que nos separamos e nos sempre quisemos saber como estavam passando e onde moravam, mas nunca conseguimos.
 Agora soubemos que podemos nos comunicar por intermédio da Cruz Vermelha e resolvi lhes escrever algumas linhas e, quando vocês receberam esta carta, me respondam para que eu lhes mando maiores detalhes.
 Nós aqui no Brasil não podemos queixar da vida, embora ela esteja um pouco cara, mas dá para viver. O serviço aqui não falta, desde que se queira trabalhar, a crise não se sente.
 Vivemos na colônia de Sta Rosa durante quatorze anos e, em 1944 viemos novamente para Porto Alegre.
 Eu estou aposentado, não trabalho em nada, porque o reumatismo nas pernas não me deixa.
 Todos os meus filhos moram próximo da minha casa; minha esposa ainda está forte e pode fazer o serviço caseiro.
 A velhice já está nos castigando, pois estamos com 72 anos.

²⁶¹ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 23/03/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Escrevam-me se o meu irmão Pedro vive ainda e se ainda viver, mande-lhe lembranças.

Quando me responderem a carta, peço que escrevam o vosso endereço de maneira mais legível, assim como o do irmão Pedro.

Escrevo agora o endereço antigo, como eu o sabia; mas tenho reparado em cartas que vem daí que escrevem “Odesca Oblast”.

Por enquanto, desejo-vos saúde e mando-lhes lembranças e da Sofia, para toda a sua família e para os que não se esqueceram de mim.

Lembranças também para o irmão Pedro e família.

Sem mais, espero resposta.

Ivan Cotoman

P. S. – O meu endereço é: Ivan Kotoman – Av. Lageado nº685, Petropolis
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil.²⁶²

A carta de Ivan Cotoman para sua irmã e seu cunhado é uma tentativa de superar a distância e a saudades de seus familiares. Vinte e nove anos se passaram enquanto tentava se comunicar com eles, na tentativa de juntar as pontas dos fios, das ligações, principalmente as familiares (Croci, 2008). Mas também as ligações identitárias e comunitárias, pois é uma escrita da memória, de um tempo em que a família estava unida e (com)vivia em um mesmo país. A carta é o testemunho do esforço de buscar constantemente “reconstruir, ou manter inalterado, através da escrita, aquilo que a emigração havia irremediavelmente interrompido ou modificado (Croci, 2008, p. 17), é um remédio para o esquecimento. Através deste documento, podemos observar como o autor – Ivan – vivenciou o período da e/migração, descrevendo a vida no Brasil não como fácil, desde que trabalhasse “a crise não se sente”. Também através da carta é descrita as migrações dentro do Rio Grande do Sul, quando Ivan diz que viveu junto com a família “na colônia de Sta Rosa durante quatorze anos e, em 1944 viemos novamente para Porto Alegre”. Sendo a carta escrita em 1955, o *novamente* em sua fala supõe que inicialmente haviam estabelecido residência em Porto Alegre, antes de mudar-se para a Colônia Santa Rosa em 1930. A remigração interna, tanto dos imigrantes quanto dos seus familiares remanescentes no território de origem, emerge como um dos fatores do rompimento dos laços que uniam as duas parcelas familiares, por meio da troca de cartas. Infere-se que a lentidão do serviço postal ou o extravio de correspondências não acompanhava a dinâmica da vida desses sujeitos, que nem sempre conseguiam comunicar aos seus o novo endereço. Porém, os escritos preservados e a procura por familiares são indícios de que os emigrantes do século XX, muitos deles provenientes do leste europeu, mantinham laços afetivos e contato com seus familiares remanescentes.

²⁶² COTOMAN, Ivan. [Correspondência]. Destinatário: Ivan Pretovitch e Vasselissa. Porto Alegre/RS, 22/03/1955. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

Desta forma, este pequeno documento possibilitou observar a complexidade do social e da própria história, permitindo o historiador espiar “por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva” (Malatian, 2009, p. 200).

O Secretário Geral do OCCVB, informou através de correspondência de 02 de abril de 1955, que encaminhou a solicitação ao CICV. Através da Agência Central de Prisioneiros de Guerra, o CICV comunicou ao Órgão Central CVB que entregou a carta a Ivan Dirivolkox, na Bessarábia, e pediu para que transmitisse a notícia a Ivan Cotoman.²⁶³

Portanto, os casos aqui analisados revelam um leque de motivações contidas nas solicitações de informações sobre o paradeiro de parentes desaparecidos, amigos, sacerdotes e até a busca de detalhes relacionados a questão patrimonial e hereditária, em um contexto de pós-guerra, com milhares de mortos, prisioneiros, deslocados, apátridas, viúvas e órfãos. Nesse emaranhado de nós, indivíduos foram apartados de suas famílias, outros se perderam, outros foram enviados para campos de refugiados. A partir do corpus documental foi possível analisar o papel da CVB/RS, Rio Grande do Sul, como uma mediadora transnacional na reconexão dos laços rompidos pelos conflitos bélicos e suas consequências. É evidente o papel da CVB como uma referência no auxílio da busca do paradeiro de famílias e indivíduos espalhados por diversos países, atuando como um poder transnacional, articulada, investigativa, em prol da defesa humanitária. Por fim, a análise desses casos revela e expõe a complexidade da dimensão social da imigração para o Brasil e para Rio Grande do Sul no pós-guerra ainda pouco estudada, através de casos individuais e das redes de solidariedade do período.

Os pedidos de busca do paradeiro de deslocados de guerra feitos à CVB/RS, concentraram-se principalmente entre os anos de 1954 e 1956. Ao final de 1956, uma nova demanda chegou à porta da Filial, trata-se dos casos de húngaros fugindo da Revolução Húngara, cujos familiares no Rio Grande do Sul mobilizaram-se em torno de um Comitê Húngaro vinculado à Cruz Vermelha Brasileira para prestar socorro às vítimas

²⁶³ GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 02/04/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

através do envio de donativos e medicamentos, bem como a procura do paradeiro dos indivíduos.

3.7 – “(...) agindo em prol das vítimas dos desmandos políticos que infelicitas a Humanidade”: a mobilização étnica húngara no Rio Grande do Sul em prol das vítimas da Revolução Húngara

No Rio Grande do Sul, a Revolução Húngara²⁶⁴, iniciada em 23 de outubro de 1956, após grandes mobilizações iniciada por universitários, foi noticiada nos principais jornais estaduais, bem como na grande imprensa brasileira em geral. No Brasil, a imprensa “deu ao levante húngaro uma grande repercussão”, dava liberdade para que setores anticomunistas se manifestassem (Szabo; Segrillo; Aquino; Aubert, 2006, *apud* Szilágyi 2016, p. 138-139). O *Jornal do Dia*, de 25 de outubro de 1956, estampou a notícia “Levadas de sangue as ruas de Budapeste: tropas soviéticas sufocam a ânsia de liberdade na Hungria” (Levadas [...], 1956, p. 8). Outro periódico, *O Pioneiro*, de Caxias do Sul, também trouxe em primeira página do dia 14 de novembro de 1956 matéria similar

²⁶⁴ A morte de Josef Stalin, em 05/03/1953, sacudiu o bloco soviético e iniciou seu desmoronamento (Hobsbawm, 1995). Na Hungria, já em julho do mesmo ano, “a liderança stalinista húngara fora substituída por um comunista com tendências reformistas, Imre Nagy” (Judt, 2008, p. 320), sendo removido do cargo em 1955. Em 16 de outubro de 1956, universitários de Szeged organizaram-se em uma liga independente das organizações estudantis comunistas, a Liga dos Estudantes Húngaros que, em 22 de outubro, publicou o manifesto de “Dezesseis Itens”, onde reivindicavam “reformas industriais e agrárias, mais democracia e o direito à livre expressão, bem como o fim das inúmeras restrições e regras mesquinhas que pautavam a vida sob o regime comunista. Contudo, as exigências também incluíam algo mais ameaçador: o desejo de ver Imre Nagy na posição de primeiro-ministro, Rákosi e seus companheiros julgados pelos crimes cometidos e as tropas soviéticas retiradas da Hungria” (Judt, 2008, p. 322). Organizações estudantis, conselhos de trabalhadores surgiam por todo o país, mobilizados ao redor do sentimento anti-russo (Judt, 2008). Em 23 de outubro, data que marca o início da revolução, os estudantes protestaram em frente a praça do Parlamento reforçando as reivindicações. Na manhã seguinte, Imre Nagy foi nomeado novamente primeiro-ministro da Hungria, em seus discursos propunha trégua para os “confrontos armados, admitir a legitimidade e o caráter revolucionário das manifestações, prometer o desmantelamento da polícia secreta e anunciar a iminente saída das tropas soviéticas de Budapeste” (2008, p. 323). Em 04 de novembro, os tanques soviéticos invadiram Budapeste, depuseram Nagy do cargo e, em seu lugar, foi empossado János Kádár, marcando o início de um período de intensa repressão com o estabelecimento da pena de morte para o crime de “provocação de greve”. “Além dos 2.700 húngaros que pereceram na luta, outros 341 foram julgados e executados nos anos seguintes (a última sentença de morte foi levada a cabo em 1961). Ao todo, cerca de 22 mil húngaros receberam sentenças prisionais (muitos por cinco anos ou mais) por terem participado da “contrarrevolução”. Outros 13 mil foram enviados para campos de internação e um número bem mais elevado perdeu o emprego ou foi mantido sob intensa fiscalização, até que a anistia geral fosse declarada, em março de 1963. “Estima-se que 200 mil pessoas — mais de 2% da população — tenham fugido da Hungria em consequência da ocupação soviética, a maioria jovens e muitas delas pertencentes à elite profissional e instruída de Budapeste e da 335/642 região urbanizada, a oeste do país. Fixaram-se nos EUA (que recebeu cerca de 80 mil refugiados húngaros), na Áustria, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Suíça, França e em muitas outras regiões” (Judt, 2008, p. 325).

intitulada: “Em plena idade atômica: sufocada a liberdade na Hungria” (Em plena [...], 1956, p. 1).

O conflito distante mobilizou os imigrantes húngaros radicados no Estado como noticiou o Jornal do Dia, de 30 de outubro de 1956, “Protesto da colônia húngara do R.G.do Sul”²⁶⁵, onde os “húngaros radicados” haviam se reunido no domingo, 28 de outubro de 1956, no turno da manhã e haviam tomado as seguintes resoluções:

1º A revolta da nação húngara é uma guerra civil contra o comunismo, não somente em favor da libertação da Hungria, mas também em defesa do mundo e da cultura ocidental.

2º Pede-se do Governo Brasileiro uma política de apoio aos heroicos combatentes contra o comunismo.

2º Deve-se organizar, imediatamente, uma campanha para auxiliar com medicamentos, mantimentos, etc. os feridos das sangrentas batalhas (Protesto [...], 1956, p. 8).

A organização étnica húngara da Comunidade Católica Santo Estevão (CCSE), procurou a CVB/RS, para promover uma ação de ajuda e organizar uma “remessa de doações para a Cruz Vermelha de Viena” (Protesto [...], 1956, p. 8), sendo essa

uma das finalidades da Cruz Vermelha realizar pronto socorro em caso de catástrofes e calamidades, estendendo sua ação fora do território nacional, prestar assistência, socorro e proteção aos feridos, prisioneiros, refugiados militares e civis, no país e fora dele, a qualquer nação e exercer sua influência além das fronteiras, sem distinção de nacionalidade, atende um apelo da colônia húngara radicada no Rio Grande do Sul, e está a Cruz Vermelha local a postos para enviar medicamentos e socorros necessários às vítimas da Hungria (Auxílio [...], 1956, p. 2).

A CCSE redigiu um apelo a população do Rio Grande do Sul, onde dizia que o “povo da Hungria está sangrando na luta pela liberdade: quando os seus heróis levam nas suas bandeiras os dizeres imortais ‘Liberdade ou Morte’, o nobre povo Gaúcho está se empenhando pelos mesmos ideais que os gloriosos Farrapos”. Assim, a comunidade húngara buscava mobilizar o apoio popular comparando a Revolução Húngara à Revolução Farroupilha. O presidente da CCSE, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa²⁶⁶

²⁶⁵ A “colônia húngara” que se referia a matéria, não se tratava propriamente de um empreendimento agrícola, denominado “Colônia”, mas sim uma organização da comunidade étnica húngara na associação “beneficente e [de] finalidade social-agremiativa” chamada Comunidade Católica Santo Estevão, em Porto Alegre. A fundação ocorreu em 11/10/1955 e foi noticiada pelo Diário de Notícias, de 11/10/1955, através da reunião dos húngaros residentes no Rio Grande do Sul: “Hoje, uma colônia de cerca de 380 pessoas, em todo o Estado, pacífica e ordeira, integra-se rapidamente em nosso meio e conosco prospera pelo trabalho e pela tenacidade. Essa associação passou a denominar-se “Comunidade Católica Santo Estevão do Rio Grande do Sul”. A sede da nobre agremiação será no salão paroquial da Igreja, à avenida São Rafael” (Fundada [...], 1955, p. 2).

²⁶⁶ Adroaldo Mesquita da Costa (1894 – 1985) foi Promotor Público em Porto Alegre (1919); Procurador da República no RS (1927/1928); Conselheiro Consultivo do Estado no RS (1931); Deputado Federal à

também enviou um telegrama ao Itamarati, ao Chancelar Marcelo Soares, pedindo para o Ministério das Relações Exteriores orientar a política brasileira para dar “integral apoio [e] solidariedade” aos húngaros refugiados.

Em 06 de novembro de 1956, o Chefe da Seção de Correspondências Estrangeiras da CVB/RS, José Barros, dirigiu um ofício ao Secretário Geral do Órgão Central, General Dr. Benjamin Gonsalves, solicitando “a ajuda de Vossa Excelência no sentido de que se obtenha que a Cruz Vermelha Austríaca proceda a uma sindicância junto aos refugiados húngaros naquele País, a fim de verificar se entre esses expatriados se encontram os seguintes cidadãos, cujos parentes, em nessa Capital, aguardam ansiosamente notícias sobre seus paradeiros”²⁶⁷. O ofício, classificado com “máxima urgência”, continha os quatro primeiros nomes a serem procurados:

- 1) KLEIS JOSEF, sua esposa DANCSÓK JÚLJA e seus 2 filhos menores
- 2) NEMETHY LAZLÓ e ifj. NÉMETHY ZOLTÁN
- 3) Os cinco filhos do casal DR. PONGRATZ SIMON E LENGYEL ANNA, a saber: ODON, ERNO, ANDRÁS (também conhecido como cognome de BANDI), GERGELY, BALINT.
- 4) PAUL e EVA MADARASSY, assunto de nesse telegrama redigido a Vossa Excelência em data de ontem, dia 05.²⁶⁸

Conforme indicado no ofício, o quarto casal, Paul e Eva Madarassy já foram assunto de telegrama enviado no dia anterior, 05 de novembro de 1956²⁶⁹. Ao mesmo tempo, a CVB/RS organizou uma campanha de arrecadação de donativos, atendendo a “uma solicitação Cruz Vermelha Internacional” e do Órgão Central, recolhendo medicamentos, roupas e vitaminas para “as vítimas da revolução na Hungria, que se acham exiladas”, a filial foi a primeira a enviar um carregamento de “antibióticos, aqui chegando pela Panair do Brasil. Ontem, os medicamentos seguiram para a Europa a bordo de outro avião da Panair, fixando a gravura em um flagrante colhido por ocasião do

Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934); Deputado Estadual à Assembleia Constituinte do RS (1935/1937); Conselheiro Administrativo do Estado no RS (1944); Deputado Federal à Assembleia Nacional Constituinte (1946), durante a qual também exerceu o posto de Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1947/1950); Deputado Federal (1951/1956); Vereador em Taquari (1958/1959); Secretário de Educação do RS (1958-59); Consultor Geral da República (1964/1969); Consultor Jurídico da UFRGS (1970/1971). Além disso, foi um dos fundadores da VARIG, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-grandense de Letras. Disponível em: <http://adroaldomesquitadacosta.com.br/>. Acesso em 16/12/2023.

²⁶⁷ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 06/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁶⁸ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 06/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁶⁹ BARROS, José. [Telegrama]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 05/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

embarque, no Aeroporto Internacional do Galeão” (Auxílio [...], 1956, p. 1). Dois dias depois, em 12 de novembro de 1956, José Barros encaminhou por meio de ofício outros seis casos para que o Órgão Central encaminhasse ao CICV, buscando notícias do paradeiro “dos seguintes fugitivos húngaros, em Viena”²⁷⁰. Nestes casos constam, além do nome da pessoa/família procurada, também possuem a informação do solicitante e onde ele residia.

1) Némethy Pál e senhora, mais dois filhos: ifj Némethy Pál e Némethy Miklós GYOR

Solicitação de: Némethy Tibor – Rua Mariz e Barros, nesta Capital

2) Dr. Oláh Ferenc Médico

Szeged

Solicitação de: Pongráz Simon – Rua Benjamin Constant, 1.113, Apt, Neta Capital.

3) Bayer Elek, Bayer Ágoston, Bayer Albert

Vác – Hungria

Solicitação de: Alexandre Mentler – Rua Gastar Martins, 372, apt nº2

4) idb. Hauser András Kemece

Szabolcs – Negye

Idb. Szakács Juzsef Kemece

Solicitação de: André Hauser – Rua Pe. Hildebrand, 632

5) D’Rigler Kaimán

Budapest

Eakáts Tér 5 IV 3.

Solicitação de: Irene Batory

Cx. Postal 1191 – Porto Alegre

6) Somogyi Andorné

Budapest V Wahrmann u.45

Somogyi Gyóryne

Budapest Dezsévi u.30

Solicitação de: Marta Herstein Stern – Rua Garibaldi 1085, P. Alegre²⁷¹

O ofício também inclui a informação de que, com exceção do caso 06, os demais poderiam ser procurados na Hungria, “ao passo que estes dois últimos, a pedido da solicitante, somente entre os refugiados, na Áustria”. Percebe-se que, nos dois ofícios, o sobrenome Némethy é recorrente, cujo solicitante é Tibor Némethy, é plausível pensar que os procurados fossem irmãos ou outros parentes próximos de Tibor. Através das fichas consulares digitalizadas pelo Arquivo Nacional, é possível encontrar o registro de entrada no Brasil de Tibor Némethy, em 26 de abril de 1949, junto da esposa Elisabeta e da filha Gabriela, os quais embarcaram em Nápoles, na Itália. Como profissão, consta

²⁷⁰ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 12/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁷¹ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 12/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

técnico de beneficiamento de Couro e sua esposa como doméstica.²⁷² Portanto, é possível pensar que Tibor emigrou para o Brasil atendendo aos critérios de seleção pré-estabelecidos, vindo como uma força de trabalho, e que devido aos conflitos ocasionados na Hungria, estivesse buscando contato com seus familiares através da Cruz Vermelha.

“Na paz e na guerra, a Caridade”, iniciou José Barros em ofício do dia 13 de novembro de 1956²⁷³, onde informa os incessantes apelos recebidos pela Filial “no sentido de que socorramos às Vítimas de Guerra na Hungria, quão desesperadora a inquietação daqueles que contam com parentes radicados naquele País rudemente fustigado pelos horrores de Marte”. Os casos solicitados deveriam ser procurados junto aos refugiados na Áustria, através da Cruz Vermelha Austríaca.

- 1) Mészáros József, cujo endereço era – Komárom. Szent László ut 7.
- 2) Cseh Károly – idem (Komárom, Szent László ut. 7)
- 3) Benedicty Erné e Benedicty Róbert
- 5) Ezv. Uschula Ferencné Batthany u.28. f.2. Budapest.
- 6) Burányi Gyula Bajnek u.8. Budapest.
- 7) Csaplar Lágzlené – Lenin Krt 14. Budapest²⁷⁴

Em resposta a primeira solicitação, do dia 06 de novembro de 1956, o General Dr. Benjamin Gonsalves, encaminhou uma correspondência no dia 16 de novembro de 1956 à CVB/RS, onde informou que já havia providenciado notícias sobre os refugiados junto ao CICV. Sugeriu, diante da emergência dos casos, que a Filial se correspondesse “diretamente com aquele Comité, a fim de não retardar as pesquisas, a exemplo do que se vinha fazendo quando da última guerra”²⁷⁵. No dia seguinte, 17 de novembro de 1956, novas solicitações sobre o paradeiro e notícias de refugiados húngaros foram encaminhadas ao Órgão Central, que estava agindo “com toda a sua vitalidade e empenho, em prol das vítimas dos desmandos políticos que infelicitas a Humanidade”²⁷⁶.

- 1) – Barna Gyula
Miskolc
Sajo-part Wece-und-telep.
- 2) Id. Gyor János

²⁷² Ficha Consular de Qualificação de Tibor Nemethy. Nº 103066. Fundo BR RJANRIO OL. Arquivo Nacional.

²⁷³ A Filial já havia realizado outra solicitação no mesmo dia, no turno da manhã, porém não há registro de tal ofício no acervo. Fonte: BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 13/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁷⁴ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 13/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁷⁵ GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 16/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

²⁷⁶ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 17/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

Gyor Lászlo
 Miskolc
 Bedegh-volgy 7
 3) Kiss Sándor Tanito
 Kiss Lajos Tanito
 Szentes
 Csongrádmegye
 Solicitação de: Georgette Martha de Liposey – Rua Dr. Timotheo, 910 – Porto Alegre²⁷⁷

“Húngaros serão recebidos em família” noticiou o Jornal do Dia, na edição de 21 de dezembro de 1956, onde informava que o Comitê Húngaro da Cruz Vermelha Brasileira, através da Comissão Organizadora da Recepção aos Refugiados, lançou apoio para recepcionar 3 mil refugiados húngaros (Húngaros [...], 1956, p. 12). Em março de 1957, haviam chegado ao Rio Grande do Sul “os primeiros húngaros, heroicos combatentes do comunismo” (Refugiados [...], 1957, p. 16), que foram recepcionados pela presidente da CVB/RS, Dona Odila Gay da Fonseca, Monsenhor Dr. Luiz Mezgár, da Comunidade Católica Santo Estevão, e de Anita D. Lorentze, delegada do Comitê Húngaro da CVB, onde comeram “o primeiro churrasco na terra da liberdade” e foram encaminhados para “Vila S. Rosa, mun. de Cachoeira, onde a sra. Rosa Letang assegurou-lhe colocação na sua propriedade com muita generosidade”²⁷⁸. A matéria do Jornal do Dia, informa que os primeiros emigrantes eram agricultores, mas que a Cruz Vermelha juntamente com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estavam “esperando em breve muitas famílias com diversas profissões, assim como especialistas em motores de aviões, mecânicos-ferramenteiros, técnicos em tecelagem, etc.”.

A Revolução Húngara gerou no Brasil uma mobilização étnica similar à ocorrida durante o período do pós-Segunda Guerra Mundial. O papel de organizações humanitárias, como a CVB, foi de extrema importância no auxílio às vítimas e o amparo às famílias húngaras instaladas no Brasil cujos familiares foram vítimas do evento. Esta organização, em interação constante com o Ministério das Relações Exteriores e a comunidade húngara, através do Comitê Húngaro, evidencia a importância de tais colaborações entre os setores da sociedade na resposta rápida às crises humanitárias. A

²⁷⁷ BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 17/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

²⁷⁸ Rosa Letang, que recepcionou em sua propriedade os primeiros emigrantes húngaros, era iugoslava e desembarcou no Brasil com seu marido Josef Letang, de profissão serralheiro, e seus dois filhos: Michael Letang e Franciska Letang, em 13/08/1949. Conforme o registro consular de entrada, a família foi dirigida ao Rio Grande do Sul, onde Josef iria trabalhar em Santa Cruz. Fonte: BR RJANRIO OL.0.FCN, RTE.024110063. Arquivo Nacional.

atuação da CVB/RS se deu a partir da procura de húngaros vinculados a Comunidade Católica Santo Estevão, sendo na organização de campanhas de arrecadação de donativos e na busca do paradeiros de deslocados.

Neste capítulo buscamos demonstrar a forma com que a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, iniciou os trabalhos de socorrer as vítimas da guerra na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. Esta atuação partiu de uma ordem Comitê Internacional da Cruz Vermelha, assim, está inserida dentro de um trabalho internacional. Analisando a atuação desta Filial, foi possível identificar e observar diversas redes, seja com os organismos do Estado ou com outras organizações, como o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF. As redes não estão expostas em “carne viva”, mas sim, nas entrelinhas, nas letras miúdas, dando indícios de sua existência. É através do universo privado que elas surgem, como uma rede neural compartilhando informações, conquistas, desejos e anseios. A pergunta feita neste capítulo, “como se deu a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul?”, forneceu respostas particulares, e delas surgiram novas perguntas – gerais e específicas.

Analisar a atuação desta Filial da Cruz Vermelha não cria uma generalização de outras filiais brasileiras, este é um problema da História, conforme Levi (2023, p. 32), a História “põe para si o problema de como chegar ao geral sem negar a especificidade dos casos concretos”. Esta atuação da CVB/RS, não foi apenas através dos Subcomitês, mas também um trabalho da própria sede em Porto Alegre, ou seja, em paralelo. Enquanto os Subcomitês atuaram através dos vínculos étnicos, como o caso do Subcomitê Italiano, cujo trabalho atingiu principalmente as zonas com maior concentração de imigrantes e descendentes de italianos, o caso da sede em Porto Alegre, até onde as fontes indicam, atendeu às demandas avulsas, ou de regiões que não havia atuação de um Subcomitê étnico.

Além do envio de mantimentos, a filial também estava envolvida em assuntos ligados aos processos migratórios. As discussões sobre a vinda de imigrantes “ideais” manifestadas por intelectuais ligados ao governo brasileiro, ao mesmo tempo em que não havia a mesma atenção aos casos de repatriamentos, o que causava preocupação no núcleo SEF-CVB, tentando nomear Guilherme Gaelzer Netto junto à Missão Militar Brasileira para solucionar estes casos. Nos treze casos apresentados como “de urgência” por Thiago M. Würth, delegado da CVB/RS, e dos casos encaminhados à Filial durante o período 1955-1956, foi possível compreender a dinâmica de funcionamento e trabalho em conjunto entre as organizações humanitárias e as internacionais na resolução de tais

processos. Cabe questionar por qual razão os casos apresentados em 1946 pelo Delegado da filial foram classificados como urgentes e tiveram uma mediação direta, enquanto os casos que viriam depois foram tratados sem a mesma atenção? É lícito pensar que a falta de clareza do funcionamento das organizações no período de 1946 combinada ao número excessivo de demandas foi uma razão, enquanto na década seguinte a carga de trabalho havia diminuído, facilitando os processos de rastreamento de sujeitos. Estes casos revelam os vínculos entre os indivíduos no novo lar com a velha pátria, quando o retorno não é possível, a vinda ou retorno dos familiares ou a troca de cartas é uma forma de amenizar a dor do refúgio “numa intranquila nostalgia ou saudade da terra” (Sayad, 2000, p. 12).

O trabalho desempenhado pela Cruz Vermelha Brasileira, desde o Órgão Central até a Filial do Rio Grande do Sul, foi de extrema importância no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, buscando atender e socorrer as vítimas da guerra, especialmente na Alemanha. Bem como procurou trazer alívio aos familiares das vítimas no Brasil, mediando junto aos governos, órgãos internacionais e demais organizações humanitárias a procura do paradeiro de seus entes queridos. Nos casos individuais, procuramos reconstruir o vivido, entender como ele se articula de forma invisível através de redes, relações e estruturas. Nem todos os casos possuem um desfecho conhecido, mas fornecem uma luz e caminho para renovar e reinventar este tema da História.

Considerações Finais

A atuação da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, se mostrou complexa e marcada por diversos sujeitos – ligados direta ou indiretamente à organização –, eventos, contextos, escalas e redes. Através deste estudo, busquei trazer um equilíbrio narrativo entre fontes, bibliografia e ideias. Na dedicatória, agradei aos homens e mulheres vítimas da Segunda Guerra Mundial que escreveram cartas ou procuraram à Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, em busca de ajuda, pois de certa forma, foram estas pessoas que me mostraram e guiaram-me pelo caminho que deveria seguir na pesquisa e na escrita, prestando atenção aos detalhes sutis que apareciam nas entrelinhas. Uma relação entre observador e objeto observado.

Por vezes, os documentos não apresentaram um quadro organizado, mas sugestões de uma realidade da qual somente é possível aproximar-se parcialmente. Desta forma, a documentação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, não expôs o quadro completo da atuação no auxílio as vítimas de guerra, tendo de fazer uso da imaginação e do mundo das hipóteses para tentar se aproximar desta realidade. Além destas cartas, foram utilizadas diversas outras fontes, espalhadas por diversos arquivos, e é através do cruzamento entre estes documentos, somado a base dos estudos já publicados – me refiro a artigos, dissertações e teses que se construíram com base na análise de tais documentos – que começam a “prefigurar uma ordem e uma ‘organização lógica e cronológica” (Levi, 2023, p. 34).

Há, nestas narrativas, um fio condutor, todas compõem um mesmo contexto: o pós-guerra da Europa, especialmente da Alemanha. Portanto, estes trabalhos não são “ilhas isoladas”, mas dialogam entre si e, juntos, contribuem para aprofundar e melhor compreender a atuação do Brasil no cenário da Alemanha e parte da Europa em ruínas. Inserida dentro da temática dos processos migratórios, este trabalho acrescentou camadas de complexidade na historiografia da e/i/migração para o Rio Grande do Sul, observando a organização dos sujeitos migrantes e descendentes entorno de uma comunidade étnica, os laços transnacionais destes com familiares e amigos na Europa, e a solidariedade com

aqueles que não possuíam redes no exterior. Assim, foi exposta uma ampla rede entre estes dois mundos – Rio Grande do Sul/Brasil e Alemanha/Europa –, composta por pequenos fios que constituem a corda da História. O século XX ainda reserva diversas temáticas de pesquisas vinculadas a e/i/migração alemã no Rio Grande do Sul.

A proposta deste estudo foi analisar o trabalho da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, na assistência às vítimas da Segunda Guerra Mundial. Foi através da Micro-história, que procurei realizar a análise de como o movimento global de envio de mantimentos no pós-Segunda Guerra Mundial teve reflexo no Rio Grande do Sul, como este movimento atingiu grandes centros urbanos e pequenos núcleos coloniais. As variações de escalas ao longo da escrita dos capítulos demonstraram a inserção da CVB/RS em diversos cenários e contextos, superando, assim dizendo, as fronteiras nacionais. Ainda assim, é preciso refletir: o que é transnacional? Isto é, quais aspectos realmente estão superando as fronteiras nacionais? A análise desempenhada neste estudo leva a dois caminhos: a mobilidade e as redes entre os sujeitos e organizações.

Ainda que a organização Cruz Vermelha seja independente e neutra em assuntos de interesses políticos e econômicos, ela mostrou-se dependente das decisões tomadas pelas autoridades governamentais brasileiras e internacional. As decisões tomadas, ainda com motivos humanitários, expõem os interesses pessoais dos sujeitos que constituíam e participavam da organização, que muitas vezes a utilizaram para atingir os seus objetivos.

As palavras que transcenderam por todos os capítulos, desde a introdução até as considerações finais, foram: *mediador(a)* e *mediação*, pois este foi realmente o papel desempenhado pela CVB/RS. Esta era a hipótese principal do projeto de mestrado, evidenciar este papel transnacional da organização, atuante em diversas frentes. Não apenas ao nível de Rio Grande do Sul, mas também é possível observar na esfera internacional através da CVB e do CICV. Nas quatro diferentes Zonas de Ocupação da Alemanha havia contextos diferentes, o que fazia com que a organização tivesse que moldar-se às demandas de cada uma. Porém, todas possuíam uma narrativa semelhante, como é demonstrado ao longo das narrativas das cartas. Estes documentos, além de exporem uma realidade geral, também apresentavam uma situação muito particular de cada um, fosse a reorganização familiar, o processo de deslocamento, as dificuldades e o bem que fazia receber um pacote de mantimentos de uma organização.

As organizações humanitárias, muitas vezes com restrições em auxiliar aos alemães ou outros grupos, fizeram com estes sujeitos buscassem auxílio aos familiares, amigos e conhecidos, mas também aos compatriotas no exterior. Também neste cenário

surgiram os aproveitadores, como o jovem Heinrich Czerwinki, que encaminhou cerca de 800 cartas à professores universitários, comerciantes, organizações e igrejas pedindo pacotes de mantimentos. Este caso, somado aos certificados dos prefeitos encaminhados juntamente com algumas cartas, impediram de cair nas armadilhas de ter as narrativas dos documentos como verdade absoluta.

A logística de funcionamento da Cruz Vermelha, com arrecadações locais, encaminhadas para a sede nacional e reencaminhada para outra na Alemanha, supervisionada pelo CICV. Ainda assim, a decisão de ajudar ou não estava associada às políticas governamentais do país de atuação da Cruz Vermelha. De forma geral, os Comitês étnicos foi a medida encontrada pelo CICV para auxiliar as vítimas da guerra de diversos países, mantendo assim a sua imparcialidade e neutralidade, uma vez que eram os próprios membros dos grupos étnicos quem organizavam as doações e ficavam responsáveis pelos Comitês e Subcomitês. Um tema que fica em aberto para futuras pesquisas são os Comitês étnicos em outros países, não me parece que haveria um Comitê Alemão nos Estados Unidos da América ou em outros países dos Aliados ou afetados diretamente pela guerra. Caso não houvesse, poder-se-ia pensar na hipótese de que o Brasil talvez tenha sido o país com mais Comitês étnicos atuando ao mesmo tempo. Meu ponto é que a neutralidade do governo brasileiro foi um fator chave para que os grupos étnicos pudessem mobilizar-se sob a proteção da Cruz Vermelha Brasileira. Mais uma vez, a organização mostrar-se-ia submissa as decisões das autoridades públicas do Estado-nação, colocando a transnacionalidade em xeque.

No Rio Grande do Sul, pela vinda e inserção de e/imigrantes falantes de línguas alemãs, a partir do século XIX, não é de se estranhar a existência de um Subcomitê Alemão durante a Segunda Guerra. Mobilizados, não por serem simpatizantes do Partido Nazista – há algumas exceções, como Hermann Lex –, mas por vincular-se mais ao *status* social que enviar mantimentos geraria, e pelo sentimento de pertencimento étnico, o *Deutschtum*. Os carregamentos, encaminhados para diversos campos de internados em vários países, evidenciam a criação de vínculos, de quem ajuda e quem recebe. O rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, encerrou o trabalho do Subcomitê Alemão, que buscou caminhos através da Cruz Vermelha Brasileira para continuar funcionando. Ainda assim, outros Subcomitês continuaram funcionando, também foram organizadas, pela própria Filial, campanhas de arrecadação de donativos para os combatentes da FEB, estes temas ainda carecem de mais estudos.

Já no pós-guerra, observa-se uma grande demanda de envio de mantimentos, fazendo com que muitas empresas, vinculadas ou não a organizações e igrejas, publicassem ofertas nos jornais brasileiros, algo que não foi possível de observar durante a guerra. Em oposição a estas empresas de transportes, o Comitê de Socorro à Europa Faminta passou a encaminhar pacotes a custos mais baixos, porém anônimos. Ainda que oficialmente procurasse manter as aparências de auxílio anônimo a todas as vítimas europeias, na prática procurava-se auxiliar aos alemães e austríacos. Havia um desejo por parte da diretoria do SEF de encaminhar pacotes particulares, vincular-se à CVB/RS foi uma estratégia adotada para as licenças de envio. Desta forma, o SEF procurou tornar-se o Subcomitê Alemão, porém não queria ficar submetido a CVB, mas sim trabalhando ao seu lado. Ainda assim, a relação não parecia muito do interesse do padre Balduino Rambo, que aproveitava as oportunidades para criticar a CVB em cartas.

Independente de Subcomitês e do SEF, a Filial concentrava um elevado número de demandas oriundas de diversos municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para encaminhar mantimentos à Europa, isto durante o período de 1946 a 1949. Através destas doações é possível compreender e visualizar as redes entre Brasil e Alemanha, os e/ou imigrantes instalados no Rio Grande do Sul que buscaram a organização para ajudar seus familiares e/ou (des)conhecidos. O universo do envio de mantimentos seria ampliado com estudos de campanhas locais organizadas pelas filiais municipais da CVB, igrejas ou por associações, talvez mostrasse outra face do processo, especialmente como os doadores sentiam-se a respeito e quais as suas ressalvas. Um pouco disso foi exposto com a análise do caso de Ibirubá. Não estava nas pretensões deste trabalho abordar o caso de Ibirubá, mas, como dito anteriormente, as fontes guiaram este estudo e revelaram uma série de cartas entre dois pastores – as quais eu tinha conhecimento da existência. Essas fontes ainda levantam outras discussões, como as campanhas organizadas pelo SEF, pela CVB/RS e por tantas organizações, igrejas e associações, foi recebida e teve impacto direto nos colonos? Por qual razão alguém que não possuía relações diretas – familiares, amigos e conhecidos – com a Europa faria doações para desconhecidos? Nesse sentido, os líderes religiosos exercem seus papéis em prol de uma causa humanitária; para aqueles que possuem um capital social, seria uma oportunidade de aumentá-lo perante os demais.

O trabalho em conjunto entre o SEF e a CVB/RS, não tinha como objetivo apenas enviar mantimentos para as vítimas de guerra, havia outros interesses particulares por parte do padre Balduino Rambo e do Coronel Guilherme Gaelzer Netto, não sem razão este último serviu como mediador entre ambas as organizações. Um dos interesses

foi o repatriamento de cerca de 1.700 brasileiros retidos na Alemanha, que teve a intervenção direta da presidente da filial, Dona Odila Gay da Fonseca, e do presidente da CVB, que entraram diretamente em contato com ministérios e o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Olhando mais a fundo, veremos que o propósito era a nomeação de Gaelzer Netto junto à Missão Militar Brasileira, oportunizando a vinda de e/imigrantes alemães para o Brasil. A vinda destes sujeitos faria parte dos interesses da *Volksverein*, a qual padre Rambo também integrava. Estudos posteriores poderão aprofundar a relação entre a SUP e o SEF, entendendo ambas as organizações como partes de um mesmo projeto jesuíta de recepção e instalação de e/imigrantes alemães em colônias privadas. O assunto, que tirava noites de sono do padre Rambo, era pauta dos intelectuais vinculados ao Conselho de Terras e Colonização, do Ministério das Relações Exteriores, que não priorizava os alemães, mas sim as Pessoas Deslocadas, especialmente aqueles que poderiam contribuir para o desenvolvimento agrário e industrial do Brasil. No fim, Gaelzer Netto não foi nomeado.

Os treze casos levados por Thiago M. Würth ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha apontam para um outro direcionamento da filial, que não envolviam diretamente órgãos governamentais, mas a própria estrutura organizacional da Cruz Vermelha. Os treze casos envolviam diretamente processos migratórios, fossem de retorno e repatriamento, emigração e a busca daqueles que emigraram para a Europa e, com a guerra, desapareceram. Estas demandas de reconexão de laços rompidos com a guerra, fossem eles de amizade ou familiares, perdurou pelos anos de 1950 a 1956, com várias solicitações sendo encaminhadas pelo Órgão Central para a Filial, e o inverso também ocorreu. Estes pedidos demonstram as conexões internacionais entre os sujeitos, cujos desejos, anseios, medos, vontades etc., não estavam diretamente expostos, mas confiaram na Cruz Vermelha para que tentasse atender a estas solicitações. No fim, o relatório de Thiago Würth foi um aviso para que a Cruz Vermelha Brasileira se mantivesse preparada para atuar em situações similares as ocorridas durante e no pós-Segunda Guerra Mundial. Já em 1956, com a Revolução Húngara, a CVB e CVB/RS tiveram que atuar novamente para enviar mantimentos e identificar o paradeiro de deslocados da revolução. O evento evidenciou uma mobilização da “colônia” húngara do Rio Grande do Sul em prol de auxiliar seus familiares que permaneceram no país. Nem todos os casos aqui expostos possuem um desfecho, ao menos não é possível neste momento saber qual é, o que foi uma frustração, pois vai contra a ideia do próprio *ser* historiador, o detetive que já sabe o final da história. Porém, não se buscou apresentar

conclusões definitivas, mas um avanço na complexidade a respeito do pós-Segunda Guerra Mundial, das organizações humanitárias e dos grupos étnicos no Rio Grande do Sul.

Na epígrafe desta dissertação, trouxe a citação de Giovanni Levi, “por que tornar as coisas simples, quando se pode torná-las complicadas?” (1992, p. 160), acredito que era isso que pretendia com este trabalho desde o início, demonstrar que o processo histórico por detrás da Cruz Vermelha é muito mais complexo do que aparentava ser. Não se tratava de apenas um envio de pacotes de mantimentos, tampouco procurar o endereço de um imigrante, mas de uma ação interconectada e dependente da conjuntura local, regional, estadual, nacional e internacional. Este estudo abre portas para o desenvolvimento da historiografia a respeito da inserção do Brasil no pós-guerra, observando o papel de organizações e associações. Da própria CVB/RS, novos campos se abrem, novos temas de pesquisa, novas perguntas. Acredito ainda que a relação entre o SEF e a CVB/RS demandaria uma outra pesquisa, mais ampla e aprofundada; além das demais possibilidades já citadas. Para isso, só faltam as fontes. Mas, nas palavras do padre Balduíno Rambo, “*wo ein Wille ist, ist auch ein Weg!*”²⁷⁹ [Onde há vontade, há um caminho!].

Qual o papel da Cruz Vermelha Brasileira hoje? Esta pergunta me foi feita pelo Professor Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert na entrevista de bolsas da seleção de mestrado de 2021. Na época, ainda durante a pandemia da Covid-19, a Cruz Vermelha atuava principalmente na aplicação de vacinas contra o vírus, arrecadação e doação de itens hospitalares e kits de higiene. Após a Segunda Guerra Mundial, novos parâmetros envolvendo conflitos armados foram estabelecidos através das quatro Convenções de Genebra de 1949. As determinações referem-se ao tratamento das pessoas afetadas pelo conflito armado. Em tempos atuais, com os confrontos amplamente divulgados pela mídia, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e Israel e Hamas, o papel da Cruz Vermelha a nível internacional e as determinações das convenções são colocadas em jogo. Atualmente, a Cruz Vermelha Brasileira se destaca no papel de auxílio aos migrantes, conforme o Relatório Humanitário do CICV, em 2022, destaca-se: os mais de 190 mil migrantes que foram conectados a seus familiares, em Roraima; 119 casos de busca de

²⁷⁹ RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

desaparecidos foram resolvidos; 2 repatriações de venezuelanos, entre outras atividades.²⁸⁰ Com as tragédias ocorridas no Vale do Taquari pelas enchentes em setembro de 2023, foi possível observar a mobilização da própria sociedade em prol das vítimas, auxiliando de diversas formas, através de doações de roupas, alimentos, moveis, materiais de construção, ou auxiliando na retirada de escombros e reconstrução de lares. Neste cenário, atuou diretamente a CVB/RS e a Filial de Caxias do Sul, outras filiais, como a de Rio Grande, Santa Rosa, Santa Maria e Sapucaia do Sul, além de outros estados realizaram campanhas de arrecadação para enviar às vítimas.

Diante de catástrofes naturais, deslocamentos populacionais, conflitos armados, epidemias e outros desafios humanitários, o papel da Cruz Vermelha e de outras organizações se revela essencial, permanecendo firme “na paz e na guerra, a Caridade!”.

²⁸⁰ BRASIL: Resumo humanitário 2022 – fatos e números. 06 de mar. 2023. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/onde-o-cicv-atua/americas/brasil>. Acesso em 29/01/2024.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. A relevância das abordagens transnacionais e da micro-história nos estudos migratórios. *In: Democracia, liberdades e utopias. Anais do XIV Encontro Estadual de História - ANPUH/RS*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional* 48 (1): 60-96 [2005].

AZEREDO, Francisco Aragão. **Políticas imigratórias brasileiras no pós-segunda guerra: uma análise a partir de geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Centro de Tecnologia e Ciências; Instituto de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

BARBIAN, Nikolaus. **Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973**. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. *R. bras. Est. Pop.* Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 151-167, jan./jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BELARMINO, Camila Almeida. **Diálogos para construir uma nação: continuidades da questão nacional no pensamento social brasileiro nas páginas da Revista de Imigração e Colonização**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Programa de Pós-Graduação em História. 2012.

BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. *In: Revista de Imigração e Colonização*, 1946.

BESKOW, Paulo R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril, 1999, 56-79.

BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL, Deilton Ribeiro; GODINHO, Ana Cláudia de Pinho. Uma leitura do contexto histórico das políticas migratórias brasileiras e das disposições preliminares da nova lei de migração. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA*, v.30, n.2, Jul-Dez, 2000, p. 59-78.

BRASIL. Decreto 7967/1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRAVO, André Luiz Morais. **Entre a hospitalidade e a exclusão: o recebimento de refugiados europeus pelo Brasil no pós-guerra**. 6º Encontro Abri – Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição. Belo Horizonte, 2017.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Micro-história e história global: decifrando os procedimentos literários e filológicos na contribuição de Carlo Ginzburg para o debate historiográfico. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, p. 1037-1058, set./dez. 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do nazi-facismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REHMU**, Brasília, Ano XXI, n.41, jul/dez, 2013, p. 21-54.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Introdução de Alcir Pécora. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: EdUFGD, 2019.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951). Art. 1, A, 2. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 20/03/2023.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus, Revista de História**. Juiz de Fora, Ed.UFJF, vol.14, n. 2 jul-dez., p. 13-39, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

DADALTO, Maria Cristina; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Poloneses no Espírito Santo: duas trajetórias de um povo entre os vales Serra e os sertões do Norte. **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v.20, n.3, set/dez, 2020, p. 153-174.

DE VIVO, Filippo. Micro-histórias da informação a longa distância: espaço, movimento e agências em notícias da Idade Média. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 271-316.

DEBASTIANI, Jesiane. A política imigratória brasileira na Revista de Imigração e Colonização (1940-1945). **Em tempo de Histórias (PPGHIS/UnB)**, Brasília, jan/jul. 2018, p. 6-22.

DELGATO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

FERNANDES, Evandro. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959): o Kaiser dos trópicos**. Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

FERNANDES, Evandro. Guilherme Gaelzer Netto: trajetória de uma liderança étnica. *In*: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FERNANDES, Evandro. Guilherme Gaelzer Netto: trajetória de uma liderança étnica. *In*: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FERNANDES, Evandro. **SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FLEURY, Maria Dóris Simões. “A boa raça europeia e branca”: representações do imigrante nas páginas da *Revista de Imigração e Colonização (1940-1952)*. Dissertação (Mestrado em História). Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo; Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História. 2021.

FONSECA, Denize Crespo Gay da. **Comemorando o centenário de Odila Gay da Fonseca**. Porto Alegre: Gráfica Calábria, 1995.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FRAZINA, Emilio. Correspondências de soldados ítalo-brasileiros sobre a Grande Guerra. *In*: RUGGIERO, Antônio (Org.). **Vivências da Primeira Guerra Mundial: entre a Europa e o Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 46-78.

FROSI, Vitalina Maria. Sobrenomes italianos: um estudo onomástico. **Signum: Estudos da Linguagem**, v.17, n.2, p. 389-412, 2014.

FROTSCHER, Méri. “A miséria me obriga a escrever ao senhor”: a escrita de si em cartas de alemães ao prefeito de Blumenau-SC (1946-1948). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 137-176. maio/ago. 2015.

FROTSCHER, Méri. “Uma cinzenta falta de esperança paira sobre todos nós”: uma análise de cartas de mulheres e homens com intenção de emigrar da Alemanha para o Brasil (1946-1950). **Revista História**, São Paulo, n.177, a07317, 2018;

FROTSCHER, Méri. “Vou tentar ajudar minha família escrevendo essa carta”: jogos de gênero em cartas enviadas da Alemanha para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 111-135, jan./abr. 2019;

FROTSCHER, Méri. De “alemães no exterior” a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 81-96, 2013.

GEUEKE, Willibald. **CARE International: NGO mit konföderier Struktur**. *In*: FRANTZ, Christiane; ZIMMER, Annette (ORG.). *Zivilgesellschaft international Alte und neue NGOs*. Opladen: Leske + Budrich, 2002

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. *In*: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GOODMAN, Glen S. **From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities, 1924-1974**. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta/Estados Unidos, 2015.

GRÜTZMANN, Imgart. **Nacional-socialismo em almanaques de língua alemã no Brasil (1933-1939)**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

GRÜTZMANN, Imgart. *NSDAP-Ortsgruppe* Porto Alegre, comemorações do 1º de Maio (1933-1937), participantes. **História Unisinos**, vol. 22, núm. 2, 2018, maio-, pp. 274-289

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUG, Wolfgang. **Hilfe zur Selbsthilfe: Freiburg und die internationale Solidarität nach 1945**. In: Schau-ins-Land: Jahresheft des Breisgau-Geschichtsvereins Schauinsland; 120. 2001.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LACAPRA, Dominick. Traumatopismos: do trauma ao sublime pela via do testemunho? In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Org.). **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Milfontes, 2020.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines (Org.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Pienonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

LEVI, Giovanni. Apresentação. In: VENDRAME, Maíra Inês. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-História: um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, vol. 20 – 2014:1-20.

LEX, Hermann. **Auch die Deutschen in Übersee helfen mit**. In: Jahrbuch des Deutschen Roten Kreuzes. 1941. p. 218-221.

LIMA, Henrique Espada. O laboratório da micro-história. *In*: VENDRAME, Máira Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 7-16.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A história transnacional e a superação da metanarrativa da modernização. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás, 2018, v. 20, p. 219-245.

MACHADO, Lara Novis Lemos. **Imigração dirigida ao Brasil no período do pós-Segunda Guerra Mundial: a Missão Neiva (1946-1947)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Escola de Ciências Sociais – FGV CPDOC; Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2021.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195-221

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. Os refugiados da Segunda Guerra e o Brasil: política e recepção (1946-1952). **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: entre o local e o global**. UFRJ, 2016.

MCNEIL, J. R.; MCNEIL William H. **Las redes humanas: una historia global del mundo**. Barcelona: Crítica, 2004

MEDEIROS, Zigaro Homem de. A mudança no discurso assistencial vigente na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1898-1919). *In*: **Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Santa Casa de Porto Alegre: histórias reveladas II**. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 60-69.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. **A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras; Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. “Escrevo para pedir...”: cartas à Cruz Vermelha Internacional no pós-II guerra mundial. *In*: NEUMANN, Rosane Marcia; et al. **Migrações, territorialidades e ambiente [e-book]**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados brasileiros de Hitler**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações internacionais pós segunda guerra mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocados populacionais nas décadas de 1940 a 1960. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”?: a Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Acervo**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul/dez, 1997, p. 85-98.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

Resgate histórico: centenário da comunidade evangélica de Ibirubá/RS (1906-2006). Ibirubá: Gráfica Ibirubá, 2007.

RESSTEL, CCFP. Transnacionalismo. *In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 53-78.

RINKE, Stefan. “O continente ainda inexplorado”: a República Federal Alemã na era Adenauer e a América Latina em um contexto global. **História Unisinos**, vol.17, n. 2, maio-agosto, 2013, p. 71-80.

ROSA, Rafael Santos da. Cruz vermelha brasileira: uma instituição humanitária atuante na educação dos deficientes na cidade de Pelotas-RS (1940-1949). *In: Encontro Da Associação Sul-Rio-Grandense De Pesquisadores Em História Da Educação*, 28., 2023. Porto Alegre. Caderno de resumos [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2023. p. 345-349.

RUSEISHVILI, Svetlana. Por uma Genealogia da Convenção de 1951: a nacionalização da sociedade na Europa e a construção normativa do refugiado-apátrida no período de entreguerras. *In: JUBILUT, Liliana Lyra [et al.], Direitos Humanos e Vulnerabilidade e Direito Internacional dos Refugiados*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2021

SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen.; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). Migrações pós-segunda guerra mundial. **Série Reflexões**. São Paulo: Memorial do Imigrante/D Livros Editora, vol. 2, 2009.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Imigração e política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial. **Cadernos CERU**, série 2, n.13, 2002.

SAND, João; FRITZEN, Vanessa T. Fios ao vento: a Cruz Vermelha como mediadora na localização de familiares no pós-II Guerra Mundial. **Revista Acadêmica Licencia&Acturas**, 2021, 9(2), p. 69–78.

SAND, João. A atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia, na região do Planalto Rio-Grandense, 1898-1904. *In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Passo Fundo: EDIUPF, 2023.

SANTOS, Amanda Pereira dos. Movimentos migratórios no cenário internacional: a pluralidade da política imigratória brasileira (1946-1954). **Esboços**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 346-363, maio/ago. 2021.

SANTOS, Amanda Pereira dos. **Selecionar, controlar e distribuir: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a política imigratória brasileira (1952-1955)**. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

SANTOS, Cláudia. “Dar a quem precisa” - o significado da caridade para a elite micaelense oitocentista o exemplo da casa Fonte Bela. **Arquipélago - História**, 2ª série, V (2001). p. 193-210.

SANTOS, Rodrigo dos; ALMEIDA, Marisangela Lins de; SCHÖRNER, Ancelcor. **Os alienígenas do pós-guerra: percepções sobre os Displaced Persons entre 1945 e 1960**. V Colóquio Nacional Cultura e Poder, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrantes**, (Especial), 2000. p. 7-10.

SCHNEIDERS, Carlise. **Trabalho e reprodutividade: as mulheres no projeto colonizador Porto Novo (1926-1965)**. Dissertação [Mestrado em História], Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023.

SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SINATTI, Giulia. Migraciones, transnacionalismo y locus de investigación: multi-localidad y la transición de “sitios” a “campos”. In: SOLÉ, Carlota; PARELLA, Sònia; CAVALCANTI, Leonardo. **Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Madrid. Observatorio Permanente de la Inmigración-Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2008, pp. 91-112.

SPERANZA, Clarice Gontarski. O Afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 37, n. 74, p. 565-590, mai/ago 2021.

SOUSA, Mireile Steiner de. **Thiago Matheus Würth e o Instituto Pestolazzi (1926 - 1979): o personagem e seu ideário social a partir de seu arquivo pessoal e nas memórias da família**. Dissertação [Mestrado em Memória Social e Bens Culturais], Universidade La Salle, Canoas, 2018

SZILÁGYI, Ágnes Judit. A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa Independente. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 42, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 127-141

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Quatro anos na Alemanha ocupada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.

VENDRAME, Maíra Inês. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 187-222.

VENDRAME, Maíra Inês. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VENDRAME, Maíra Inês. Redes, mobilidade social e justiça comunitária: a trajetória de um padre italiano no Brasil Meridional. **Censive (Université de Nantes)**, v. 8, p. 71-94, 2015.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.14, p. 9-36, jan./jun. 2013.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de história**, v. 11, n. 1/2, 2003.

WOLLASCH, Hans-Josef. 1945: Die "Stunde Null" als Stunde der Caritas. In: SCHWARZMAIER, Hansmartin. **Landesgeschidite und Zeitgeschichte: Kriegsende**

1945 und demokratischer Neubeginn am Oberrhein. Karlsruhe: Braun [in Komm.], 1980.

WURM, Franz F. **Wirtschaft und Gesellschaft in Deutschland 1848-1948.** Opladen: Leske Verlag + Budrich GmbH, 1975.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidades em perspectiva: imigrantes e descendentes de italianos no Rio Grande do Sul. *In*: HERÉDIA, Vânia Beatriz H.; RADÜNZ, Roberto. **História e imigração.** Caxias do Sul: Educs, 2011. p. 159-174.

Fontes Primárias

A ACÇÃO da Cruz Vermelha Brasileira no Socorro às Vítimas de Guerra. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 66, nº 201, p. 7, 29 de ago. 1940.

A CRUZ Vermelha em Blumenau. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 20, set. 1943, vol.3.

AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados. Geneva, Suíça, 01/10/1947. Código de Referência 1718000 021.258. Pasta Forms and accompanying documents from DPs in Switzerland, as well as correspondence from the IRO offices in Germany, Austria, and the Near East with the IRO headquarters in Geneva. Files originating in Switzerland. IRO “Care and Maintenance” Program. Relief Programs of Various Organizations. Registrations and Files of Displaced Persons, Children and Missing Persons. Arolsen Archives. Disponível em: https://collections.arolsen-archives.org/en/archive/3-2-1-4_1718000-021-258. Acesso em 24/01/2024.

AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 20/09/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 13/04/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

AGÊNCIA CENTRAL DE PRISIONEIROS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Geneva, Suíça, 13/06/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

ASSISTÊNCIA às vítimas da guerra: crianças judias refugiadas na França. **Revista de Imigração e Colonização**, ano 6, nº1, p. 22-23, mar. 1945.

ATIVIDADE de Socorro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 18-20, jul. 1943, vol.1.

AUXÍLIO às vítimas da Hungria pela Cruz Vermelha. **Diário de Notícias**, Rio Grande do Sul, ano 32, nº204, p. 2, 31 de out. 1956.

AUXÍLIO do povo brasileiro aos refugiados húngaros. **Correio da Manhã**, ano 56, nº19.519, p. 1, 10 de nov. 1956.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 28/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 06/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 12/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 13/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 17/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Argentina. Porto Alegre/RS, 04/10/1950. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Canadense. Porto Alegre/RS, 09/10/1950. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha do Panamá. Porto Alegre/RS, 08/07/1953. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Dimiter Petrow. Porto Alegre/RS, 28/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 01/09/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 03/08/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 08/07/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 08/07/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 08/03/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 08/05/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 08/05/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira Porto Alegre/RS, 12/07/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 22/11/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Correspondência]. Destinatário: Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira. Porto Alegre/RS, 23/03/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BARROS, José. [Telegrama]. Destinatário: Benjamin Gonsalves. Porto Alegre/RS, 05/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS

BARUCH, J. [Correspondência]. Destinatário: Sioma Breitman. Amsterdam, 06/09/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BECKER, Erich. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Lübeck, Alemanha, 19/05/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BENDER, Ernesto W. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Rosa/RS, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BITZER, Eugen. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Herford, Alemanha, 24/02/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

BRASIL: Resumo humanitário 2022 – fatos e números. 06 de mar. 2023. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/onde-o-cicv-atua/americas/brasil>. Acesso em 29/01/2024.

CASTLEMANN, Reginal S. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Porto Alegre, 02/01/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

COMISSÃO Central de Socorros às Vítimas da Guerra. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 40, jul. 1943, vol.1.

COMITÊ BRITÂNICO de Socorros às Vítimas de Guerra. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 41, jul. 1943, vol.1.

COMITÊ DE SOCORRO à Alemanha. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 94, out./dez. 1949.

COMITÊ DE SOCORRO às Vítimas da Guerra na Polônia **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 10-12, out. 1943, vol.4.

COMITÊ FRANCÊS de Socorro às Vítimas da Guerra. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 17, set. 1943, vol.3.

COMUNICADO SEF Nº 12, outubro de 1948. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

COMUNICADO SEF Nº 6. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

CONDECORAÇÕES da Cruz Vermelha Brasileira. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 34-36, jan./mar. 1950.

COTOMAN, Ivan. [Correspondência]. Destinatário: Ivan Pretovitch e Vasselissa. Porto Alegre/RS, 22/03/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

CRUZ Vermelha Brasileira. **A Época**, Rio Grande do Sul, ano 5, nº238, p. 1, 04 de jul. de 1943

EM BENEFÍCIO das crianças polonesas. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 20, nov. 1943, vol.5.

EM PLENA idade atômica: sufocada a liberdade na Hungria. **O Pioneiro**, ano 9, nº4, p. 1, 14 de nov. 1956.

Ficha Consular de Qualificação de Tibor Nemethy. Nº 103066. Fundo BR RJANRIO OL. Arquivo Nacional.

FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 21/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Blumenau/SC, 14/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Blumenau/SC, 22/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

FREYTAG, Fritz. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 14/11/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

FRITZ, Martha. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Grevesmühlen, Alemanha. 25/02/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACVRS/POA.

FUNDADA a Comunidade Católica de Santo Estevão do Rio Grande do Sul, reunindo a colônia húngara. **Diário de Notícias**, ano 31, nº180, p. 2, 11 de out. 1955.

GALBADÓN, Federico. [Correspondência]. Destinatário: Anna Rotermund. Porto Alegre, 23/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

GALUB, Caile. [Correspondência]. Destinatário: Vivaldo Palma Lima Filho. Estados Unidos da América, 26/04/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 19/07/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro, 16/07/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 02/04/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 16/11/1956. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GONSALVES, Benjamin. [Correspondência]. Destinatário: José Barros. Rio de Janeiro/RJ, 25/03/1955. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

GROSSMANN, Günter. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Uslar, Alemanha, 24/01/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

HEIDRICH, Helmut. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 11/12/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

HEIßENBERG, Georg. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Oldenburg, Alemanha. 29/03/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

HEXSE, Hedwig J. K. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, 28/08/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 28/01/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 25/06/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

HÚNGAROS serão recebidos em família: veemente apelo ao povo brasileiro será lançado pelo Comitê Húngaro da Cruz Vermelha Brasileira. **Jornal do Dia**, ano 10, nº2959, p. 12, 21 de dez. 1956.

INSTRUÇÕES provisórias para a execução do Decreto-Lei nº 7.957, de 18 de Setembro de 1945. **Revista de Imigração e Colonização**, ano 7, nº1, p. 118-122 mar. 1946.

IRMÃ EDUARDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 27/02/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

IRMÃ EDUARDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Blumenau/SC, 07/11/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

IRMÃ MARIA CATARINA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 19/03/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

IRMÃ MARIA ISVALDA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos/RS, 23/04/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

JELICK, Theodor. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Sankt Georgen im Attergau, Áustria, sem data. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

KAHNERT, Liesbeth. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Untereuerheim, Alemanha, 17/04/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

KERMESSE Belga. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 24, dez. 1943, vol.6.

KONRAD, Jung. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Johanniskirchen, Alemanha, 23/11/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

KÖRNER, Gertraude. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Dresden, Alemanha, 04/12/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS. Circular Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha, 02/01/1940. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra.

Kriegshilfswerk für das Deutsche Rote Kreuz, Rio de Janeiro, 05/04/1941. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

KRISTOFIC, Ricardo. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. São Miguel/RS, 31/10/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

KRUSE, Carl. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Hamburg, Alemanha. 13/03/1948. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACVRS/POA.

LEVADAS de sangue as ruas de Budapest: tropas soviéticas sufocam a ânsia de liberdade na Hungria. **Jornal do Dia**, ano 10, nº2.918, p. 8, 25 de out. 1956.

LIEBESGABENPAKETE *nach Deutschland, Oesterreich und Ungarn, vermittelt*: Empresa Ultramar de despachos de donativos à Europa Central Detlev Ludewig. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano 1, nº185, p. 7, 30 de nov. 1946.

LIEBESGABENPAKETE. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano 1, nº174, p. 5, 9 de nov. 1946.

LIMA, Herminia Faria Fernandes. [Correspondência]. Destinatário: Wanda Crespo. Rio de Janeiro/RJ, 09/11/1954. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Lista de caixas Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Pelotas, 22/08/1948. Archiv Pater Pauquet Briefe, u. Karten verschieden Inhalts, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

LÖW, Ulrich. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS, 23/07/1946. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MADRE FLAVIANA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 12/10/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MADRE MANOELA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul/RS, 12/03/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MADRE VALERIA. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS, 10/08/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

Matrimônios (1890-1905), Estrela, Santo Antônio, Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica (1738-1952), FamilySearch. Disponível em:

<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WHSQ-PQ?cc=2177295&wc=M78F-QNL%3A371566201%2C371566202%2C371634201>.

MENSAGEM do Presidente da República, apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1947, bem como os trechos das atividades governamentais, referentes à imigração e a colonização. **Revista de Imigração e Colonização**, ano 8, nº1, p. 117-128 mar. 1947.

MENTING, Artur. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Bilsen, Alemanha. 08/10/1947. Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Edição 2. Setembro, 1947. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

Mitteilungen des Deutschen Roten Kreuzes Britische Zone. In: Deutsches Rotes Kreuz Mitteilungen. Caderno 6. Janeiro, 1948. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha

Mitteilungsblatt des Roten Kreuzes Württemberg und Baden e. V. Sammel – Rundschreiben. 1 Jahrgang, Nr.2. Stuttgart, Juli 1949. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Avelino Edmundo Thomas. Porto Alegre/RS, 15/04/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Edith Costa Carvalho. Porto Alegre/RS, 21/04/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Fritz Freytag. Porto Alegre/RS, 18/11/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Cortona. Porto Alegre/RS, 27/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Eduarda. Porto Alegre/RS, 20/11/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Eduarda. Porto Alegre/RS, 28/03/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Maria Isalda. Porto Alegre/RS, 28/05/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Irmã Maria Catarina. Porto Alegre/RS, 28/03/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Osvaldo Vieira. Porto Alegre/RS, 14/05/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

MÜLLER, Luiza Barnewitz. [Correspondência]. Destinatário: Zelmir Mario P. e Petrovic Slovek. Porto Alegre/RS, 14/07/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

NETTO, Guilherme Gaelzer. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Berlim, Alemanha, 22/02/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

NETTO, Guilherme Gaelzer. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduíno Rambo e Padre Henrique Pauquet. Laranjeiras/RJ, 19/06/1947. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

PARECER DO PROF. THIAGO M. WÜRTH – EMISSÃO DE SELOS DE BENEFICÊNCIA A FAVOR DAS OBRAS SOCIAIS DA CVB. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

PAULISTANO, Luiz. Um decreto que oculta uma terrível verdade sob números inocentes: a devolução dos bens de brasileiros nas firmas liquidadas pelo Eixo; a história de Herm Stolt e Theodor Wille, antes, durante e depois da guerra; “brasileiros” que serviam a Hitler no Brasil; como se faziam as contribuições para o Partido Nazista e se colhiam os dados para a espionagem. **Diário Carioca**, ano 19, nº5.399, p. 9, 27 de jan. 1946.

PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Carteira de Exportação e Importação. Porto Alegre/RS, 19/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

PAUQUET, Henrique. [Correspondência]. Destinatário: Padre Adelpkamp. Porto Alegre/RS, 30/05/1947. Pasta Nur Geschäftsbrief der SEF, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

PINK, Jakob. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Köln, Alemanha, 01/05/1949. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

Processo de Naturalização de Agostinho Scholl. Data 22/02/1924. Notação: BR RJANRIO A9.0.PNE.2563. Seção/Série: Processos de naturalização. Fundo: Série Interior - Nacionalidades (1,1,16) (A9). Arquivo Nacional. p. 22.

PROTESTO da colônia húngara do R.G. do Sul. **Jornal do Dia**, ano 10, nº2.918, p. 8, 30 de out. 1956.

RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Berta Wehle. Porto Alegre/RS, 24/12/1946. Pasta Inland Correspondenz (238), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Fritz Freytag. Porto Alegre/RS, 25/11/1946. Pasta Ausschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre, 08/08/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduíno. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 07/11/1946. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 01/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 05/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 09/10/1946. RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS, 04/10/1946. Pasta Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Johannes Schauf. Porto Alegre, 11/11/1947. Pasta 128 - Inlandschreiben aus der Mitarbeit. Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS. Grifo nosso.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Maria Laveuve. Porto Alegre/RS, 20/02/1947. Pasta Ausschlussreiche Inlanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Franz Hümmeler. Porto Alegre/RS, 04/02/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Hangedorn. Porto Alegre/RS, 14/08/1946. Pasta Inlandschreiben aus der Mitarbeit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Jorge Steiger. Porto Alegre/RS, 07/11/1946. Pasta Inland Correspondenz (238), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

REFUGIADOS húngaros no Sul. **Jornal do Dia**, Rio Grande do Sul, ano 11, nº3.030, p. 16, 17 de mar. 1957.

Registros de Batismos (1895-1901), Estrela, Santo Antônio, Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica (1738-1952), FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WH9B-H4?cc=2177295&wc=M78X-P24%3A371566201%2C371566202%2C371612401>.

ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Porto Alegre, 08/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Porto Alegre, 14/10/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

ROTERMUND, Anna. [Correspondência]. Destinatário: Federico Galbadón, Porto Alegre, sem data. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SAAS, Paul. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Hamburg, Alemanha, 17/03/1948. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 21/01/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 27/02/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Chefe de Polícia de Porto Alegre. Porto Alegre, 12/03/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Plínio Brasil Milano. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

THOMAS, Avelino Edmundo. [Correspondência]. Destinatário: Luiza Barnewitz Müller. São Luiz Gonzaga/RS, 03/05/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

UMA PÁGINA de bondade: a obra altruística da mulher nos Comitês de Socorros às Vítimas da Guerra. **Revista da Cruz Vermelha Brasileira**, p. 11-12, ago. 1943, vol.2.

VEREIN *Christliche Nothilfe*, Zürich. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano 1, nº214, p. 7, 28 de dez. 1946.

VIEIRA, Osvaldo. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Soledade/RS, 02/05/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

WAIMANN, Ida. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Lippoldsberg/Weser, Alemanha, 19/09/1947. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

WIR SCHICKEN ein Spezialpaket mit Seife. **Jornal de Notícias**, São Paulo, ano 1, nº185, p. 6, 23 de nov. 1946.

WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Zurich, Suíça, 24/09/1947. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.

WÜRTH, Thiago M. [Correspondência]. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Zurich, Suíça, 22/09/1947. Pasta 1. ACVBRs. Porto Alegre/RS.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br